



## Tempo chuvoso exige atenção redobrada para eliminar o 'Aedes'

A internada, período de chuvas intensas típico do cerrado, como o registrado nos últimos dias, exige cuidados redobrados da população para evitar acúmulo de água e proliferação do mosquito do *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, zika e chikungunya

Sendo assim, o Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO), alerta a população para que intensifique os cuidados em suas residências e locais de trabalho, eliminando os possíveis focos. As pessoas devem manter uma vigilância, no mínimo, semanal em seus imóveis para identificar e eliminar possíveis locais que possam acumular água.

É importante ainda, segun-



do orientações da Secretaria de Saúde, fazer o descarte correto do lixo; manter caixas d'água, cisternas e fossas vedadas para evitar a entrada de insetos; lavar bebedouros de animais com água, sabão e escova; colocar areia em aparadores de vasos de plantas; manter ralos e vasos sanitários fechados; ter calhas e grelas sempre limpas; piscinas

com tratamento adequado e, quando em desuso, vedadas ou vazias.

O *Aedes aegypti* se prolifera em qualquer época, desde que tenha água parada para colocar seus ovos e pessoas próximas para se alimentar de sangue. Porém, o que ocorre no período chuvoso é um aumento radical da infestação, devido ao lixo descartado inadequadamente em lotes baldios, praças, logradouros ou até mesmo nos quintais. Com as chuvas, esses recipientes acumulam água; logo em seguida, os ovos eclodem e proporcionam o desenvolvimento das larvas, que, em menos de dez dias, se tornam mosquitos adultos. Portanto, é tempo de ter atenção redobrada.

## Estão abertas as inscrições para evento de fomento às incubadoras de empresas

Estão abertas as inscrições para o IncubaCamp Goiás 2020, evento realizado pelo Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Desenvolvimento e Inovação (Sedi), que tem como objetivo fomentar discussão sobre o papel das incubadoras de empresas no ecossistema de inovação em Goiás. O encontro será no dia 3 de fevereiro, das 8h às 18h, no Sebrae Lab. As vagas são limitadas e os interessados devem rea-

lizar a inscrição pelo site <https://ev.congressy.com/incubacamp-goias-2020>.

O encontro ainda tem como foco medir o grau de maturidade das incubadoras e a elaboração de um plano de ação para aplicar melhores práticas e políticas para o apoio e desenvolvimento de negócios inovadores.

Espera-se a participação da comunidade de gestores de incubadoras, entidades públicas e

privadas, instituições de ensino superior, associações, instituições de pesquisa e órgãos de fomento à inovação.

Na ocasião, representante da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg) também vai disponibilizar esclarecimentos de dúvidas sobre a Chamada Pública nº 06/2019, de Apoio à Estruturação e Consolidação das Incubadoras de Empresas do Estado de Goiás.



# Diário Oficial

## Estado de Goiás

GOIÂNIA, QUARTA-FEIRA, 29 DE JANEIRO DE 2020

ANO 183 - DIÁRIO OFICIAL/GO - Nº 23.227

### PODER EXECUTIVO

#### ATOS DO PODER EXECUTIVO

##### LEI Nº 20.756, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Goiás, das autarquias e fundações públicas estaduais, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### TÍTULO I

##### CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o regime jurídico dos servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional do Estado de Goiás.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, servidor público é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3º Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional e cometidas a um servidor público.

Parágrafo único. Os cargos públicos são criados por lei, com denominação própria e subsídios ou vencimentos pagos pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Art. 4º É vedado cometer ao funcionário atribuições diferentes das de seu cargo, bem como a prestação de serviços gratuitos.

Parágrafo único. Não se incluem nas proibições a que se refere este artigo o desempenho de função transitória de natureza especial e a participação em comissões ou grupos de trabalho, para elaboração de estudos ou projetos de interesse público.

#### TÍTULO II

##### DOS CARGOS PÚBLICOS E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

##### CAPÍTULO I DO PROVIMENTO

##### Seção I Das disposições gerais

Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- I - nacionalidade brasileira;
- II - gozo dos direitos políticos;
- III - quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - nível de escolaridade ou habilitação legal exigidos para o exercício do cargo;
- V - idade mínima de dezoito anos;
- VI - aptidão física e mental.

§1º As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

§2º Os requisitos para investidura em cargo público devem ser comprovados por ocasião da posse.

§3º À pessoa com deficiência é assegurado o direito de candidatar-se ao ingresso no serviço público para exercício de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência que possui.

Art. 6º A investidura em cargo de provimento efetivo depende de prévia aprovação em concurso público.

Art. 7º Os cargos em comissão, destinados exclusivamente às atribuições de direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pela autoridade competente.

§1º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - direção: conjunto de atribuições que, desempenhadas nas posições hierárquicas mais elevadas de órgão ou entidade, dizem respeito ao cumprimento de atividades de dirigir, coordenar, controlar equipes, processos e projetos;

II - chefia: conjunto de atribuições que, desempenhadas na posição hierárquica mais elevada de unidade administrativa integrante da estrutura básica ou complementar, dizem respeito ao cumprimento de atividades de dirigir, coordenar, controlar equipes, processos e projetos;

III - assessoramento: conjunto de atribuições concernentes à aptidão para auxiliar, em razão de determinado conhecimento ou qualificação, na execução de atividades administrativas.

§2º A posição hierárquica e o símbolo remuneratório são atribuídos a cada cargo de provimento em comissão, tendo em consideração, entre outros, os seguintes critérios:

I - a complexidade das funções exercidas e o correspondente poder decisório;

II - o grau de responsabilidade atribuído ao titular;

III - o número de unidades administrativas e servidores subordinados;

IV - o volume de processos administrativos em tramitação na respectiva unidade; e

V - o contingente de usuários diretamente atendidos.

§3º Além do vínculo de confiança com o superior hierárquico imediato, a escolha para a ocupação de cargo de provimento em comissão deverá considerar a qualificação técnica e a experiência profissional.

§4º Ato do Chefe do Poder Executivo poderá estipular exigências específicas para o preenchimento de cargos de provimento em comissão de chefia e assessoramento, quando a necessidade do serviço justificar que no recrutamento seja considerado certo tipo de qualificação profissional.

Art. 8º As funções de confiança são privativas de servidor ocupante de cargo de provimento efetivo.

Art. 9º São formas de provimento de cargo público:

- I - nomeação;
- II - readaptação;
- III - reversão;
- IV - reintegração;
- V - recondução;
- VI - aproveitamento; e
- VII - promoção.

Art. 10. É vedado editar atos de nomeação, posse ou exercício com efeito retroativo.

Art. 11. O ato de provimento de cargo público compete ao Chefe do Poder Executivo, mediante decreto.

##### Seção II Do concurso público

Art. 12. As normas gerais sobre concurso público são as fixadas em lei específica.

Art. 13. O concurso público terá validade de até dois anos, podendo ser prorrogado, dentro desse prazo, uma única vez, por igual período, a critério da Administração.

§ 1º Aos candidatos aprovados em concurso público, no limite das vagas anunciadas no edital e consoante obediência rigorosa à ordem



de classificação, é assegurado o direito de nomeação no período de validade do concurso, compreendida eventual prorrogação de prazo, conforme cronograma previamente elaborado pela Administração.

§ 2º É assegurado ao candidato, mediante requerimento realizado antes da nomeação ou convocação, o direito de ser reclassificado para o final da lista de aprovados do concurso, desde que o edital preveja essa possibilidade.

§ 3º Em havendo cadastro reserva considerar-se-á o final da lista a posição posterior ao último colocado no cadastro.

§ 4º O exercício, pelo candidato, da faculdade de que trata o § 2º deste artigo não lhe garante o direito à nomeação.

§ 5º A Administração Pública poderá ficar impedida de realizar a nomeação dos aprovados em concurso público homologado quando os limites da despesa total com pessoal forem atingidos, na forma definida em lei complementar, ou ainda com fundamento em outra restrição temporária estabelecida em lei ou emenda à constituição estadual, comprometendo a capacidade financeira do Estado de Goiás.

§ 6º Na situação de que trata o § 5º o prazo de validade estabelecido no edital do certame será automaticamente suspenso, voltando a correr, depois de cessada a causa de suspensão, por tempo igual ao que faltava para sua complementação, respeitado o prazo máximo estabelecido no *caput* deste artigo

Art. 14. A convocação do candidato aprovado em concurso público será efetivada mediante publicação do ato no Diário Oficial do Estado e sítio eletrônico oficial do Órgão Central de Gestão de Pessoal.

Art. 15. Ao candidato matriculado em curso de formação profissional previsto como etapa de concurso público para provimento de cargo efetivo no respectivo edital é atribuída uma bolsa de estudo mensal em valor correspondente a 60% (sessenta por cento) do vencimento ou subsídio do cargo a que concorrer.

§ 1º Sendo servidor ocupante de cargo de provimento efetivo ser-lhe-ão facultados o afastamento do cargo, nas hipóteses de que trata o art. 173, e a opção pela bolsa a que alude o *caput*.

§ 2º Ao militar matriculado em curso de formação profissional previsto como etapa de concurso público para provimento de cargo efetivo também é assegurada a opção pela bolsa.

§ 3º Caso o candidato do curso de formação a que se refere o *caput* deste artigo seja servidor estadual submetido a estágio probatório em outro cargo, suspensão será a contagem do prazo a ele referente.

§ 4º O período relativo ao curso de formação de que trata o *caput* não configura qualquer vínculo funcional com a Administração Pública.

Art. 16. Na hipótese do art. 15, se aprovado e nomeado, o candidato prestará, obrigatoriamente, ressalvado o interesse público em contrário, pelo menos o tempo de serviço igual ao da duração do curso de formação, sob pena de restituir a importância percebida dos cofres públicos a título de bolsa.

Art. 17. Os concursos para provimento de cargos na administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo serão realizados diretamente pelo Órgão Central de Gestão de Pessoal, ou indiretamente, mantidos sua supervisão e controle, cabendo ao titular deste a decisão sobre a respectiva homologação, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação do resultado final dos mesmos.

§ 1º Para os efeitos do disposto neste artigo, incumbirá ao Órgão Central de Gestão de Pessoal:

I - publicar a relação das vagas;

II - elaborar os editais que deverão conter os critérios, programas e demais elementos indispensáveis;

III - publicar a relação dos candidatos concorrentes, cujas inscrições foram deferidas ou indeferidas;

IV - decidir, em primeira instância, questões relativas às inscrições;

V - publicar a relação dos candidatos aprovados, obedecida a ordem de classificação.

§ 2º Em casos especiais, sem prejuízo de sua supervisão e homologação, a competência para a realização de concursos públicos poderá ser delegada.

§ 3º Os concursos para provimento de cargos que, pela especificidade de suas atribuições, com as exceções previstas em lei, sejam privativos de determinado órgão serão realizados sob a direção do respectivo titular, com a supervisão e homologação do titular do Órgão Central de Gestão de Pessoal.

### Seção III Da nomeação

Art. 18. A nomeação será feita:

I - em caráter efetivo, para os cargos dessa natureza;

II - em comissão, para os cargos de livre nomeação e exoneração;

§ 1º A nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos e deve observar à ordem de classificação e ao prazo de validade do concurso público.

§ 2º O candidato aprovado no número de vagas previsto no edital do concurso tem direito à nomeação no cargo para o qual concorreu, observado o disposto no § 4º do art. 12 desta Lei.

§ 3º É vedada a convocação de candidato aprovado em novo concurso público para cujos cargos existam outros aprovados e remanescentes de concurso anterior com prazo de validade ainda não expirado.

Art. 19. O servidor ocupante de cargo de provimento em comissão pode ser nomeado para ter exercício, interinamente, por até 90 (noventa) dias, em outro cargo em comissão de chefia ou direção, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

### Seção IV Da posse e do exercício

Art. 20. Posse é a aceitação formal de atribuições, direitos, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, que ocorre com a assinatura do respectivo termo pelo servidor.

§ 1º A posse deve ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de nomeação no Diário Oficial do Estado, podendo tal prazo ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias, a requerimento do interessado ou no interesse da Administração, desde que devidamente justificado.

§ 2º Na hipótese de se tratar de servidor público, o prazo de que trata o § 1º pode ser prorrogado para ter início após o término dos seguintes eventos:

I - licença para tratamento de saúde;

II - licença-maternidade;

III - licença-paternidade;

IV - licença para o serviço militar;

V - licença por motivo de doença em pessoa da família;

VI - férias.

§ 3º A posse pode ocorrer mediante procuração com poderes



Estado de Goiás  
Imprensa Oficial do Estado de  
Goiás



Rua SC-1, nº 299 - Parque Santa Cruz  
CEP: 74.860-270 - Goiânia - Goiás  
Fones: 3201-7639 / 3201-7623 / 3201-7663  
www.abc.go.gov.br

### Diretoria

**José Roberto Borges da Rocha Leão**  
Presidente

**Clebiana Pimenta Gouvêa Cruz**  
Diretora de Gestão Integrada

**Marco Aurélio Vigário**  
Diretor de Telerrádiodifusão, Imprensa Oficial e Site (Interino)

**Previsto Custódio dos Santos**  
Gerente de Imprensa Oficial e Mídias Digitais



específicos.

§ 4º Só há posse nos casos de provimento por nomeação.

§ 5º Será sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo previsto neste artigo.

Art. 21. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção pela Junta Médica Oficial do Estado em que sejam atestadas as aptidões física e mental do nomeado para o exercício do cargo.

Parágrafo único. O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo nomeado para cargo de provimento em comissão fica dispensado da inspeção de que trata o *caput*.

Art. 22. São competentes para dar posse:

I - o Governador do Estado, às autoridades que lhe sejam diretamente subordinadas;

II - o titular do Órgão Central de Gestão de Pessoal, aos demais servidores do Poder Executivo e das autarquias e fundações públicas estaduais.

Art. 23. Por ocasião da posse, é exigido do nomeado apresentar:

I - os comprovantes de satisfação dos requisitos previstos no art. 5º desta Lei e nas normas específicas para a investidura no cargo;

II - declaração:

a) anual do imposto de renda de pessoa física;

b) sobre acumulação ou não de cargo ou emprego público, bem como de provento de aposentadoria de regime próprio de previdência social;

c) sobre a existência ou não de impedimento para o exercício de cargo público;

III - prova de quitação com a Fazenda Pública.

§ 1º É nulo o ato de posse realizado sem a apresentação dos documentos a que se refere este artigo.

§ 2º A exigência prevista na alínea "a" do inciso II do *caput* poderá ser substituída por declaração feita em formulário elaborado pelo Órgão Central de Gestão de Pessoal, na forma do regulamento.

Art. 24. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público.

§ 1º O servidor não pode entrar em exercício:

I - se ocupar cargo acumulável, sem comprovar a compatibilidade de horários;

II - se ocupar cargo inacumulável, sem comprovar pedido de exoneração ou vacância;

III - se receber proventos de aposentadoria inacumuláveis com a remuneração ou subsídio do cargo efetivo, sem comprovar a opção por uma das formas de pagamento.

§ 2º É de 15 (quinze) dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contado da data da posse.

§ 3º Compete ao titular da unidade administrativa onde for lotado o servidor dar-lhe exercício.

§ 4º Com o exercício, inicia-se a contagem do tempo efetivo de serviço.

§ 5º A promoção e a readaptação não interrompem o exercício.

§ 6º O servidor que não entrar em exercício no prazo previsto no § 2º deve ser exonerado do cargo.

Art. 25. O servidor nomeado terá exercício na repartição em que houver claro de lotação.

Parágrafo único. Lotação é o número de servidores que devem ter exercício em cada repartição ou serviço.

Art. 26. O servidor com deficiência terá exercício preferencialmente na repartição mais próxima de seu domicílio em que houver claro de lotação, quando comprovada a necessidade pela Junta Médica Oficial.

Art. 27. Ao entrar em exercício, o servidor tem de apresentar ao órgão competente os documentos necessários à abertura do assentamento individual.

Art. 28. O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício são registrados nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 29. O servidor que deva ter exercício em outro município ou Distrito Federal em razão de haver sido removido ou colocado à disposição terá no máximo 30 (trinta) dias de prazo contado da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.

§ 1º Na hipótese de já editado o ato de remoção ou disposição e o servidor vier a se afastar por licença para tratamento de saúde, por motivo de doença em pessoa da família, maternidade ou paternidade, o prazo a que se refere este artigo será contado a partir

do término do impedimento.

§ 2º É facultado ao servidor declinar dos prazos estabelecidos no *caput*.

Art. 30. Considera-se como de efetivo exercício, além dos dias feriadados ou em que o ponto for facultativo:

I - férias;

II - casamento ou união estável, por 8 (oito) dias consecutivos;

III - luto, pelo falecimento de cônjuge, companheiro ou companheira, filho, enteado, menor sob guarda ou tutela, pais, madrastra ou padrasto, e irmão, por 8 (oito) dias consecutivos, bem como de avós e netos, por 4 (quatro) dias consecutivos;

IV - convocação para o serviço militar;

V - júri e outros serviços obrigatórios por lei;

VI - exercício de cargo de provimento em comissão na administração direta ou autárquica ou em fundações instituídas pelo Estado de Goiás;

VII - exercício de cargo ou função de governo ou administração, em qualquer parte do território nacional, por nomeação do Governador do Estado ou do Presidente da República;

VIII - exercício do cargo de Secretário de Município ou de Estado em outras Unidades da Federação, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo;

IX - desempenho de mandato diretivo em empresa pública e sociedade de economia mista sob o controle acionário do Estado de Goiás;

X - licença para capacitação;

XI - licença-maternidade;

XII - licença-paternidade;

XIII - licença para tratamento de saúde até o limite máximo de 24 (vinte e quatro) meses;

XIV - licença por motivo de doença em pessoa da família, enquanto remunerada;

XV - licença ao servidor acidentado em serviço ou acometido de doença profissional;

XVI - missão no País ou no exterior, quando o afastamento for remunerado;

XVII - doença de notificação compulsória;

XVIII - afastamento para participação em programa de treinamento regularmente instituído ou em programa de pós-graduação *sensu stricto*, conforme dispuser o regulamento;

XIX - trânsito do servidor que passar a ter exercício em nova sede;

XX - exercício de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal;

XXI - exercício de mandato em confederação, federação, associação e sindicato representativo de categoria de servidores públicos estaduais, ou entidade fiscalizadora da profissão;

XXII - participação em competição esportiva, por até 30 (trinta) dias;

XXIII - doação de sangue, desde que devidamente comprovada e limitada a quatro ocorrências por ano;

XXIV - abono de faltas.

Parágrafo único. Considera-se ainda como de efetivo exercício o período em que o servidor estiver em disponibilidade.

Art. 31. A autoridade que irregularmente der exercício a servidor estadual responderá civil e criminalmente por tal ato e ficará pessoalmente responsável por quaisquer pagamentos que se fizerem em decorrência dessa situação.

### Seção V Da substituição

Art. 32. Os ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento superior terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou da entidade.

§ 1º O substituto assumirá automática e cumulativamente, sem prejuízo daquele que ocupa, o exercício do cargo de direção, chefia e assessoramento integrante da estrutura básica ou complementar, nos afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares do titular e fará jus à retribuição pelo exercício do mesmo, paga na proporção dos dias de efetiva substituição, em detrimento da contraprestação pelo cargo definitivamente ocupado pelo substituto, sendo-lhe facultada a opção pela remuneração ou subsídio apenas do cargo que ocupa.

§ 2º Nos afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares

dos titulares dos órgãos ou das entidades o ato de substituição, na forma do § 1º, competirá ao Chefe do Poder Executivo.

### Seção VI Do estágio probatório

Art. 33. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo fica sujeito ao estágio probatório pelo prazo de três anos de efetivo exercício, com o objetivo de apurar os requisitos necessários à sua confirmação no cargo para o qual foi nomeado.

§ 1º São requisitos básicos a serem apurados no estágio probatório:

- I - iniciativa;
- II - assiduidade e pontualidade;
- III - relacionamento interpessoal;
- IV - eficiência;
- V - comprometimento com o trabalho.

§ 2º A verificação dos requisitos do estágio probatório será efetuada por comissão permanente designada pelo titular do órgão ou da entidade em que o servidor nomeado tiver exercício e far-se-á mediante apuração semestral de avaliação individual de desempenho até o 30º (trigésimo) mês de efetivo exercício, sendo os últimos seis meses do período do estágio probatório também destinados à conclusão do respectivo processo de avaliação, sem prejuízo da continuidade de apuração dos requisitos enumerados no §1º deste artigo.

§ 3º Para o cumprimento da semestralidade a que se refere o § 2º deste artigo, o 31º (trigésimo primeiro) mês de efetivo exercício deverá ser utilizado para o alcance de cinco avaliações.

§ 4º A chefia imediata do servidor avaliado, ou a mediata em sua ausência, enviará à comissão de que trata o § 2º deste artigo registros sobre o desempenho do servidor no exercício do cargo, nos termos do regulamento.

§ 5º Na avaliação especial de desempenho dos servidores ocupantes de cargos que possuam requisitos e procedimentos próprios estabelecidos em lei específica, serão observados, de modo complementar, os requisitos previstos nos incisos do § 1º deste artigo.

§ 6º Na hipótese de disposição de servidor em estágio probatório, a contagem do respectivo prazo e a sua avaliação serão suspensas quando ele assumir atribuições diversas das do cargo de provimento efetivo.

Art. 34. Durante o ano civil, as avaliações serão realizadas em meses prefixados, conforme definido em regulamento.

Parágrafo único. Excepcionalmente, na 1ª (primeira) avaliação e nos casos de afastamentos que resultarem em suspensão da contagem do tempo de estágio probatório, as avaliações poderão ser realizadas em interstício inferior a 6 (seis) meses, desde que observado o mínimo de 90 (noventa) dias de efetivo exercício.

Art. 35. O não atendimento de quaisquer dos requisitos estabelecidos para o estágio probatório implicará instauração do processo administrativo de exoneração do servidor pelo titular do órgão ou da entidade onde ele tem exercício, na forma da lei específica que regula o processo administrativo estadual, com observância do contraditório e da ampla defesa, bem como do procedimento previsto em regulamento.

§ 1º A apuração dos requisitos de que trata o art. 33 desta Lei deverá ser processada de modo que o processo administrativo de exoneração seja instaurado antes de findo o período de estágio, sob pena de responsabilidade da autoridade.

§ 2º Uma vez encerrada a fase instrutória do processo administrativo de exoneração, com a apresentação do relatório final da comissão processante, será ele encaminhado, com a manifestação conclusiva do titular do órgão ou da entidade de origem do servidor, à decisão final do Chefe do Poder Executivo.

Art. 36. O servidor público não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.

Art. 37. Na hipótese de acumulação lícita de cargos, o estágio probatório é cumprido em relação a cada cargo em cujo exercício esteja o servidor, vedado o aproveitamento de prazo ou pontuação.

Art. 38. O servidor pode desistir do estágio probatório e ser reconduzido ao cargo de provimento efetivo anteriormente ocupado no qual já possuía estabilidade, observado o disposto no art. 53 desta Lei.

Parágrafo único. Não pode desistir do estágio probatório o servidor

que responda a processo administrativo disciplinar.

Art. 39. É vedado à administração pública conceder licença não remunerada ou autorizar afastamento sem remuneração ao servidor em estágio probatório.

§ 1º Excetua-se do disposto neste artigo o afastamento para o serviço militar ou para o exercício de mandato eletivo.

§ 2º Na hipótese de o cônjuge também servidor público deste Estado ter sido removido de ofício, poderá excepcionalmente ser concedida ao servidor em estágio probatório a licença por motivo de afastamento do cônjuge, caso em que o estágio probatório será suspenso.

Art. 40. O servidor em estágio probatório pode:

I - exercer qualquer cargo em comissão ou função de confiança no órgão ou na entidade de origem;

II - ser colocado à disposição de outro órgão ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional desde que mantidas as mesmas atribuições do cargo de provimento efetivo para o qual nomeado ou para ocupar cargo de provimento em comissão de direção e chefia;

III - desempenhar mandato diretivo em empresa pública e sociedade de economia mista sob o controle acionário do Estado de Goiás.

Art. 41. Ao servidor em estágio probatório não poderão ser concedidos:

I - as licenças:

- a) para capacitação;
- b) para tratar de interesses particulares;
- c) por motivo de afastamento do cônjuge, excetuada a hipótese disciplinada no §2º do art. 39 desta Lei;

II - o afastamento para participar de programa de pós-graduação *stricto sensu*.

Art. 42. O estágio probatório será imediatamente suspenso durante a fruição de:

I - licença, motivada por:

- a) doença em pessoa da família;
- b) maternidade;
- c) afastamento do cônjuge, na forma do § 2º do art. 39;
- d) convocação para o serviço militar;
- e) atividade política;
- f) mandato classista;

II - afastamento, motivado por:

- a) exercício de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal;
- b) exercício de cargo de provimento em comissão em órgão ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, que implique a assunção de atribuições diversas das do cargo de provimento efetivo;
- c) desempenho de mandato diretivo em empresa pública e sociedade de economia mista sob o controle acionário do Estado de Goiás.

§ 1º Nos demais casos previstos no art. 30, que excedam a 30 (trinta) dias, suspensa será a contagem do prazo do estágio probatório a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia.

§ 2º Nos casos de suspensão do estágio probatório, ele será retomado a partir do término do impedimento.

### Seção VII Da estabilidade

Art. 43. O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo regularmente aprovado no estágio probatório adquire estabilidade no serviço público ao completar três anos de efetivo exercício.

Art. 44. O servidor estável só perde o cargo nas hipóteses previstas na Constituição Federal.

Parágrafo único. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, com vencimento proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

### Seção VIII Da readaptação

Art. 45. Readaptação é a investidura do servidor efetivo em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção realizada pela Junta Médica Oficial do Estado.



§ 1º A readaptação será efetivada em atividades compatíveis com a limitação sofrida, respeitados a habilitação exigida no concurso público, o nível de escolaridade e a equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

§ 2º A readaptação será precedida, sempre que necessário, de reabilitação profissional e social do servidor, de forma a recuperar sua habilidade profissional para o exercício de atividade produtiva no serviço público estadual, bem como a sua integração ou reintegração social.

§ 3º A readaptação, que se dará sem prejuízo da remuneração ou do subsídio do servidor, implica inspeção periódica pela Junta Médica Oficial do Estado.

§ 4º Constatada a cessação da limitação física ou mental que originou a readaptação, o servidor retornará às atribuições e responsabilidades integrais do cargo ocupado.

§ 5º Se julgado definitivamente incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado.

#### **Seção IX Da reversão**

Art. 46. Reversão é o retorno à atividade do servidor aposentado por invalidez, quando insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria, dependendo sempre da existência de vaga.

§ 1º A reversão dar-se-á a requerimento do interessado ou de ofício.

§ 2º Em nenhum caso poderá reverter à atividade o aposentado que, em inspeção médica, não comprovar a capacidade para o exercício do cargo.

Art. 47. A reversão dar-se-á no mesmo cargo ou no resultante de sua transformação.

Parágrafo único. Em hipótese alguma a reversão poderá ser decretada em cargo de vencimento ou remuneração inferior ao provento da inatividade, excluídas, para este efeito, as vantagens já incorporadas por força de legislação anterior.

Art. 48. A reversão do servidor aposentado dará direito, em caso de nova aposentadoria, à contagem do tempo de serviço computado para a concessão da anterior.

Art. 49. O servidor revertido não será aposentado novamente, sem que tenha cumprido pelo menos 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se deu o seu retorno à atividade, salvo se a aposentadoria for por motivo de saúde ou compulsória pelo atingimento da idade limite para a permanência no serviço público.

Art. 50. Será tornada sem efeito a reversão do servidor que deixar de entrar em exercício no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 51. Não poderá reverter o aposentado que já tiver atingido a idade da aposentadoria compulsória.

#### **Seção X Da reintegração**

Art. 52. A reintegração é a reinvestidura do servidor no cargo anteriormente ocupado, ou naquele resultante da respectiva transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com o restabelecimento dos direitos que deixou de auferir no período em que esteve demitido.

§ 1º Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, observado o disposto nos arts. 54 a 56 desta Lei.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante deve ser reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, ou aproveitado em outro cargo ou, ainda, posto em disponibilidade.

§ 3º É de 15 (quinze) dias o prazo para o servidor retornar ao exercício do cargo, contados da data em que tomou ciência do ato de reintegração.

#### **Seção XI Da Recondução**

Art. 53. A recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorre de:

I - reprovação em estágio probatório relativo a outro cargo;

II - reintegração do anterior ocupante;

III - desistência de estágio probatório relativo a outro cargo, em caso de vacância do anteriormente ocupado.

§ 1º Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor tem de ser aproveitado em outro cargo, observado o disposto nos arts. 54 a 56.

§ 2º O servidor tem de retornar ao exercício do cargo até o dia seguinte ao da ciência do ato de recondução.

§ 3º Na hipótese do inciso III deste artigo, o pedido de recondução somente poderá ser apresentado enquanto o servidor não for confirmado no cargo objeto de estágio probatório.

#### **Seção XII Da disponibilidade e do aproveitamento**

Art. 54. O servidor só pode ser posto em disponibilidade nos casos previstos na Constituição Federal, com remuneração proporcional ao respectivo tempo de serviço.

§ 1º O período relativo à disponibilidade será considerado como de efetivo exercício para efeito de aposentadoria.

§ 2º O servidor posto em disponibilidade será mantido sob responsabilidade do Órgão Central de Gestão de Pessoal.

Art. 55. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade é feito mediante aproveitamento:

I - no mesmo cargo;

II - em cargo resultante da transformação do anteriormente ocupado;

III - em outro cargo, observados a compatibilidade de atribuições, a escolaridade e os vencimentos ou o subsídio do cargo anteriormente ocupado.

Art. 56. É obrigatório o imediato aproveitamento de servidor em disponibilidade, assim que houver vaga.

§ 1º É de 15 (quinze) dias o prazo para o servidor retornar ao exercício, contados da data em que tomou ciência do aproveitamento.

§ 2º Deve ser tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade, se o servidor não retornar ao exercício no prazo do § 1º, salvo se por doença comprovada pela Junta Médica Oficial.

#### **Seção XIII Da promoção**

Art. 57. Os requisitos para o desenvolvimento do servidor na carreira, mediante promoção, serão estabelecidos nas leis que disciplinam cada categoria funcional e respectivos regulamentos.

Parágrafo único. A promoção não interrompe o tempo de exercício no cargo.

#### **CAPÍTULO II DA VACÂNCIA**

Art. 58. A vacância do cargo público decorre de:

I - exoneração;

II - demissão;

III - aposentadoria;

IV - falecimento;

V - promoção;

VI - readaptação;

VII - posse em outro cargo inacumulável;

VIII - perda do cargo, nos demais casos previstos na Constituição Federal.

Art. 59. A exoneração de cargo de provimento efetivo dá-se a pedido do servidor ou de ofício.

Parágrafo único. A exoneração de ofício ocorre, exclusivamente, quando o servidor:

I - for reprovado no estágio probatório;

II - depois de tomar posse, não entrar em exercício no prazo estabelecido;

III - for investido em cargo, emprego ou função pública incompatível com o de que é ocupante, exceto na hipótese de vacância do primeiro;

IV - na hipótese de abandono de cargo, quando extinta a punibilidade por prescrição.

Art. 60. A exoneração de cargo em comissão dar-se-á:

I - a critério da autoridade competente para o respectivo provimento;

II - a pedido do servidor.

Art. 61. A exoneração a pedido será precedida de requerimento escrito do próprio interessado e encontra-se vedada àquele que

estiver respondendo a processo administrativo disciplinar ou cumprindo penalidade.

Art. 62. É vedada a concessão de aposentadoria voluntária a servidor que esteja respondendo a processo administrativo disciplinar ou cumprindo penalidade disciplinar.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 63. Ao ser nomeado e tomar posse em outro cargo inacumulável, o servidor estável pode pedir a vacância do cargo efetivo por ele ocupado, observando-se o seguinte:

I - durante o prazo de estágio probatório do novo cargo, ele pode retornar ao cargo anteriormente ocupado, mediante recondução;  
II - o cargo para o qual se pediu vacância pode ser provido pela Administração Pública.

Parágrafo único. É vedada a vacância a servidor que esteja respondendo a processo administrativo disciplinar ou cumprindo penalidade disciplinar.

### CAPÍTULO III DAS MOVIMENTAÇÕES

#### Seção I Das disposições gerais

Art. 64. O servidor poderá, a pedido ou de ofício, contanto que no interesse da Administração pública estadual, ter alterado o seu local de exercício nas situações de:

I - remoção;  
II - disposição;  
III - cessão.

§ 1º A movimentação de que trata o *caput* deste artigo não implica qualquer modificação da relação jurídica funcional do servidor, que tem garantidos todos os direitos referentes ao exercício do cargo, na forma da lei.

§ 2º Não haverá movimentação de servidor que encontrar-se em licença ou afastado legalmente.

Art. 65. A alteração do local de exercício do servidor não pode configurar desvio de função, sob pena de nulidade do ato.

Art. 66. A competência para movimentação do servidor será:

I - do titular do órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício para os casos de remoção;  
II - do titular do Órgão Central de Gestão de Pessoal para os casos de disposição;  
III - do Chefe do Poder Executivo estadual para os casos de cessão, ou da autoridade a quem por ele delegada.

§ 1º Regulamento específico definirá demais critérios e condições para a movimentação de pessoal.

§ 2º Cabe ao Órgão Central de Gestão de Pessoal o controle das movimentações de servidor realizadas sob a forma de disposição e cessão.

#### Seção II Da remoção

Art. 67. Remoção é a alteração do local de exercício do servidor, exclusivamente de uma para outra unidade integrante do mesmo órgão ou entidade da Administração Pública, com ou sem mudança de sede.

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, entende-se por modalidades de remoção:

I - de ofício, no interesse da Administração;  
II - a pedido, a critério da Administração;  
III - a pedido, independentemente do interesse da Administração:  
a) para acompanhar cônjuge ou companheiro também servidor público civil ou militar de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração;

b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por Junta Médica Oficial.

§ 2º Sendo ambos servidores estaduais, a remoção de ofício de um dos cônjuges assegurará a do outro à mesma localidade.

Art. 68. A remoção de que tratam os incisos I e II do art. 67 somente poderá ser feita mediante preenchimento de claro de lotação.

Parágrafo único. À remoção de que trata o inciso III do art. 67 não se

aplica o requisito do *caput* deste artigo, sendo exigida tão somente a existência de repartição estadual na localidade.

#### Seção III Da disposição

Art. 69. Disposição é a mudança de exercício do servidor para outro órgão ou entidade integrante da administração direta e indireta, incluindo empresas públicas e sociedades de economia mista, do Estado de Goiás, observado o que segue:

§ 1º A O requisitante assumirá diretamente em sua folha de pagamento o ônus da remuneração ou subsídio do servidor ou empregado público, assim como seus encargos sociais e trabalhistas.

§ 2º Somente os cargos de provimento em comissão que não integram a estrutura básica ou a complementar poderão ser objeto de disposição nos termos do *caput* deste artigo.

Art. 70. A disposição de servidor estadual finaliza:

I - com o término do período pactuado entre os órgãos ou entidades;  
II - com a revogação pela autoridade cedente, por iniciativa dela ou da autoridade cessionária.

Parágrafo único. Finalizada a disposição, o servidor tem de apresentar-se ao órgão, à autarquia ou fundação de origem até o dia seguinte ao da sua ciência da revogação ou do encerramento da vigência do ato, independentemente de comunicação entre o requisitado e o requisitante.

#### Seção IV Da cessão

Art. 71. Cessão é a transferência temporária de exercício do servidor para órgão ou entidade que não integre o Poder Executivo estadual, inclusive para os Poderes da União, do Estado de Goiás ou de outros estados, do Distrito Federal ou dos municípios, para órgãos constitucionais autônomos, para consórcio público do qual o Estado de Goiás faça parte, ou ainda para entidades e organizações sociais, e poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

I - para exercício de cargo em comissão;  
II - em casos previstos em leis específicas, em convênios e noutros ajustes congêneres celebrados pela Administração Pública; ou  
III - para a Assembleia Legislativa do Estado.

Art. 72. As cessões de servidor estadual ocorrerão:

I - no caso do inciso I do art. 71, com ônus para o cessionário, que ressarcirá o cedente dos valores da remuneração ou do subsídio, acrescidos dos encargos sociais e trabalhistas, observados os seguintes critérios:

a) o órgão ou entidade cedente tem que apresentar ao cessionário, mensalmente, a fatura com os valores discriminados por parcelas remuneratórias ou por subsídio, mais os encargos sociais e trabalhistas;  
b) com atrasos superiores a 60 (sessenta) dias no ressarcimento, a cessão será revogada e o servidor se reapresentará ao seu órgão, à autarquia ou à fundação de origem;  
c) o encerramento da cessão não desobriga o cessionário do ressarcimento dos valores das parcelas despendidas pelo cedente durante a vigência;

d) o cessionário efetuará diretamente o pagamento da retribuição do cargo em comissão ou outra vantagem por ele concedida ao servidor cedido;

II - no caso do inciso II do art. 71, em conformidade com a legislação específica existente;

III - no caso do inciso III do art. 71, com ônus para o cedente, limitado a 03 (três) servidores por Gabinete de Deputado Estadual e a 08 (oito) servidores para atender ao Gabinete do Presidente da Assembleia.

Art. 73. A cessão de servidor estadual finaliza com:

I - a exoneração do cargo para o qual o servidor foi cedido, salvo se houver nova nomeação na mesma data;

II - a revogação pela autoridade cedente; e

III - o término do período pactuado entre os órgãos ou entidades.

Parágrafo único. Finalizada a cessão, o servidor tem que apresentar-se ao órgão, à autarquia ou à fundação de origem até o dia seguinte ao da exoneração, revogação ou do encerramento da vigência do ato, independentemente de comunicação entre o cessionário e o cedente.



CAPÍTULO IV  
DO REGIME DE TRABALHO

Seção I  
Da jornada de trabalho

Art. 74. Salvo disposição legal em contrário, o servidor cumprirá jornada de trabalho de, no máximo, 8 (oito) horas diárias, 40 (quarenta) horas semanais e 200 (duzentas) horas mensais, assegurado descanso semanal remunerado mínimo de vinte e quatro horas consecutivas.

§ 1º O período diário normal de trabalho do servidor é de 8 (oito) horas a serem cumpridas em dois turnos, de preferência de segunda a sexta-feira, das 8 (oito) às 12 (doze) e das 14 (quatorze) às 18 (dezoito) horas.

§ 2º Os titulares de cargos de direção e chefia, mediante aprovação de Secretário de Estado ou autoridade equivalente, poderão alterar o horário de que trata este artigo, observado o limite ali estabelecido, sempre que as necessidades do serviço exigirem.

§ 3º Ao servidor que seja pessoa com deficiência, na forma da lei, e exija cuidados especiais ou tenha, sob seus cuidados, cônjuge, companheiro, filho ou dependente, nessa mesma condição, poderá ser concedida redução de jornada de trabalho para o equivalente a 6 (seis) horas diárias, 30 (trinta) semanais e 150 (cento e cinquenta) horas mensais, observado o seguinte:

I - a redução da jornada não implica redução proporcional da remuneração;

II - a concessão depende de prévia avaliação da Junta Médica Oficial.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica à duração de trabalho estabelecida em leis estaduais especiais.

§ 5º Aplica-se a jornada de trabalho fixada no *caput* no caso de omissão nas leis estaduais específicas, mantidos os vencimentos nelas previstos.

§ 6º É vedado aplicar ao regime de trabalho interpretação por analogia, extensão ou semelhança de atribuições.

§ 7º O tempo de trabalho em efetiva atividade de teleatendimento, telefonista ou telemarketing é de, no máximo, 6 (seis) horas diárias, nele incluídos os seguintes intervalos para repouso e alimentação, sem qualquer prejuízo remuneratório:

I - dois intervalos de 10 (dez) minutos contínuos após os primeiros e antes dos últimos 60 (sessenta) minutos de trabalho;

II - um intervalo de 20 (vinte) minutos contínuos durante a 4ª (quarta) hora de trabalho.

§ 8º Para os fins do disposto no § 7º deste artigo, entende-se como trabalho de teleatendimento, telefonista ou telemarketing aquele cuja comunicação com interlocutores internos e externos seja realizada, predominantemente, à distância, por intermédio de voz e/ou mensagens eletrônicas, com a utilização simultânea de equipamentos de audição/escuta e fala telefônica, bem como sistemas informatizados ou manuais de processamento de dados, em ambiente no qual a principal atividade se faça via telefone e/ou rádio.

§ 9º É vedada a prorrogação da jornada de trabalho nas atividades de teleatendimento, telefonista ou telemarketing, salvo por motivo de força maior, necessidade imperiosa ou realização ou conclusão de serviços inadiáveis, cuja execução possa acarretar prejuízo manifesto, com respeito ao limite de 36 (trinta e seis) horas semanais.

§ 10. Em caso de prorrogação da jornada normal de trabalho de teleatendimento, telefonista ou telemarketing, será obrigatória a concessão de descanso mínimo de 15 (quinze) minutos antes do início do período extraordinário de trabalho.

Art. 75. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a implantar o sistema de teletrabalho no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Goiás, que consiste em modalidade de trabalho a ser prestada de forma remota por agente público ocupante de cargo de provimento efetivo ou em comissão, pela utilização de recursos tecnológicos, fora das dependências físicas de seu órgão ou entidade de lotação e cuja atividade, não se constituindo, por sua natureza, em trabalho externo, possa ter os seus resultados efetivamente mensuráveis, com efeitos jurídicos equiparados àqueles decorrentes da atuação presencial, nos termos do regulamento.

Parágrafo único. O sistema de teletrabalho não se aplica aos ocupantes dos cargos de provimento em comissão de chefia e direção.

Art. 76. O servidor da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, sujeito, em razão do seu cargo de provimento efetivo, a 8 (oito) horas diárias de trabalho, poderá ter sua carga reduzida de  $\frac{1}{4}$  (um quarto), mediante termo de opção em que manifeste a intenção de aderir à jornada de 6 (seis) horas diárias e declare estar de acordo com a aplicação de idêntico redutor de  $\frac{1}{4}$  (um quarto) sobre a sua remuneração ou subsídio, enquanto perdurar o seu novo regime de trabalho.

§ 1º O termo de opção será autuado no órgão ou na entidade de lotação do servidor e o processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhado, devidamente instruído, inclusive com manifestação do respectivo titular, ao Órgão Central de Gestão de Pessoal.

§ 2º A opção de que trata este artigo, uma vez deferida pelo titular do Órgão Central de Gestão de Pessoal, implicará a sujeição do servidor optante à jornada de 6 (seis) horas diárias de trabalho e ao correspondente redutor de  $\frac{1}{4}$  (um quarto) da remuneração ou do subsídio a que fizer jus, pelos prazos mínimo de 6 (seis) meses e máximo de 18 (dezoito) meses consecutivos, podendo ela, todavia, ser objeto de retratação, a seu juízo exclusivo, após o decurso do primeiro prazo.

§ 3º A jornada de trabalho de 6 (seis) horas será corrida, com intervalo previsto em lei, e cumprida, preferencialmente, das 12 (doze) às 18 (dezoito) horas, a juízo do titular do órgão ou da entidade de lotação do servidor.

§ 4º A aplicação do redutor de que trata o § 2º não poderá alcançar patamar remuneratório ou de subsídio inferior ao valor do salário-mínimo.

Art. 77. Os órgãos cujos serviços se fizerem necessários diuturnamente e/ou aos sábados, domingos e feriados civis ou religiosos funcionarão nesses dias em regime de plantão fixado pelos respectivos dirigentes, assegurados aos seus servidores o descanso semanal remunerado de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas consecutivas.

Art. 78. Os servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão ou designados para função comissionada estão sujeitos, qualquer que seja seu cargo ou emprego de origem, à jornada de 8 (oito) horas diárias de trabalho, regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocados sempre que houver interesse da Administração.

Parágrafo único. Aos servidores abrangidos pelo *caput* aplica-se a redução de jornada prevista no § 3º do art. 74.

Art. 79. Os servidores sujeitos à jornada de 6 (seis) horas diárias de trabalho farão jus a intervalo diário para descanso de 15 (quinze) minutos consecutivos ao longo dela, sem qualquer prejuízo remuneratório.

Parágrafo único. O intervalo do *caput* não poderá ser utilizado para compensação em caso de atraso ou saída antecipada.

Art. 80. O servidor que não cumprir integralmente a jornada diária a que está sujeito, em virtude de atrasos ou saídas antecipadas, terá descontado de sua remuneração ou subsídio diário o valor proporcional a tais ocorrências, na forma do regulamento.

Art. 81. Nos dias úteis, por determinação contida em decreto do Governador do Estado poderão deixar de funcionar as repartições integrantes do Poder Executivo ou ser suspensos seus trabalhos.

Art. 82. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a instituir o sistema de compensação de horas, por meio do Banco de Horas, a ser disciplinado em regulamento.

Seção I  
Da frequência

Art. 83. Frequência é o comparecimento obrigatório do servidor ao serviço dentro do horário fixado em lei ou regulamento do órgão de sua lotação, para cabal desempenho dos deveres inerentes ao cargo ou à função, observadas a natureza e as condições do trabalho.

Parágrafo único. Apura-se a frequência:

I - pelo ponto;

II - pela forma determinada em regimentos, quanto aos servidores que, em virtude das atribuições que desempenham, não estão sujeitos a ponto.

Art. 84. Ponto é o registro pelo qual se verificarão, diariamente, a





entrada e a saída do servidor em serviço.

§ 1º Nos registros de ponto deverão ser lançados todos os elementos necessários à apuração da frequência.

§ 2º A frequência do servidor da administração direta, autárquica e fundacional será apurada por meio do sistema de ponto eletrônico em que serão registradas, diariamente e a cada turno, a entrada e a saída do servidor em seu local de trabalho, salvo as hipóteses previstas em regulamento.

§ 3º Salvo nos casos expressamente previstos em lei e regulamento, é vedado dispensar o servidor do registro do ponto e abonar faltas ao serviço.

§ 4º As autoridades e os servidores que, de qualquer forma, contribuírem para o descumprimento do disposto no parágrafo anterior, serão obrigados a repor aos cofres públicos as importâncias indevidamente pagas aos servidores faltosos, sem prejuízo da responsabilização disciplinar cabível.

§ 5º Em cada mês civil poderão ser abonadas até 3 (três) faltas do servidor, desde que devidamente justificadas por atestado médico e não excedam a 24 (vinte e quatro) horas no mês e a 18 (dezoito) faltas em cada exercício.

§ 6º Ultrapassado o limite de que trata o §5º deste artigo, os atestados médicos particulares deverão ser submetidos à Junta Médica Oficial do Estado, na forma do art. 136 desta Lei.

§ 7º Poderão ser também abonadas, desde que justificadas e devidamente comprovadas, as ausências do servidor na forma do regulamento.

§ 8º A dispensa da marcação do ponto, quando assim o exigir o serviço, não desobriga o servidor por ela atingido do cumprimento de suas obrigações funcionais.

Art. 85. Excetuados os ocupantes de cargos em comissão de direção, chefia e assessoramento superior da estrutura básica todos os servidores estão sujeitos à prova de pontualidade e frequência mediante o sistema de marcação de ponto.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao servidor que, necessariamente, desempenhe suas atividades em serviços externos, bem assim ao que, pela natureza de suas atribuições, quando comprovadamente no exercício delas, tenha de deslocar-se da repartição em que estiver lotado, os quais terão frequência apurada conforme regulamento.

Art. 86. São consideradas faltas injustificadas, sem prejuízo de outras, as ausências decorrentes de:

I - não retorno ao exercício, no prazo fixado nesta Lei, em caso de reversão, reintegração, recondução ou aproveitamento;

II - não apresentação imediata para exercício no órgão, autarquia ou fundação, em caso de remoção ou término de afastamento ou licença, salvo prorrogação;

III - interstício entre:

a) o afastamento do órgão, da autarquia ou fundação de origem e o exercício no órgão ou na entidade a que o servidor foi cedido ou de que colocado à disposição;

b) o término da cessão ou da disposição de que trata a alínea "a" e o reinício do exercício no órgão, na autarquia ou fundação de origem.

Art. 87. Aos servidores que estiverem cursando estabelecimentos de ensino oficiais ou reconhecidos poderá ser concedido horário especial, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição.

§ 1º É exigida do servidor a compensação de horário na unidade administrativa, de modo a cumprir integralmente a carga horária semanal de trabalho.

§ 2º O servidor estudante deve comprovar, mensalmente, a sua frequência escolar.

### TÍTULO III DOS DIREITOS E VANTAGENS

#### CAPÍTULO I DO SISTEMA REMUNERATÓRIO

##### Seção I Das Disposições Gerais

Art. 88. A retribuição pecuniária mensal pelo exercício de cargo público é fixada em lei, sob a forma de:

I - subsídio, fixado em parcela única; ou

II - vencimentos ou remuneração, consistentes na soma do vencimento do cargo efetivo acrescido das vantagens pecuniárias permanentes, estabelecidas em lei.

§ 1º Vencimento é a retribuição pecuniária paga pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

§ 2º O valor diário da remuneração ou subsídio obtém-se dividindo-se o valor da retribuição pecuniária mensal por 30(trinta).

§ 3º O valor horário da remuneração ou subsídio obtém-se dividindo-se a retribuição pecuniária mensal pelo quádruplo da carga horária semanal.

§ 4º Na retribuição pecuniária mensal não se incluem o décimo terceiro salário, o adicional de férias, o adicional noturno, o adicional por serviço extraordinário, as vantagens de natureza eventual e/nem as de caráter indenizatório.

§ 5º Fica vedado o pagamento de qualquer parcela ou vantagem remuneratória aos servidores da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo sem o respectivo processamento no sistema oficial de folha de pagamento do Órgão Central de Gestão de Pessoal.

Art. 89. Ao subsídio é vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, à exceção das parcelas indenizatórias, na forma do § 4º do art. 39 da Constituição Federal.

Art. 90. O vencimento ou o subsídio são irredutíveis.

Art. 91. Na fixação do subsídio ou dos padrões do vencimento e das demais parcelas do sistema remuneratório, devem ser observados:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II - os requisitos para investidura;

III - as peculiaridades dos cargos.

#### Seção II

##### Dos descontos e da indenização ao erário estadual

Art. 92. Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou subsídio.

Parágrafo único. Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento em favor de terceiros, a critério da Administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento.

Art. 93. O subsídio ou a remuneração total do servidor não podem ser inferiores ao salário-mínimo.

§ 1º O valor do subsídio ou da remuneração deve ser complementado, sempre que ficar abaixo do salário-mínimo.

§ 2º O cálculo de gratificações e outras vantagens pecuniárias não incide sobre o complemento pago na forma do §1º.

Art. 94. O servidor que não cumprir integralmente a jornada diária a que está sujeito, em virtude de ausências injustificadas, atrasos ou saídas antecipadas, terá descontado de sua remuneração ou subsídio o valor proporcional correspondente a tais ocorrências, ressalvados a compensação e o abono de faltas, na forma do regulamento.

Parágrafo único. As faltas consecutivas iguais ou superiores a 30 (trinta) dias também redundarão na perda do descanso semanal remunerado.

Art. 95. O subsídio, a remuneração ou qualquer de suas parcelas têm natureza alimentar e não são objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultantes de decisão judicial.

Parágrafo único. O crédito em conta bancária não descaracteriza a natureza jurídica do subsídio ou da remuneração.

Art. 96. O pagamento efetuado pela administração pública em desacordo com a legislação não aproveita ao servidor beneficiado, ainda que ele não tenha dado causa ao erro.

Parágrafo único. É vedado exigir reposição de valor em virtude de aplicação retroativa de nova interpretação da norma de regência.

Art. 97. Os valores indevidamente auferidos bem como as indenizações ao erário serão previamente comunicados ao servidor ativo, aposentado ou pensionista, para pagamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, podendo ser parcelados, a pedido do interessado.

§ 1º O servidor será intimado, preferencialmente por meio eletrônico, para, em até 10 (dez) dias, apresentar defesa, pagar o valor apurado ou solicitar parcelamento, cujo valor de cada parcela não poderá ser inferior ao correspondente a dez por cento da remuneração, do



subsídio, dos proventos ou da pensão.

§ 2º Escoado o prazo fixado no § 1º sem o pagamento espontâneo ou manifestação do servidor, o valor devido, atualizado, a partir da data do evento, pelo índice oficial de inflação, será descontado da remuneração, do subsídio ou dos proventos dele.

§ 3º Quando o pagamento indevido houver ocorrido no mês anterior ao do processamento da folha, a reposição será feita imediatamente, mediante desconto numa única parcela.

§ 4º Na hipótese de valores recebidos em decorrência de cumprimento de decisão liminar, tutela provisória ou outra decisão judicial que venha a ser revogada ou rescindida, serão eles atualizados pelo índice oficial de inflação até a data da reposição.

§ 5º O servidor que se aposentar ou passar à condição de disponível continuará a responder pelas parcelas remanescentes da indenização ou restituição, na mesma proporção.

§ 6º O saldo devedor do servidor demitido, exonerado ou que tiver cassada a sua disponibilidade será resgatado de uma só vez, no prazo de 60 (sessenta) dias, respondendo da mesma forma o espólio, em caso de morte.

§ 7º Após o prazo previsto no parágrafo anterior, o saldo remanescente será inscrito na dívida ativa e cobrado por ação executiva.

§ 8º Fica autorizada a compensação dos valores indevidamente auferidos pelo servidor, bem como das indenizações ao erário com créditos líquidos, certos e exigíveis que tenha em virtude do cargo ocupado, sendo vedado o aproveitamento de diferenças que sejam objeto de litígio judicial.

§ 9º Os procedimentos de conciliação e mediação serão utilizados de maneira prioritária para o ressarcimento e indenização ao erário, atendidos os parâmetros legais sobre autocomposição.

Art. 98. O débito do servidor com o erário ou o crédito que venha a ser reconhecido administrativamente deve ser atualizado, a partir da data do evento, pelo índice oficial de inflação.

Art. 99. Em caso de demissão, exoneração, aposentadoria ou vacância, o servidor tem direito de receber os créditos a que faz jus até a data do evento.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, aos casos de dispensa da função comissionada ou exoneração de cargo em comissão, quando:

I - seguidos de nomeações sucessivas;

II - se tratar de servidor efetivo, hipótese em que faz jus à percepção proporcional dos créditos daí decorrentes, inclusive o décimo terceiro salário e as férias.

§ 2º Nas hipóteses deste artigo, havendo débito do servidor com o erário, tem ele de ser deduzido integralmente dos créditos que tenha em virtude do cargo.

§ 3º Sendo insuficientes os créditos, o débito não deduzido tem de ser quitado na forma do art. 97.

§ 4º Os créditos a que o ex-servidor faz jus devem ser quitados no prazo de até 60 (sessenta) dias, salvo nos casos de insuficiência de dotação orçamentária, observado o regulamento.

Art. 100. Em caso de falecimento do servidor e após apuração dos valores e dos procedimentos de que trata o art. 97, o saldo remanescente deve ser:

I - pago aos beneficiários da pensão e, na falta desses, aos sucessores judicialmente habilitados;

II - cobrado na forma da lei civil, se negativo.

## CAPÍTULO II DAS VANTAGENS

Art. 101. Além do vencimento, podem ser pagas ao servidor, como vantagens, as seguintes parcelas:

I - indenizações;

II - gratificações;

III - adicionais.

Parágrafo único. As vantagens pecuniárias não são computadas nem acumuladas para efeito de concessão de qualquer outro acréscimo pecuniário ulterior.

### Seção I Das Indenizações

Art. 102. Tem caráter indenizatório o valor das parcelas relativas a:

I - diária;

II - transporte;

III - ajuda de custo;

IV - alimentação;

V - créditos decorrentes de demissão, exoneração e aposentadoria relativos a férias ou adicional de férias;

VI - assistência pré-escolar;

VII - auxílio-funeral.

Art. 103. Os valores das indenizações, assim como as condições para a sua concessão, são estabelecidos em lei ou regulamento, e não podem ser:

I - incorporados à remuneração, ao subsídio ou aos proventos;

II - computados na base de cálculo para fins de incidência da contribuição previdenciária e de quaisquer outros tributos;

III - computados para o cálculo de qualquer outra vantagem pecuniária.

### Subseção I Das diárias e passagens

Art. 104. O servidor que, a serviço, afastar-se da sede de lotação em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as despesas com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme disposto em regulamento.

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, ou quando o Estado custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por ela.

§ 2º Não fará jus à diária o servidor que se deslocar dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas, salvo se houver pernoite fora da sede.

Art. 105. O servidor que receber diária ou passagem e, por qualquer motivo, não se afastar da sede, fica obrigado a restituição integral, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data em que deveria ter viajado.

Parágrafo único. Na hipótese de o servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá ele as diárias recebidas em excesso no prazo previsto no *caput*.

### Subseção II Da indenização de transporte

Art. 106. O servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, faz jus à indenização de transporte, na forma do regulamento.

### Subseção III Da ajuda de custo

Art. 107. A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas:

I - de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente;

II - com pousada, alimentação e locomoção urbana do servidor que, a serviço, afastar-se da sede de lotação em caráter eventual ou transitório para o exterior, na forma do regulamento;

III - do servidor que, por iniciativa própria, na forma do parágrafo único do art. 176, tenha obtido bolsa de estudo ou inscrição em cursos fora do Estado ou no exterior, desde que a modalidade de que trate seja correlata à sua formação e atividade profissional no serviço público estadual, na forma do regulamento;

IV - à família do servidor movimentado com mudança de sede, que vier a falecer no novo local de exercício, com o retorno para a localidade de origem, dentro do prazo de 1 (um) ano contado do óbito, quando a movimentação tiver ocorrido:

a) por remoção, nos casos do inciso I do art. 67;

b) por disposição, ficando o ônus para o requisitante;

c) nos casos de cessão, sendo o ônus do cessionário, mediante ressarcimento ao cedente.

§ 1º No caso da ajuda de custo paga com fundamento no inciso I aplicam-se as seguintes regras:

I - é vedado o duplo pagamento de indenização, a qualquer tempo,

na hipótese de cônjuge ou companheiro, também servidor que vir a ter exercício na mesma sede;

II - correm por conta da Administração as despesas de transporte do servidor e de sua família, compreendendo bagagem e bens pessoais;

III - não será concedida ajuda de custo na remoção a pedido;

IV - é calculada sobre a remuneração ou subsídio do servidor, conforme disposto em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a 3 (três) meses;

V - não será concedida ao servidor que se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato eletivo;

VI - poderá ser concedida àquele que, não sendo servidor do Estado de Goiás, for nomeado para cargo de Secretário de Estado ou autoridade equivalente, com mudança de domicílio.

§ 2º À ajuda de custo de que trata o inciso IV do *caput* aplicam-se as regras dispostas nos incisos II e IV do § 1º.

Art. 108. O servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando:

I - injustificadamente não se apresentar na nova sede no prazo legal;

II - por qualquer motivo, não se afastar da sede.

§ 1º Na hipótese de o servidor retornar à sede do exterior em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, ele restituirá os valores recebidos em excesso.

§ 2º A restituição da ajuda de custo deverá ser efetivada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da seguinte forma:

a) no caso do inciso I, da data em que deveria ter se apresentado na nova sede;

b) no caso do inciso II, da data em que deveria ter se afastado da sede;

c) no caso do § 1º, da data de seu retorno do exterior.

#### Subseção IV Do auxílio-alimentação

Art. 109. É devido ao servidor, mensalmente, o auxílio-alimentação, com os parâmetros e nos valores fixados na forma da lei.

Art. 110. O auxílio-alimentação se sujeita aos seguintes critérios:

I - seu pagamento é feito em pecúnia, sem contrapartida;

II - não pode ser acumulado com outro benefício da mesma espécie, ainda que pago *in natura*;

III - no caso de servidor cedido por outro órgão ou entidade que não integre a administração direta, autárquica e fundacional, depende de requerimento do interessado, no qual declare não receber benefício de mesma natureza;

IV - não é devido ao servidor em caso de:

a) licença ou afastamento;

b) férias;

c) suspensão em virtude de penalidade disciplinar;

d) falta injustificada;

V - terá caráter indenizatório; e

VI - não será incorporado ao vencimento, à remuneração, aos proventos ou à pensão.

§ 1º Considerar-se-á para o desconto do auxílio-alimentação, por dia não trabalhado, a proporcionalidade de 30 (trinta) dias.

§ 2º As diárias sofrerão desconto correspondente ao auxílio-alimentação a que fizer jus o servidor, exceto aquelas eventualmente pagas em finais de semana e feriados, que não corresponderem à jornada habitual, observada a proporcionalidade prevista no § 1º.

#### Subseção V Da assistência pré-escolar

Art. 111. A assistência pré-escolar é devida ao servidor com remuneração ou subsídio no valor de até R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), que possua dependente:

I - na faixa etária de 6 (seis) meses a 5 (cinco) anos de idade; ou

II - que seja pessoa com deficiência.

§ 1º O valor mensal da assistência pré-escolar é fixado em R\$ 200,00 (duzentos reais) por dependente matriculado em instituição educacional regular ou dedicada a pessoa com deficiência, devidamente autorizadas a funcionar.

§ 2º Consideram-se dependentes o filho de qualquer natureza e o menor sob guarda ou tutela do servidor, comprovadas mediante apresentação dos respectivos termos.

§ 3º No caso de dependente que seja pessoa com deficiência, não será considerada a idade cronológica, desde que seu desenvolvimento biológico, psicossocial e motor corresponda à idade mental relativa à faixa etária prevista no *caput* deste artigo, com a devida comprovação pela Junta Médica Oficial do Estado.

§ 4º Na hipótese de ambos os genitores serem servidores estaduais, o benefício será pago somente a um deles.

§ 5º Havendo acumulação legal de cargos, o benefício será pago em correspondência a apenas um dos cargos ocupados pelo servidor, sem prejuízo da aplicação do disposto no § 4º.

§ 6º Para a concessão do benefício deverão ser apresentadas pelo servidor:

I - cópia da Certidão do seu Registro Civil e do seu CPF;

II - cópia da Certidão de Nascimento, do Termo de Guarda ou Tutela, se necessário, e do cartão de vacinação do dependente;

III - cópia do laudo médico, no caso de dependente que seja pessoa com deficiência, emitido por Junta Médica Oficial;

IV - declaração em papel timbrado da creche, instituição educacional regularmente autorizada a funcionar, ou da instituição dedicada a pessoas com deficiência de que o dependente esteja ali matriculado;

V - declaração de que o dependente não seja favorecido por benefício de igual natureza em outro órgão da administração direta, autárquica ou fundacional, empresa pública, sociedade de economia mista, inclusive suas subsidiárias, ou sociedade controlada, direta ou indiretamente pelo poder público, bem como na iniciativa privada.

§ 7º A declaração a que se refere o inciso V do § 6º será emitida pelo órgão ou pela entidade ou empresa em que o cônjuge exerça suas atividades.

§ 8º Na hipótese de divórcio ou separação judicial, o benefício será pago ao servidor que mantiver o dependente sob sua guarda ou tutela ou, no caso de guarda compartilhada, aplica-se o disposto no § 4º.

§ 9º A assistência pré-escolar não será devida ao servidor:

I - que estiver em gozo de qualquer licença ou afastamento não remunerado;

II - quando de sua passagem para inatividade;

III - na hipótese de seu falecimento.

§ 10. O valor de que trata o *caput* poderá ser atualizado, em ato do Chefe do Poder Executivo estadual, pelo índice oficial de inflação.

#### Subseção VI Do auxílio-funeral

Art. 112. À família do servidor que falecer, ainda que aposentado ou em disponibilidade, será pago o auxílio-funeral em valor correspondente a 5 (cinco) vezes o menor vencimento de cargo de provimento efetivo dos Quadros estaduais com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º No caso de acumulação legal de cargos, o auxílio será pago somente uma vez.

§ 2º No caso de servidor aposentado, o auxílio-funeral é pago pelo regime próprio de previdência social, mediante ressarcimento dos valores pelo Tesouro do Estado de Goiás.

§ 3º O auxílio será pago, por meio de procedimento sumaríssimo, à pessoa da família que houver custeado o funeral.

Art. 113. Se o funeral for custeado por terceiro, ele será indenizado, observado o disposto no art. 112.

Art. 114. Em caso de falecimento de servidor em serviço fora do local de trabalho, inclusive no exterior, ao invés do auxílio de que trata o art. 112, será a sua família indenizada das despesas com as providências decorrentes do evento, inclusive transporte do corpo e gastos de viagem de uma pessoa, a expensas do órgão ou entidade de lotação.

#### Seção II Das gratificações e dos adicionais

Art. 115. Além do vencimento e das vantagens previstas nesta Lei, serão deferidos aos servidores as retribuições, gratificações e os adicionais seguintes:

I - retribuição pelo exercício de função comissionada;

II - retribuição por cargo em comissão;

III - décimo terceiro salário;

IV - adicional de insalubridade e periculosidade;



V -adicional por serviço extraordinário;  
VI-adicional noturno;  
VII-adicional de férias;  
VIII-gratificação por encargo de curso ou concurso;  
IX- outros, relativos ao local ou à natureza do trabalho, estabelecidos em lei específica.

#### **Subseção I**

##### **Da retribuição pelo exercício de função comissionada**

Art. 116.Sem prejuízo da remuneração ou subsídio do cargo efetivo, ao servidor a quem tenha sido atribuída função comissionada é devida retribuição sob a forma de gratificação pelo seu exercício. Parágrafo único. Lei específica estabelecerá os requisitos gerais e valores de retribuição das funções comissionadas.

#### **Subseção II**

##### **Da retribuição por cargo em comissão**

Art. 117.Os cargos em comissão são remunerados por subsídio, conforme lei específica.

#### **Subseção III**

##### **Do décimo terceiro salário**

Art. 118.O décimo terceiro salário será pago ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, na forma da lei específica.

#### **Subseção IV**

##### **Dos adicionais de insalubridade e periculosidade**

Art. 119.Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais e atividades insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou consideradas de risco de vida fazem jus a um adicional de insalubridade ou periculosidade.

§ 1º O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e periculosidade deverá optar por um deles.

§ 2º O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

Art. 120.Haverá permanente controle da atividade de servidores em operações ou locais considerados insalubres ou perigosos.

Parágrafo único. A servidora gestante ou lactante será afastada, enquanto durarem a gestação e a lactação, das operações e locais previstos neste artigo, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não perigoso.

Art. 121.Na concessão dos adicionais de insalubridade e de periculosidade serão observadas as situações, regras e os percentuais estabelecidos em legislação específica.

#### **Subseção V**

##### **Do adicional por serviço extraordinário**

Art. 122.O serviço extraordinário, a ser prestado exclusivamente no interesse da Administração, será remunerado:

I - com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação ao valor da remuneração ou subsídio da hora normal de trabalho;

II - por hora de trabalho antecipado ou prorrogado, calculada na mesma base percebida pelo servidor por hora de período normal de expediente.

Art. 123.As horas trabalhadas mediante o sistema de compensação não serão consideradas como prestação de serviços extraordinários.

Art. 124.É vedado conceder adicional por serviço extraordinário com o objetivo de remunerar outros serviços, encargos ou a título de complementação remuneratória.

§ 1º O servidor que receber importância relativa a serviço extraordinário que não prestou será obrigado a restituí-la de uma só vez, ficando, ainda, sujeito a punição disciplinar.

§ 2º Será igualmente responsabilizada, pessoal e disciplinarmente, a autoridade que infringir o disposto neste artigo.

#### **Subseção VI**

#### **Do adicional noturno**

Art. 125.O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 20% (vinte por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

Parágrafo único. Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata este artigo incidirá sobre o adicional de serviço extraordinário.

#### **Subseção VII**

##### **Do adicional de férias**

Art. 126.Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração ou do subsídio do mês em que as férias forem iniciadas.

Parágrafo único. No caso de o servidor exercer função comissionada ou ocupar cargo em comissão de direção, chefia ou assessoramento, a respectiva vantagem será considerada no cálculo do adicional de que trata este artigo.

#### **Subseção VIII**

##### **Da gratificação por encargo de curso ou concurso**

Art. 127.A gratificação por encargo de curso ou concurso é devida ao servidor que, em caráter eventual:

I - atuar como instrutor em curso de formação, de desenvolvimento ou de treinamento regularmente instituído no âmbito da Administração pública estadual;

II - participar de banca examinadora ou de comissão para elaboração de editais, questões de provas, exames orais, para análise curricular, para correção de provas discursivas ou para julgamento de recursos intentados por candidatos;

III - participar da logística de preparação e realização de concurso público envolvendo atividades de planejamento, coordenação, supervisão, execução e avaliação de resultado, quando tais atividades não estiverem incluídas entre as suas atribuições permanentes;

IV - participar da aplicação, fiscalizar ou avaliar provas de exame vestibular ou de concurso público, bem como supervisionar essas atividades.

§ 1ºO valor da gratificação será calculado em horas e fixado pelo titular do Órgão Central de Gestão de Pessoal, observadas a natureza e a complexidade da atividade exercida.

§ 2ºO valor máximo da hora trabalhada corresponderá aos seguintes percentuais, incidentes sobre o maior vencimento da Administração pública estadual:

a) 2,2% (dois inteiros e dois décimos por cento), em se tratando de atividades previstas no inciso I do *caput* deste artigo;

b) 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento), em se tratando de atividade prevista nos incisos II, III e IV do *caput* deste artigo.

§ 3º A gratificação por encargo de curso ou concurso somente será paga se as atividades referidas nos incisos do *caput* deste artigo forem exercidas sem prejuízo das atribuições do cargo de que o servidor for titular, devendo ser objeto de compensação de carga horária em até 12 (doze) meses, quando desempenhadas durante a jornada de trabalho, na forma do regulamento.

§ 4º A gratificação por encargo de curso ou concurso não se incorpora ao subsídio ou remuneração do servidor para qualquer efeito e não poderá ser utilizada como base de cálculo para quaisquer outras vantagens, inclusive para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria e das pensões.

#### **CAPÍTULO III DAS FÉRIAS**

Art. 128.O servidor fará jus a 30 (trinta) dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de 2 (dois) períodos, no caso de necessidade do serviço, sob pena de serem concedidas de ofício, ressalvadas as hipóteses previstas em legislação específica.

§ 1ºPara o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício, computado o tempo de serviço prestado anteriormente à Administração estadual direta, autárquica



e fundacional, desde que entre os períodos não haja interrupção de exercício por prazo superior a 30 (trinta) dias.

§ 2º É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

§ 3º As férias poderão ser parceladas em até 3 (três) períodos, desde que assim requeridas pelo servidor e no interesse da Administração pública, contanto que nenhum deles seja inferior a 5 (cinco) dias.

Art. 129. O pagamento do adicional de férias será incluído na folha de pagamento do mês imediatamente anterior ao início da fruição na proporção do período a ser gozado.

Parágrafo único. Após o processamento do adicional de férias em folha de pagamento não é dado ao servidor desistir da fruição do período solicitado.

Art. 130. Em caso de demissão, vacância ou exoneração de cargo de provimento efetivo ou em comissão, ou aposentadoria, as férias não gozadas são indenizadas pelo valor da remuneração ou subsídio devido no mês da ocorrência do evento, acrescido do adicional de férias.

§ 1º O período de férias incompleto é indenizado na proporção de um doze avos por mês de efetivo exercício.

§ 2º Para os efeitos do § 1º, a fração superior a 14 (quatorze) dias é considerada como mês integral.

Art. 131. O servidor que opera direta e permanentemente com raios x ou substâncias radioativas gozará 20 (vinte) dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida em qualquer hipótese a acumulação.

Art. 132. As férias poderão ser suspensas somente por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, licença para tratamento de saúde, licença-maternidade e licença-paternidade.

Parágrafo único. O restante do período suspenso será gozado de uma só vez, imediatamente após a cessação do evento que tenha dado causa à suspensão.

## CAPÍTULO IV DAS LICENÇAS

### Seção I Das disposições gerais

Art. 133. Ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo poderão ser concedidas as seguintes licenças:

- I - para tratamento de saúde;
- II - por motivo de doença em pessoa da família;
- III - maternidade;
- IV - paternidade;
- V - por motivo de afastamento de cônjuge ou companheiro;
- VI - para o serviço militar;
- VII - para atividade política;
- VIII - para capacitação;
- IX - para tratar de interesses particulares;
- X - para desempenho de mandato classista.

Parágrafo único. As licenças de que tratam os incisos V a X deste artigo são de competência do titular do órgão ou entidade de origem do servidor, devendo, em caso de disposição ou cessação, o titular do órgão ou entidade requisitante ou cessionário remeter a solicitação à origem com manifestação prévia.

Art. 134. Ao servidor exclusivamente ocupante de cargo de provimento em comissão poderão ser concedidas as seguintes licenças:

- I - para tratamento de saúde;
- II - por motivo de doença em pessoa da família;
- III - maternidade;
- IV - paternidade.

Art. 135. O servidor deverá aguardar em exercício a concessão da licença, salvo no caso de doença comprovada que o impeça de comparecer ao serviço, hipótese em que o prazo da licença começará a correr a partir do impedimento.

Parágrafo único. As licenças deverão ser devidamente registradas nos assentos funcionais do servidor, bem como no sistema de gestão de pessoas oficial do Estado.

Art. 136. A licença dependente de inspeção médica:

- I - concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação;
- II - será deferida pelo prazo indicado pela Junta Médica Oficial do

Estado, a partir de cuja data terá início o afastamento, ressalvada a hipótese prevista na parte final do inciso I;

III - poderá ser prorrogada de ofício ou a requerimento do servidor.

§ 1º O pedido de prorrogação deverá ser apresentado pelo menos 10 (dez) dias antes de findo o prazo da licença e, se indeferido, contar-se-á como de licença o período compreendido entre seu término e a data do conhecimento do despacho denegatório.

§ 2º A critério da Administração, o servidor em licença para tratamento de saúde poderá ser convocado a qualquer momento, para avaliação das condições que ensejaram o afastamento.

Art. 137. O servidor em gozo de licença comunicará à unidade administrativa responsável pela gestão de pessoas do seu órgão de lotação o local onde poderá ser encontrado.

Parágrafo único. É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período das licenças previstas nos incisos I e II do art. 133 e I e II do art. 134 desta Lei.

Art. 138. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício do cargo, salvo pedido de prorrogação.

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto no *caput* configurará falta ao serviço para todos os efeitos, inclusive disciplinar.

Art. 139. Durante a fruição de licença remunerada o servidor fará jus ao subsídio ou à remuneração, na forma do art. 88 desta Lei.

### Seção I

#### Da licença para tratamento de saúde

Art. 140. A licença para tratamento de saúde será concedida de ofício ou a pedido do servidor, com base em perícia médica oficial, por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.

§ 1º Para licença até 90 (noventa) dias, nos casos em que for inviável a inspeção médica oficial de forma presencial, será excepcionalmente admitida a avaliação da Junta Médica Oficial por videoconferência ou outro meio eletrônico de comunicação.

§ 2º A avaliação com recurso de videoconferência prevista no § 1º será realizada nas dependências de órgão ou entidade estadual, na forma do regulamento.

§ 3º Nas situações do § 1º em que não for possível a realização de videoconferência, o servidor deverá encaminhar por meio eletrônico, o atestado de médico particular, acompanhado de exames e documentos que demonstrem de forma inequívoca o seu adoecimento e a necessidade de afastamento do trabalho.

§ 4º A licença que exceder o prazo de 90 (noventa) dias no período de 12 (doze) meses a contar do primeiro dia de afastamento será concedida somente mediante avaliação presencial pela Junta Médica Oficial.

§ 5º Sempre que as circunstâncias o exigirem, a inspeção médica será realizada na residência do servidor ou no estabelecimento hospitalar onde se encontrar internado.

Art. 141. O atestado e o laudo da Junta Médica Oficial não se referirão ao nome ou natureza da doença, salvo quando se tratar de lesões produzidas por acidente em serviço, doença profissional ou qualquer das doenças incapacitantes, graves, contagiosas ou incuráveis que ensejam aposentadoria integral na forma da legislação previdenciária estadual.

Art. 142. O servidor que apresentar indícios de lesões orgânicas ou funcionais será submetido à inspeção médica.

Art. 143. O servidor será submetido a exames médicos periódicos, nos termos e condições definidos em lei específica e regulamento.

Art. 144. O servidor acidentado no exercício de suas atribuições ou acometido de doença profissional terá direito a licença com subsídio ou vencimento e vantagens do cargo pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, podendo, porém, a Junta Médica Oficial concluir, desde logo, pela aposentadoria.

§ 1º Entende-se por acidente em serviço aquele que acarrete dano físico ou mental e tenha relação mediata ou imediata com o exercício do cargo, inclusive o:

I - sofrido pelo servidor no percurso da residência ao trabalho ou vice-versa;

II - decorrente de agressão física sofrida no exercício do cargo, salvo se comprovadamente provocada pelo servidor.

§ 2º A prova do acidente será feita no prazo de 10 (dez) dias, prorrogável quando as circunstâncias o exigirem.

§ 3º Entende-se por doença profissional a que se deva atribuir, com relação de causa e efeito, a condições inerentes ao serviço ou fatos



nele ocorridos.

§ 4º O servidor acidentado em serviço ou acometido de doença profissional que necessite de tratamento especializado, mediante recomendação da Junta Médica Oficial e quando inexistirem meios e recursos adequados em instituição pública, poderá, excepcionalmente, ser tratado em instituição privada, à conta de recursos públicos.

Art. 145. Decorrido o prazo de 24 (vinte e quatro) meses de licença para tratamento de saúde, o servidor será submetido a nova inspeção médica e aposentado, caso julgado total e definitivamente inválido para o serviço público.

§ 1º O lapso de tempo compreendido entre o término da licença e a publicação do ato da aposentadoria será considerado prorrogação da licença.

§ 2º Nos casos em que, após o decurso de 24 (vinte e quatro) meses de licença para tratamento de saúde, o servidor não seja julgado total e definitivamente inválido para o serviço público, nova licença para tratamento de saúde deverá ser concedida e o respectivo tempo será contado apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

### Seção II

#### Da licença por motivo de doença em pessoa da família

Art. 146. Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, do padrasto ou madrasta, dos filhos e enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação pela Junta Médica Oficial do Estado.

§ 1º A licença será deferida somente se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.

§ 2º A licença de que trata o *caput*, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida pelo prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, a cada período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, nas seguintes condições:

I - por até 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração ou o subsídio do cargo; e

II - a partir de 61 (sessenta e um) dias, consecutivos ou não, sem remuneração ou subsídio.

§ 3º O início do interstício de que trata o § 2º será contado a partir da data de deferimento da primeira licença concedida.

§ 4º Aplicam-se a licença por motivo de doença em pessoa da família os §§ 1º a 4º do art. 140 desta Lei, ressalvado o prazo do § 4º, que será, nesse caso, 60 (sessenta) dias.

### Seção III

#### Da licença-maternidade

Art. 147. À servidora gestante e àquela que adotar ou obtiver a guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente será concedida licença remunerada de 180 (cento e oitenta) dias, mediante apresentação de documento oficial comprobatório do nascimento ou termo oficial de adoção ou guarda.

§ 1º Salvo prescrição médica em contrário, caso em que poderá ser antecipada em até 28 (vinte e oito) dias do parto, a licença será concedida a partir da 36ª (trigésima sexta) semana gestacional, por prescrição médica.

§ 2º No caso de natimorto ou de nascimento com vida seguido de óbito, a servidora reassumirá suas funções depois de decorridos 30 (trinta) dias do evento, caso seja julgada apta.

§ 3º No caso de aborto ocorrido entre a 1ª (primeira) e a 20ª (vigésima) semana gestacional atestado pela Junta Médica do Estado, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias do benefício de que trata este artigo.

§ 4º O período remanescente da licença remunerada de que trata o *caput* deste artigo será deferido ao servidor, mediante solicitação e comprovação documental, em caso de morte da mãe da criança ou de abandono da criança por sua mãe.

§ 5º No caso de adoção ou obtenção de guarda judicial de criança ou adolescente, o benefício será deferido somente mediante apresentação de termo judicial de guarda à adotante ou guardiã, expedido pela autoridade judiciária competente.

Art. 148. No caso de adoção ou obtenção de guarda judicial de criança ou adolescente por cônjuges ou companheiros, ambos servidores

públicos estaduais ou sendo um policial ou bombeiro militar e o outro servidor público estadual, as licenças de que tratam o *caput* deste artigo e o art. 153 serão concedidas da seguinte forma:

I - 180 (cento e oitenta) dias ao servidor adotante que assim o requerer;

II - 20 (vinte dias) ao outro servidor ou militar, cônjuge ou companheiro adotante, que assim o requerer.

Art. 149. No caso de servidora comissionada, sem vínculo efetivo com a Administração, as despesas relativas aos últimos 60 (sessenta) dias da licença-maternidade correrão à conta dos recursos do tesouro do Estado de Goiás.

Art. 150. Na hipótese de o período da licença-maternidade coincidir com o da fruição de férias, este será automaticamente alterado pela Administração para a data imediatamente posterior ao término da licença-maternidade.

Art. 151. A servidora deverá comunicar imediatamente eventual revogação da guarda judicial, cessando a fruição da licença.

Parágrafo único. A falta de comunicação acarretará a cassação da licença-maternidade, com a perda total da remuneração ou subsídio a partir da data da revogação da guarda judicial, sem prejuízo da aplicação das penalidades disciplinares cabíveis.

Art. 152. Após o término da licença, a servidora disporá de uma hora por dia, que poderá ser parcelada em 2 (dois) períodos de 30 (trinta) minutos cada, para amamentação do filho, até os 12 (doze) meses de idade.

### Seção IV

#### Da licença-paternidade

Art. 153. Ao servidor será concedida licença remunerada de 20 (vinte) dias, com a remuneração ou o subsídio do cargo, em razão de nascimento de filho, adoção conjunta ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção conjunta de criança ou adolescente, mediante apresentação de documento oficial comprobatório do nascimento ou termo oficial de adoção ou guarda.

Parágrafo único. A licença-paternidade será concedida inclusive em casos de natimorto.

Art. 154. Ao servidor poderá ser concedido afastamento na forma do inciso III do art. 30 desta Lei em caso de aborto de filho.

Art. 155. Ao servidor será concedida licença remunerada de 180 (cento e oitenta) dias, em razão de adoção uniparental ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção, quando ele for o único responsável pela criança ou adolescente, mediante apresentação de documento oficial comprobatório da adoção ou guarda, expedido pela autoridade judiciária competente.

Art. 156. O servidor deverá comunicar imediatamente eventual revogação da guarda judicial, cessando a fruição da licença-paternidade.

Parágrafo único. A falta de comunicação acarretará a cassação da licença-paternidade, com a perda total da remuneração ou do subsídio a partir da data da revogação da guarda judicial, sem prejuízo da aplicação das penalidades disciplinares cabíveis.

Art. 157. No caso de o período da licença-paternidade coincidir com o da fruição de férias, este será automaticamente alterado pela Administração para a data imediatamente posterior ao término da licença-paternidade.

### Seção V

#### Da licença por motivo de afastamento do cônjuge

Art. 158. Poderá ser concedida licença ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território estadual ou mesmo fora dele, ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.

§ 1º A licença será concedida mediante pedido devidamente instruído, que deverá ser renovado anualmente mediante comprovação dos requisitos dispostos no *caput* deste artigo.

§ 2º A licença de que trata o *caput* é concedida sem remuneração ou subsídio.

§ 3º Existindo, no novo local da residência, repartição estadual, o servidor poderá ser ali lotado, se houver vaga, em caráter temporário, desde que para o exercício de atividade compatível com o seu cargo.

**Seção VI****Da licença para o serviço militar**

Art. 159. Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença na forma e nas condições previstas na legislação específica.

§ 1º Concluído o serviço militar, o servidor terá até 15 (quinze) dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.

§ 2º A licença será concedida mediante apresentação de documento oficial que comprove a incorporação.

§ 3º A licença será remunerada, descontando-se, porém, a importância que o servidor perceber, na qualidade de incorporado, salvo se optar pelas vantagens remuneratórias do serviço militar, o que implicará a perda do vencimento ou subsídio.

**Seção VII****Da licença para a atividade política**

Art. 160. O servidor tem direito a licença para atividade política, mediante requerimento, nos períodos compreendidos entre:

I - a data de sua escolha em convenção partidária como candidato a cargo eletivo e a véspera do registro da candidatura perante a Justiça Eleitoral;

II - o registro da candidatura perante a Justiça Eleitoral e até 10 (dez) dias após a data da eleição à qual concorre.

§ 1º No caso do inciso I, a licença é sem remuneração ou subsídio; no caso do inciso II, é com remuneração ou subsídio.

§ 2º Negado o registro ou havendo desistência da candidatura, o servidor tem de reassumir o cargo em até 5 (cinco) dias.

§ 3º O servidor candidato a cargo eletivo que exerça cargo em comissão ou função de confiança, dele deve ser exonerado ou dispensado, na forma da legislação eleitoral.

Art. 161. O servidor efetivo que pretenda ser candidato deve ficar afastado de suas atribuições habituais, quando assim o exigir a legislação eleitoral e conforme os critérios ali previstos, sem prejuízo da remuneração ou do subsídio.

**Seção VIII****Da licença para capacitação**

Art. 162. Após cada quinquênio de efetivo exercício prestado ao Estado de Goiás, na condição de titular de cargo de provimento efetivo, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração ou subsídio, por 90 (noventa) dias, para participar de curso de capacitação profissional, que deverá visar a seu melhor aproveitamento no serviço público.

§ 1º O período de que trata o *caput* poderá ser fracionado, a depender da duração da capacitação.

§ 2º Os períodos de licença de que trata o *caput* não são acumuláveis, sendo vedada sua conversão em pecúnia.

§ 3º Para apuração do quinquênio computar-se-á, também, o tempo de serviço prestado anteriormente em outro cargo estadual, desde que entre um e outro não haja interrupção de exercício por prazo superior a 30 (trinta) dias.

§ 4º Em caso de acumulação de cargos, a licença para capacitação será concedida em relação a cada um deles simultânea ou separadamente, sendo sempre independente o cômputo do quinquênio em relação a cada um dos cargos.

**Seção IX****Da licença para tratar de interesses particulares**

Art. 163. A critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor estável licença para tratar de assuntos particulares pelo prazo de 3 (três) anos consecutivos, sem remuneração, desde que:

I - não possua débito com o erário relacionado com sua situação funcional; e

II - não se encontre respondendo a processo disciplinar ou cumprindo penalidade disciplinar.

§ 1º A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou a critério da Administração.

§ 2º O servidor não pode exercer cargo ou emprego público inacumulável durante a licença de que trata este artigo.

§ 3º Nova licença só poderá ser concedida após o decurso de 12

(doze) meses de efetivo exercício no cargo, contados do retorno do afastamento anterior.

§ 4º Na hipótese de interrupção da licença a pedido do servidor, seu retorno deverá ser imediato.

§ 5º Na hipótese de interrupção da licença a critério da Administração, o servidor deverá se apresentar em até 15 (quinze) dias improrrogáveis.

**Seção X****Da licença para desempenho de mandato classista**

Art. 164. É assegurado ao servidor estável o direito à licença para desempenho de mandato em central sindical, confederação, federação, associação de classe de âmbito estadual, sindicato representativo da categoria de servidores públicos estaduais ou entidade fiscalizadora da profissão, regularmente registrados no órgão competente.

§ 1º O servidor ocupante de cargo de provimento em comissão ou designado para função comissionada deverá desincompatibilizar-se do cargo ou da função para usufruir a licença de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º Poderão ser licenciados somente os servidores eleitos para cargos de presidente ou diretor das referidas entidades.

§ 3º A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser renovada, no caso de reeleição.

§ 4º A licença de que trata o *caput* é considerada como de efetivo exercício, exceto para efeito de promoção por merecimento.

Art. 165. (VETADO);

I - (VETADO);

a) (VETADO);

b) (VETADO);

c) (VETADO);

II - (VETADO).

Art. 166. A licença para desempenho de mandato em entidade fiscalizadora da profissão exige pertinência com as atribuições do cargo efetivo por ele ocupado.

Art. 167. O servidor investido em mandato classista não poderá ser removido de ofício para localidade diversa daquela onde exerça o mandato.

**CAPÍTULO V  
DOS AFASTAMENTOS**

Art. 168. Ao servidor poderão ser concedidos os seguintes afastamentos:

I - para exercício de mandato eletivo;

II - para missão oficial no exterior;

III - para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu*;

IV - para frequência em curso de formação;

V - para participação em competição esportiva.

§ 1º Os afastamentos dos servidores estaduais são da competência do titular do órgão de origem e serão precedidos de comunicação ao Órgão Central de Gestão de Pessoal.

§ 2º Compete ao titular do Órgão Central de Gestão de Pessoal, por solicitação do titular do órgão ou entidade de lotação do servidor, conceder o afastamento para participação em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

§ 3º O afastamento para participação em competição esportiva é da competência do titular do órgão ou da entidade de lotação do servidor.

§ 4º No caso de afastamento remunerado será devido o subsídio ou a remuneração, na forma do artigo 88 desta Lei.

Art. 169. O servidor, quando no exercício de cargo de provimento em comissão, fica afastado das atribuições do seu cargo de provimento efetivo.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se ao servidor que acumular licitamente dois cargos efetivos, dos quais deve se afastar, na forma do *caput*, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles.

§ 2º No caso do § 1º, a remuneração do segundo cargo efetivo depende da contraprestação de serviço e da compatibilidade de horário com o cargo de provimento em comissão.

§ 3º A contraprestação de serviço e a compatibilidade de horário com o cargo de provimento em comissão de que trata o § 2º devem ser



declaradas pelas autoridades máximas dos órgãos ou das entidades envolvidos.

### Seção I

#### Do afastamento para exercício de mandato eletivo

Art. 170. Ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições: I- tratando-se de mandato federal, estadual ou distrital, ficará afastado do cargo;

II- investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração ou subsídio do cargo;

III- investido no mandato de vereador:

a) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;

b) não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração ou subsídio.

§ 1º Durante o mandato, o servidor investido em mandato eletivo não poderá ser removido de ofício para localidade diversa daquela onde o exercerá.

§ 2º O servidor tem garantidos todos os direitos referentes ao exercício do cargo de provimento efetivo durante o período em que estiver em cargo eletivo, na forma da lei.

### Seção II

#### Do afastamento para missão oficial no exterior

Art. 171. O servidor pode ausentar-se do Estado para:

I - missão oficial, com a remuneração ou o subsídio do cargo;

II - serviço em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere, sem remuneração.

§ 1º O afastamento de que trata o inciso II só poderá ser concedido a servidor estável, por período de até 4 (quatro) anos, podendo ser renovado apenas depois decorridos de 12 (doze) meses do término do último.

§ 2º As hipóteses, condições e formas para a autorização de que trata este artigo, inclusive no que se refere à remuneração do servidor, serão disciplinadas em regulamento.

### Seção III

#### Do afastamento para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu*

Art. 172. O servidor estável poderá, no interesse da Administração e desde que a participação não seja conciliável com o exercício do cargo, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração ou subsídio, para participar em programa de pós-graduação *stricto sensu* em instituição de ensino superior no País ou no exterior.

§ 1º O afastamento de que trata o *caput* deste artigo deverá visar o melhor aproveitamento do servidor no serviço público.

§ 2º Os afastamentos para realização de programas de pós-graduação somente serão concedidos aos servidores titulares de cargos de provimento efetivo da Administração Pública estadual que tenham adquirido a estabilidade.

§ 3º Ao servidor que tiver usufruído licença para tratar de assuntos particulares poderá ser concedido o afastamento de que trata o *caput* somente após decorridos 2 (dois) anos de efetivo exercício de seu retorno.

§ 4º O servidor beneficiado pelos afastamentos previstos no *caput* tem de permanecer no efetivo exercício de seu cargo após o retorno por um período igual ou superior ao do afastamento concedido.

§ 5º Realizando-se o curso de pós-graduação na mesma localidade da lotação do servidor, ou em outra de fácil acesso, em lugar do afastamento previsto no *caput*, poderá ser concedida simples dispensa do expediente, nos dias e horários necessários à frequência regular do curso, mediante ato do titular do órgão ou entidade de lotação do servidor solicitante.

§ 6º Ao servidor em estágio probatório apenas poderá ser concedida a dispensa do expediente de que trata o § 5º.

§ 7º À pós-graduação *latosensu* aplica-se tão somente a dispensa do expediente de que trata o § 5º.

§ 8º O servidor beneficiado pelo afastamento previsto no *caput*, bem

como pela dispensa de expediente do § 5º deverá:

I - apresentar à Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas ou unidade equivalente de seu órgão ou entidade de lotação o título ou grau obtido com o curso que justificou seu afastamento ou sua dispensa de expediente;

II - compartilhar os conhecimentos adquiridos no curso, na forma do regulamento;

III - permanecer no efetivo exercício de suas atribuições após o seu retorno por um período igual ao do afastamento concedido.

§ 9º O servidor beneficiado pelo disposto no *caput* ou no § 5º tem de ressarcir a despesa havida com seu afastamento, incluídos a remuneração ou o subsídio e os encargos sociais, da forma seguinte:

I - proporcional, em caso de exoneração a pedido, demissão, aposentadoria voluntária, licença para tratar de interesses particulares ou vacância em razão de posse em outro cargo inacumulável, antes de decorrido período igual ao do afastamento;

II - integral, em caso de não obtenção do título ou grau que justificou seu afastamento, salvo na hipótese comprovada de força maior ou de caso fortuito, a critério do dirigente máximo do órgão ou entidade de origem.

§ 10. O afastamento para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* em instituição de ensino superior no exterior deverá ser autorizado pelo Chefe do Poder Executivo estadual.

§ 11. O titular do Órgão Central de Gestão de Pessoal poderá expedir normas complementares para a concessão de licença para participação em programas de pós-graduação.

### Seção IV

#### Do afastamento para frequência em curso de formação

Art. 173. O servidor pode afastar-se do cargo ocupado para participar de curso de formação previsto como etapa de concurso público, desde que haja:

I - expressa previsão do curso no edital do concurso;

II - incompatibilidade entre os horários das aulas e os da repartição de lotação.

§ 1º Havendo incompatibilidade entre os horários das aulas e os da repartição, o servidor fica afastado:

I - com a remuneração ou o subsídio, nos casos de curso de formação para cargo efetivo de órgão, autarquia ou fundação do Poder Executivo estadual;

II - sem remuneração, nos casos de curso de formação para cargo não contemplado no inciso I deste parágrafo.

§ 2º O servidor pode optar por eventual ajuda financeira paga em razão do curso de formação, com prejuízo da remuneração ou do subsídio de seu cargo.

### Seção V

#### Do Afastamento para participação em competição esportiva

Art. 174. Ao servidor inscrito em competição desportiva local, regional, nacional ou internacional será concedido afastamento remunerado do serviço, por até 30 (trinta) dias, durante o período de traslado e competição devidamente comprovada.

§ 1º A não comprovação da efetiva participação na competição implicará falta ao serviço durante o período de afastamento.

§ 2º O afastamento para participação em competição esportiva gera como única despesa para o órgão, autarquia ou fundação de lotação do servidor a prevista no *caput*.

## CAPÍTULO VI

### DO APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

Art. 175. É dever do servidor diligenciar para o seu constante aperfeiçoamento profissional, devendo frequentar, salvo motivos relevantes que o impeçam, cursos de treinamento e aperfeiçoamento profissional, para os quais seja expressamente designado ou convocado.

Art. 176. Para que o servidor possa ampliar sua capacidade profissional, o Estado promoverá cursos de especialização e aperfeiçoamento, conferências, congressos e publicações de trabalhos referentes ao serviço público e viagens de estudo.

Parágrafo único. O Estado poderá custear despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação, através de ajuda de





custo ao servidor que, por iniciativa própria, tenha obtido bolsa de estudo ou inscrição em cursos fora do Estado ou no exterior, desde que a modalidade de que trate seja correlata à sua formação e atividade profissional no serviço público estadual.

Art. 177. O Estado manterá, na esfera do Poder Executivo, através da unidade responsável pela educação corporativa do Órgão Central de Gestão de Pessoal bem como das unidades próprias de educação corporativa dos demais órgãos e entidades, cursos de graduação, pós-graduação, aperfeiçoamento e desenvolvimento para os servidores regidos por esta Lei.

Parágrafo único. O Estado poderá celebrar ajustes com outras entidades de ensino para a oferta de cursos de graduação, pós-graduação, aperfeiçoamento e desenvolvimento para os servidores regidos por esta Lei.

#### CAPÍTULO VII DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 178. Será feita em dias a apuração do tempo de serviço.

Parágrafo único. O número de dias será convertido em anos, considerado o ano como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Art. 179. A apuração é a liquidação do tempo de serviço público à vista dos assentamentos do servidor, arquivados no órgão de pessoal responsável pela guarda de documentos.

Parágrafo único. Quando os assentamentos não oferecerem dados suficientes que permitam uma segura apuração do tempo de serviço prestado, o órgão responsável pelo levantamento deverá recorrer, subsidiariamente, ao registro da frequência ou à folha de pagamento.

Art. 180. Será contado para efeito de disponibilidade o tempo de serviço prestado:

- I - sob qualquer forma de admissão, desde que remunerado pelos cofres estaduais;
- II - a instituição de caráter privado que tiver sido encampada ou transformada em estabelecimento de serviço público;
- III - à União, ao Estado, ao Território, ao Município ou ao Distrito Federal;
- IV - às autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista sob o controle acionário do Estado;
- V - às Forças Armadas;
- VI - em atividades vinculadas ao regime geral de previdência.

§ 1º O tempo de serviço será contado somente uma vez para cada efeito.

§ 2º Não será contado o tempo de serviço que já tenha sido base para concessão de aposentadoria por regime previdenciário.

§ 3º É vedado proceder:

- I - ao arredondamento de dias faltantes para complementar período;
- II - a qualquer forma de contagem de tempo de serviço fictício;
- III - à contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente:

- a) em diferentes cargos do serviço público;
- b) em cargo do serviço público e em emprego na administração indireta ou na iniciativa privada;

IV - à contagem do tempo de serviço já computado:

- a) em órgão ou entidade em que o servidor acumule cargo público;
- b) para concessão de aposentadoria em qualquer regime de previdência social pelo qual o servidor receba proventos.

Art. 181. Não será computado, para qualquer efeito, o tempo:

- I - da licença por motivo de doença em pessoa da família do servidor quando não remunerada;
- II - da licença para tratar de interesses particulares;
- III - da licença por motivo de afastamento do cônjuge;
- IV - de qualquer afastamento não remunerado, ressalvado o disposto no inciso XXI do art. 30 desta Lei;
- V - de faltas injustificadas ao serviço;
- VI - em que o servidor estiver cumprindo sanção disciplinar de suspensão;
- VII - decorrido entre:

- a) a exoneração e o exercício em outro cargo de provimento efetivo;
- b) a concessão de aposentadoria voluntária e a reversão;
- c) a data de publicação do ato de reversão, reintegração, recondução ou aproveitamento e o retorno ao exercício do cargo.

Art. 182. O cômputo de tempo de serviço público, à medida que flui, será feito somente no momento em que dele necessitar o servidor para comprovação de direitos assegurados em lei.

Parágrafo único. A contagem de tempo de serviço público reger-se-á pela lei em vigor à ocasião em que o serviço haja sido prestado.

Art. 183. Faz-se na forma da legislação previdenciária a contagem do tempo:

- I - de contribuição;
- II - no serviço público;
- III - de serviço no cargo efetivo;
- IV - de serviço na carreira.

#### CAPÍTULO VIII DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 184. Serão assegurados ao servidor o direito de requerer e o de representar.

Parágrafo único. Para o exercício do direito de petição, será assegurada vista do processo ou documento, na sede da repartição, ao servidor ou procurador especialmente constituído.

Art. 185. O requerimento é cabível para defesa de direito ou de interesse legítimo e a representação, contra abuso de autoridade ou desvio de poder.

§ 1º O direito de requerer será exercido perante a autoridade competente em razão da matéria e sempre por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o servidor.

§ 2º A representação deve ser encaminhada pela via hierárquica e será obrigatoriamente apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é interposta.

Art. 186. Sob pena de responsabilidade, serão assegurados ao servidor:

- I - o rápido andamento dos processos de seu interesse, nas repartições públicas;
- II - a ciência das informações, dos pareceres e despachos dados em processos que a ele se refiram;
- III - a obtenção de certidões requeridas para defesa de seus direitos e esclarecimentos de situações, salvo se o interesse público impuser sigilo.

Art. 187. O requerimento inicial do servidor não precisará vir acompanhado dos elementos comprobatórios do direito pleiteado, desde que constem do assentamento individual do requerente.

Art. 188. O direito de petição na esfera administrativa prescreverá em:

- I - 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e aos referentes a matéria patrimonial;
- II - 120 (cento e vinte dias) nos demais casos, salvo quando outro prazo for estabelecido em lei.

Parágrafo único. O prazo de prescrição contar-se-á da data da publicação oficial ou da efetiva ciência do interessado do ato impugnado.

Art. 189. O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

Art. 190. Os prazos para a prática dos diversos atos de mero expediente, interlocutórios ou finais, serão fixados em regulamento específico.

#### TÍTULO IV DA ATIVIDADE CORRECIONAL

##### CAPÍTULO ÚNICO DO SISTEMA DE CORREIÇÃO

Art. 191. O Sistema de Correição do Poder Executivo do Estado de Goiás -SISCOR-GO- consiste no conjunto de estruturas, processos, ações e sistemas informatizados objetivando a organização, coordenação e harmonização das atividades de correição no âmbito do Poder Executivo do Estado de Goiás, com a finalidade de prevenir e apurar irregularidades por meio do controle, acompanhamento, orientação, instauração e condução de procedimentos correicionais.

§ 1º Integram o SISCOR-GO:

- I - a Controladoria-Geral do Estado de Goiás, como Órgão Central do Sistema de Correição;
- II - as unidades e comissões responsáveis pelas atividades de correição dos órgãos e das entidades, subordinadas tecnicamente ao Órgão Central do Sistema de Correição.

§ 2º Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará o SISCOR-GO.



TÍTULO V  
DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I  
DOS DEVERES

Art. 192. São deveres do servidor:

- I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
- II - observar as normas legais e regulamentares;
- III - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
- IV - atender com presteza:
  - a) o público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;
  - b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;
  - c) às requisições para a defesa da Administração Pública;
- V - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;
- VI - abster-se de revelar informação sobre a qual deva guardar sigilo;
- VII - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
- VIII - ser assíduo e pontual ao serviço;
- IX - tratar com urbanidade as pessoas;
- X - representar contra irregularidades, ilegalidade, omissão ou abuso de poder;
- XI - expor aos chefes imediatos as dúvidas e dificuldades que encontrar no desempenho de suas atribuições.

Parágrafo único. A representação de que trata o inciso X será encaminhada por via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representando ampla defesa.

CAPÍTULO II  
DAS PENALIDADES

Art. 193. São penalidades disciplinares:

- I - a advertência;
- II - a suspensão;
- III - a multa;
- IV - a demissão;
- V - a cassação de aposentadoria;
- VI - a cassação de disponibilidade;
- VII - a destituição de cargo em comissão.

§ 1º A penalidade de advertência, que será sempre aplicada por escrito e deverá constar do assentamento individual do servidor, destina-se à punição pela prática de transgressão disciplinar de natureza leve.

§ 2º A penalidade de suspensão, que não excederá a 90 (noventa) dias, será aplicada em caso de transgressão disciplinar de natureza média ou de reincidência em quaisquer das infrações disciplinares de natureza leve, observado o seguinte:

I - o servidor, enquanto durar a suspensão, perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo, exceto na hipótese do inciso II deste parágrafo;

II - quando a ausência do servidor trazer gravíssimo prejuízo ao serviço pela impossibilidade de sua substituição, a penalidade de suspensão poderá, mediante ato fundamentado, ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) do valor diário da remuneração, do vencimento ou do subsídio, por dia de suspensão, devendo o servidor, nesse caso, cumprir integralmente a jornada de trabalho a que está submetido.

§ 3º A penalidade de multa será aplicada ao servidor inativo ou em disponibilidade que houver praticado, na atividade, transgressão disciplinar média e corresponderá ao valor diário dos proventos de aposentadoria ou da remuneração ou do subsídio da disponibilidade por dia de suspensão.

§ 4º A demissão será aplicada no caso de transgressão disciplinar grave, observadas as circunstâncias preponderantes no caso concreto, bem como na hipótese de contumácia, observado o seguinte:

I - entende-se por contumácia a prática de 4 (quatro) transgressões disciplinares de natureza média, no período de 5 (cinco) anos contados da data da primeira transgressão, e será declarada no julgamento do processo administrativo disciplinar referente à quarta

transgressão, caso em que a penalidade efetivamente aplicada será a de demissão;

II - a demissão também se aplica no caso de transgressão disciplinar grave cometida por servidor estadual que esteja em exercício em outro Poder ou ente federativo, hipótese em que o processo administrativo disciplinar será instaurado e conduzido no órgão ou na entidade de origem do servidor, podendo-se utilizar dos elementos apurados onde foi praticada a transgressão;

III - se o servidor efetivo já tiver sido exonerado quando da aplicação da penalidade prevista neste parágrafo, a exoneração será convertida em demissão;

IV - converte-se também em demissão a vacância em decorrência de posse em outro cargo inacumulável ocorrida antes da aplicação da sanção prevista neste parágrafo;

V - se o servidor houver praticado transgressão disciplinar e ocupar 2 (dois) cargos acumuláveis no âmbito da administração pública do Estado de Goiás, a aplicação da demissão incidirá sobre o vínculo em que se deu a transgressão;

VI - a prática de transgressão grave no exercício de cargo em comissão implicará a demissão do cargo efetivo.

§ 5º A cassação de aposentadoria é a penalidade pela prática de transgressão disciplinar grave punível com demissão cometida pelo servidor quando em atividade.

§ 6º A cassação de disponibilidade é a penalidade pela prática de transgressão disciplinar grave que houver sido cometida em atividade, pela qual se impõe a perda do cargo público ocupado e dos direitos decorrentes da disponibilidade.

§ 7º A destituição do cargo em comissão é a penalidade por infração disciplinar média ou grave, pela qual se impõe ao servidor sem vínculo efetivo com o Poder Executivo Estadual a perda do cargo em comissão por ele ocupado.

§ 8º No caso do parágrafo anterior, se o servidor já tiver sido exonerado quando da aplicação da penalidade, a exoneração é convertida em destituição do cargo em comissão, aplicando-se a inabilitação para investidura em novo cargo ou emprego público, na forma do art. 199 desta Lei.

Art. 194. Os registros das penalidades serão cancelados se o servidor não houver praticado nova transgressão disciplinar igual ou diversa da anteriormente cometida, nos seguintes prazos, contados a partir da sua aplicação:

I - 3 (três) anos para advertência;

II - 5 (cinco) anos para:

a) suspensão; ou

b) multa.

Art. 195. Salvo disposição legal em contrário, a imposição de penalidade disciplinar, observada a subordinação hierárquica ou a vinculação do servidor, é da competência:

I - do Chefe do Poder Executivo, para demissão, destituição de cargo em comissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

II - do secretário de Estado ou autoridade equivalente, quando se tratar de advertência, suspensão e multa.

§ 1º A competência descrita no inciso I deste artigo poderá ser delegada aos secretários de Estado ou autoridade equivalente.

§ 2º A competência descrita no inciso II deste artigo poderá ser objeto de delegação pelo seu titular à autoridade administrativa de hierarquia imediatamente inferior ou ao chefe de unidade administrativa correcional, nos casos de advertência ou de suspensão de até 30 (trinta) dias.

§ 3º A competência para aplicar a penalidade será do titular do órgão ou da entidade de origem do servidor, verificada na data do julgamento, ainda que outro tenha sido o local de instauração e tramitação do processo administrativo disciplinar.

§ 4º Na hipótese de transgressão disciplinar de acúmulo ilícito de cargos, empregos, funções ou proventos de aposentadoria no âmbito da administração pública do Estado de Goiás, a competência para a aplicação da penalidade será do titular do órgão ou da entidade do vínculo mais recente do servidor.

Art. 196. Na aplicação das penalidades disciplinares serão sempre mencionados o fundamento legal e as causas preponderantes da sanção disciplinar imposta, demonstrando-se a compatibilidade entre a falta cometida e a penalidade adotada.

§ 1º A autoridade julgadora, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção da transgressão disciplinar, estabelecerá, preliminarmente, a penalidade aplicável dentre as

cominadas, bem como a sua quantidade, se for o caso, dentro dos limites previstos, considerando-se o seguinte:

I - a gravidade da transgressão e as circunstâncias em que foi praticada;

II - os danos para o serviço público;

III - a repercussão do fato;

IV - os antecedentes disciplinares do servidor;

V - a reincidência;

VI - a intenção do servidor;

VII - a culpabilidade.

§ 2º Na hipótese de a transgressão disciplinar contemplar a aplicabilidade de mais de uma penalidade, caberá à autoridade julgadora, considerando o disposto no § 1º deste artigo, motivadamente indicar aquela que será aplicável.

§ 3º Na sequência, serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes, se existentes, da seguinte forma:

I - são circunstâncias que agravam a penalidade:

a) a prática de transgressão para assegurar execução ou ocultação, a impunidade ou vantagem decorrente de outra transgressão;

b) o abuso de autoridade ou de poder;

c) a coação, instigação, indução ou o uso de influência sobre outro servidor para a prática de transgressão disciplinar;

d) a execução ou participação de transgressão disciplinar mediante paga ou promessa de recompensa;

e) a promoção, direção ou organização de atividades voltadas para a prática de transgressão disciplinar;

f) a prática de transgressão disciplinar com o concurso de duas ou mais pessoas;

g) a prática de mais de uma transgressão disciplinar decorrente da mesma ação ou omissão;

h) a prática reiterada ou continuada da mesma transgressão;

i) o cometimento da transgressão disciplinar em prejuízo de criança, adolescente, idoso, pessoa com deficiência, pessoa incapaz de se defender, ou pessoa sob seus cuidados por força das respectivas atribuições;

II - são circunstâncias que atenuam a penalidade:

a) a confissão;

b) a coação resistível para a prática da transgressão disciplinar;

c) a prática da transgressão disciplinar em cumprimento de ordem não manifestamente ilegal de autoridade superior;

d) motivo de relevante valor social ou moral;

e) a colaboração efetiva do servidor para a descoberta de coautor ou partícipe da transgressão disciplinar apurada;

f) prestação de bons serviços à administração pública estadual;

g) desconhecimento justificável da norma administrativa;

h) estado físico, psicológico, mental ou emocional abalado, que influencie ou seja decisivo para a prática da infração disciplinar;

i) procurar, por espontânea vontade e com eficiência, logo após a infração disciplinar, evitar ou minorar as suas consequências;

j) reparar o dano causado, por espontânea vontade e antes do julgamento.

§ 4º Na hipótese de a infração ter sido cometida durante o período de vigência de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, previsto no art. 248 e seguintes, a penalidade será aumentada nos seguintes termos:

I - se a que tiver de ser aplicada for a de advertência, ela será convertida em suspensão de 30 (trinta) dias;

II - se a que tiver de ser aplicada for a de suspensão, ela será aumentada pela metade, não podendo ser inferior a 30 (trinta) dias e não superior a 90 (noventa) dias.

§ 5º Considera-se reincidente o servidor que, no prazo de 5 (cinco) anos, após ter sido condenado em decisão de que não caiba mais recurso administrativo, venha a praticar a mesma ou outra transgressão na forma do § 2º do art. 193 desta Lei.

Art. 197. Não será punido o servidor que, ao tempo da transgressão disciplinar, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, comprovado por laudo médico oficial.

Parágrafo único. Se o servidor, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, devidamente comprovado por laudo médico oficial, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, a penalidade de:

I - demissão será substituída pela de suspensão de 61 (sessenta e

um) a 90 (noventa) dias;

II - suspensão será reduzida em 1/3 (um terço);

III - advertência será aplicada sem a inabilitação de que trata o inciso I do art. 199 desta Lei.

Art. 198. Extingue-se a punibilidade das transgressões disciplinares definidas nesta Lei:

I - na ocorrência de prescrição da pretensão punitiva;

II - em caso de óbito do servidor;

III - pelo adimplemento integral do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, nos termos do art. 248 e seguintes.

§ 1º A extinção da punibilidade será reconhecida e declarada de ofício pela autoridade instauradora.

§ 2º Na hipótese dos incisos I e III deste artigo, a decisão que declarar extinta a punibilidade produzirá efeitos somente após sua homologação pela autoridade a quem compete a aplicação da penalidade em abstrato, que terá o prazo de 60 (sessenta) dias para efetivar tal homologação, sob pena de a decisão que declarar extinta a punibilidade surtir todos os efeitos legais.

Art. 199. A aplicação de penalidade por transgressão disciplinar acarreta a inabilitação do servidor apenado para sua promoção ou nova investidura em cargo efetivo ou em comissão, mandato ou emprego público estadual pelos seguintes prazos, contados da data de publicação do ato punitivo:

I - no caso de advertência, 120 (cento e vinte) dias;

II - tratando-se de suspensão, ainda que convertida em multa, 15 (quinze) dias por cada dia de suspensão, não podendo ser inferior a 180 (cento e oitenta) dias;

III - no caso da multa prevista no § 3º do art. 193 desta Lei, 180 (cento e oitenta) dias;

IV - no caso de demissão, destituição de cargo em comissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, 10 (dez) anos, salvo nos casos fundamentados nos incisos LVIII, LXIX, LXX, LXXIII e LXXIV do art. 202 e XXXVII do art. 204, para os quais a inabilitação será de 20 (vinte) anos.

§ 1º Na hipótese de o punido ressarcir integralmente o dano, os prazos de que trata este artigo serão reduzidos em 1/3 (um terço).

§ 2º A superveniência de qualquer transgressão cometida no curso do período fixado neste artigo implicará majoração do prazo de inabilitação correspondente a 50% (cinquenta por cento) do período previsto para a nova penalidade aplicada.

§ 3º Em sede de processo administrativo disciplinar instaurado em face de ex-servidor efetivo, caso reconhecida a prática de transgressão disciplinar durante o vínculo com a administração, aplicar-se-á inabilitação prevista neste artigo.

Art. 200. A aplicação de penalidade por transgressão disciplinar constante deste Estatuto não afasta:

I - o ressarcimento ao erário dos valores correspondentes aos danos e prejuízos causados à administração pública;

II - a devolução ao erário do valor desviado ou do bem, nas mesmas condições em que se encontravam quando da ocorrência do fato, facultada sua substituição por outro igual ou superior;

III - eventual ação penal ou civil.

Art. 201. A prescrição verifica-se:

I - em 3 (três) anos, quanto às infrações puníveis com advertência, suspensão e multa;

II - em 6 (seis) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, destituição de cargo em comissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

§ 1º Aplicam-se às transgressões disciplinares definidas como crime, os prazos prescricionais previstos na lei penal.

§ 2º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido pela administração pública e regula-se pela maior sanção abstratamente prevista para a transgressão.

§ 3º A prescrição verificada de forma indubitosa antes da instauração do processo administrativo disciplinar será imediatamente declarada pela autoridade competente, mediante ato fundamentado.

§ 4º A decisão que reconhecer a existência de prescrição deverá determinar, desde logo, as providências necessárias à apuração da responsabilidade pela sua ocorrência, se houver indício de dolo ou culpa.

§ 5º Na hipótese de desclassificação da conduta para tipo diverso daquele constante da portaria instauradora, o prazo prescricional será regulado pela transgressão disciplinar efetivamente imputada ao servidor, observado o disposto no § 1º deste artigo.



§ 6º Interrompe a contagem do prazo prescricional a publicação do ato de instauração do processo administrativo disciplinar, na forma do inciso I do § 9º deste artigo.

§ 7º Suspendem a contagem do prazo prescricional:

I - o sobrestamento do processo administrativo disciplinar ou da sindicância pela autoridade instauradora para aguardar decisão administrativa ou judicial da qual necessariamente dependa o processo;

II - a manifestação expressa da Junta Médica Oficial pela impossibilidade de o servidor acompanhar o processo administrativo disciplinar, quando da concessão de licença para tratamento de saúde;

III - a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta -TAC.

§ 8º A autoridade instauradora deve, após a ciência da decisão judicial concessiva de medida liminar ou equivalente que suspender a eficácia do procedimento, avaliar, motivadamente, desde logo, a conveniência de produzir provas que julgar urgentes, sanar as nulidades para dar continuidade aos trabalhos ou instaurar novo processo administrativo disciplinar.

§ 9º Para os efeitos deste artigo:

I - interrupção da contagem do prazo prescricional é a solução de continuidade do cômputo desse prazo, diante da ocorrência prevista no § 6º deste artigo, iniciando-se a partir de então a nova contagem do referido prazo;

II - suspensão da contagem do prazo prescricional é a paralisação temporária do cômputo desse prazo, a partir do início das ocorrências previstas no § 7º deste artigo, sendo ele retomado quando da cessação das mesmas.

### CAPÍTULO III DAS PROIBIÇÕES

Art. 202. Constitui transgressão disciplinar e ao servidor é proibido:

I - lançar, em qualquer meio oficial de registro, anotações, reclamações, reivindicações ou quaisquer outras matérias estranhas às suas finalidades:

penalidade: advertência;

II - entreter-se, nos locais e horários de trabalho, em atividades estranhas às suas atribuições:

penalidade: advertência;

III - sair antecipadamente ou chegar atrasado ao serviço, salvo motivo justo:

penalidade: advertência;

IV - permutar processo, tarefa ou qualquer serviço que lhe tenha sido atribuído, sem expressa permissão da autoridade competente:

penalidade: advertência;

V - abrir ou fechar qualquer dependência da repartição fora do horário de funcionamento, salvo mediante expressa autorização da autoridade competente:

penalidade: advertência;

VI - perturbar a ordem e a tranquilidade no recinto da repartição:

penalidade: advertência;

VII - usar indevidamente identificação funcional ou qualquer outro meio que o vincule a cargo público ou a função de confiança, em benefício próprio ou de terceiro:

penalidade: advertência;

VIII - promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição ou em meio eletrônico da administração:

penalidade: advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

IX - deixar de adotar providência a respeito de ocorrência no âmbito de suas atribuições, salvo no caso de impedimento comunicado em tempo hábil:

penalidade: advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

X - simular fato ou condição para esquivar-se do cumprimento de obrigação funcional:

penalidade: advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

XI - faltar com a urbanidade no atendimento a qualquer pessoa do público:

penalidade: advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

XII - incitar servidor contra superior hierárquico ou provocar, velada ou ostensivamente, animosidade entre seus pares:

penalidade: advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

XIII - praticar ato incompatível com a moralidade administrativa:

penalidade: advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

XIV - faltar ao serviço, sem comunicar com antecedência à

autoridade imediatamente superior a impossibilidade de comparecer à repartição, salvo motivo justo:

penalidade: advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

XV - cometer a servidor público atribuições estranhas às do cargo por ele ocupado:

penalidade: advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

XVI - deixar, culposamente, de observar prazos legais, administrativos ou judiciais:

penalidade: advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

XVII - trabalhar mal, culposa ou dolosamente:

penalidade: advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias, se a conduta foi praticada culposamente, ou suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias, se a conduta foi praticada dolosamente;

XVIII - dificultar ou deixar de levar ao conhecimento da autoridade competente, por via hierárquica e com a urgência devida, denúncia, representação, petição, recurso ou documento que houver recebido, se não estiver na sua alçada resolver:

penalidade: advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias, se a conduta foi praticada culposamente, ou suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias, se a conduta foi praticada dolosamente;

XIX - descumprir, desrespeitar ou retardar, culposa ou intencionalmente, o cumprimento de qualquer ordem legítima, administrativa ou judicial, lei ou regulamento:

penalidade: advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias, se a conduta foi praticada culposamente, ou suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias, se a conduta foi praticada dolosamente;

XX - causar ou possibilitar danificação ou extravio de documento ou objeto pertencente à repartição ou que esteja sob responsabilidade da Administração:

penalidade: advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias, se a conduta foi praticada culposamente, ou suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias, se a conduta foi praticada dolosamente;

XXI - retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição:

penalidade: suspensão de até 30 (trinta) dias;

XXII - faltar à verdade no exercício de suas funções:

penalidade: suspensão de até 30 (trinta) dias;

XXIII - recusar-se, sem justa causa, a submeter-se a avaliação periódica de desempenho ou perícia médica prevista em lei:

penalidade: suspensão de até 30 (trinta) dias;

XXIV - recusar o exercício das atribuições ou da jornada do cargo, em razão da localidade onde reside:

penalidade: suspensão de até 30 (trinta) dias;

XXV - ofender, provocar, desafiar ou tentar desacreditar qualquer servidor ou autoridade superior, com palavras, gestos ou ações:

penalidade: suspensão de até 30 (trinta) dias;

XXVI - utilizar pessoal ou recursos materiais da administração pública para fins particulares:

penalidade: suspensão de até 30 (trinta) dias;

XXVII - deixar de prestar, ou prestar falsamente, quando sob sua responsabilidade, informações sobre servidor em avaliação de estágio probatório, promoção, progressão ou outra informação de qualquer natureza:

penalidade: suspensão de até 30 (trinta) dias, se a conduta foi praticada culposamente, ou suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias, se a conduta foi praticada dolosamente;

XXVIII - captar cliente para pessoa física ou jurídica que atue em área relacionada às suas atribuições ou do órgão ou da entidade de seu exercício:

penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;

XXIX - divulgar ou permitir a divulgação de imagem, áudio ou informação de ocorrência ou de local de crime, sem a devida autorização da autoridade competente:

penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;

XXX - manifestar-se de modo depreciativo ou desrespeitoso em documento público, podendo, porém, proferir críticas do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço:

penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;

XXXI - participar, de fato ou de direito, de gerência ou administração de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada, personificada ou não:

penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;

XXXII - atuar como empresário durante a jornada de trabalho, mediante o exercício profissional de atividade econômica organizada



para a produção ou circulação de bens ou de serviços, na caracterização determinada na legislação civil, e observadas as exceções ali postas:

penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;

XXXIII - praticar usura na repartição:

penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;

XXXIV - receber presentes ou vantagens, fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento:

penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;

XXXV - opor resistência injustificada ou retardar sem justa causa o andamento de documento, processo ou execução de serviço:

penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;

XXXVI - apresentar falsamente denúncia ou representação sobre fato ou pessoa:

penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;

XXXVII - aconselhar ou concorrer para não ser cumprida qualquer ordem legítima, ou para ser retardada a sua execução:

penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;

XXXVIII - receber gratificação, indenização, diária, vencimento, subsídio, remuneração ou qualquer outra vantagem pecuniária que saiba ser indevida, salvo se providenciado o ressarcimento antes da adoção de qualquer medida pela Administração:

penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;

XXXIX - fazer uso de veículo oficial em desacordo com sua destinação:

penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;

XL - praticar ofensa física, em serviço, contra servidor ou qualquer pessoa, salvo em legítima defesa própria ou de outrem:

penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;

XLI - retardar ou deixar de praticar ato necessário à apuração de transgressão disciplinar ou dar causa à prescrição em procedimento disciplinar:

penalidade: suspensão, de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;

XLII - recusar-se, injustificadamente, a integrar comissão ou grupo de trabalho, ou deixar de atender a designação para compor comissão, grupo de trabalho ou deixar de atuar como sindicante, gestor e/ou fiscal de contrato, fundo rotativo ou outra atribuição individualizada, perito, assistente técnico ou defensor dativo em processo administrativo ou judicial de interesse do Estado:

penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;

XLIII - acumular cargos, funções e empregos públicos ou proventos de aposentadoria, ressalvadas as exceções constitucionalmente previstas:

penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias, se o servidor fizer a opção prevista nos incisos I e II do art. 239 desta Lei, ou demissão, se ele não fizer tal opção;

XLIV - deixar de cumprir ou abandonar o serviço para o qual tenha sido designado, salvo motivo justo:

penalidade: suspensão de até 30 (trinta) dias, na hipótese de dano menor ou de baixa repercussão para o serviço público, ou suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta), na hipótese de dano maior ou de grave repercussão para o serviço público;

XLV - usar, durante o serviço, mesmo que em quantidade insignificante, bebida alcoólica ou droga ilícita ou apresentar-se em serviço em estado de embriaguez alcoólica ou de entorpecimento causado pelo uso de droga ilícita:

penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias, na hipótese de bebida alcoólica, ou suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias, na hipótese de droga ilícita;

XLVI - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal indevido para si ou para outrem:

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias;

XLVII - coagir ou aliciar subordinado ou servidor com o objetivo de natureza político-partidária:

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias;

XLVIII - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados:

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias;

XLIX - deixar de executar penalidades disciplinares regularmente aplicadas:

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias;

L - exercer advocacia administrativa, patrocinando interesse legítimo, direta ou indiretamente, valendo-se da qualidade de servidor perante

a administração pública, exceto quando o interesse recair sobre a administração fazendária, hipótese em que a conduta será tipificada no inciso LXIX:

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias;

LI - praticar, culposamente, ato definido em lei como de improbidade administrativa:

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias;

LII - discriminar, no recinto da repartição ou no exercício do cargo, qualquer pessoa em virtude de sua origem, idade, etnia, cor, gênero, estado civil, profissão, religião, convicção filosófica ou política, orientação sexual, doença, condição física, estado mental, situação de apenado ou qualquer outra qualidade ou particularidade pessoal:

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias;

LIII - acessar, armazenar, enviar ou transferir material com conteúdo pornográfico, erótico, violento ou discriminatório, utilizando recursos eletrônicos ou de comunicação postos à sua disposição pela administração pública:

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias;

LIV - usar recursos de tecnologia da informação da administração pública para exercer atividades impróprias ou prejudiciais a sistemas ou sítios eletrônicos públicos ou privados:

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias;

LIV - usar recursos de tecnologia da informação da administração pública para exercer atividades impróprias ou prejudiciais a sistemas ou sítios eletrônicos públicos ou privados:

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias;

LV - exercer atividades incompatíveis com o gozo de licença para tratamento de saúde, licença por motivo de doença em pessoa da família ou para capacitação:

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias;

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias;

LVI - fraudar o próprio registro de frequência ou de outrem:

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;



eletrônicos ou qualquer outra rotina ou equipamento da repartição:  
penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

LXVIII - fazer uso de qualquer documento falsificado ou alterado para obtenção de vantagens ou ingresso no serviço público:  
penalidade: suspensão, de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias, na hipótese de uso do documento falsificado ou alterado, ou demissão, na hipótese de uso para ingresso no serviço público;

LXIX - praticar, dolosamente, ato definido em lei como crime contra a administração pública, a fé pública, a ordem tributária, o assim definido na lei de licitação, o de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como qualquer outro em que a Administração figure como sujeito passivo:  
penalidade: demissão;

LXX - lesar os cofres públicos ou dilapidar o patrimônio estadual:  
penalidade: demissão;

LXXI - abandonar o cargo, faltando intencionalmente ao exercício de suas funções durante o período correspondente a 30 (trinta) dias consecutivos ou o equivalente para os servidores submetidos ao regime de trabalho em escala ou plantão:  
penalidade: demissão;

LXXII - incorrer em inassiduidade habitual, faltando intencionalmente ao exercício de suas funções por 45 (quarenta e cinco) dias interpolados, durante o período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias ou o equivalente para os servidores submetidos ao regime de trabalho em escala ou plantão:  
penalidade: demissão;

LXXIII - praticar, dolosamente, ato definido em lei como de improbidade administrativa:  
penalidade: demissão;

LXXIV - ser condenado, por decisão de que não caiba mais recurso por crime doloso contra a vida, hediondo, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo ou qualquer outro crime cuja pena aplicada seja de reclusão superior a 4 (quatro) anos:  
penalidade: demissão.

Art. 203. Constitui, ainda, transgressão disciplinar, quanto ao servidor ocupante de cargo do Magistério Público Estadual:

I - adquirir, para revender a aluno, livros e materiais de ensino ou quaisquer outras mercadorias:  
penalidade: advertência;

II - coagir ou aliciar aluno com objetivo de natureza político-partidária:  
penalidade: advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

III - lançar, em qualquer meio oficial de registro, anotações, reclamações, reivindicações ou quaisquer outras informações, quando não sejam do interesse do ensino:  
penalidade: advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

IV - demonstrar parcialidade nas informações de sua responsabilidade, para benefício de servidor, aluno ou terceiro:  
penalidade: advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

V - extraviar ou danificar artigos de uso escolar:  
penalidade: advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias, se a conduta foi praticada culposamente, ou suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias, se ela foi praticada dolosamente;

VI - propor transação ou negócio a aluno, com a finalidade de obtenção de lucro:  
penalidade: suspensão de até 30 (trinta) dias;

VII - praticar atos incompatíveis com a função de magistério:  
penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias.

Art. 204. Constitui, ainda, transgressão disciplinar, quanto aos servidores ocupantes de cargos da Polícia Civil e do órgão gestor do Sistema de Execução Penal do Estado de Goiás:

I - transitar por logradouro público portando arma de fogo, sem a respectiva identificação funcional:  
penalidade: advertência;

II - dar conhecimento, por qualquer modo, de ocorrência do serviço policial ou da administração penitenciária a quem não tenha atribuições para nela intervir:  
penalidade: advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

III - discutir ou provocar discussões, pela imprensa, a respeito de assuntos policiais ou da administração penitenciária, excetuando-se os de natureza exclusivamente técnica, quando devidamente autorizados:  
penalidade: advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

IV - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso a autoridades hierarquicamente superiores e a atos da administração pública, qualquer que seja o meio empregado para esse fim:  
penalidade: suspensão de até 30 (trinta) dias;

V - manter relações de amizade ou exibir-se em público com pessoas de notórios e desabonadores antecedentes criminais, sem razão de serviço:  
penalidade: suspensão de até 30 (trinta) dias;

VI - atribuir-se a qualidade de representante de qualquer órgão ou de autoridade da respectiva Secretaria de Estado ou entidade, sem a devida autorização:  
penalidade: suspensão de até 30 (trinta) dias;

VII - frequentar, sem razão de serviço, lugares incompatíveis com o decoro da função policial ou da administração penitenciária:  
penalidade: suspensão de até 30 (trinta) dias;

VIII - deixar de comunicar imediatamente ao juiz competente a prisão de qualquer pessoa:  
penalidade: suspensão de até 30 (trinta) dias;

IX - ser desligado, por falta de assiduidade, de curso de formação ou capacitação do respectivo órgão, em que tenha sido matriculado compulsoriamente:  
penalidade: suspensão de até 30 (trinta) dias;

X - deixar de cumprir ou de fazer cumprir, na esfera de suas atribuições, as leis e os regulamentos:  
penalidade: suspensão de até 30 (trinta) dias, se a conduta foi praticada culposamente, ou suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias, se a conduta foi praticada dolosamente;

XI - causar ou possibilitar a danificação ou extravio de arma de fogo, acessório ou munição pertencente à repartição ou que esteja sob sua responsabilidade:  
penalidade: suspensão de até 30 (trinta) dias, se a conduta foi praticada culposamente, ou suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias, se a conduta foi praticada dolosamente;

XII - deixar de guardar, em público, a devida compostura, de modo a comprometer a função pública:  
penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;

XIII - irrogar sua qualidade de policial ou de servidor da administração penitenciária fora dos casos necessários ou convenientes ao serviço:  
penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;

XIV - divulgar ou concorrer para a divulgação, por intermédio da imprensa falada, escrita, digital ou televisionada, de fatos ocorridos no âmbito da administração pública, que possam prejudicar ou interferir no bom andamento do serviço policial ou do serviço de administração penitenciária:  
penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;

XV - deixar de concluir, nos prazos legais, sem motivo justo, inquéritos policiais ou disciplinares ou, quanto a estes últimos, como membro da respectiva comissão, negligenciar no cumprimento das obrigações que lhe são inerentes:  
penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;

XVI - prevalecer-se abusivamente da condição de servidor policial ou da administração penitenciária:  
penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;

XVII - indicar ou insinuar nome de advogado para assistir pessoa que se encontre respondendo a processo ou investigada em inquérito policial, salvo nos casos em que couber à autoridade nomear defensor:  
penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;

XVIII - impedir ou dificultar, por qualquer meio, na fase de inquérito policial ou durante interrogatório, a presença de advogado, salvo por motivo justo:  
penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;

XIX - levar à prisão ou nela conservar quem quer que se proponha a prestar fiança, quando admitida em lei:  
penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;

XX - atentar, com abuso de autoridade ou prevalecendo-se dela, contra a inviolabilidade do domicílio:  
penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;

XXI - submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou constrangimento:  
penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;

XXII - deixar alguém conversar ou entender-se com preso, sem autorização de quem tenha a competência para tanto, salvo nas



hipóteses do inciso XVIII deste artigo:

penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;  
XXIII - conversar ou entender-se com preso, sem estar autorizado por sua função ou autoridade competente:

penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;  
XXIV - recusar-se a executar ou executar deficientemente qualquer serviço para evitar perigo pessoal, salvo por justo motivo:

penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;  
XXV - publicar, sem ordem expressa da autoridade competente, documentos oficiais, embora não reservados, ou ensinar a divulgação de seu conteúdo, no todo ou em parte:

penalidade: suspensão de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias;  
XXVI - praticar ato que importe em escândalo ou que concorra para comprometer a função policial ou da administração penitenciária:

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias;  
XXVII - fazer uso indevido de arma, bem como portá-la ostensivamente em público:

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias;  
XXVIII - maltratar preso sob sua guarda ou usar de violência desnecessária, no exercício da função policial ou de segurança prisional, desde que não importe infração mais grave:

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias;  
XXIX - ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual sem as formalidades legais ou com abuso do poder:

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias;  
XXX - espalhar falsas notícias em prejuízo ou desprestígio da ordem policial ou da administração penitenciária:

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias;  
XXXI - introduzir bebidas alcoólicas na repartição, para uso próprio ou de terceiros:

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias;  
XXXII - omitir-se no zelo da integridade física ou moral dos presos sob sua guarda:

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias;  
XXXIII - exercer advocacia ou jornalismo no recinto ou relativamente às atividades do respectivo órgão:

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias;  
XXXIV - introduzir material inflamável ou explosivo na repartição, salvo se em obediência a ordem de serviço:

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

XXXV - permitir que preso conserve em seu poder instrumento que possa causar dano nas dependências em que esteja recolhido, ferir-se ou produzir lesões em terceiros:

penalidade: suspensão de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão;

XXXVI - cobrar carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa sem autorização legal:

penalidade: demissão;  
XXXVII - praticar dolosamente ato definido em lei como crime contra o patrimônio, crime doloso contra a vida, hediondo, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo, contra a liberdade sexual, participar ou integrar associação ou organização criminosa e outros que por sua gravidade os incompatibilizem com o exercício da função policial e da administração penitenciária:

penalidade: demissão;  
XXXVIII - submeter preso a tortura, permitir ou mandar que o façam:

penalidade: demissão;  
XXXIX - adquirir, alugar, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, adulterar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

penalidade: demissão.

#### CAPÍTULO IV DA ACUMULAÇÃO

Art. 205. Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1º A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades

controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público.

§ 2º Na hipótese de o servidor estadual ter interesse de ingressar em outro cargo público, deverá, prévia e formalmente, comunicar este fato ao Órgão Central de Gestão de Pessoal que, em caso de dúvidas, consultará a Procuradoria-Geral do Estado quanto a sua legalidade, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

§ 3º É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria com a remuneração ou o subsídio de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os acumuláveis na forma da Constituição Federal, os eletivos e aqueles em comissão, declarados em lei como de livre nomeação e exoneração.

§ 4º A demonstração da compatibilidade de horários é imprescindível para a regularidade da acumulação.

§ 5º O servidor vinculado ao regime desta Lei, que acumular licitamente 2 (dois) cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles.

§ 6º Detectada a qualquer tempo suposta acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, ou de proventos da inatividade com remuneração ou subsídio de cargo, emprego ou função públicos, o titular do órgão ou da entidade submeterá o caso à orientação jurídica da Procuradoria-Geral do Estado.

§ 7º Caso a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas seja confirmada, a autoridade a que se refere o § 6º instaurará o processo administrativo disciplinar para a apuração da transgressão.

§ 8º O servidor poderá fazer a opção por um dos vínculos acumulados em qualquer momento que anteceda o término do prazo previsto no inciso II do art. 239 desta Lei.

#### CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES

Art. 206. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 207. A responsabilidade civil decorre de conduta omissiva ou comissiva, dolosa ou culposa, que importe em prejuízo ao erário ou a terceiro.

§ 1º A indenização de prejuízo causado ao erário poderá ser liquidada nos termos do art. 97 deste Estatuto, sem prejuízo de outros bens que respondam pela indenização, salvo disposição legal em contrário.

§ 2º Tratando-se de dano causado a terceiro, responde o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

Art. 208. A responsabilidade penal abrange os crimes e as contravenções imputados ao servidor, nesta qualidade.

Art. 209. A responsabilidade administrativa resulta da prática, omissiva ou comissiva, dolosa ou culposa, de qualquer uma das transgressões disciplinares previstas nos arts. 202, 203 e 204 desta Lei, bem como em leis especiais.

§ 1º As infrações disciplinares classificam-se, para efeito de cominação da sanção, em leves, médias e graves.

§ 2º A alteração da situação jurídico-funcional do servidor, observado o prazo prescricional, não impede a instauração de processo administrativo disciplinar, aplicação de penalidade disciplinar e/ou da inabilitação de que trata o art. 199 desta Lei:

I - após exoneração ou demissão;

II - após aposentadoria ou disponibilidade;

III - após vacância em razão de posse em outro cargo inacumulável.

§ 3º O servidor será punido por conduta prevista como transgressão disciplinar desde que praticada dolosamente, salvo os casos expressos nesta Lei.

Art. 210. As sanções civis, penais e administrativas poderão acumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 211. A responsabilidade administrativa e civil do servidor será afastada no caso de sentença penal absolutória quanto ao mesmo fato, fundada na sua inexistência material ou na negativa de sua autoria.

#### TÍTULO VI DO PROCESSO DISCIPLINAR

##### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 212. Os responsáveis pelos órgãos e as demais autoridades



do Poder Público Estadual, bem como os servidores que nele exercem suas funções, que tiverem conhecimento de prática de ato de improbidade administrativa ou qualquer outra irregularidade, imputados a servidor público estadual, ficam obrigados, sob pena de responsabilidade funcional, a noticiar ou representar o fato à autoridade competente para as devidas providências. Parágrafo único. As irregularidades praticadas por servidor público estadual serão apuradas em processo administrativo disciplinar regulado por esta Lei.

## CAPÍTULO II DA SINDICÂNCIA

Art. 213. Como medida preparatória, a autoridade competente para instaurar o processo administrativo disciplinar poderá, se necessário, determinar a realização de sindicância preliminar ou se valer da apuração preliminar investigatória com a finalidade de investigar irregularidade funcional, oportunidade em que serão realizadas as diligências necessárias à obtenção de informações, inclusive de natureza patrimonial, consideradas úteis ao esclarecimento do fato, das suas circunstâncias e da respectiva autoria.

§ 1º Os Secretários de Estado ou autoridades equivalentes deverão instituir comissões permanentes de sindicância ou designar sindicante junto aos respectivos órgãos ou entidades.

§ 2º A sindicância terá natureza inquisitorial e será conduzida por servidor ou comissão para esse fim designado, assegurando-se no seu curso a informalidade, a discricionariedade e o sigilo necessários à elucidação dos fatos ou exigidos pelo interesse da Administração.

§ 3º O sindicante ou a comissão apresentará seu relatório à autoridade que o designou, competindo a esta:

- I - instaurar o processo administrativo disciplinar;
- II - determinar, visando ao melhor esclarecimento dos fatos, que o mesmo ou outro sindicante ou comissão realize novas diligências que entender necessárias, devendo ser especificadas;
- III - arquivar a sindicância, podendo reabri-la, mediante a notícia de fato novo, observado o prazo prescricional;
- IV - encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público, na hipótese de existirem indícios da prática de ato de improbidade administrativa ou de ilícito penal;
- V - designar servidor integrante da unidade correccional setorial para conduzir a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta -TAC.

§ 4º O relatório de sindicância que propuser a instauração de processo administrativo disciplinar conterá a exposição da infração disciplinar, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado, classificação do ilícito disciplinar e, quando necessário, indicação das provas a serem produzidas durante a instrução e das testemunhas, observado o limite estabelecido para o respectivo rito.

§ 5º O relatório de sindicância que propuser o arquivamento demonstrará a ausência de indícios suficientes de autoria e materialidade.

§ 6º O relatório de sindicância que propuser a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta conterá a exposição da infração disciplinar, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação do ilícito disciplinar, bem como a demonstração da presença dos requisitos dispostos no art. 252 desta Lei.

§ 7º Quando for designado mais de um sindicante, qualquer deles poderá realizar os atos pertinentes à apuração preliminar.

§ 8º A designação de servidor para conduzir sindicância constitui encargo de natureza obrigatória, exceto nos casos de impedimento ou suspeição legalmente admitidos.

§ 9º O sindicante, durante a apuração dos fatos apontados no ato de instauração da sindicância, poderá, dentre outras medidas, realizar diligências e requisitar documentos e informações necessários à instrução da sindicância.

§ 10. O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade instauradora.

## CAPÍTULO III DA SINDICÂNCIA PATRIMONIAL

Art. 214. Diante de fundados indícios de enriquecimento ilícito de servidor ou de evolução patrimonial incompatível com a remuneração ou subsídio por ele percebido, pode ser determinada a instauração

de sindicância patrimonial.

§ 1º São competentes para determinar a instauração de sindicância patrimonial o Chefe do Poder Executivo Estadual ou o Titular do Órgão Central do Sistema de Correição.

§ 2º A sindicância patrimonial constitui-se em procedimento sigiloso com caráter exclusivamente investigativo.

§ 3º O procedimento de sindicância patrimonial é conduzido por comissão composta de 3 (três) servidores estáveis.

§ 4º O prazo para conclusão do procedimento de sindicância patrimonial é de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, a critério da autoridade instauradora.

§ 5º Concluídos os trabalhos da sindicância patrimonial, a comissão responsável por sua condução deve elaborar relatório sobre os fatos apurados, concluindo pelo arquivamento ou pela instauração de processo administrativo disciplinar.

§ 6º Ato do Chefe do Poder Executivo Estadual regulamentará a sindicância patrimonial.

## CAPÍTULO IV DAS RESTRIÇÕES AO AFASTAMENTO E DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 215. Antes da concessão de licença ou qualquer outra forma de afastamento a servidor acusado em processo administrativo disciplinar, ouvir-se-á a autoridade competente, que se manifestará sobre a conveniência e/ou oportunidade da concessão.

§ 1º Excepcionam-se da manifestação referida no *caput* deste artigo as hipóteses previstas no art. 30, incisos I, II, III, IV, V, VI, IX, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVII, XIX, XX e XXIII desta Lei.

§ 2º Quando a autoridade instauradora julgar necessário à instrução de processo administrativo disciplinar e ao cumprimento de penalidades aplicadas poderá determinar a interrupção ou suspensão de licença ou afastamento já concedido, excetuadas as hipóteses arroladas no § 1º.

§ 3º A concessão de licença para tratamento de saúde não obsta a instauração e continuidade do processo administrativo disciplinar, exceto se houver manifestação expressa da Junta Médica Oficial nesse sentido, com o consequente sobrestamento do processo administrativo disciplinar e suspensão da prescrição, na forma do inciso II do § 7º do art. 201 desta Lei.

Art. 216. A autoridade instauradora do processo administrativo disciplinar poderá, excepcionalmente e de forma motivada, adotar medida cautelar consistente no afastamento preventivo do acusado do exercício de suas funções, com a finalidade de fazer cessar a sua influência na apuração da ilicitude imputada, sem prejuízo de seu subsídio ou remuneração, observado o seguinte:

I - o período de afastamento não poderá ser superior a 180 (cento e oitenta) dias, consecutivos ou não, findo o qual o servidor reassumirá suas funções, ainda que não concluído o processo;

II - durante o período de afastamento, o servidor deve manter atualizado endereço certo e sabido, que lhe permita pronto atendimento a todas as requisições processuais.

§ 1º A medida referida no *caput* só será efetivada na hipótese em que a movimentação do servidor para outro local e/ou horário de trabalho não se mostre suficiente para fazer cessar sua influência.

§ 2º O afastamento preventivo constitui medida de interesse processual e não será considerado para efeito de compensação com a penalidade eventualmente aplicada ao servidor, nem suspende ou interrompe contagem de tempo de serviço para qualquer efeito.

## CAPÍTULO V DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 217. O processo administrativo disciplinar desenvolve-se em:

- I - instauração;
- II - instrução;
- III - defesa;
- IV - relatório; e
- V - julgamento.

### Seção I

#### Da instauração do processo administrativo disciplinar

Art. 218. Salvo disposição em contrário, são competentes para





determinar a instauração do processo administrativo disciplinar, no âmbito de suas atribuições, o chefe do Poder Executivo e os Secretários de Estado ou autoridades equivalentes, independente da penalidade disciplinar abstratamente cominada à infração apurada.

§ 1º A competência descrita neste artigo poderá ser objeto de delegação pelo seu titular à autoridade administrativa de hierarquia imediatamente inferior ou ao chefe de unidade administrativa correcional.

§ 2º Na hipótese de acúmulo ilegal de cargos públicos, havendo mais de uma autoridade competente no âmbito da administração pública estadual para instaurar o processo administrativo disciplinar, a competência é definida em favor daquela que primeiro instaurar o processo.

§ 3º O processo administrativo disciplinar será instaurado no órgão ou na entidade onde foi praticado o fato, resguardada a competência para o julgamento.

§ 4º O incidente de incompetência não acatado pela autoridade instauradora será remetido àquela imediatamente superior para decisão.

§ 5º Quando for conveniente em razão de circunstâncias de ordem técnica, social, econômica, jurídica ou territorial, poderá o Órgão Central do Sistema de Correição motivadamente avocar a instauração e o julgamento de processo administrativo disciplinar.

Art. 219. O processo administrativo disciplinar será instaurado por meio de portaria que conterà, no mínimo:

- I - a identificação e qualificação funcional do servidor;
- II - a descrição dos fatos imputados ao servidor;
- III - a capitulação legal das supostas transgressões disciplinares;
- IV - a definição do rito;
- V - o nome e a função de cada membro da comissão processante; e
- VI - o local onde a comissão desenvolverá os trabalhos de apuração.

§ 1º Deverá ser publicado o extrato da portaria de instauração do processo administrativo disciplinar, sem a identificação e qualificação funcional do servidor acusado.

§ 2º Aos autos do processo administrativo disciplinar serão apensados os da sindicância preliminar, se houver.

Art. 220. O processo administrativo disciplinar será instruído por uma comissão composta de 3 (três) servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, preferencialmente estáveis, submetidos ao regime desta Lei, instituída pela autoridade que o houver instaurado, dentre os quais designará seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo de escolaridade superior ou de mesmo nível que o do cargo do acusado.

§ 1º A comissão poderá funcionar e deliberar com a presença mínima de 2 (dois) de seus membros.

§ 2º Os Secretários de Estado ou autoridades equivalentes deverão instituir comissões permanentes de processo administrativo disciplinar junto aos respectivos órgãos ou entidades.

§ 3º Havendo suspeição ou impedimento ou qualquer outra circunstância que impossibilite ou torne inconveniente a atuação dos membros da comissão permanente, instaurar-se-á uma comissão especial, nos termos do *caput* deste artigo.

§ 4º Os atos processuais serão realizados preferencialmente na sede do órgão ou da entidade processante, permitidas as diligências externas julgadas convenientes à instrução probatória, como também o deslocamento da autoridade processante a qualquer parte do território nacional, verificada a necessidade.

Art. 221. Sempre que necessário, a comissão dedicará todo o seu tempo de trabalho ao processo administrativo disciplinar, ficando os seus membros, em tal caso, dispensados do serviço normal da repartição até a entrega do relatório final.

§ 1º A comissão processante exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o acesso às repartições, informações e aos documentos necessários à elucidação dos fatos em apuração.

§ 2º A designação de servidor para conduzir processo administrativo disciplinar constitui encargo de natureza obrigatória, sob pena de a recusa configurar transgressão disciplinar capitulada no inciso XLII do art. 202 desta Lei.

§ 3º Ocorrendo, no curso do processo administrativo disciplinar, motivo de força maior ou qualquer outra circunstância que impossibilite ou torne inconveniente a permanência de qualquer de seus membros, a autoridade instauradora providenciará a sua substituição, dando-se continuidade aos trabalhos apuratórios.

§ 4º É impedido de atuar em comissão processante o servidor que:

- I - for cônjuge ou companheiro do acusado, ou de seu defensor;
- II - for parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, do acusado ou de seu defensor;
- III - tenha sofrido punição disciplinar, cujo cancelamento ainda não tenha ocorrido, nos termos do art. 194 desta Lei;
- IV - esteja respondendo a processo administrativo disciplinar ou criminal;
- V - participe como perito ou testemunha no processo;
- VI - tenha se manifestado anteriormente na causa que constitui objeto de apuração do processo, inclusive na condição de noticiante ou autor da representação;
- VII - tenha atuado em sindicância preliminar, auditoria, investigação ou procedimento de que resultou a instauração do processo;
- VIII - atue como defensor do acusado em qualquer processo administrativo ou judicial;
- IX - tenha celebrado Termo de Ajustamento de Conduta, até o efetivo cumprimento das obrigações avençadas.

§ 5º É suspeito para atuar em comissão processante o servidor que:

- I - seja amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes ou de seus defensores;
- II - tenha interesse no resultado do processo;
- III - tenha interesse em decisão administrativa a ser tomada pelo acusado;
- IV - seja credor ou devedor do acusado ou de seu defensor, ou com eles mantenha relação de negócio.

§ 6º Os incidentes de impedimento e suspeição serão decididos pela autoridade instauradora no prazo de 5 (cinco) dias.

## Seção II

### Da instrução do processo administrativo disciplinar

Art. 222. Na instrução do processo administrativo disciplinar a comissão processante poderá motivadamente promover oitivas, acareações e diligências, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

§ 1º A comissão processante pode, de ofício ou a requerimento do acusado, dentre outras medidas:

- I - tomar o depoimento de testemunha;
- II - coletar prova documental;
- III - solicitar ou requerer prova emprestada de processo administrativo ou judicial;
- IV - proceder à reconstrução simulada do fato, desde que não ofenda a moral ou os bons costumes;
- V - solicitar, diretamente ou, quando necessário, por intermédio da autoridade competente:
  - a) realização de busca e apreensão;
  - b) informação à Fazenda Pública, na forma autorizada na legislação;
  - c) transferência de informações protegidas por sigilo bancário, fiscal ou telefônico;
  - d) acesso a relatório de uso, pelo acusado, de sistema informatizado ou a ato que ele tenha praticado;
  - e) exame de sanidade mental do acusado;
- VI - determinar a realização de perícia;
- VII - proceder ao interrogatório do acusado.

§ 2º O presidente da comissão processante, por despacho fundamentado, poderá indeferir, dentre outros pedidos:

- I - os considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos;
- II - os de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial.

§ 3º O requerimento de prova pericial deverá ser acompanhado dos quesitos, e, caso queira, da indicação do assistente, sob pena de indeferimento pelo presidente da comissão.

§ 4º Deferido o pedido de prova pericial e havendo mais de um acusado, os demais serão intimados a, no prazo de 2 (dois) dias, formular seus quesitos e, caso queiram, indicar assistente.

Art. 223. As informações relativas a sindicâncias e processos administrativos disciplinares são restritas, na forma da Lei de Acesso à Informação:

- I - aos membros da comissão processante;
- II - ao acusado ou ao seu defensor;
- III - aos agentes públicos que devam atuar no processo, quando estritamente necessário o acesso.



Art. 224.O depoimento da testemunha será prestado oralmente, inclusive a distância, sob compromisso, e reduzido a termo, podendo ser adotado recurso de gravação audiovisual, obedecidas as seguintes regras:

- I - as testemunhas serão inquiridas separadamente;
- II - as perguntas serão formuladas pelas partes diretamente às testemunhas;
- III - a comissão não poderá interferir nas perguntas da parte, salvo se não tiverem relação com o processo ou importarem repetição de outra já respondida;
- IV - na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, poderá ser realizada acareação entre os depoentes;
- V - a testemunha, quando servidor público estadual, será intimada a depor mediante mandado expedido pela comissão;
- VI - não sendo encontrado o servidor público estadual arrolado como testemunha ou havendo recusa reiterada a ser intimado, será concedido, no prazo fixado pela comissão, direito à sua substituição;
- VII - na hipótese de a testemunha não ser servidor público estadual, incumbe a quem a arrolar o ônus de trazê-la à audiência de inquirição, caso em que não se procederá à sua intimação;
- VIII - a comissão processante poderá convidar testemunha não servidora pública estadual quando o depoimento for necessário para a elucidação dos fatos apurados;
- IX - quando for necessária a presença de pessoa não servidora pública estadual, com a finalidade de prestar informação relevante para a instrução processual, analisadas a conveniência e oportunidade pela autoridade instauradora, poderá ser concedida por quem de direito indenização em valor não superior ao da diária, com a finalidade de ressarcir eventuais despesas de locomoção;
- X - o acusado poderá desistir do depoimento de quaisquer das testemunhas por ele arroladas, se considerar suficientes as provas que possam ser ou tenham sido produzidas;
- XI - não é causa de nulidade do ato processual a ausência do acusado ou de seu defensor na oitava de testemunha, desde que previamente intimados.

Art. 225.O interrogatório do acusado observará, no que couber, as disposições do art. 224.

Parágrafo único. O não comparecimento do acusado ao interrogatório ou a sua recusa em ser interrogado não obsta o prosseguimento do processo, tampouco é causa de nulidade.

Art. 226.Quando houver dúvida sobre a integridade mental do acusado, a autoridade instauradora do processo administrativo disciplinar determinará, de ofício ou a requerimento daquele, do seu defensor ou da comissão processante, que o acusado seja submetido a exame por Junta Médica Oficial, com a participação de ao menos um médico psiquiatra.

§ 1º O pedido de exame de insanidade mental deverá ser instruído com os elementos suficientes a demonstrar a dúvida e os quesitos a serem respondidos pela perícia, sob pena de indeferimento.

§ 2º Antes de encaminhar o pedido para a decisão da autoridade instauradora, a comissão deverá instruí-lo com os demais quesitos formulados pelas outras partes, inclusive com os da própria comissão.

§ 3º A decisão da autoridade competente que instaurar o incidente de insanidade sobrestará o processo administrativo disciplinar e dará início à suspensão da prescrição, na forma do inciso II do § 7º do art. 201.

§ 4º Na hipótese de o incidente de insanidade ter sido solicitado pelo acusado ou seu defensor, deverá aquele comparecer à Junta Médica Oficial no prazo de até 10 (dez) dias contados da decisão referida no § 3º deste artigo, sob pena de extinção do incidente e consequente retomada do processo administrativo disciplinar.

§ 5º O incidente deverá esclarecer se o acusado apresenta condição de sanidade mental que permita o acompanhamento do processo administrativo disciplinar, bem como responder os quesitos formulados relativos à apuração da infração.

Art. 227.Aplicam-se ao processo administrativo disciplinar os princípios gerais de direito e, subsidiária e supletivamente, as normas de direito penal, direito processual penal e direito processual civil.

### Seção III Do rito processual

Art. 228.A comissão receberá o processo administrativo disciplinar em até 5 (cinco) dias após a instauração e iniciará a apuração, observado o rito, que será determinado pela maior penalidade em abstrato prevista para o tipo:

- I - ordinário, quando se tratar de transgressão disciplinar punível com demissão, destituição de cargo em comissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
- II - sumário, quando se tratar de transgressão disciplinar punível com suspensão ou multa;
- III - sumaríssimo, quando se tratar de transgressão disciplinar punível com advertência.

§ 1º O rito ordinário atenderá ao seguinte:

- I - o acusado será citado para, no prazo de 10 (dez) dias, tomar conhecimento da imputação que lhe é feita, acompanhar o processo pessoalmente ou por meio de defensor, ou manifestar sua intenção de não o constituir, bem como requerer a produção de provas e oitiva de até 5 (cinco) testemunhas;
- II - encerrado o prazo do inciso I, caso não tenha sido constituído defensor, a autoridade competente nomeará defensor dativo e intimará o servidor sobre tal fato, competindo ao defensor dativo nomeado, no prazo de 10 (dez) dias, requerer a produção das provas necessárias à defesa do servidor;
- III - proceder-se-á, sucessivamente, à inquirição das testemunhas arroladas pela comissão e pela defesa;
- IV - concluída a fase de inquirição das testemunhas, serão realizadas as diligências necessárias e produzidas as provas deferidas, bem como as de interesse da comissão;
- V - concluída a fase de produção de provas, serão designados dia, hora e local para o interrogatório do acusado, procedendo-se à sua intimação pessoalmente ou por meio de seu defensor, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias;
- VI - encerrada a instrução, a comissão processante tipificará a transgressão disciplinar, devendo ser formulado o indiciamento do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas;
- VII - procedido o indiciamento do servidor acusado, este deverá ser intimado pessoalmente ou por meio de seu defensor, por mandado expedido por membro da comissão processante, para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias;
- VIII - concluída a instrução e apresentada a defesa escrita, a comissão processante elaborará o relatório final, podendo, antes de concluí-lo, sanear eventuais nulidades, sendo admitida a realização de diligências para dirimir dúvidas sobre ponto relevante ou suprir falta que prejudique o esclarecimento dos fatos, hipótese em que será concedido prazo para nova defesa escrita.

§ 2º O rito sumário atenderá ao seguinte:

- I - o acusado será citado para, no prazo de 7 (sete) dias, tomar conhecimento da imputação que lhe é feita, acompanhar o processo pessoalmente ou por meio de defensor, ou manifestar sua intenção de não o constituir, bem como requerer a produção de provas e oitiva de até 3 (três) testemunhas;
- II - encerrado o prazo do inciso I, caso não tenha sido constituído defensor, a autoridade competente nomeará defensor dativo e intimará o servidor sobre tal fato, competindo ao defensor dativo nomeado, no prazo de 7 (sete) dias, requerer a produção das provas necessárias à defesa do servidor;
- III - proceder-se-á, sucessivamente, à inquirição das testemunhas arroladas pela comissão e pela defesa;
- IV - concluída a fase de inquirição das testemunhas, serão realizadas as diligências necessárias e produzidas as provas deferidas, bem como as de interesse da comissão;
- V - concluída a fase de produção de provas, serão designados dia, hora e local para o interrogatório do acusado, procedendo-se à sua intimação pessoalmente ou por meio de seu defensor, com antecedência mínima de 3 (três) dias;
- VI - encerrada a instrução, a comissão processante tipificará a transgressão disciplinar, devendo ser formulado o indiciamento do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas;
- VII - procedido o indiciamento do servidor acusado, ele deverá ser intimado pessoalmente ou por meio de seu defensor, por mandado expedido por membro da comissão processante, para apresentar defesa escrita, no prazo de 7 (sete) dias;
- VIII - concluída a instrução e apresentada a defesa escrita, a

comissão processante elaborará o relatório final, podendo, antes de concluí-lo, sanear eventuais nulidades, sendo admitida a realização de diligências para dirimir dúvidas sobre ponto relevante ou suprir falta que prejudique o esclarecimento dos fatos, hipótese em que será concedido prazo para nova defesa escrita.

§ 3º O rito sumaríssimo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, economia processual e celeridade e atenderá ao seguinte:

I - o acusado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, tomar conhecimento da imputação que lhe é feita, acompanhar o processo pessoalmente ou por meio de defensor, ou manifestar sua intenção de não o constituir, bem como requerer a produção de provas e oitiva de até 2 (duas) testemunhas;

II - encerrado o prazo do inciso I, caso não tenha sido constituído defensor, a autoridade competente nomeará defensor dativo e intimará o servidor sobre tal fato, competindo ao defensor dativo nomeado, no prazo de 5 (cinco) dias, requerer a produção das provas necessárias à defesa do servidor;

III - após a produção das provas, proceder-se-á à intimação do acusado pessoalmente ou por meio de seu defensor, com antecedência mínima de 3 (três) dias, para a audiência una de oitiva das testemunhas e interrogatório;

IV - proceder-se-á, em audiência una, sucessivamente, à inquirição das testemunhas arroladas pela comissão processante, se houver, e daquelas indicadas pela defesa, interrogando-se, a seguir, o acusado, se presente;

V - concluídos a inquirição de testemunhas, a produção de provas e o interrogatório do acusado, a comissão processante, se for o caso, indicá-lo-á na audiência, intimando-o juntamente com seu defensor para apresentar a defesa escrita no prazo de 5 (cinco) dias;

VI - apresentada a defesa escrita, a comissão processante elaborará seu relatório final, podendo, antes de concluí-lo, sanear eventuais nulidades, hipótese em que será concedido prazo para nova defesa.

§ 4º O indiciamento consiste na delimitação dos fatos e das provas produzidas, bem como na indicação da transgressão disciplinar imputada ao servidor.

§ 5º Não cabe o indiciamento do servidor se, com as provas colhidas, ficar comprovado que:

I - não houve a infração disciplinar;

II - o servidor acusado não foi o autor da infração disciplinar;

III - a punibilidade esteja extinta.

§ 6º Ocorrendo a hipótese do parágrafo anterior, a comissão processante deve elaborar o seu relatório, concluindo pelo arquivamento do processo administrativo disciplinar.

Art. 229.A comissão processante deve remeter à autoridade instauradora os autos do processo administrativo disciplinar, com o respectivo relatório, na forma do art. 235 desta Lei.

#### Seção IV

##### Dos atos e termos processuais

Art. 230.Os atos e termos do processo administrativo disciplinar não dependem de forma determinada, senão quando a lei expressamente o exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, preenchem sua finalidade essencial e não prejudiquem a defesa.

Parágrafo único. A comunicação dos atos processuais será preferencialmente realizada de forma pessoal, assim compreendidas:

I - a intimação do acusado ou de seu defensor, em audiência;

II - a intimação do acusado na repartição, mediante recibo;

III - a intimação via postal do acusado, do seu defensor e das testemunhas; e

IV - a utilização de meio eletrônico previamente informado à comissão processante, se confirmado o recebimento pelo destinatário para:

a) a entrega de petição à comissão processante; e

b) a intimação sobre atos do processo administrativo disciplinar, salvo a citação inicial.

#### Seção V

##### Da citação e da revelia

Art. 231.O acusado será citado pessoalmente por meio de mandado expedido por membro da comissão para ter conhecimento da imputação e:

I - nos ritos ordinário e sumário, para tomar conhecimento da

imputação que lhe é feita, acompanhar o processo pessoalmente ou por meio de defensor e requerer a produção de provas e oitiva de testemunhas;

II - no rito sumaríssimo, para requerer a produção de provas e arrolar testemunhas.

§ 1º O mandado de citação deverá:

I - conter a identificação e qualificação funcional do acusado, número do telefone, meio eletrônico para comunicação e endereço da comissão processante;

II - cientificar o acusado:

a) do seu direito de obter cópia das peças processuais, ter vista dos autos no local de funcionamento da comissão processante e fazer o seu acompanhamento, pessoalmente ou por intermédio de defensor que constituir;

b) do seu direito de constituir um defensor e de, caso abra mão deste direito, nomeação de defensor dativo, que deverá ser bacharel em direito;

c) de dia, hora e local para requerer provas e arrolar testemunhas, nos processos sujeitos ao rito sumaríssimo;

d) das consequências da revelia;

e) da prerrogativa de opção por um dos vínculos acumulados, em se tratando de transgressão disciplinar de acumulação de cargos, na forma do § 8º do art. 205 desta Lei;

III - ser acompanhado de uma cópia do ato de instauração do processo administrativo disciplinar.

§ 2º No caso de recusa do acusado em apor seu ciente, considerar-se-á válida a citação mediante o registro de tal fato, no próprio mandado, pelo responsável pela citação, com a assinatura de uma testemunha.

§ 3º Quando, por duas vezes, a comissão processante houver procurado o acusado em seu domicílio, sem o encontrar, deverá, havendo fundada suspeita de que o mesmo se oculte para não ser citado, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho, de que voltará em dia e hora designados, a fim de efetuar a citação, momento em que o membro da comissão processante comparecerá ao domicílio do acusado a fim de citá-lo, devendo, se o servidor acusado não estiver presente:

I - informar-se das razões da ausência e dar por feita a citação, lavrando-se a respectiva certidão;

II - deixar cópia do mandado de citação com pessoa da família do acusado ou com qualquer vizinho, conforme o caso, registrando-lhe o nome, mediante identificação.

§ 4º A citação com hora certa será efetivada mesmo que a pessoa da família ou o vizinho que houver sido intimado esteja ausente ou, embora presente, recusar-se a recebê-la.

§ 5º Achando-se o acusado em local ignorado, incerto ou inacessível, a citação se fará por edital publicado uma vez no Diário Oficial do Estado e observado o seguinte:

I - a citação por edital será realizada somente quando frustradas as tentativas de citação pessoal do acusado, devidamente certificadas nos autos;

II - a comissão juntará aos autos cópia da publicação;

III - o prazo para acompanhar o processo, requerer provas e arrolar testemunhas, nos termos dos ritos ordinário e sumário, terá início a partir da juntada de cópia da publicação aos autos;

IV - no rito sumaríssimo, a data fixada para requerer provas e arrolar testemunhas deverá constar do edital e não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias contados da assinatura do mandado.

Art. 232.Considera-se revel o servidor regularmente citado que:

I - nos ritos ordinário e sumário, não constituir defensor dentro do respectivo prazo e deixar de realizar os atos de acompanhamento, produção de provas, indicação de testemunhas;

II - no rito sumaríssimo, não apresentar requerimento de provas, rol de testemunhas ou deixar de constituir defensor até a data designada para tal ato.

§ 1º A revelia será declarada por termo nos autos do processo, a partir de quando o servidor não será mais intimado da realização dos atos processuais.

§ 2º Para defender o acusado revel, o presidente da comissão convocará o defensor dativo, nomeado na portaria de instauração, dando-se prosseguimento ao processo.

§ 3º O servidor revel poderá, a qualquer momento, assumir a sua defesa no processo, recebendo-o no estado em que se encontrar.

§ 4º A revelia não implica confissão e não exime a comissão



processante de realizar adequada instrução processual.

### **Seção VI Da defesa**

Art. 233. Ao acusado é facultado:

- I - arguir a incompetência, o impedimento ou a suspeição;
- II - constituir defensor;
- III - acompanhar depoimento de testemunha, pessoalmente, salvo exceção legal, ou por meio de seu defensor;
- IV - arrolar testemunhas, até o limite estabelecido para o respectivo rito;
- V - inquirir testemunha;
- VI - contraditar testemunha;
- VII - requerer ou produzir provas;
- VIII - formular quesitos, no caso de prova pericial, e indicar assistente;
- IX - ter acesso às peças dos autos; e
- X - apresentar recurso.

Parágrafo único. É do acusado o custo de perícia ou exame por ele requerido, se não houver técnico habilitado nos quadros da Administração pública estadual.

Art. 234. A defesa técnica do acusado em processo administrativo disciplinar, exceto os casos de autodefesa, será exercida por bacharel em Direito.

### **Seção VII Do relatório final**

Art. 235. Concluída a instrução e apresentada a defesa escrita, a comissão processante elaborará o relatório final, no qual deverão constar:

- I - as informações sobre a instauração do processo;
- II - o resumo das peças principais dos autos, com especificação objetiva dos fatos apurados, das provas coletadas e dos fundamentos jurídicos de sua convicção;
- III - a conclusão sobre a inocência ou responsabilização do acusado, com a indicação do dispositivo legal infringido;
- IV - a indicação das penalidades aplicáveis, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes e de aumento de penalidade, no caso de conclusão pela responsabilização do acusado.

Parágrafo único. O processo administrativo disciplinar, com o relatório final da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração para julgamento ou envio à autoridade competente.

### **Seção VIII Do julgamento**

Art. 236. Recebido o processo, a autoridade que determinou sua instauração o julgará no prazo de 30 (trinta) dias a contar de seu recebimento, ou o remeterá, no prazo de 5 (cinco) dias, à autoridade competente para o julgamento.

§ 1º A autoridade referida neste artigo solicitará, antes do julgamento, manifestação jurídica da Procuradoria-Geral do Estado sobre a legalidade do processo.

§ 2º A autoridade julgadora poderá devolver o processo à comissão para produção de novas provas, quando necessária para a elucidação dos fatos, ou para o refazimento de atos processuais, caso identificada alguma nulidade, observados o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º O julgamento deverá conter:

- I - o histórico do processo, com o resumo das principais peças, a descrição objetiva dos fatos apurados e das provas coletadas;
- II - a decisão sobre a extinção da punibilidade, a inocência ou a responsabilização do acusado com a indicação do dispositivo legal infringido, bem como a exposição dos fundamentos fáticos e jurídicos de sua convicção;
- III - a dosimetria da penalidade de acordo com o disposto no art. 196 e parágrafos, além da aplicação da inabilitação, na forma do art. 199 desta Lei, no caso de decisão condenatória.

§ 4º Após o julgamento, a autoridade promoverá a expedição dos atos dele decorrentes e, na hipótese de decisão condenatória, adotará as providências necessárias à execução da penalidade.

Art. 237. O processo administrativo disciplinar deverá ser concluído nos seguintes prazos, contados da data da instauração:

- I - 120 (cento e vinte) dias, quando adotado o rito ordinário;
  - II - 60 (sessenta) dias, quando adotado o rito sumário;
  - III - 45 (quarenta e cinco) dias, quando adotado o rito sumaríssimo.
- Parágrafo único. Na impossibilidade de conclusão dos trabalhos nos prazos fixados nos incisos deste artigo, a comissão processante deverá comunicar o fato à autoridade instauradora para que ela adote as providências cabíveis, inclusive quanto à concessão de prazo adicional para o término da instrução processual, não podendo o somatório de prazos exceder a 180 (cento e oitenta) dias, 90 (noventa) dias ou 60 (sessenta) dias, nos casos previstos respectivamente nos incisos I, II e III deste artigo.

Art. 238. Havendo mais de um servidor acusado e diversidade de sanções propostas no relatório da comissão processante, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da penalidade mais grave.

Art. 239. No julgamento do processo administrativo disciplinar que apure o acúmulo irregular de cargos, funções ou empregos públicos ou proventos de aposentadoria, caso a autoridade julgadora confirme a ilicitude do acúmulo, serão observadas também as seguintes disposições:

I - demonstrado nos autos que o servidor fez a opção por um dos vínculos, com o consequente desfazimento do acúmulo, a autoridade seguirá com o julgamento;

II - caso o acúmulo não tenha sido desfeito, a autoridade intimará o servidor da decisão relativa à ilicitude, abrindo o prazo de 10 (dez) dias para que este opte, caso queira, por um dos vínculos;

III - decorrido o prazo previsto no inciso II deste artigo, o julgamento deverá ser concluído.

Parágrafo único. A penalidade disciplinar aplicável deverá incidir sobre o vínculo com o Estado de Goiás mais recente.

Art. 240. O ato de julgamento será publicado no órgão oficial, devendo o acusado e seu defensor serem intimados do seu teor.

§ 1º O presidente da comissão processante deverá ser cientificado do teor do ato de julgamento do processo administrativo disciplinar.

§ 2º A comissão, quando não permanente, uma vez cientificada do ato de julgamento, dissolver-se-á, mas os seus membros prestarão, a qualquer tempo, à autoridade competente os esclarecimentos que lhes forem solicitados a respeito do processo.

Art. 241. O prazo para oposição de recurso é de 10 (dez) dias, contado a partir da intimação do acusado ou de seu defensor ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhá-lo-á à autoridade imediatamente superior, a quem caberá decidir o recurso em caráter definitivo, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º O recurso interposto em face de decisão condenatória na qual tenha sido aplicada penalidade de suspensão, multa, demissão, destituição de cargo em comissão ou cassação de aposentadoria ou de disponibilidade será recebido com efeito suspensivo.

§ 3º Observado o disposto neste artigo, o processamento do recurso obedecerá ao disposto em lei específica que regule o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Goiás.

### **CAPÍTULO VI DA REVISÃO**

Art. 242. A qualquer tempo poderá ser requerida a revisão do processo administrativo disciplinar de que resultou aplicação de penalidade, desde que se aduzam fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do requerente.

§ 1º Não constitui fundamento para a revisão a simples alegação de injustiça da penalidade, ou a arguição de nulidade suscitada no curso de processo originário, bem como a que, nele invocada, tenha sido considerada improcedente.

§ 2º Tratando-se de servidor falecido ou desaparecido, a revisão poderá ser requerida por qualquer dos seus sucessores ou dos familiares constantes do seu assentamento funcional.

Art. 243. O requerimento será dirigido à mesma autoridade que houver imposto a penalidade disciplinar.

§ 1º A revisão será apensada aos autos do processo administrativo disciplinar.

§ 2º Na inicial, o requerente fará uma exposição dos fatos e circunstâncias ainda não apreciados no processo originário, capazes de modificar o julgamento e pedirá a designação do dia e hora para



inquirição das testemunhas que arrolar.

§ 3º No processo revisoral, o ônus da prova cabe ao requerente.  
Art. 244. Recebido o requerimento, a autoridade designará comissão revisora, composta de 3 (três) membros, um dos quais desde logo designado como presidente, não podendo integrá-la qualquer dos membros da comissão do processo administrativo disciplinar originário ou da sindicância.

Art. 245. A comissão concluirá os seus trabalhos em 60 (sessenta) dias permitida a prorrogação, a critério da autoridade a que se refere o artigo anterior, por mais 30 (trinta) dias, e remeterá o processo a este, com relatório.

Parágrafo único. Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios do processo administrativo disciplinar.

Art. 246. O prazo para julgamento do pedido de revisão será de 30 (trinta) dias, podendo antes a autoridade determinar diligências.

Parágrafo único. Caberá ao Chefe do Poder Executivo o julgamento, quando do processo revisto houver resultado penalidade de demissão, destituição de cargo em comissão, cassação de aposentadoria e de disponibilidade.

Art. 247. A decisão do pedido de revisão do processo administrativo disciplinar poderá:

I - julgar procedente a revisão, tornando sem efeito a penalidade imposta e restabelecendo todos os direitos por ela atingidos;

II - julgar parcialmente procedente a revisão, desclassificando a infração para outro tipo disciplinar de penalidade mais branda;

III - julgar improcedente a revisão, mantendo o julgamento anterior.  
Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

## CAPÍTULO VII

### DA RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS

Art. 248. O Termo de Ajustamento de Conduta - TAC consiste em instrumento de resolução consensual de conflitos, utilizado de forma alternativa a processos disciplinares que envolvam transgressões disciplinares de menor potencial ofensivo.

§ 1º Para os fins deste artigo, considera-se transgressão disciplinar de menor potencial ofensivo a conduta punível com advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias, nos termos desta Lei.

§ 2º O termo de ajustamento de conduta não possui caráter punitivo e poderá ser realizado, de ofício, a partir do conhecimento pela administração da prática de suposta infração disciplinar, ou a pedido do servidor, até 5 (cinco) dias contados da sua citação em processo administrativo disciplinar já instaurado.

Art. 249. O TAC será celebrado pela autoridade competente para a instauração do processo administrativo disciplinar e homologado, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da celebração, pela autoridade competente para o julgamento do processo administrativo disciplinar.

Art. 250. Por meio do TAC, que terá eficácia de título executivo administrativo, o servidor assumirá a responsabilidade pela prática da transgressão disciplinar, comprometer-se-á a ajustar sua conduta, observar os deveres e proibições previstos na legislação vigente, bem como ressarcir os danos e prejuízos porventura causados ao erário.

Art. 251. O ajustamento de conduta será proposto e conduzido no órgão ou na entidade onde foi praticado o fato:

I - pelo titular da respectiva unidade correcional setorial;

II - pelo Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar; ou

III - pelo Órgão Central do Sistema de Correição, conforme o caso.

Art. 252. Para a celebração do termo de ajustamento de conduta, a autoridade competente deverá constatar a presença cumulativa dos seguintes requisitos:

I - reconhecimento pelo servidor da responsabilidade pela prática da transgressão disciplinar;

II - compromisso do servidor perante a administração de ajustar sua conduta aos deveres e às proibições previstos na legislação e a ressarcir os danos e prejuízos porventura causados ao erário;

III - penalidade aplicável, em tese, de advertência ou de suspensão de até 30 (trinta) dias, indicando objetivamente, no caso de suspensão, o prazo em dias da penalidade, baseada em nota técnica emitida pela unidade correcional do órgão ou entidade da prática do fato,

pela Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar ou pelo Órgão Central do Sistema de Correição;  
IV - inexistência de processo administrativo disciplinar em curso relativo a prática de outra infração disciplinar;

V - primariedade do servidor;

VI - inexistência de TAC celebrado nos últimos 3 (três) anos, para as transgressões disciplinares apenadas com advertência;

VII - inexistência de TAC celebrado nos últimos 5 (cinco) anos, para as transgressões disciplinares apenadas com suspensão de até 30 (trinta) dias;

VIII - ausência de circunstâncias agravantes ou que justifiquem a majoração da penalidade, previstas no inciso I do §3º, ou §4º, do art. 196 desta Lei.

Parágrafo único. O TAC firmado sem o preenchimento dos requisitos previstos neste artigo será declarado nulo, devendo-se realizar a apuração da responsabilidade do agente público, na forma da legislação aplicável.

Art. 253. Nos casos em que da conduta do servidor houver resultado dano ou extravio de bem público, o ressarcimento, após a apuração do montante devido, poderá ocorrer:

I - por meio do seu pagamento integral em parcela única;

II - por meio de parcelamento do valor devido, nos limites estabelecidos no art. 97 deste Estatuto;

III - pela entrega de um bem de característica igual ou superior ao danificado ou extraviado; ou

IV - com a reparação do bem danificado que o restitua às condições anteriores.

§ 1º Caberá à autoridade competente, no momento da celebração do TAC, aferir os termos avençados para o ressarcimento.

§ 2º O ressarcimento de que trata este artigo se dará em favor do órgão ou da entidade em que ocorreu a transgressão disciplinar.

Art. 254. O TAC:

I - não será publicado; e

II - constará do assentamento individual do servidor e terá vigência de 2 (dois) anos contados a partir da sua celebração.

Art. 255. O acompanhamento do efetivo adimplemento dos termos do TAC durante seu prazo de vigência será realizado pela chefia imediata do servidor, sem prejuízo das competências próprias da unidade correcional setorial, Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar do órgão ou da entidade onde foi praticado o fato ou do Órgão Central do Sistema de Correição.

Art. 256. O adimplemento integral do TAC, até o término da vigência prevista no inciso II do art. 254 desta Lei, resulta na extinção da punibilidade da transgressão disciplinar.

Art. 257. O descumprimento das condições firmadas no TAC, declarado pela autoridade de que trata o art. 249, importará na aplicação imediata da penalidade objetivamente definida em seu instrumento.

Parágrafo único. A aplicação da penalidade de que trata o *caput*:

I - não afasta a obrigação de ressarcimento ao erário ou restituição do bem;

II - acarreta a inabilitação do servidor, nos termos do art. 199 desta Lei; e

III - terá seu registro cancelado consoante o art. 194 desta Lei.

Art. 258. Em caso de cometimento de nova infração disciplinar durante o período de vigência do TAC, o seu julgamento levará em consideração a causa de aumento de penalidade prevista no § 4º do art. 196 desta Lei.

Art. 259. O TAC deverá ser registrado em sistema informatizado do Órgão Central do Sistema de Correição, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data de sua celebração.

Art. 260. O TAC poderá ser celebrado nos processos disciplinares em curso, na data da publicação desta Lei, caso constatada a presença cumulativa dos requisitos necessários à sua celebração, desde que não tenha havido decisão condenatória.

Art. 261. Em caso de extravio ou dano a bem público, que implicar em prejuízo de pequeno valor, poderá a apuração do fato ser realizada por intermédio de Termo Circunstanciado Administrativo - TCA.

§ 1º Para os fins deste artigo, considera-se prejuízo de pequeno valor, aquele não superior ao previsto no art. 24, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º A celebração do TCA constitui ato voluntário do servidor, não cabendo à Administração a imposição de tal instituto.

Art. 262. O Órgão Central do Sistema de Correição poderá expedir



normas complementares à aplicação e celebração do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, bem como do Termo Circunstancia- do Administrativo - TCA.

## TÍTULO VII DA SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR

Art. 263. A seguridade social do servidor público estadual compreende um conjunto integrado de ações destinadas a assegurar direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Art. 264. A previdência social destina-se exclusivamente aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, na forma prevista na Constituição Federal e em lei complementar específica.

Art. 265. Caberá à unidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores a concessão, a manutenção, o pagamento e o custeio dos benefícios previdenciários conferidos aos servidores efetivos e respectivos dependentes, na forma prevista em lei específica.

Art. 266. A assistência social deve ser prestada na forma da legislação específica e segundo os programas patrocinados pelo órgão, autarquia ou fundação.

Art. 267. A assistência à saúde do servidor ativo ou inativo, de seu cônjuge, companheiro, dependentes e do pensionista compreende a assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica e será prestada na forma da lei.

## TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 268. O Dia do Servidor Público será comemorado a vinte e oito de outubro.

Art. 269. Além dos sábados e domingos, da terça-feira de carnaval, da Sexta-feira Santa e de outros dias que forem especialmente considerados de festa popular, não haverá expediente em nenhuma repartição ou serviço do Estado, ressalvadas as unidades que desenvolvam atividades que, por sua natureza ou em razão do interesse público, tornem indispensável a continuidade do serviço, nos seguintes feriados:

I - nacionais:

- a) 1º de janeiro;
- b) 21 de abril;
- c) 1º de maio;
- d) 7 de setembro;
- e) 12 de outubro;
- f) 15 de novembro;
- g) 25 de dezembro;
- h) o dia em que se realizarem eleições gerais;
- i) o dia de eleições, mas apenas nas localidades onde as mesmas se realizarem;

II - estaduais:

- a) 26 de julho, consagrado à fundação da cidade de Goiás;
- b) 24 de outubro, comemorativo ao lançamento da pedra fundamental de Goiânia;
- c) 28 de outubro, consagrado ao servidor público;
- d) 2 de novembro, dedicado ao culto dos mortos.

§ 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a transferir os feriados de que tratam as alíneas "a" e "c" do inciso II deste artigo para outro dia útil próximo, preferencialmente na semana do respectivo evento.

§ 2º A data de 15 de outubro, Dia do Professor, é considerada ponto facultativo para os professores em regência de classe, não se lhes aplicando, de consequência, o estabelecido no disposto na alínea "c" do inciso II deste artigo.

Art. 270. Salvo disposição legal em contrário, aos prazos previstos nesta Lei aplica-se o seguinte:

I - na contagem de prazos processuais, computar-se-ão somente os dias úteis;

II - a contagem dos demais prazos é feita em dias corridos.

§ 1º Para os fins dos incisos I e II a contagem dar-se-á excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado para o primeiro dia útil seguinte o começo ou o vencimento do prazo que cair em dia:

- a) sem expediente;
- b) de ponto facultativo;
- c) em que a repartição ficou fechada;
- d) cujo expediente foi encerrado antes do horário habitual.

§ 2º Salvo disposição legal em contrário, os prazos são contínuos, não se interrompem, não se suspendem, nem se prorrogam.

§ 3º Na hipótese de interrupção, extingue-se a contagem do prazo já feita e reinicia-se nova contagem a partir da data em que o prazo foi interrompido.

§ 4º Na suspensão, a contagem do prazo fica paralisada, devendo ser retomada de onde parou na data em que cessar a causa suspensiva.

§ 5º Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data.

§ 6º Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente ao do começo do prazo, tem-se como termo o último dia do mês.

Art. 271. Respeitadas as restrições constitucionais, a prática dos atos previstos neste Estatuto é delegável.

Art. 272. A competência para a concessão das vantagens pecuniárias e benefícios em geral não especificada neste Estatuto será determinada, nas esferas da administração direta, autárquica e fundacional, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 273. Em razão de nacionalidade, naturalidade, condição social, física, imunológica, sensorial ou mental, nascimento, idade, escolaridade, estado civil, etnia, raça, cor, sexo, orientação sexual, convicção religiosa, política ou filosófica, de ter cumprido pena ou de qualquer particularidade ou condição, o servidor não pode:

- I - ser privado de qualquer de seus direitos;
- II - ser prejudicado em seus direitos ou em sua vida funcional;
- III - sofrer discriminação em sua vida funcional ou pessoal;
- IV - eximir-se do cumprimento de seus deveres.

Art. 274. Ao servidor público civil é assegurado, nos termos da Constituição Federal, o direito à livre associação sindical e os seguintes direitos, entre outros, dela decorrentes:

- a) de ser representado pelo sindicato, inclusive como substituto processual;
- b) de inamovibilidade do dirigente sindical, até um ano após o final do mandato, exceto se a pedido; e
- c) de descontar em folha, sem ônus para a entidade sindical a que for filiado, o valor das mensalidades e contribuições definidas em assembleia geral da categoria.

Art. 275. É vedada a remoção de ofício do servidor investido em mandato eletivo, a partir do dia da diplomação até o término do mandato.

Art. 276. Para os fins desta Lei, considera-se sede o município onde a repartição estiver instalada e onde o servidor tiver exercício, em caráter permanente.

Art. 277. Para os efeitos desta Lei, consideram-se da família do servidor o cônjuge ou o companheiro, os filhos e, na forma da legislação federal sobre imposto de renda da pessoa física, os que forem seus dependentes econômicos.

§ 1º O servidor pode requerer o registro em seus assentamentos funcionais de qualquer pessoa de sua família.

§ 2º A dependência econômica deve ser comprovada, por ocasião do pedido, e a sua comprovação deve ser renovada anualmente, na forma do regulamento.

Art. 278. Quando designado ou eleito, o servidor somente poderá participar de um órgão de deliberação coletiva.

§ 1º O disposto no *caput* não se aplica a Secretários de Estado e dirigentes de autarquias e fundações.

§ 2º O servidor que, por força de lei ou regulamento, for membro nato de mais de um órgão de deliberação coletiva, poderá deles participar, facultando-lhe a escolha por uma das remunerações ou vantagens.

### CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 279. As disposições desta Lei não extinguem direitos adquiridos, nem direitos ou deveres previstos em lei especial.

Art. 280. Fica mantido, com os respectivos efeitos, o tempo de serviço regularmente averbado na forma da legislação anterior à publicação desta Lei.

Art. 281. O Chefe do Poder Executivo baixará os regulamentos que se fizerem necessários à execução deste Estatuto.



Parágrafo único. Ficam mantidas, até sua adequação às disposições desta Lei, as normas regulamentares expedidas com base na legislação anterior naquilo que não forem incompatíveis com os preceitos deste Estatuto.

Art. 282. As remissões feitas na legislação estadual a dispositivo da Lei estadual nº 10.460, de 22 de fevereiro de 1988, ou a dispositivos das leis revogadas por esta Lei, consideram-se feitas às disposições correspondentes deste Estatuto.

Art. 283. Os processos administrativos iniciados antes da vigência desta Lei reger-se-ão pela legislação anterior.

Art. 284. A decretação de luto oficial não determinará a paralisação dos trabalhos nas repartições públicas estaduais.

Art. 285. Aplicam-se as disposições desta Lei sobre atividade correccional (Título IV), regime disciplinar (Título V) e processo disciplinar (Título VI) aos professores integrantes do Magistério Público Estadual.

Art. 286. Entende-se por autoridade equivalente o dirigente máximo de autarquia e fundação do Estado de Goiás.

Art. 287. Aplica-se aos Secretários de Estado ou autoridade equivalente:

I - o disposto nos arts. 128 a 130 e 132 desta Lei, cabendo àquelas autoridades dar ciência prévia ao Chefe do Poder Executivo de cada período a ser utilizado;

II - as licenças arroladas nos incisos do art. 134 desta Lei.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no inciso I, ato do Chefe do Poder Executivo poderá autorizar, nos primeiros 12 (doze) meses de exercício, afastamento sem remuneração por até 15 (quinze) dias.

Art. 288. Fica extinta a Gratificação por Hora de Voo dos pilotos de aeronaves, ressalvados os efeitos da Lei nº 15.163, de 02 de maio de 2005, aos respectivos beneficiários.

Art. 289. Ficam mantidos os adicionais por tempo de serviço já concedidos até a data da vigência desta Lei.

Parágrafo único. Ficam assegurados os direitos adquiridos, observada a legislação previdenciária pertinente, quanto ao adicional por tempo de serviço aos que, até a data da vigência desta Lei, tenham cumprido os requisitos para a obtenção daquela vantagem, com base nos critérios legais então vigentes.

Art. 290. Os períodos de licença-prêmio adquiridos até a vigência desta Lei poderão ser usufruídos, assegurada a remuneração ou o subsídio integral do cargo.

§ 1º Fica resguardado o direito ao cômputo do tempo de serviço residual para efeitos de concessão da licença para capacitação.

§ 2º Considera-se como de efetivo exercício o afastamento motivado pela fruição de licença-prêmio na forma do *caput*.

§ 3º Aos períodos de licença-prêmio adquiridos até 16 de dezembro de 1998 fica assegurada a possibilidade de contagem em dobro.

Art. 291. Ficam mantidas as licenças para tratar de interesses particulares já concedidas até a data da vigência desta Lei, nos termos do respectivo ato concessivo.

Parágrafo único. As licenças de que trata o *caput* não serão objeto de prorrogação.

Art. 292. Ficam mantidas as licenças para mandato classista já concedidas até a data da vigência desta Lei, nos termos do respectivo ato concessivo, até o término do respectivo mandato.

Art. 293. Ficam mantidas as cessões de servidores sem ônus para o Estado já concedidas até a data da vigência desta Lei, nos termos dos respectivos atos concessivos, independentemente de investidura em cargo de provimento em comissão em órgão ou entidade que não integre o Poder Executivo Estadual, até 31 de dezembro de 2022, sem prejuízo do disposto no inciso II do art. 73.

Art. 294. A concessão de ofício das férias do servidor que se abster de formular solicitação na forma do art. 128 será realizada após 36 (trinta e seis) meses da vigência desta Lei, obedecido o seguinte:

I - durante o prazo de que trata o *caput* o servidor poderá requerer o usufruto dos períodos de férias já acumulados ou dos que venham a ser adquiridos ao longo daquele lapso;

II - decorridos 36 (trinta e seis) meses da vigência desta Lei, os períodos de férias acumulados e não usufruídos na forma do inciso I serão objeto da concessão de ofício prevista no art. 128 desta Lei.

Art. 295. O servidor que tiver período remanescente de férias adquiridas a ser usufruído poderá parcelar o gozo restante na forma do § 3º do art. 128 desta Lei.

Art. 296. Revogam-se:

I - a Lei nº 10.460, de 22 de fevereiro de 1988;

II - o inciso I do art. 21-A da Lei nº 13.266, de 16 de abril de 1998;

III - o §4º do art. 125 e os arts. 157 a 202 da Lei nº 13.909, de 25 de setembro de 2001;

IV - a Lei nº 19.019, de 25 de setembro de 2015;

V - o inciso IV do art. 1º da Lei nº 19.574, de 29 de dezembro de 2016;

VI - o parágrafo único do art. 78 da Lei nº 19.587, de 10 de janeiro de 2017;

VII - a Lei nº 17.511, de 22 de dezembro de 2011.

Art. 297. Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

Parágrafo único. Durante o período referido no *caput*, os Poderes e órgãos abrangidos por esta Lei realizarão cursos, oficinas e eventos congêneres, a fim de explicar, em linguagem fácil e acessível, o conteúdo desta Lei.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**, em Goiânia, 28 de janeiro de 2020, 132º da República.

**RONALDO RAMOS CAIADO**

Protocolo 166160

### LEI Nº 20.757, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

Altera a Lei nº 13.909, de 25 de setembro de 2001, que dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos e Vencimentos do Pessoal do Magistério, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 13.909, de 25 de setembro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 14. São requisitos básicos para investidura no cargo de professor:

I - nacionalidade brasileira;

II - gozo dos direitos políticos;

III - quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - nível de escolaridade ou habilitação legal exigidos para o exercício do cargo;

V - idade mínima de dezoito anos;

VI - aptidão física e mental.

§ 1º As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

§ 2º Os requisitos para investidura devem ser comprovados por ocasião da posse.

§ 3º À pessoa com deficiência é assegurado o direito de candidatar-se ao ingresso no serviço público para exercício de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência que possui.” (NR)

“Art. 14-A. O cargo de professor será provido por:

I - nomeação;

II - reversão;

III - aproveitamento;

IV - reintegração;

V - recondução;

VI - progressão vertical;

VII - readaptação.

§ 1º É vedado editar atos de nomeação, posse ou exercício com efeito retroativo.

§ 2º O ato de provimento de cargo público compete ao Chefe do Poder Executivo, mediante decreto.” (NR)

“Art. 15. ....

§ 1º A nomeação para o cargo de provimento efetivo de professor depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos e deve observar à ordem de classificação e ao prazo de validade do concurso público.

§ 2º O candidato aprovado no número de vagas previsto no edital do concurso tem direito à nomeação no cargo para o



qual concorreu.

§ 3º É vedada a convocação de candidato aprovado em novo concurso público para cujos cargos existam outros aprovados e remanescentes de concurso anterior com prazo de validade ainda não expirado.

§ 4º É assegurado ao candidato, mediante requerimento realizado antes da nomeação ou convocação, o direito de ser reclassificado para o final da lista de aprovados do concurso, desde que o edital preveja essa possibilidade.

§ 5º Em havendo cadastro reserva considerar-se-á o final da lista a posição posterior ao último colocado no cadastro.

§ 6º O exercício, pelo candidato, da faculdade de que trata o § 4º deste artigo não lhe garante o direito à nomeação.

§ 7º A Administração Pública poderá ficar impedida de realizar a nomeação dos aprovados em concurso público homologado quando os limites da despesa total com pessoal forem atingidos, na forma definida em lei complementar, ou ainda com fundamento em outra restrição temporária estabelecida em lei ou emenda à constituição estadual, comprometendo a capacidade financeira do Estado de Goiás.

§ 8º Na situação de que trata o § 7º, o prazo de validade estabelecido no edital do certame será automaticamente suspenso, voltando a correr, depois de cessada a causa de suspensão, por tempo igual ao que faltava para sua complementação, respeitado o prazo máximo estabelecido no inciso III do art. 92 da Constituição Estadual.”(NR)

#### “Seção II

#### Da Disponibilidade e do Aproveitamento

Art. 16. O professor só pode ser posto em disponibilidade nos casos previstos na Constituição Federal, com vencimentos proporcionais ao respectivo tempo de serviço.

Parágrafo único. O período relativo à disponibilidade será considerado como de efetivo exercício para efeito de aposentadoria.

Art. 16-A. O retorno à atividade de professor em disponibilidade é feito mediante aproveitamento:

I - no mesmo cargo;

II - em cargo resultante da transformação do anteriormente ocupado;

III - em outro cargo, observados a compatibilidade de atribuições, a escolaridade e os vencimentos ou o subsídio do cargo anteriormente ocupado.

§ 1º Qualquer alteração de vencimento concedida em caráter geral aos professores em atividade será extensiva, na mesma época e proporção, ao provento do disponível.

§ 2º É obrigatório o imediato aproveitamento de professor em disponibilidade, assim que houver vaga.

§ 3º É de quinze dias o prazo para o professor retornar ao exercício contado da data em que tomou ciência do aproveitamento.

§ 4º Deve ser tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade, se o professor não retornar ao exercício no prazo do § 3º, salvo se por doença comprovada pela Junta Médica Oficial.

§ 5º O período relativo à disponibilidade será considerado de efetivo exercício para efeito de aposentadoria e melhoria do vencimento em progressão horizontal.” (NR)

“Art. 17. Reversão é o retorno à atividade de professor aposentado por invalidez, quando a Junta Médica Oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria, dependendo sempre da existência de vaga.

§ 1º A reversão far-se-á a requerimento do interessado ou de ofício.

§ 2º Em nenhum caso poderá reverter à atividade o aposentado que, em inspeção médica, não comprovar a capacidade para o exercício do cargo.

§ 3º A reversão dar-se-á no mesmo cargo ou no resultante de sua transformação.

§ 4º Em hipótese alguma a reversão poderá ser decretada em cargo de vencimento ou remuneração inferior ao provento da inatividade, excluídas, para este efeito, as vantagens já incorporadas por força de legislação anterior.” (NR)

“Art. 17-A. A reversão do professor aposentado dará direito,

em caso de nova aposentadoria, à contagem do tempo de serviço computado para a concessão da anterior.” (NR)

“Art. 17-B. O professor revertido não será aposentado novamente, sem que tenha cumprido pelo menos 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se deu o seu retorno à atividade, salvo se a aposentadoria for por motivo de saúde ou compulsória pelo atingimento da idade limite para a permanência no serviço público.”(NR)

“Art. 17-C. Será tornada sem efeito a reversão do professor que deixar de entrar em exercício no prazo de 15 (quinze) dias.” (NR)

“Art. 17-D. Não poderá reverter o aposentado que já tiver atingido a idade da aposentadoria compulsória.” (NR)

“Art. 18. A reintegração é a reinvestidura do professor no cargo anteriormente ocupado, ou naquele resultante da respectiva transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com o restabelecimento dos direitos e vantagens que deixou de auferir no período em que esteve demitido.

§ 1º Na hipótese de o cargo ter sido extinto ou transformado, o professor ficará em disponibilidade, observado o disposto nos arts. 16 e 16-A.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante deve ser reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, ou aproveitado em outro cargo ou, ainda, posto em disponibilidade.

§ 3º É de 15 (quinze) dias úteis o prazo para o professor retornar ao exercício do cargo, contados da data em que tomou ciência do ato de reintegração.” (NR)

“Art. 21-A. A recondução é o retorno do professor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorre de:

I - reprovação em estágio probatório relativo a outro cargo;

II - reintegração do anterior ocupante;

III - desistência de estágio probatório relativo a outro cargo, em caso de vacância do anteriormente ocupado.

§ 1º Encontrando-se provido o cargo de origem, o professor tem de ser aproveitado em outro cargo, observado o disposto no art. 16-A.

§ 2º O professor tem de retornar ao exercício do cargo até o dia seguinte ao da ciência do ato de recondução.

§ 3º Na hipótese do inciso III deste artigo, o pedido de recondução somente poderá ser apresentado enquanto o professor não for confirmado no cargo objeto de estágio probatório.” (NR)

“Art. 22. ....

.....

IX - progressão vertical;

X - readaptação;

XI - perda do cargo, nos demais casos previstos na Constituição Estadual.

Parágrafo único. Ocorrerá a vaga na data:

I - da publicação do ato de recondução, progressão vertical, readaptação, aposentadoria, exoneração, demissão ou perda do cargo;

II - da posse em outro cargo cuja acumulação seja incompatível;

III - do falecimento do professor;

IV - da vigência da lei que criar o cargo público.” (NR)

“Art. 22-A. É vedada a concessão de aposentadoria voluntária a professor que esteja respondendo a processo administrativo disciplinar ou cumprindo penalidade disciplinar Parágrafo único. (VETADO)” (NR)

“Art. 22-B. Ao ser nomeado e tomar posse em outro cargo inacumulável, o professor estável pode pedir a vacância do cargo efetivo por ele ocupado, observando-se o seguinte:

I - durante o prazo de estágio probatório do novo cargo, ele pode retornar ao cargo anteriormente ocupado, mediante recondução;

II - o cargo para o qual se pediu vacância pode ser provido pela Administração Pública.” (NR)

“Art. 23. A exoneração de cargo de provimento efetivo dá-se a pedido do professor ou de ofício.

Parágrafo único. A exoneração de ofício ocorre, exclusivamente, quando o professor:





I - for reprovado no estágio probatório;  
II - depois de tomar posse, não entrar em exercício no prazo estabelecido;  
III - for investido em cargo, emprego ou função pública incompatível com o de que é ocupante, exceto na hipótese de vacância do primeiro;  
IV - na hipótese de abandono de cargo, quando extinta a punibilidade por prescrição.” (NR)

“Art. 24. A exoneração a pedido será precedida de requerimento escrito do próprio interessado e encontra-se vedada àquele que estiver respondendo a processo administrativo disciplinar ou cumprindo penalidade.” (NR)

“Art. 26. A posse é a aceitação formal de atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, que ocorre com a assinatura do respectivo termo.

§ 1º A posse deve ocorrer no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de nomeação no Diário Oficial do Estado, mediante cronograma a ser divulgado na mesma data, podendo tal prazo ser prorrogado por mais quinze dias, a requerimento do interessado ou no interesse da Administração, desde que devidamente justificado.

§ 2º O prazo de que trata o § 1º pode ser prorrogado para ter início após o término dos seguintes eventos:

- I - licença para tratamento de saúde;
- II - licença-maternidade;
- III - licença-paternidade;
- IV - licença para o serviço militar;
- V - licença por motivo de doença em pessoa da família;
- VI - férias.

§ 3º A posse pode ocorrer mediante procuração com poderes específicos.

§ 4º Só há posse nos casos de provimento por nomeação.

§ 5º Será sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo previsto neste artigo.

§ 6º É competente para dar posse no cargo público de professor o titular do Órgão Central de Gestão de Pessoal.” (NR)

“Art. 27. A posse em cargo público de professor dependerá de prévia inspeção médica oficial.

Parágrafo único. Só poderá ser empossado no cargo de professor aquele que for julgado apto, física e mentalmente, para o exercício do cargo pela Junta Médica Oficial do Estado.” (NR)

“Art. 28. Por ocasião da posse, é exigido do nomeado apresentar:

- I - os comprovantes de satisfação dos requisitos previstos no art. 14 e nas normas específicas para a investidura no cargo de professor;
- II - declaração:
  - a) anual do imposto de renda de pessoa física;
  - b) sobre acumulação ou não de cargo ou emprego público, bem como de provimento de aposentadoria de regime próprio de previdência social;
  - c) sobre a existência ou não de impedimento para o exercício de cargo público;
  - III - prova de quitação com a Fazenda Pública.

§ 1º É nulo o ato de posse realizado sem a apresentação dos documentos a que se refere este artigo.

§ 2º A exigência prevista na alínea a do inciso II deste artigo poderá ser substituída por declaração feita em formulário elaborado pelo órgão central de pessoal, na forma do regulamento.” (NR)

“Art. 30. ....

§ 4º O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício são registrados nos assentamentos individuais do professor.

§ 5º É de 15 (quinze) dias o prazo para o professor entrar em exercício contado da data da posse.

§ 6º Com o exercício, inicia-se a contagem do tempo efetivo de serviço.

§ 7º O professor que não entrar em exercício no prazo previsto no § 5º deve ser exonerado do cargo.” (NR)

“Art. 31. O professor com deficiência terá exercício prefe-

rencialmente na repartição mais próxima de seu domicílio em que houver claro de lotação, quando comprovada a necessidade por Junta Médica Oficial.

I - revogado;

II - revogado;

III - revogado.

Parágrafo único. Revogado.” (NR)

“Art. 33. ....

§ 3º A verificação dos requisitos do estágio probatório será efetuada por comissão permanente designada pelo titular do órgão, instituída para este fim, no âmbito da subsecretaria/unidade regional onde o professor tiver exercício, e se fará mediante apuração semestral de avaliação individual de desempenho até o 30º (trigésimo) mês de efetivo exercício, sendo os últimos 6 (seis) meses do período do estágio probatório também destinados à conclusão do respectivo processo de avaliação, sem prejuízo da continuidade da apuração dos requisitos enumerados no *caput* deste artigo.

§ 8º O estágio probatório será imediatamente suspenso durante a fruição de:

I - afastamento motivado por:

- a) exercício de cargo de provimento em comissão em órgão ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, que implique a assunção de atribuições diversas das do cargo de provimento efetivo;
- b) desempenho de mandato diretivo em empresa pública e sociedade de economia mista sob o controle acionário do Estado de Goiás;
- c) pelo exercício de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal;

II - licença motivada por:

- a) doença em pessoa da família;
- b) maternidade;
- c) afastamento do cônjuge, na forma do § 2º do art. 33-E desta lei;
- d) convocação para o serviço militar;
- e) atividade política;
- f) mandato classista.

§ 9º Nas hipóteses de remoção ou disposição de professor em estágio probatório, a contagem do respectivo prazo e sua avaliação serão suspensas quando ele assumir atribuições diversas das do cargo de provimento efetivo.

§ 11. Ao professor em estágio probatório não poderão ser concedidos:

I - as licenças:

- a) para capacitação;
- b) para tratar de interesses particulares;
- c) por motivo de afastamento do cônjuge, excetuada a hipótese disciplinada no § 2º do art. 33-E desta lei;
- d) para exercício de mandato classista;

II - os afastamentos para participar de programa de pós-graduação.

§ 11-A. Nos casos de suspensão do estágio probatório, ele será retomado a partir do término do impedimento.

.....” (NR)

“Art. 33-C. Na hipótese de acumulação lícita de cargos, o estágio probatório é cumprido em relação a cada cargo em cujo exercício esteja o professor, vedado o aproveitamento de prazo ou pontuação.” (NR)

“Art. 33-D. O professor pode desistir do estágio probatório e ser reconduzido ao cargo de provimento efetivo anteriormente ocupado no qual já possuía estabilidade, observado o disposto no art. 21-A.

Parágrafo único. Não pode desistir do estágio probatório o professor que responda a processo disciplinar.” (NR)

“Art. 33-E. É vedado à administração pública conceder licença não remunerada ou autorizar afastamento sem remuneração ao professor em estágio probatório.

§ 1º Excetua-se do disposto neste artigo o afastamento para o serviço militar ou para o exercício de mandato eletivo.

§ 2º Na hipótese de o cônjuge do professor também servidor



público deste Estado ter sido removido de ofício, poderá ser concedida ao professor em estágio probatório a licença por motivo de afastamento do cônjuge, caso em que o estágio probatório será suspenso." (NR)

"Art. 34. ....

II - casamento ou união estável, por 8 (oito) dias consecutivos;  
III - luto, pelo falecimento de cônjuge, companheiro ou companheira, madrasta ou padrasto, filho, enteado, menor sob guarda ou tutela, pais e irmão, até oito (oito) dias consecutivos, bem como de avós e netos, por até 4 (quatro) dias consecutivos;

IV - convocação para o serviço militar;

IX - revogado;

X - licença-maternidade;

XI - licença-paternidade;

XV - missão no País ou no exterior, quando o afastamento for remunerado;

XVIII - trânsito do professor que passar a ter exercício em nova sede;

XX - licença para participação em programa de aperfeiçoamento ou pós-graduação;

XXIII - licença para capacitação;

XXIV - doação de sangue, desde que devidamente comprovada e limitada a 4 (quatro) ocorrências por ano;

XXV - abono de faltas." (NR)

"Art. 39. ....

§ 3º As autoridades e os professores que, de qualquer forma, contribuírem para o descumprimento do disposto no parágrafo anterior, serão obrigados a repor aos cofres públicos as importâncias indevidamente pagas aos professores faltosos, sem prejuízo da ação disciplinar cabível.

§ 4º Revogado.

I - revogado;

II - revogado;

III - revogado." (NR)

"Art. 41. Em cada mês civil poderão ser abonadas até 3 (três) faltas do professor, desde que devidamente justificadas por atestado médico e não excedam a 24 (vinte e quatro) horas no mês e a 18 (dezoito) faltas em cada exercício.

Parágrafo único. Ultrapassado o limite de que trata o *caput* deste artigo, os atestados médicos particulares deverão ser submetidos à Junta Médica Oficial do Estado, na forma do art. 94." (NR)

"Art. 42. Ao professor que estiver cursando estabelecimento de ensino oficial ou reconhecido poderá ser concedido horário especial, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, desde que não esteja em regência de classe.

§ 1º É exigida do professor a compensação de horário na unidade administrativa, de modo a cumprir integralmente a carga horária semanal de trabalho.

§ 2º O professor deverá comprovar, mensalmente, sua frequência escolar." (NR)

#### "TÍTULO V

### DA REMOÇÃO, DA DISPOSIÇÃO E CESSÃO E DA READAPTAÇÃO

#### CAPÍTULO I DA REMOÇÃO

Art. 44. O professor poderá ser removido, de uma para outra unidade da Secretaria de Estado da Educação, com ou sem mudança de sede:

I - .....

a) para permuta aceita com outro professor, a critério da Administração;

b) para acompanhamento do cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração;

c) por motivo de saúde do professor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por Junta Médica Oficial;

§ 4º As remoções de que tratam as alíneas "b" e "c" do inciso I deste artigo serão efetivadas independentemente do interesse da Administração e da existência de claro de lotação, sendo-lhes exigidas tão somente a existência de repartição estadual na localidade.

§ 5º No caso da remoção de que trata o inciso II deste artigo, sendo o cônjuge ou companheiro também servidor estadual, ser-lhe-á assegurada remoção para a mesma localidade." (NR)

#### "CAPÍTULO II

### DA DISPOSIÇÃO E DA CESSÃO

Art. 45. O professor poderá ser colocado à disposição de outro órgão ou entidade integrante da Administração direta e indireta do Estado de Goiás, nos seguintes casos:

II - para exercer funções de magistério, conforme o disposto no art. 3º desta Lei;

III - para o desempenho de atividades no Conselho Estadual de Educação.

§ 1º O requisitante assumirá diretamente em sua folha de pagamento o ônus da remuneração do professor, assim como seus encargos sociais e trabalhistas.

§ 2º A disposição poderá ser interrompida a qualquer momento, caso em que o professor deverá retornar a seu órgão de origem até o dia seguinte ao da sua ciência da revogação ou do encerramento da vigência do ato, independentemente de comunicação entre o requisitado e o requisitante." (NR)

"Art. 45-A. O professor poderá ser cedido para órgão ou entidade que não integre o Poder Executivo Estadual nos seguintes casos:

I - para o exercício de cargo de provimento em comissão ou para exercício de mandato eletivo estadual;

II - para exercer funções de magistério, conforme o disposto no art. 3º desta Lei, quando se tratar de escola em processo de municipalização.

§ 1º No caso do inciso I do *caput* o ônus será assumido pelo cessionário mediante ressarcimento ao cedente dos valores da remuneração, acrescidos dos encargos sociais e trabalhistas, observados os seguintes critérios:

I - a Secretaria de Estado da Educação apresentará ao cessionário, mensalmente, a fatura com os valores discriminados por parcelas remuneratórias, acrescido dos encargos sociais e trabalhistas;

II - havendo atrasos superiores a sessenta dias no ressarcimento, a cessão será revogada, devendo o professor apresentar-se ao seu órgão de origem;

III - o encerramento da cessão não desobriga o cessionário do ressarcimento dos valores das parcelas despendidas pelo cedente durante a vigência da mesma;

IV - o pagamento pela retribuição do cargo em comissão ou outra vantagem concedida pelo cessionário será por ele diretamente efetuado.

§ 2º No caso do inciso II do *caput* deste artigo, o ônus será distribuído na forma da legislação específica.

§ 3º Em nenhuma hipótese a falta de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas bem como erros de lançamento poderão prejudicar o beneficiário." (NR)

"Art. 46. Readaptação é a investidura do professor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção realizada pela Junta Médica Oficial do Estado.



§ 2º A readaptação será efetivada em atividades compatíveis com a limitação sofrida, preferencialmente no mesmo local de exercício ou lotação do professor, respeitados a habilitação exigida no concurso público, o nível de escolaridade e a equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o professor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

§ 3º A readaptação será precedida, sempre que necessário, de reabilitação profissional e social do professor, de forma a recuperar sua habilidade profissional para o exercício de atividade produtiva no serviço público estadual, bem como a sua integração ou reintegração social.

§ 4º A readaptação, que se dará sem prejuízo da remuneração do professor, implica inspeção periódica pela Junta Médica Oficial do Estado.

§ 5º Constatada a cessação da limitação física ou mental que originou a readaptação, o professor retornará às atribuições e responsabilidades integrais do cargo ocupado.

§ 6º Se julgado definitivamente incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado." (NR)

"Art. 47. ....

I - .....

e) revogado;

.....

II - .....

a) revogado;

b) .....

III - .....

.....

d) auxílio-alimentação;

e) assistência pré-escolar;

f) auxílio-transporte;

g) auxílio-funeral;

h) créditos decorrentes de demissão, exoneração e aposentadoria.

§ 1º Das vantagens previstas neste artigo, apenas a gratificação de desempenho e a gratificação de formação avançada são incorporáveis para efeito de aposentadoria e de disponibilidade.

§ 2º Os valores das indenizações, assim como as condições para a sua concessão, são estabelecidos em lei ou regulamento, e não podem ser:

I - incorporados à remuneração;

II - computados na base de cálculo para fins de incidência de tributo, ressalvadas as disposições em contrário na legislação;

III - computados para o cálculo de qualquer outra vantagem pecuniária." (NR)

"Art. 52. O professor perderá o vencimento ou a remuneração do dia em que, não sendo feriado ou ponto facultativo, deixar de comparecer ao serviço, salvo por motivo legal ou falta abonada na forma do art. 41.

I - revogado;

a) revogado;

b) revogado;

II - revogado:

a) revogado;

b) revogado;

III - revogado:

a) revogado;

b) revogado." (NR)

"Art. 54. O pagamento efetuado pela administração pública em desacordo com a legislação não aproveita ao professor beneficiado, ainda que ele não tenha dado causa ao erro.

Parágrafo único. É vedado exigir reposição de valor em virtude de aplicação retroativa de nova interpretação da norma de regência." (NR)

"Art. 54-A. Os valores indevidamente auferidos bem como as indenizações ao erário serão previamente comunicados ao professor ativo, aposentado ou pensionista, para pagamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, podendo ser parceladas, a pedido do interessado.

§ 1º O professor será intimado, preferencialmente por meio

eletrônico, para, em até 10 (dez) dias, apresentar defesa, pagar o valor apurado ou solicitar parcelamento, cujo valor de cada parcela não poderá ser inferior ao correspondente a 10% (dez por cento) da remuneração, dos proventos ou da pensão.

§ 2º Escoado o prazo fixado no § 1º sem o pagamento espontâneo ou manifestação do professor, o valor devido, atualizado, a partir da data do evento, pelo índice oficial de inflação, será descontado da remuneração, do subsídio ou dos proventos dele.

§ 3º Quando o pagamento indevido houver ocorrido no mês anterior ao do processamento da folha, a reposição será feita imediatamente, mediante desconto numa única parcela.

§ 4º Na hipótese de valores recebidos em decorrência de cumprimento de decisão liminar, tutela antecipada ou sentença judicial que venha a ser revogada ou rescindida, serão eles atualizados pelo índice oficial de inflação até a data da reposição.

§ 5º O professor que se aposentar ou passar à condição de disponível continuará a responder pelas parcelas remanescentes da indenização ou restituição, na mesma proporção.

§ 6º O saldo devedor do professor demitido, exonerado ou que tiver cassada a sua disponibilidade será resgatado de uma só vez, no prazo de 60 (sessenta) dias, respondendo da mesma forma o espólio, em caso de morte.

§ 7º Após o prazo previsto no parágrafo anterior, o saldo remanescente será inscrito na dívida ativa e cobrado por ação executiva.

§ 8º Fica autorizada a compensação dos valores indevidamente auferidos pelo professor, bem como das indenizações ao erário com créditos líquidos, certos e exigíveis que tenha em virtude do cargo ocupado, sendo vedado o aproveitamento de diferenças que sejam objeto de litígio judicial.

§ 9º Os procedimentos de conciliação e mediação serão utilizados de maneira prioritária para o ressarcimento e indenização ao erário de que trata o *caput*, atendidos os parâmetros legais sobre autocomposição." (NR)

"Art. 54-B. O débito do professor com o erário ou o crédito que venha a ser reconhecido administrativamente deve ser atualizado, a partir da data do evento, pelo índice oficial de inflação." (NR)

"Art. 54-C. Em caso de demissão, exoneração, aposentadoria ou vacância, o professor tem direito de receber os créditos a que faz jus até a data do evento.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, aos casos de dispensa da função comissionada ou exoneração de cargo em comissão, quando:

I - seguidos de nomeações sucessivas;

II - se tratar de professor efetivo, hipótese em que faz jus à percepção proporcional dos créditos daí decorrentes, inclusive o décimo terceiro salário e as férias.

§ 2º Nas hipóteses deste artigo, havendo débito do professor com o erário, tem ele de ser deduzido integralmente dos créditos que tenha em virtude do cargo ocupado.

§ 3º Sendo insuficientes os créditos, o débito não deduzido tem de ser quitado na forma do art. 54-A.

§ 4º Os créditos a que o ex-professor faz jus devem ser quitados no prazo de até 60 (sessenta) dias, salvo nos casos de insuficiência de dotação orçamentária, observado o regulamento." (NR)

"Art. 54-D. Em caso de falecimento do professor e após a apuração dos valores e dos procedimentos de que trata o art. 54-A, o saldo remanescente deve ser:

I - pago aos beneficiários da pensão e, na falta destes, aos sucessores judicialmente habilitados;

II - cobrado na forma da lei civil, se negativo." (NR)

"Art. 57. O professor poderá ser designado para o exercício de função comissionada, caso em que fará jus à retribuição sob a forma de gratificação, na forma da lei específica.

§ 1º Revogado.

§ 2º Revogado.

§ 3º Revogado." (NR)

"Art. 70. O desempenho do magistério noturno, prestado



em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 20% (vinte por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

§ 1º Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata este artigo incidirá sobre o adicional de serviço extraordinário.

§ 2º O pagamento da vantagem não dependerá de requerimento do professor, devendo ser efetuado de ofício, à vista da prova de execução do trabalho.

§ 3º O adicional de que trata este artigo não se incorpora ao vencimento ou à remuneração do professor para nenhum efeito.” (NR)

“Art. 71. A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas:

I - de instalação do professor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente;

II - com pousada, alimentação e locomoção urbana do professor que, a serviço, afastar-se da sede de lotação em caráter eventual ou transitório para o exterior, na forma do regulamento;

III - do professor que, por iniciativa própria, tenha obtido bolsa de estudo ou inscrição em cursos fora do Estado ou no exterior, desde que a modalidade de que trate seja correlata à sua formação e atividade profissional no magistério público estadual;

IV - à família do professor movimentado com mudança de sede, que vier a falecer no novo local de exercício, com o retorno para a localidade de origem, dentro do prazo de um ano contado do óbito, quando a movimentação tiver ocorrido:

a) por remoção, nos casos das alíneas “b” e “c” do inciso I e do inciso II do art. 44;

b) por disposição, ficando o ônus para o requisitante;

c) nos casos de cessão, sendo o ônus do cessionário, mediante ressarcimento ao cedente.

§ 1º No caso da ajuda de custo paga com fundamento no inciso I do *caput* aplicam-se as seguintes regras:

I - é vedado o duplo pagamento de indenização, a qualquer tempo, na hipótese de cônjuge ou companheiro, também servidor estadual, que vier a ter exercício na mesma sede;

II - correm por conta da administração as despesas de transporte do servidor e de sua família, compreendendo bagagem e bens pessoais;

III - não será concedida ajuda de custo na remoção a pedido;

IV - é calculada sobre a remuneração do professor, conforme disposto em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a 3 (três) meses;

V - não será concedida ao professor que se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato eletivo.

§ 2º À ajuda de custo de que trata o inciso III do *caput* aplica-se a regra disposta no inciso IV do § 1º.

§ 3º À ajuda de custo de que trata o inciso IV do *caput* aplicam-se as regras dispostas nos incisos II e IV do § 1º.

§ 4º O professor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando:

I - injustificadamente não se apresentar na nova sede no prazo legal;

II - por qualquer motivo, não se afastar da sede.

§ 5º Na hipótese de o professor retornar à sede do exterior em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, ele restituirá os valores recebidos em excesso.” (NR)

“Art. 72. O professor que, a serviço, afastar-se da sede de lotação em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as despesas com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme disposto em regulamento.

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, ou quando o Estado custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

§ 2º Não fará jus à diária o professor que se deslocar dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana

ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas, salvo se houver pernoite fora da sede.

§ 3º Revogado:

I - revogado;

II - revogado.” (NR)

“Art. 73. O professor que receber diária ou passagem e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data em que deveria ter viajado.

Parágrafo único. Na hipótese do professor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento restituirá as diárias recebidas em excesso no prazo previsto no *caput*.” (NR)

“Art. 75. ....

.....

§ 3º .....

.....

III - em período de inabilitação;

.....

VI - em licença para mandato eletivo.

.....

§ 4º Após uma progressão vertical, o professor não poderá solicitar nova progressão vertical, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, período em que será proibida a sua disposição ou cessão.

.....” (NR)

.....

“Art. 85. ....

.....

§ 3º O professor está obrigado a comunicar ao seu órgão de pessoal, dentro de 15 (quinze) dias, toda e qualquer alteração que possa acarretar a supressão ou redução do salário-família, sob pena de responsabilização disciplinar.” (NR)

“Art. 88. O décimo terceiro salário será pago ao professor na forma da lei específica.” (NR)

#### “Seção V

##### Do Auxílio-Alimentação

Art. 88-A. É devido ao professor, mensalmente, o auxílio-alimentação, com os parâmetros e nos valores fixados na forma da lei.

Art. 88-B. O auxílio-alimentação se sujeita aos seguintes critérios:

I - o pagamento é feito em pecúnia, sem contrapartida;

II - não pode ser acumulado com outro benefício da mesma espécie, ainda que pago in natura;

III - no caso de professor cedido por outro órgão ou entidade que não integre a administração direta, autárquica e fundacional, depende de requerimento do interessado, no qual declare não receber benefício de mesma natureza;

IV - não é devido ao professor em caso de:

a) licença ou afastamento;

b) férias;

c) suspensão em virtude de penalidade disciplinar;

d) falta injustificada;

V - terá caráter indenizatório;

VI - não será incorporado ao vencimento, à remuneração, aos proventos ou à pensão.

§ 1º Considerar-se-á para o desconto do auxílio-alimentação, por dia não trabalhado, a proporcionalidade de 30 (trinta) dias.

§ 2º As diárias sofrerão desconto correspondente ao auxílio-alimentação a que fizer jus o professor, exceto aquelas eventualmente pagas em finais de semana e feriados, observada a proporcionalidade prevista no § 1º.” (NR)

#### “Seção VI

##### Da Assistência Pré-Escolar

Art. 88-C. A assistência pré-escolar é devida ao professor com remuneração no valor de até R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), que possua dependente:

I - na faixa etária de 06 (seis) meses a 05 (cinco) anos de



idade; ou

II - que seja pessoa com deficiência.

§ 1º O valor mensal da assistência pré-escolar é fixado em R\$ 200,00 (duzentos reais) por dependente matriculado em instituição educacional regular ou dedicada a pessoa com deficiência, devidamente autorizadas a funcionar.

§ 2º Consideram-se dependentes o filho de qualquer natureza e o menor sob guarda ou tutela do professor, comprovadas mediante apresentação dos respectivos termos.

§ 3º No caso de dependentes que sejam pessoas com deficiência, não será considerada a idade cronológica, desde que seu desenvolvimento biológico, psicossocial e motor corresponda à idade mental relativa à faixa etária prevista no *caput* deste artigo, devidamente comprovado por atestado médico.

§ 4º Na hipótese de ambos os genitores serem professores estaduais, o auxílio será pago somente a um deles.

§ 5º Havendo acumulação legal de cargos, o auxílio será pago em correspondência a apenas um dos cargos ocupados pelo professor, sem prejuízo da aplicação do disposto no § 4º.

§ 6º Para a concessão do benefício deverão ser apresentados pelo professor:

I - cópia da Certidão do seu Registro Civil e do seu CPF;

II - cópia da Certidão de Nascimento, do Termo de Guarda ou Tutela, se necessário, e do cartão de vacinação do dependente;

III - cópia do laudo médico, no caso de dependente que seja pessoa com deficiência, emitido por Junta Médica Oficial;

IV - declaração em papel timbrado da creche, instituição educacional regularmente autorizada a funcionar, ou da instituição dedicada a pessoas com deficiência de que o dependente esteja ali matriculado;

V - declaração de que o dependente não seja favorecido por benefício de igual natureza em outro órgão da administração direta, autárquica ou fundacional, empresa pública, sociedade de economia mista, inclusive suas subsidiárias, ou sociedade controlada, direta ou indiretamente pelo Poder Público estadual, bem como na iniciativa privada.

§ 7º A declaração a que se refere o inciso V do § 6º será emitida pelo órgão e/ou pela entidade na qual o professor cônjuge exerça suas atividades.

§ 8º Na hipótese de divórcio ou separação judicial, o benefício será pago ao professor que mantiver o dependente sob sua guarda ou tutela.

§ 9º A assistência pré-escolar não será devida ao professor:

I - durante a fruição de qualquer licença ou afastamento não remunerado;

II - quando de sua passagem para inatividade;

III - na hipótese de seu falecimento.

§ 10. O valor de que trata o *caput* poderá ser atualizado, em ato do Chefe do Poder Executivo estadual, pelo índice oficial de inflação." (NR)

"Art. 89. ....

.....

III - maternidade;

IV - paternidade;

.....

VII - para atividade política;

VIII - para tratar de interesses particulares;

IX - revogado;

X - para aprimoramento profissional e participação em curso de pós-graduação;

XI - para desempenho de mandato classista;

XII - capacitação.

Parágrafo único. No caso de licença remunerada, será observada e considerada a média dos últimos 12 (doze) meses trabalhados e a carga horária de 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais para fins de cálculo da remuneração." (NR)

"Art. 90. O professor deverá aguardar em exercício a concessão de licença, salvo doença comprovada que o impeça de trabalhar, hipótese em que o tempo de concessão

começará a correr a partir do impedimento." (NR)

"Art. 91. ....

I - concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação;

II - será deferida pelo prazo indicado pela Junta Médica Oficial do Estado, a partir de cuja data terá início o afastamento, ressalvada a hipótese prevista na parte final do inciso I;

III - poderá ser prorrogada de ofício ou a requerimento do professor.

§ 1º O pedido de prorrogação deverá ser apresentado pelo menos 10 (dez) dias antes de findo o prazo da licença e, se indeferido, contar-se-á como de licença o período compreendido entre seu término e a data do conhecimento do despacho denegatório.

§ 2º A critério da Administração, o professor em licença para tratamento de saúde poderá ser convocado a qualquer momento, para avaliação das condições que ensejaram o afastamento."(NR)

"Art. 92. ....

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto no parágrafo anterior configurará falta ao serviço para todos os efeitos, inclusive disciplinar."(NR)

"Art. 92-A. O professor em gozo de licença comunicará ao seu chefe imediato o local onde poderá ser encontrado."(NR)

"Art. 93. É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período das licenças previstas nos incisos I e II do art. 89."(NR)

"Art. 94. A licença para tratamento de saúde será concedida de ofício ou a pedido do professor, com base em perícia médica oficial, por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.

§ 1º Para licença até 90 (noventa) dias, nos casos em que for inviável a inspeção médica oficial, será excepcionalmente admitida a avaliação da Junta Médica Oficial por videoconferência ou outro meio eletrônico de comunicação.

§ 2º A avaliação com recurso de videoconferência prevista no § 1º será realizada nas dependências de órgão ou entidade estadual, na forma do regulamento.

§ 3º Nas situações do § 1º em que não for possível a realização de videoconferência, o professor deverá encaminhar por meio eletrônico, o atestado de médico particular, acompanhado de exames e documentos que demonstrem de forma inequívoca o seu adoecimento e a necessidade de afastamento do trabalho.

§ 4º Caso a licença solicitada não seja concedida, o professor deverá reassumir o exercício do cargo, sendo considerado como falta, para todos os efeitos, o período que exceder 3 (três) dias em que deixou de comparecer ao serviço, por haver alegado doença.

§ 5º A licença que exceder o prazo de 90 (noventa) dias no período de 12 (doze) meses a contar do primeiro dia de afastamento será concedida somente mediante avaliação presencial pela Junta Médica Oficial.

§ 6º Sempre que as circunstâncias o exigirem, a inspeção médica será realizada na residência do professor ou no estabelecimento hospitalar onde se encontrar internado."(NR)

"Art. 95. O professor acidentado no exercício de suas atribuições ou acometido de doença profissional terá direito a licença com subsídio ou vencimento e vantagens do cargo pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, podendo, porém, a Junta Médica Oficial concluir, desde logo, pela aposentadoria.

§ 1º Entende-se por acidente em serviço aquele que acarrete dano físico ou mental e tenha relação mediata ou imediata com o exercício do cargo, inclusive o:

I - sofrido pelo professor no percurso da residência ao trabalho ou vice-versa;

II - decorrente de agressão física sofrida no exercício do cargo, salvo se comprovadamente provocada pelo professor.

§ 2º A prova do acidente será feita no prazo de 10 (dez) dias, prorrogável quando as circunstâncias o exigirem.

§ 3º Entende-se por doença profissional a que se deva atribuir, com relação de causa e efeito, a condições inerentes



ao serviço ou fatos nele ocorridos.

§ 4º O professor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado, mediante recomendação da Junta Médica Oficial e quando inexisterem meios e recursos adequados em instituição pública, poderá, excepcionalmente, ser tratado em instituição privada, à conta de recursos públicos.” (NR)

“Art. 96. O atestado e o laudo da Junta Médica Oficial não se referirão ao nome ou natureza da doença, salvo quando se tratar de lesões produzidas por acidente em serviço, doença profissional ou qualquer das doenças incapacitantes, graves, contagiosas ou incuráveis que ensejem aposentadoria integral na forma da Lei Complementar nº 77, de 22 de janeiro de 2010.”(NR)

“Art. 96-A. O professor que apresentar indícios de lesões orgânicas ou funcionais será submetido à inspeção médica.”(NR)

“Art. 96-B. O professor será submetido a exames médicos periódicos, nos termos e condições definidos em lei específica e regulamento.”(NR)

“Art. 96-C. Decorrido o prazo de 24 (vinte e quatro) meses de licença para tratamento de saúde, o professor será submetido a nova inspeção médica e aposentado, caso julgado total e definitivamente inválido para o serviço público.

§ 1º O lapso de tempo compreendido entre o término da licença e a publicação do ato da aposentadoria será considerado prorrogação da licença.

§ 2º Nos casos em que, após o decurso de 24 (vinte e quatro) meses de licença para tratamento de saúde, o professor não seja julgado total e definitivamente inválido para o serviço público, nova licença para tratamento de saúde deverá ser concedida e o respectivo tempo será contado apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade.”(NR)

“Art. 97. Poderá ser concedida licença ao professor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação pela Junta Médica Oficial do Estado.

§ 1º A licença somente será deferida se a assistência direta do professor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.

§ 2º A licença de que trata o *caput*, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida pelo prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, a cada período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, nas seguintes condições:

I - por até 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do cargo efetivo; e

II - a partir de 61 (sessenta e um) dias, consecutivos ou não, sem remuneração;

III - revogado;

IV - revogado.

§ 3º O início do interstício de que trata o § 2º será contado a partir da data de deferimento da primeira licença concedida.

§ 4º Aplica-se a licença por motivo de doença em pessoa da família os §§ 1º a 5º do art. 94, ressalvado o prazo do § 5º, que será, nesse caso, 60 (sessenta) dias.” (NR)

#### “Seção IV

#### Da Licença-Maternidade

Art. 98. À professora gestante e àquela que adotar ou obter a guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente será concedida licença remunerada de 180 (cento e oitenta) dias, mediante apresentação de documento oficial comprobatório do nascimento ou termo oficial de adoção ou guarda.

§ 1º Salvo prescrição médica em contrário, caso em que poderá ser antecipada em até 28 (vinte e oito) dias do parto, a licença será concedida partir da 36ª (trigésima sexta) semana gestacional, por prescrição médica.

§ 2º No caso de natimorto ou de nascimento com vida seguido de óbito, a professora reassumirá suas funções decorridos 30 (trinta) dias do evento, caso seja julgada apta.

§ 3º No caso de aborto ocorrido entre a 1ª (primeira) e a 20ª

(vigésima) semana gestacional atestado pela Junta Médica do Estado, a professora terá direito a 30 (trinta) dias do benefício de que trata este artigo.

§ 4º O período remanescente da licença remunerada de que trata o *caput* deste artigo será deferido ao professor, mediante solicitação e comprovação documental, em caso de morte da mãe da criança ou de abandono da criança por sua mãe.

§ 5º No caso de adoção ou obtenção de guarda judicial de criança ou adolescente, o benefício será deferido somente mediante apresentação de termo judicial de guarda à adotante ou guardiã, expedido pela autoridade judiciária competente.” (NR)

“Art. 99. No caso de adoção ou obtenção de guarda judicial de criança ou adolescente por cônjuges ou companheiros, ambos professores públicos estaduais ou sendo um policial ou bombeiro militar e o outro professor público estadual, as licenças de que tratam o *caput* deste artigo e o art. 101 desta Lei serão concedidas da seguinte forma:

I - 180 (cento e oitenta) dias ao professor adotante que assim o requerer;

II - 20 (vinte) dias ao outro professor, servidor ou militar, cônjuge ou companheiro adotante, que assim o requerer.” (NR)

“Art. 99-A. Na hipótese de o período da licença-maternidade coincidir com o da fruição de férias, este será automaticamente alterado pela Administração para a data imediatamente posterior ao término da licença-maternidade.”(NR)

“Art. 99-B. A professora deverá comunicar imediatamente eventual revogação da guarda judicial, cessando a fruição da licença.

Parágrafo único. A falta de comunicação acarretará a cassação da licença-maternidade, com a perda total da remuneração ou subsídio a partir da data da revogação da guarda judicial, sem prejuízo da aplicação das penalidades disciplinares cabíveis.” (NR)

“Art. 100. Após o término da licença, a professora disporá de uma hora por dia, que poderá ser parcelada em 2 (dois) períodos de 30 (trinta) minutos cada, para amamentação do filho, até os 12 (doze) meses de idade.”(NR)

#### “Seção V

#### Licença-Paternidade

Art. 101. Ao professor será concedida licença remunerada de 20 (vinte) dias, com a remuneração ou o subsídio do cargo, em razão de nascimento de filho, adoção conjunta ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção conjunta de criança ou adolescente, mediante apresentação de documento oficial comprobatório do nascimento ou termo oficial de adoção ou guarda.

Parágrafo único. A licença-paternidade será concedida inclusive em caso de natimorto.”(NR)

“Art. 101-A. Ao professor poderá ser concedido afastamento na forma do inciso III do art. 34 desta Lei em caso de aborto de filho.”(NR)

“Art. 101-B. Ao professor será concedida licença remunerada de 180 (cento e oitenta dias), em razão de adoção uniparental ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção, quando ele seja o único responsável pela criança ou adolescente, mediante apresentação de documento oficial comprobatório da adoção ou guarda, expedido pela autoridade judiciária competente.” (NR)

“Art. 101-C. O professor deverá comunicar imediatamente eventual revogação da guarda judicial, cessando a fruição da licença-paternidade.

Parágrafo único. A falta de comunicação acarretará a cassação da licença-paternidade, com a perda total da remuneração ou subsídio a partir da data da revogação da guarda judicial, sem prejuízo da aplicação das penalidades disciplinares cabíveis.”(NR)

“Art. 101-D. No caso de o período da licença-paternidade coincidir com o da fruição de férias, este será automaticamente alterado pela Administração para a data imediatamente posterior ao término da licença-paternidade.”(NR)



“Art. 102. ....

§ 3º Concluído o serviço militar, o professor terá até 15 (quinze) dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.”(NR)

“Art. 103. Poderá ser concedida licença ao professor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território estadual ou mesmo fora dele, ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.

§ 1º .....

§ 2º A licença de que trata o *caput* é concedida sem remuneração.

§ 3º .....

§ 4º A licença será concedida após pedido devidamente instruído, que deverá ser renovado anualmente mediante comprovação dos requisitos dispostos no *caput* deste artigo.” (NR)

“Art. 104. Cessada a causa da licença, o professor deverá reassumir o exercício; se não o fizer, cada dia de ausência implicará uma falta ao trabalho, sem prejuízo da responsabilização disciplinar por abandono de cargo conforme prazos dispostos no regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Goiás.”(NR)

#### “Seção VIII

##### Da Licença para Atividade Política

Art. 106. O professor tem direito a licença para atividade política, mediante requerimento, nos períodos compreendidos entre:

I - a data de sua escolha em convenção partidária como candidato a cargo eletivo e a véspera do registro da candidatura perante a Justiça Eleitoral;

II - o registro da candidatura perante a Justiça Eleitoral e até 10 (dez) dias após a data da eleição para a qual concorre.

§ 1º No caso do inciso I, a licença é sem remuneração; no caso do inciso II, é com remuneração.

§ 2º Negado o registro ou havendo desistência da candidatura, o professor tem de reassumir o cargo em até 5 (cinco) dias.

§ 3º O professor candidato a cargo eletivo que exerça cargo em comissão ou função de confiança, dele deve ser exonerado ou dispensado, na forma da legislação eleitoral.” (NR)

“Art. 106-A. O professor que pretenda ser candidato deve ficar afastado de suas atribuições habituais, quando assim o exigir a legislação eleitoral e conforme os critérios ali previstos, sem prejuízo da remuneração.” (NR)

#### “Seção IX

##### Da licença para tratar de Interesses Particulares

Art. 108. A critério do titular da Secretaria de Estado da Educação, poderão ser concedidas ao professor estável licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de 3 (três) anos consecutivos, sem remuneração, desde que:

I - não possua débito com o erário relacionado com sua situação funcional;

II - não se encontre respondendo a processo disciplinar ou cumprindo penalidade disciplinar.

§ 1º A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do professor ou a critério da administração.

§ 2º O professor não pode exercer cargo ou emprego público inacumulável durante a licença de que trata este artigo.

§ 3º Nova licença só poderá ser concedida após o decurso de 12 (doze) meses de efetivo exercício no cargo, contados do retorno do afastamento anterior.

§ 4º Revogado.

§ 5º Na hipótese de interrupção da licença a pedido do servidor, seu retorno deverá ser imediato.

§ 6º Na hipótese de interrupção da licença a critério da administração, o servidor deverá se apresentar em até quinze dias improrrogáveis.”(NR)

#### “Seção X

##### Da Licença para Capacitação

Art. 109. Após cada quinquênio de efetivo exercício prestado ao Estado de Goiás, na condição de titular de cargo de provimento efetivo, o professor poderá, no interesse da Secretaria de Estado da Educação, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por 90 (noventa) dias, para participar de curso de capacitação profissional, que deverá visar o seu melhor aproveitamento no magistério público.

§ 1º O período de que trata o *caput* poderá ser fracionado, a depender da duração da capacitação.

§ 2º Os períodos de licença de que trata o *caput* não são acumuláveis, sendo vedada sua conversão em pecúnia.

§ 3º Para apuração do quinquênio computar-se-á, também, o tempo de serviço prestado anteriormente em outro cargo estadual, desde que entre um e outro não haja interrupção de exercício por prazo superior a 30 (trinta) dias.

§ 4º Em caso de acumulação de cargos, a licença para capacitação será concedida em relação a cada um deles simultânea ou separadamente, sendo sempre independente o cômputo do quinquênio em relação a cada um dos cargos.”(NR)

#### “Seção XI

##### Da Licença para Participação em Curso de Aperfeiçoamento ou de Pós-Graduação *Latu e Stricto Sensu*

Art. 116. O professor estável poderá, no interesse da Secretaria de Estado da Educação, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração ou subsídio, para participação em curso de aperfeiçoamento ou de pós-graduação *latu e stricto sensu* em instituição de ensino superior no País ou no exterior.

§ 2º Compete ao Secretário de Estado da Educação conceder a licença prevista neste artigo, bem como expedir as normas complementares para sua aplicação.

§ 3º A licença para realização de programas de pós-graduação somente será concedida aos professores titulares de cargos de provimento efetivo da Administração Pública estadual que tenham adquirido a estabilidade.

§ 4º A licença de que trata o *caput* deste artigo deverá visar o melhor aproveitamento do professor no magistério público e seu pedido deverá estar instruído com o título de habilitação específica do professor e com o comprovante de inscrição ou habilitação no respectivo processo de seleção para o curso.

§ 5º A licença somente poderá ser deferida se, ao pleiteá-la, o professor se comprometer por escrito a retornar ao magistério estadual, em docência efetiva em sala de aula, na educação regular, após o seu término e nele permanecer por prazo pelo menos igual ao da duração do curso.

§ 6º Ao professor que tiver usufruído licença para tratar de assuntos particulares só poderá ser concedida licença de que trata o *caput* deste artigo após 2 (dois) anos de efetivo exercício de seu retorno.

§ 7º O interstício mínimo entre os afastamentos de que trata o § 3º deste artigo é de 2 (dois) anos.

§ 8º Um percentual não superior a 1,5% (um e meio por cento) do quadro efetivo do magistério estadual poderá estar em gozo de licença para participação em curso de aprimoramento profissional ou pós-graduação.

§ 9º Realizando-se o curso na mesma localidade da lotação do professor que não se encontre em regência de classe, ou em outra de fácil acesso, em lugar da licença prevista no *caput*, poderá ser concedida simples dispensa do expediente, nos dias e horários necessários à frequência regular do curso.

§ 10. Ao professor em estágio probatório apenas poderá ser concedida a dispensa do expediente de que trata o § 9º.

§ 11. O professor beneficiado pela licença prevista no *caput*, bem como pela dispensa de expediente do § 9º, deverá:

I - apresentar à Gerência de Gestão e Desenvolvimento de



Pessoas ou unidade equivalente de seu órgão de lotação o título ou grau obtido com o curso que justificou seu afastamento ou sua dispensa de expediente;

II - compartilhar os conhecimentos adquiridos no curso, na forma do regulamento;

III - permanecer no efetivo exercício de suas atribuições após o seu retorno por um período igual ao da licença concedida.

§ 12. Ao professor beneficiado pelo disposto no § 9º aplicam-se as regras do § 5º deste artigo.

§ 13. O professor beneficiado pelo disposto no *caput* e § 9º tem de ressarcir a despesa havida com seu afastamento, incluídos a remuneração ou o subsídio e os encargos sociais, da forma seguinte:

I - proporcional, em caso de exoneração a pedido, demissão, aposentadoria voluntária, licença para tratar de interesses particulares ou vacância em razão de posse em outro cargo inacumulável, antes de decorrido período igual ao do afastamento;

II - integral, em caso de não obtenção do título ou grau que justificou seu afastamento, salvo na hipótese comprovada de força maior ou de caso fortuito, a critério do Titular da Secretaria de Estado da Educação.

§ 14. A licença para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* em instituição de ensino superior no exterior deverá ser autorizada pelo Chefe do Poder Executivo estadual." (NR)

"Art. 117. É assegurado ao professor estável o direito à licença para o desempenho de mandato em central sindical, confederação, federação, associação de classe de âmbito estadual e sindicato representativo da categoria do magistério público, no âmbito estadual ou nacional, regularmente registrados no órgão competente.

§ 1º O professor ocupante de cargo de provimento em comissão ou designado para função comissionada deverá desincompatibilizar-se do cargo ou função para usufruir a licença de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º Somente poderão ser licenciados os professores eleitos para cargos de direção ou de representação nas referidas entidades.

§ 3º A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser renovada, no caso de reeleição.

§ 4º A licença de que trata o *caput* é considerada como efetivo exercício.

§ 5º (VETADO):

- a) (VETADO);
- b) (VETADO);
- c) (VETADO).

§ 6º (VETADO):

- a) (VETADO);
- b) (VETADO);
- c) (VETADO).

§ 7º O professor investido em mandato classista não poderá ser removido ou redistribuído de ofício para localidade diversa daquela onde exerce o mandato."(NR)

### "Seção XIII

#### Do Afastamento para Exercício de Mandato Eletivo

Art. 117-A. Ao professor investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato federal, estadual ou distrital, ficará afastado do cargo;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela remuneração do cargo;

III - investido no mandato de vereador:

a) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;

b) não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração ou subsídio.

§ 1º Durante o mandato, o professor investido em mandato eletivo não poderá ser removido de ofício para localidade diversa daquela onde o exerça.

§ 2º O professor tem garantidos todos os direitos referentes ao exercício do cargo de provimento efetivo durante o período em que estiver em cargo eletivo, na forma da lei." (NR)

"Art. 128. ....

.....

§ 1º O tempo de serviço será contado somente uma vez para cada efeito.

§ 2º Não será contado o tempo de serviço que já tenha sido base para concessão de aposentadoria por outro regime previdenciário.

§ 3º É vedado proceder:

I - ao arredondamento de dias faltantes para complementar período, ressalvados os casos previstos nesta Lei;

II - a qualquer forma de contagem de tempo de serviço fictício;

III - à contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente:

a) em diferentes cargos do serviço público;

b) em cargo do serviço público e em emprego na administração indireta ou na iniciativa privada;

IV - à contagem do tempo de serviço já computado:

a) em órgão ou entidade em que o professor acumule cargo público;

b) para concessão de aposentadoria em qualquer regime de previdência social pelo qual o professor receba proventos." (NR)

"Art. 129. ....

.....

II - licença para tratar de interesses particulares;

III - licença por motivo de afastamento do cônjuge;

IV - afastamento não remunerado;

V - faltas injustificadas ao serviço;

VI - cumprimento de sanção disciplinar de suspensão;

VII - decorrido entre:

a) a exoneração e o exercício em outro cargo de provimento efetivo;

b) a concessão de aposentadoria voluntária e a reversão;

c) a data de publicação do ato de reversão, reintegração, recondução ou aproveitamento e o retorno ao exercício do cargo."(NR)

"Art. 130. O cômputo de tempo de serviço público, à medida que flui, somente será feito no momento em que dele necessitar o professor para comprovação de direitos assegurados em lei.

Parágrafo único. A contagem de tempo de serviço público reger-se-á pela lei em vigor à ocasião em que o serviço haja sido prestado." (NR)

"Art. 130-A. Faz-se na forma da legislação previdenciária a contagem do tempo:

I - de contribuição;

II - no serviço público;

III - de serviço no cargo efetivo;

IV - de serviço na carreira." (NR)

"Art. 215-A. Aos professores abrangidos por esta Lei aplicam-se as disposições sobre atividade correccional (Título IV), regime disciplinar (Título V) e processo disciplinar (Título VI) do Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado de Goiás, das autarquias e fundações públicas estaduais."(NR)

Art. 2º Ficam mantidos os adicionais por tempo de serviço já concedidos até a data da vigência desta Lei.

Parágrafo único. Ficam assegurados os direitos adquiridos, observada a legislação previdenciária pertinente, quanto ao adicional por tempo de serviço aos que, até a data da vigência desta Lei, tenham cumprido os requisitos para a obtenção daquela vantagem, com base nos critérios legais então vigentes.

Art. 3º Os períodos de licença-prêmio adquiridos até a vigência desta Lei poderão ser usufruídos, assegurada a remuneração integral do cargo.

§ 1º Fica resguardado o direito ao cômputo do tempo de serviço residual para efeitos de concessão da licença para capacitação.

§ 2º Considera-se como efetivo exercício o afastamento motivado pela fruição de licença-prêmio na forma do *caput*.





§ 3º Aos períodos de licença-prêmio adquiridos até 16 de dezembro de 1998 fica assegurada a possibilidade de contagem em dobro.

Art. 4º Ficam mantidas as licenças para tratar de interesses particulares já concedidas até a data de publicação desta Lei, nos termos do respectivo ato concessivo.

Parágrafo único. As licenças de que trata o *caput* não serão objeto de prorrogação.

Art. 5º Ficam mantidas as licenças para mandato classista já concedidas até a data da vigência desta Lei, nos termos do respectivo ato concessivo, até o término do respectivo mandato.

Art. 6º Ficam mantidas as cessões de professores sem ônus para o Estado já concedidas até a data da vigência desta Lei, nos termos dos respectivos atos concessivos, independentemente de investidura em cargo de provimento em comissão em órgão ou entidade que não integre o Poder Executivo estadual, até 31 de dezembro de 2022.

Art. 7º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei nº 13.909, de 2001: arts. 19 a 21; §§ 1º e 2º, incluindo respectivos incisos e alíneas, do art. 23; incisos do art. 24; art. 25; parágrafo único do art. 26; incisos I, II e III e parágrafo único do art. 31; inciso IX do art. 34; arts. 36 e 37; § 4º e respectivos incisos do art. 39; alínea "e" do inciso I e alínea "a" do inciso II do art. 47; art. 51; incisos I e II, com as respectivas alíneas, do art. 52; §§ 1º, 2º e 3º do art. 54; §§ 1º, 2º e 3º do art. 57; art. 59; arts. 64 a 69; § 3º e seus incisos I e II do art. 72; art. 86; §§ 1º a 5º do art. 88; inciso IX do art. 89; incisos III e IV do § 2º do art. 97; § 4º do art. 108; arts. 110 a 115; § 4º do art. 125; arts. 131 a 138; arts. 157 a 202; §§ 5º, 7º, 8º e 9º do art. 215.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**, em Goiânia, 28 de janeiro de 2020, 132ª da República.

**RONALDO RAMOS CAIADO**

Protocolo 166161

## Secretaria de Estado da Casa Militar

ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA MILITAR

Portaria 143/2019-SECAMI/2019 - SECAMI

O Secretário-Chefe da Secretaria de Estado da Casa Militar, nos termos dos artigos 51 ao 54 da Lei Estadual 17.928 de 27/12/2012, considerando as responsabilidades impostas aos gestores de contratos administrativos, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 201900015001088 referente a locação de 05 (cinco) máquinas multifuncionais, para atender as necessidades da Casa Militar, por um período de 20 (vinte) meses,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor abaixo indicado para, com observância do disposto no Contrato nº 226/2019 - SECAMI, celebrado entre o ESTADO DE GOIÁS, através da SECRETARIA DE ESTADO DA CASA MILITAR e a empresa ALEXANDRE OSNI ZIMMERMANN EIRELI e na legislação vigente, atuar como gestora responsável pelo acompanhamento, gerenciamento físico e financeiro e fiscalização de sua execução.

I - Gestora: Ester Clementina Barbosa Lacerda - Tenente-Coronel QOPM, RG nº 28.196, CPF 775.847.591-49 Gerente de Apoio Administrativo.

Art. 2º. Responsabiliza-se a gestora e, subsidiariamente, o titular de sua unidade organizacional pelas providências necessárias a sua substituição formal, tão logo tenha conhecimento de fato, presente ou futuro, suficiente para impedi-lo de exercer suas atribuições.

Art. 3º. Compete ao gestor do contrato fiscalizar, acompanhar e verificar sua perfeita execução, em todas as fases, até o recebimento do objeto, competindo-lhe, primordialmente, sob pena de responsabilidade:

I - anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, inclusive com a juntada de documentos, em ordem cronológica, necessários ao bom acompanhamento do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados com estabelecimento de prazo para a solução;

II - transmitir ao contratado instruções e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações do projeto, quando for o caso e após autorização expressa da autoridade superior;

III - dar imediata ciência formal a seus superiores dos incidentes e das ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;

IV - adotar as providências necessárias para a regular execução do contrato;

V - promover, com a presença de representante do contratado, a medição e verificação dos serviços e fornecimentos já efetuados, atestando as notas fiscais/faturas ou outros documentos hábeis e emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

VI - manter controle dos pagamentos efetuados e dos saldos orçamentário, físico e financeiro do contrato;

VII - verificar a qualidade dos materiais e/ou dos serviços entregues, podendo exigir sua substituição ou refazimento, quando não atenderem aos termos do que foi contratado;

VIII - esclarecer prontamente as dúvidas do contratado, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;

IX - acompanhar e controlar os prazos constantes do ajuste, mantendo interlocução com o fornecedor e/ou prestador quanto aos limites temporais do contrato;

X - manifestar-se por escrito às unidades responsáveis a respeito da necessidade de adoção de providências visando à prorrogação do prazo contratual, antecipadamente ao término de sua vigência, observados os prazos exigíveis para cada situação, nunca inferiores a 60 (sessenta) dias;

XI - manifestar-se por escrito às unidades responsáveis, acerca da necessidade de adoção de providências visando à deflagração de novo procedimento licitatório, antecipadamente ao término da vigência contratual, observadas as peculiaridades de cada objeto e os prazos exigíveis para cada situação, nunca inferiores a 120 (cento e vinte) dias;

XII - observar se as exigências do edital e do contrato foram atendidas em sua integralidade;

XIII - fiscalizar a obrigação do contratado e do subcontratado, se houver, de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

Parágrafo único. O gestor poderá solicitar auxílio às demais unidades deste órgão em atividades técnicas e administrativas, que deverão atender prontamente às solicitações.

Art. 4º. O gestor do contrato responderá aos órgãos de controle nos casos de inexecução na execução das tarefas, em especial:

I - na constatação da ocorrência de mora na execução;

II - na caracterização da inexecução ou do cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - na comunicação formal às autoridades superiores, em tempo hábil, de fatos cuja solução ultrapasse a sua competência, para adoção das medidas cabíveis;

IV - no recebimento provisório ou emissão de parecer circunstanciado para o recebimento definitivo do objeto contratual pela Administração, sem a comunicação de falhas ou incorreções;

V - na ocorrência de liquidação de obrigação não cumprida, executada de forma irregular ou incompleta, pelo contratado, e emissão indevida de autorização para pagamento da contraprestação.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE.

**LUIZ CARLOS DE ALENCAR - CEL QOPM**

Secretário de Estado Chefe da Casa Militar

Goiânia, aos 20 dias do mês de dezembro de 2019.

Protocolo 166035

Processo nº 201900015001360

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 14/2019-SECAMI.

Identificação do Termo: Extrato do Contrato nº 21/2019 - SECAMI.

Objeto: Constitui objeto deste a contratação de empresa para realizar o fornecimento de PRODUTOS DO GÊNERO



ALIMENTÍCIO, pelo período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades das copas e cozinhas do Palácio das Esmeraldas e da Secretaria de Estado da Casa Militar.

Valor: R\$ 963.320,34 (novecentos e sessenta e três mil trezentos e vinte reais e trinta e quatro centavos).

Partes:

CNPJ: 37.261.757/0001-49.

Nome/Razão Social: Secretaria de Estado da Casa Militar.

CNPJ: 01.659.085/0001-87.

Nome/Razão Social: M. MORAES E IRMÃOS EIRELI EPP

Vigência inalterada: Início: 26/12/2019 - Término: 25/12/2020.

Gestora: Quêren Hapuque de Leles Losi - CPF nº: 693.786.731-04.

Portaria: 136/2019 - SECAMI.

Dotação Orçamentária: 2019.16.01.04.122.4003.4003.03

Fonte de Recursos: 100

Secretaria de Estado da Casa Militar, 28 de janeiro de 2020.

Luiz Carlos Alencar - Coronel QOPM

Secretário de Estado - Chefe da Casa Militar

Protocolo 166024

Processo nº 201900015001088

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 17/2019-SECAMI.

Identificação do Termo: Extrato do Contrato nº 26/2019 - SECAMI.

Objeto: O objeto do presente ajuste é a locação de 05 (cinco) máquinas multifuncionais, sendo 04 (quatro) de cor monocromática e 01 (uma) de cor policromática, ambas com fornecimento de acessórios, suprimentos, insumos, tonners, peças de reposição, assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva, com tiragem de cópias anuais estimada (não franquia), pelo período de 20 (vinte) meses.

Valor: R\$ 48.295,00 (quarenta e oito mil duzentos e noventa e cinco reais).

Partes:

CNPJ: 37.261.757/0001-49.

Nome/Razão Social: Secretaria de Estado da Casa Militar.

CNPJ: 33.091.401/0001-53.

Nome/Razão Social: ALEXANDRE OSNI ZIMMERMANN EIRELI

Vigência inalterada: Início: 26/12/2019 - Término: 25/08/2021.

Gestora: Ester Clementina Barbosa Lacerda - CPF nº: 775.847.591-49

Portaria: 143/2019 - SECAMI.

Dotação Orçamentária: 2019.16.01.04.122.4002.4002.03

Fonte de Recursos: 100.

Secretaria de Estado da Casa Militar, 28 de janeiro de 2020.

Luiz Carlos Alencar - Coronel QOPM

Secretário de Estado - Chefe da Casa Militar

Protocolo 166052

Processo nº 201900015002481

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 16/2019-SECAMI.

Identificação do Termo: Extrato do Contrato nº 25/2019 - SECAMI.

Objeto: Constitui objeto do presente a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta e destinação de resíduos domésticos e locação de contêiner por um período de 12 (doze) meses consecutivos, para atender ao que determina a legislação, visando coletar os resíduos produzidos pelo Palácio Pedro Ludovico Teixeira e Palácio das Esmeraldas, nos termos do Termo de Referência.

Valor: R\$ 133.320,00 (cento e trinta e três mil trezentos e vinte reais).

Partes:

CNPJ: 37.261.757/0001-49.

Nome/Razão Social: Secretaria de Estado da Casa Militar.

CNPJ: 21.876.089/0001-24.

Nome/Razão Social: Ecosense Construções, Logística e Gestão Ambiental EIRELI-ME

Vigência inalterada: Início: 26/12/2019 - Término: 25/12/2020.

Gestora: Paulo de Oliveira Arraes - CPF nº: 004.548.911-48.

Portaria: 141/2019 - SECAMI.

Dotação Orçamentária: 2019.16.01.04.122.4004.4004.03.

Fonte de Recursos: 100

Secretaria de Estado da Casa Militar, 28 de janeiro de 2020.

Luiz Carlos Alencar - Coronel QOPM

Secretário de Estado - Chefe da Casa Militar

Protocolo 166097

**Venha se encantar  
com a Cidade de Goiás.**

*“As noites goianas  
São claras, são lindas  
Não temem rivais  
Goianos, traduzem  
Doçuras infindas  
As noites que amais”*

*(Joaquim Bonifácio /  
Joaquim Santana)*

**abc**  
AGÊNCIA BRASIL CENTRAL

FOTOGRAFIA: PABLO REGINO - MTUR DESTINOS



## Secretaria de Estado da Administração

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2020**  
PROCESSO Nº 201700005014067  
ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, REPRESENTADA PELO SEU TITULAR BRUNO MAGALHÃES D' ABADIA.  
OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em **soluções de Infraestrutura de Tecnologia da Informação para fornecimento e implantação de expansão para Solução de Alta Disponibilidade de serviços de rede e aplicações, treinamento, operação assistida, monitoramento e serviços de suporte técnico avançado a fim de atender as necessidades da Secretaria de Estado da Administração (SEAD)** de acordo com as especificações estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 011/2018 e seus anexos e Proposta apresentada pela licitante vencedora.  
DATA DA ASSINATURA: **27 DE JANEIRO DE 2020.**  
FORNECEDOR DETENTOR DO REGISTRO: TCNO-IT TECNOLOGIA, SERVIÇOS E COMUNICAÇÃO LTDA  
CNPJ: 19.354.200/0001-70  
Endereço: Av. Jamel Cecílio, nº 2.690, sala 601 - 603 - Edifício Metropolitan - Jardim Goiás - Goiânia/GO, CEP: 74.810-100  
O Órgão participante do Registro de Preços (**SEDI**) com sua respectiva demanda e preços registrados:

ITENS/LOTE ÚNICO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Módulo do componente para proteção de aplicações web	UN.	1	267.182,00	267.182,00
2	Módulo do componente para controle de acesso às aplicações web	UN.	1	267.182,00	267.182,00
3	Módulo do componente para processamento de aplicações	UN.	12	399.933,00	4.799.196,00
4	Módulo do componente para processamento de dados - memória volátil	UN.	120	9.497,00	1.139.640,00
5	Módulo do componente para armazenamento de Dados	UN.	2	1.566.581,00	3.133.162,00
6	Componente para intercomunicação	UN.	1	356.886,00	356.886,00
7	Serviço de garantia e suporte técnico dos componentes pré-existent	UN.	1	783.900,00	783.900,00
8	Serviço de garantia e suporte técnico do componente para proteção de aplicação web	UN.	1	104.050,00	104.050,00

9	Serviço de garantia e suporte técnico do componente para controle de acesso às aplicações web	UN.	1	104.050,00	104.050,00
10	Serviço de garantia e suporte técnico do componente para processamento de aplicações	UN.	12	25.176,00	302.112,00
11	Serviço de garantia e suporte técnico do componente para armazenamento de dados	UN.	2	162.894,00	325.788,00
12	Serviço de garantia e suporte técnico do componente para intercomunicação	UN.	1	163.621,00	163.621,00
13	Serviço de monitoramento de disponibilidade e desempenho em regime 24x7	UN.	1	1.013.463,00	1.013.463,00
14	Serviço técnicos especializados sob demanda	UST	27.956	28,00	782.768,00
TOTAL GLOBAL:					13.543.000,00

Protocolo 165995

## Secretaria de Estado da Educação

Portaria Nº 303/2020 - SEDUC  
A Secretaria de Estado da Educação, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Despacho nº 6/2020- GAB, que consta no Processo nº 201900006022394,  
RESOLVE:  
DECLARAR, extinta a punibilidade pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, bem como determina que a servidora **Márcia Geovana Ribeiro Mundim, inscrita no CPF: 243.853.521-00**, seja exonerada de ofício, do cargo de Professor Assistente Nível C, tendo em vista que restou caracterizado o abandono do cargo no dia 02/02/89 ( trigésimo primeiro dia após a interrupção do exercício ), com fulcro no artigo 136, § 1º, II "e" c/c artigo 316, I, §§ 1º e 2º, da Lei nº 10.460/88, dessa forma, objetivando homologar o ato de exoneração de ofício, conforme preceitua o artigo 1º, do Decreto nº 9.405 de 15 de fevereiro de 2019.  
**CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE.**  
Gabinete da Secretaria de Estado da Educação em Goiânia, aos 27 dias do mês de janeiro de 2020.  
Aparecida de Fatima Gavioli Soares Pereira  
Secretária de Estado da Educação

Protocolo 166054

### ERRATA AO AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 001/2020

A Secretaria de Estado da Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público, por meio dos Conselhos Escolares, constante no Processo nº 2019.0000.605.3363-Ofício nº 010/2020,



COMUNICA aos interessados, sobre o Aviso de Abertura. **ONDE SE LÊ: "Abertura: 29 de janeiro de 2020"; LEIA-SE: Abertura: 04 de fevereiro de 2020" da CRE- Minaçu.** As demais informações permanecem inalteradas.

Goiânia, 28 de janeiro de 2020.

Leonardo de Lima Santos  
Gerente de Licitação

Protocolo 166020

## Secretaria de Estado de Esporte e Lazer

Portaria 30/2020 - SEEL

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER**, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, na Lei Estadual nº 17.928/2012, e demais normas aplicáveis,

RESOLVE:

**Art. 1º DESIGNAR** a Comissão Permanente de Licitação - CPL desta pasta, que será composta pelos servidores a seguir designados:

Função	Nome	CPF
Presidente	Patrícia de Castro Cavalcante	469.878.431-04
Membro	Paulo Luiz Araujo Vieira	002.176.421-28
Membro	Cláudia Alves de Moraes Sousa	607.509.361-34

**Art. 2º DESIGNAR** os pregoeiros habilitados à condução dos procedimentos licitatórios na modalidade Pregão, bem como a Equipe de Apoio, da seguinte forma:

Nome	CPF
Patrícia de Castro Cavalcante	469.878.431-04
Paulo Luiz Araujo Vieira	002.176.421-28

**Art. 3º DETERMINAR** que os Pregoeiros atuarão como membros da equipe de apoio.

**Art. 4º** Fica revogada a Portaria nº 37/2019 - SEEL.

**Art. 5º** Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE.**

**Rafael Ângelo do Valle Rahif**  
Secretário de Estado de Esporte e Lazer

Protocolo 165960

## Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP

Portaria nº 0073/2020/SSP

O Secretário da Segurança Pública do Estado de Goiás, nomeado pelo Decreto de 02 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial do Estado nº 22.963, Suplemento, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no Processo SEI n. 202000016001373. Considerando a necessidade de manter o controle e a fiscalização sobre a execução dos projetos federais firmados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, tendo em vista os princípios da legalidade, moralidade e eficiência, e;

Considerando o comando insculpido no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, que impõe à Administração o dever de acompanhar e fiscalizar a execução de seus convênios e as disposições da Lei Estadual n. 17.928/2012, especialmente o Art. 51 e seguintes;

RESOLVE:

**Art. 1º** Designar o (a) servidor (a) **Eliane Beppu de Oliveira Fernandes**, Agente de Polícia da 1ª Classe, inscrito (a) no CPF nº 934.394.821-20, para atuar como Gestor (a) do Projeto de "Aquisição de mobiliários, equipamentos e veículo para a Divisão de Saúde da PCGO - Proponente 2 - Plano de Ação nº 12/2019 GECARE (000011078196)", contemplado no Termo de Adesão nº 38/2019 celebrado com a Secretaria Nacional de

Segurança Pública.

**Art. 2º.** Designar o (a) servidor (a) **Fernando Ricardo Barbosa Rodrigues**, Agente de Polícia da 3ª Classe, inscrito (a) no CPF nº 003.197.211-08, para ocupar a função de suplente, substituindo o (a) titular em seus impedimentos e afastamentos legais.

**Art. 3º** Estabelecer que, para a consecução do objetivo proposto neste ato, o (a) servidor (a) ora designado (a), deverá:

I - acompanhar a execução e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas no referido Termo de Adesão e instrumentos normativos que regem a transferência de recursos fundo a fundo, especialmente quanto à matéria específica por eixo do projeto contemplado, garantindo o início do(s) processo(s) aquisitivo(s) no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) após o início da vigência do Termo de Adesão;

II - participar na elaboração de documentos necessários a impulsionar qualquer ato de gestão, imprescindível à execução, fiscalização e prestação de contas do referido projeto;

III - observar e fazer cumprir todos os prazos, bem como, a vigência do instrumento para a execução do objeto; e

IV - comunicar à autoridade competente, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, a data de expiração da vigência do ajuste e a eventual necessidade de prorrogação.

**Art. 4º** Estabelecer ainda, que o (a) Gestor (a) ora designado (a) apresentará à Superintendente de Gestão Integrada desta Pasta, relatório mensal sobre a execução do ajuste. O relatório deverá conter:

I - descrição circunstanciada da execução do convênio;

II - eventual descumprimento das cláusulas ajustadas;

III - as ocorrências que o (a) Gestor (a) julgar pertinente relatar, ante a possibilidade de interrupção ou suspensão da execução do convênio; e

IV - a necessidade de tomada de decisões que exorbitarem de suas funções.

Parágrafo único - A periodicidade estabelecida não impede a comunicação eventual de ocorrências consideradas urgentes pelo Gestor (a).

**Art. 5º** Determinar que a Superintendente de Gestão Integrada, ante a constatação de descumprimento desta Portaria, comunique, incontinenti, à autoridade competente, para adoção das medidas cabíveis.

**Art. 6º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**Art. 7º** Determinar o encaminhamento desta Portaria à Superintendência de Gestão Integrada/SSP, à Superintendência de Inteligência Integrada/SSP, à Gerência de Convênios/SSP e ao Gabinete do Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado de Goiás, para conhecimento e demais providências.

**CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE.**

Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Pública, em Goiânia, aos 23 dias do mês de janeiro de 2020.

Rodney Rocha Miranda

SECRETÁRIO

Protocolo 165926

Portaria nº 0070/2020/SSP

O Secretário da Segurança Pública do Estado de Goiás, nomeado pelo Decreto de 02 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial do Estado nº 22.963, Suplemento, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no Processo SEI n. 202000016001334. Considerando a necessidade de manter o controle e a fiscalização sobre a execução dos projetos federais firmados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, tendo em vista os princípios da legalidade, moralidade e eficiência, e;

Considerando o comando insculpido no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, que impõe à Administração o dever de acompanhar e fiscalizar a execução de seus convênios e as disposições da Lei Estadual n. 17.928/2012, especialmente o Art. 51 e seguintes;

RESOLVE:

**Art. 1º** Designar o (a) servidor (a) 1º Ten BM 3260 **Daniel Gonçalves Vitorino Campos de Miranda**, inscrito (a) no CPF nº 012.063.851-70, para atuar como Gestor (a) do Projeto de "Aquisição de Duas Unidades de Resgate - Proponente 2 - Plano de Ação nº 5/2019 GECARE (000011069876)", contemplado no Termo de Adesão



nº 37/2019 celebrado com a Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Art. 2º. Designar o (a) servidor (a) 1º Ten BM 2799 **Wender Araujo**, inscrito (a) no CPF nº 922.629.021-00, para ocupar a função de suplente, substituindo o (a) titular em seus impedimentos e afastamentos legais.

Art. 3º Estabelecer que, para a consecução do objetivo proposto neste ato, o (a) servidor (a) ora designado (a), deverá:

I - acompanhar a execução e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas no referido Termo de Adesão e instrumentos normativos que regem a transferência de recursos fundo a fundo, especialmente quanto à matéria específica por eixo do projeto contemplado, garantindo o início do(s) processo(s) aquisitivo(s) no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) após o início da vigência do Termo de Adesão;

II - participar na elaboração de documentos necessários a impulsionar qualquer ato de gestão, imprescindível à execução, fiscalização e prestação de contas do referido projeto;

III - observar e fazer cumprir todos os prazos, bem como, a vigência do instrumento para a execução do objeto; e

IV - comunicar à autoridade competente, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, a data de expiração da vigência do ajuste e a eventual necessidade de prorrogação.

Art. 4º Estabelecer ainda, que o (a) Gestor (a) ora designado (a) apresentará à Superintendente de Gestão Integrada desta Pasta, relatório mensal sobre a execução do ajuste. O relatório deverá conter:

I - descrição circunstanciada da execução do convênio;

II - eventual descumprimento das cláusulas ajustadas;

III - as ocorrências que o (a) Gestor (a) julgar pertinente relatar, ante a possibilidade de interrupção ou suspensão da execução do convênio; e

IV - a necessidade de tomada de decisões que exorbitarem de suas funções.

Parágrafo único - A periodicidade estabelecida não impede a comunicação eventual de ocorrências consideradas urgentes pelo Gestor (a).

Art. 5º Determinar que a Superintendente de Gestão Integrada, ante a constatação de descumprimento desta Portaria, comunique, incontinenti, à autoridade competente, para adoção das medidas cabíveis.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 7º Determinar o encaminhamento desta Portaria à Superintendência de Gestão Integrada/SSP, à Superintendência de Inteligência Integrada/SSP, à Gerência de Convênios/SSP e ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, para conhecimento e demais providências.

#### **CUMPRASE e PUBLIQUE-SE.**

Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Pública, em Goiânia, aos 23 dias do mês de janeiro de 2020.

Rodney Rocha Miranda

**SECRETÁRIO**

Protocolo 165927

Portaria nº 0071/2020/SSP

O Secretário da Segurança Pública do Estado de Goiás, nomeado pelo Decreto de 02 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial do Estado nº 22.963, Suplemento, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no Processo SEI n. 202000016001340. Considerando a necessidade de manter o controle e a fiscalização sobre a execução dos projetos federais firmados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, tendo em vista os princípios da legalidade, moralidade e eficiência, e;

Considerando o comando insculpido no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, que impõe à Administração o dever de acompanhar e fiscalizar a execução de seus convênios e as disposições da Lei Estadual n. 17.928/2012, especialmente o Art. 51 e seguintes;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) **Tales Garcia Fernandes**, Perito Criminal, inscrito (a) no CPF nº 720.481.901-20, para atuar como Gestor (a) do Projeto "**Estrutura para informatização da coleta de dados periciais in situ e automação do controle eletrônico**

**da cadeia de custódia de vestígios - Proponente 3 - Plano de Ação nº 5/2019 GECARE (000011070783)**", contemplado no Termo de Adesão nº 37/2019 celebrado com a Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Art. 2º. Designar o (a) servidor (a) **Diego André Mota da Silva**, Perito Criminal, inscrito (a) no CPF nº 001.205.941-29, para ocupar a função de suplente, substituindo o (a) titular em seus impedimentos e afastamentos legais.

Art. 3º Estabelecer que, para a consecução do objetivo proposto neste ato, o (a) servidor (a) ora designado (a), deverá:

I - acompanhar a execução e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas no referido Termo de Adesão e instrumentos normativos que regem a transferência de recursos fundo a fundo, especialmente quanto à matéria específica por eixo do projeto contemplado, garantindo o início do(s) processo(s) aquisitivo(s) no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) após o início da vigência do Termo de Adesão;

II - participar na elaboração de documentos necessários a impulsionar qualquer ato de gestão, imprescindível à execução, fiscalização e prestação de contas do referido projeto;

III - observar e fazer cumprir todos os prazos, bem como, a vigência do instrumento para a execução do objeto; e

IV - comunicar à autoridade competente, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, a data de expiração da vigência do ajuste e a eventual necessidade de prorrogação.

Art. 4º Estabelecer ainda, que o (a) Gestor (a) ora designado (a) apresentará à Superintendente de Gestão Integrada desta Pasta, relatório mensal sobre a execução do ajuste. O relatório deverá conter:

I - descrição circunstanciada da execução do convênio;

II - eventual descumprimento das cláusulas ajustadas;

III - as ocorrências que o (a) Gestor (a) julgar pertinente relatar, ante a possibilidade de interrupção ou suspensão da execução do convênio; e

IV - a necessidade de tomada de decisões que exorbitarem de suas funções.

Parágrafo único - A periodicidade estabelecida não impede a comunicação eventual de ocorrências consideradas urgentes pelo Gestor (a).

Art. 5º Determinar que a Superintendente de Gestão Integrada, ante a constatação de descumprimento desta Portaria, comunique, incontinenti, à autoridade competente, para adoção das medidas cabíveis.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 7º Determinar o encaminhamento desta Portaria à Superintendência de Gestão Integrada/SSP, à Superintendência de Inteligência Integrada/SSP, à Gerência de Convênios/SSP e à Superintendência de Polícia Técnico-Científica do Estado de Goiás, para conhecimento e demais providências.

#### **CUMPRASE e PUBLIQUE-SE.**

Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Pública, em Goiânia, aos 23 dias do mês de janeiro de 2020.

Rodney Rocha Miranda

**SECRETÁRIO**

Protocolo 165928

Portaria nº 0072/2020/SSP

O Secretário da Segurança Pública do Estado de Goiás, nomeado pelo Decreto de 02 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial do Estado nº 22.963, Suplemento, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no Processo SEI n. 202000016001329. Considerando a necessidade de manter o controle e a fiscalização sobre a execução dos projetos federais firmados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, tendo em vista os princípios da legalidade, moralidade e eficiência, e;

Considerando o comando insculpido no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, que impõe à Administração o dever de acompanhar e fiscalizar a execução de seus convênios e as disposições da Lei Estadual n. 17.928/2012, especialmente o Art. 51 e seguintes;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) 1º Ten BM 3252 **Guilherme**



**Antônio Lisita**, inscrito (a) no CPF nº 014.249.931-56, para atuar como Gestor (a) do Projeto para **“Adquirir equipamentos para instalação de Academia - Proponente 5 - Plano de Ação nº 12/2019 GECARE (000011068433)”**, contemplado no Termo de Adesão nº 38/2019 celebrado com a Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Art. 2º. Designar o (a) servidor (a) 1º Ten BM 2543 **Sanjay Narendrakumar Babulal**, inscrito (a) no CPF nº 002.173.181-00, para ocupar a função de suplente, substituindo o (a) titular em seus impedimentos e afastamentos legais.

Art. 3º Estabelecer que, para a consecução do objetivo proposto neste ato, o (a) servidor (a) ora designado (a), deverá:

I - acompanhar a execução e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas no referido Termo de Adesão e instrumentos normativos que regem a transferência de recursos fundo a fundo, especialmente quanto à matéria específica por eixo do projeto contemplado, garantindo o início do(s) processo(s) aquisitivo(s) no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) após o início da vigência do Termo de Adesão;

II - participar na elaboração de documentos necessários a impulsionar qualquer ato de gestão, imprescindível à execução, fiscalização e prestação de contas do referido projeto;

III - observar e fazer cumprir todos os prazos, bem como, a vigência do instrumento para a execução do objeto; e

IV - comunicar à autoridade competente, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, a data de expiração da vigência do ajuste e a eventual necessidade de prorrogação.

Art. 4º Estabelecer ainda, que o (a) Gestor (a) ora designado (a) apresentará à Superintendente de Gestão Integrada desta Pasta, relatório mensal sobre a execução do ajuste. O relatório deverá conter:

I - descrição circunstanciada da execução do convênio;

II - eventual descumprimento das cláusulas ajustadas;

III - as ocorrências que o (a) Gestor (a) julgar pertinente relatar, ante a possibilidade de interrupção ou suspensão da execução do convênio; e

IV - a necessidade de tomada de decisões que exorbitarem de suas funções.

Parágrafo único - A periodicidade estabelecida não impede a comunicação eventual de ocorrências consideradas urgentes pelo Gestor (a).

Art. 5º Determinar que a Superintendente de Gestão Integrada, ante a constatação de descumprimento desta Portaria, comunique, incontinenti, à autoridade competente, para adoção das medidas cabíveis.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 7º Determinar o encaminhamento desta Portaria à Superintendência de Gestão Integrada/SSP, à Superintendência de Inteligência Integrada/SSP, à Gerência de Convênios/SSP e ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, para conhecimento e demais providências.

**CUMPRASE e PUBLIQUE-SE.**

Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Pública, em Goiânia, aos 23 dias do mês de janeiro de 2020.

Rodney Rocha Miranda

**SECRETÁRIO**

Protocolo 165930

Portaria nº 0074/2020/SSP

O Secretário da Segurança Pública do Estado de Goiás, nomeado pelo Decreto de 02 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial do Estado nº 22.963, Suplemento, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no Processo SEI n. 202000016001259. Considerando a necessidade de manter o controle e a fiscalização sobre a execução dos projetos federais firmados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, tendo em vista os princípios da legalidade, moralidade e eficiência, e;

Considerando o comando insculpido no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, que impõe à Administração o dever de acompanhar e fiscalizar a execução de seus convênios e as disposições da Lei Estadual n. 17.928/2012, especialmente o Art. 51 e seguintes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) Capitã PM **Tatiane Ferreira Vilarinho**, inscrito (a) no CPF nº 794.388.651-87, para atuar como Gestor (a) do Projeto para **“Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares e odontológicos para Hospital da Polícia Militar - Proponente 3 - Plano de Ação nº 12/2019 GECARE (000011057099)”**, contemplado no Termo de Adesão nº 38/2019 celebrado com a Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Art. 2º. Designar o (a) servidor (a) Capitã PM **Rosângela Alves de Oliveira**, inscrito (a) no CPF nº 466.705.211-20, para ocupar a função de suplente, substituindo o (a) titular em seus impedimentos e afastamentos legais.

Art. 3º Estabelecer que, para a consecução do objetivo proposto neste ato, o (a) servidor (a) ora designado (a), deverá:

I - acompanhar a execução e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas no referido Termo de Adesão e instrumentos normativos que regem a transferência de recursos fundo a fundo, especialmente quanto à matéria específica por eixo do projeto contemplado, garantindo o início do(s) processo(s) aquisitivo(s) no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) após o início da vigência do Termo de Adesão;

II - participar na elaboração de documentos necessários a impulsionar qualquer ato de gestão, imprescindível à execução, fiscalização e prestação de contas do referido projeto;

III - observar e fazer cumprir todos os prazos, bem como, a vigência do instrumento para a execução do objeto; e

IV - comunicar à autoridade competente, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, a data de expiração da vigência do ajuste e a eventual necessidade de prorrogação.

Art. 4º Estabelecer ainda, que o (a) Gestor (a) ora designado (a) apresentará à Superintendente de Gestão Integrada desta Pasta, relatório mensal sobre a execução do ajuste. O relatório deverá conter:

I - descrição circunstanciada da execução do convênio;

II - eventual descumprimento das cláusulas ajustadas;

III - as ocorrências que o (a) Gestor (a) julgar pertinente relatar, ante a possibilidade de interrupção ou suspensão da execução do convênio; e

IV - a necessidade de tomada de decisões que exorbitarem de suas funções.

Parágrafo único - A periodicidade estabelecida não impede a comunicação eventual de ocorrências consideradas urgentes pelo Gestor (a).

Art. 5º Determinar que a Superintendente de Gestão Integrada, ante a constatação de descumprimento desta Portaria, comunique, incontinenti, à autoridade competente, para adoção das medidas cabíveis.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 7º Determinar o encaminhamento desta Portaria à Superintendência de Gestão Integrada/SSP, à Superintendência de Inteligência Integrada/SSP, à Gerência de Convênios/SSP e ao Gabinete do Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás, para conhecimento e demais providências.

**CUMPRASE e PUBLIQUE-SE.**

Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Pública, em Goiânia, aos 23 dias do mês de janeiro de 2020.

Rodney Rocha Miranda

**SECRETÁRIO**

Protocolo 165931

Portaria nº 0075/2020/SSP

O Secretário da Segurança Pública do Estado de Goiás, nomeado pelo Decreto de 02 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial do Estado nº 22.963, Suplemento, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no Processo SEI n. 202000016001280. Considerando a necessidade de manter o controle e a fiscalização sobre a execução dos projetos federais firmados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, tendo em vista os princípios da legalidade, moralidade e eficiência, e;

Considerando o comando insculpido no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, que impõe à Administração o dever de acompanhar e fiscalizar a execução de seus convênios e as disposições da Lei



Estadual n. 17.928/2012, especialmente o Art. 51 e seguintes;  
RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) **Everton Sá Melo**, inscrito (a) no CPF nº 886.250.795-04, para atuar como Gestor (a) do Projeto de **"Aquisição de Solução em Varredura Eletrônica, com intuito de localizar e bloquear equipamentos GSM, 3G e 4G - Proponente 4 - Plano de Ação nº 5/2019 GECARE (000011122463)"**, contemplado no Termo de Adesão nº 37/2019 celebrado com a Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Art. 2º. Designar o (a) servidor (a) **Rodrigo Otávio de Melo Gomes**, inscrito (a) no CPF nº 000.709.261-07, para ocupar a função de suplente, substituindo o (a) titular em seus impedimentos e afastamentos legais.

Art. 3º Estabelecer que, para a consecução do objetivo proposto neste ato, o (a) servidor (a) ora designado (a), deverá:

I - acompanhar a execução e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas no referido Termo de Adesão e instrumentos normativos que regem a transferência de recursos fundo a fundo, especialmente quanto à matéria específica por eixo do projeto contemplado, garantindo o início do(s) processo(s) aquisitivo(s) no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) após o início da vigência do Termo de Adesão;

II - participar na elaboração de documentos necessários a impulsionar qualquer ato de gestão, imprescindível à execução, fiscalização e prestação de contas do referido projeto;

III - observar e fazer cumprir todos os prazos, bem como, a vigência do instrumento para a execução do objeto; e

IV - comunicar à autoridade competente, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, a data de expiração da vigência do ajuste e a eventual necessidade de prorrogação.

Art. 4º Estabelecer ainda, que o (a) Gestor (a) ora designado (a) apresentará à Superintendente de Gestão Integrada desta Pasta, relatório mensal sobre a execução do ajuste. O relatório deverá conter:

I - descrição circunstanciada da execução do convênio;

II - eventual descumprimento das cláusulas ajustadas;

III - as ocorrências que o (a) Gestor (a) julgar pertinente relatar, ante a possibilidade de interrupção ou suspensão da execução do convênio; e

IV - a necessidade de tomada de decisões que exorbitarem de suas funções.

Parágrafo único - A periodicidade estabelecida não impede a comunicação eventual de ocorrências consideradas urgentes pelo Gestor (a).

Art. 5º Determinar que a Superintendente de Gestão Integrada, ante a constatação de descumprimento desta Portaria, comunique, incontinenti, à autoridade competente, para adoção das medidas cabíveis.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 7º Determinar o encaminhamento desta Portaria à Superintendência de Gestão Integrada/SSP, à Superintendência de Inteligência Integrada/SSP, à Gerência de Convênios/SSP e à Superintendência de Inteligência Integrada, para conhecimento e demais providências.

#### **CUMRA-SE e PUBLIQUE-SE.**

Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Pública, em Goiânia, aos 23 dias do mês de janeiro de 2020.

Rodney Rocha Miranda

**SECRETÁRIO**

Protocolo 165933

Portaria nº 0083/2020/SSP

O Secretário da Segurança Pública do Estado de Goiás no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto de 02 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial do Estado nº 22.963, Suplemento, e tendo em vista o Processo n. 201800016002951;

Considerando a necessidade de manter o controle e a fiscalização sobre a execução dos Convênios firmados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, tendo em vista os princípios da legalidade, moralidade e eficiência, e;

Considerando o comando insculpido no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, que impõe à Administração o dever de acompanhar e

fiscalizar a execução de seus convênios e as disposições da Lei Estadual n. 17.928/2012, especialmente o Art. 51 e seguintes.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor 1º Ten QOC 03.672 **Holando de Oliveira Franco Júnior**, CPF nº 916.507.551-04, para atuar como gestor do Convênio / **Termo de Cooperação Técnica nº 01/2018-SSP**, em substituição ao servidor Major QOPM **Dallbian Guimarães Rodrigues**, CPF nº 823.738.251-04, designado por meio da Portaria nº 0593/2018 - SSP. O Referido ajuste foi celebrado entre o Estado de Goiás, por intermédio desta Secretaria e o Município de Goiânia, representado pela Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade - SMT e pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Ciência e Tecnologia - SEDETEC, cujo objeto constitui o estabelecimento de cooperação técnica entre os partícipes com vistas ao compartilhamento de recursos tecnológicos e sua infraestrutura visando à integração e a melhoria da eficiência, eficácia e efetividade dos serviços públicos prestados pelos órgãos. Abarca o presente objeto, o acesso aos dados de imagens, bem como o compartilhamento de infraestrutura de redes de comunicação, equipamentos sistemas e outros recursos técnicos utilizados, diretamente como auxiliar no monitoramento, fiscalização, controle e melhoria do trânsito e segurança no município de Goiânia. O presente termo terá vigência a partir da outorga pelo Procurador Chefe da Advocacia Setorial da SSP, por prazo indeterminado.

Art. 2º. Designar o servidor **Assis Silva Netto**, Técnico em Gestão Pública, CPF nº 565.264.581-49, para ocupar a função de suplente, substituindo o titular em seus impedimentos e afastamentos legais.

Art. 3º Estabelecer que, para a consecução do objetivo proposto neste ato, o servidor ora designado, deverá:

I - acompanhar a execução e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas no referido contrato sob sua gestão;

II - observar e fazer cumprir o prazo de sua vigência;

III - observar a regularidade das despesas empenhadas, de conformidade com a previsão de pagamentos;

IV - comunicar à autoridade competente, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, a data de expiração da vigência do ajuste e a eventual necessidade de prorrogação; e

V - Compete ao Gestor encaminhar as notas fiscais à Gerência de Execução Orçamentária e Financeira/SSP, devidamente atestadas, logo após o serviço prestado ou da entrega do objeto. A apresentação de fatura/nota fiscal sem o devido atesto e/ou em desacordo com a Lei nº 4.320/64, ensejará no não pagamento das mesmas.

Art. 4º Estabelecer ainda, que o Gestor ora designado apresentará à Superintendente de Gestão Integrada desta Pasta, relatório mensal sobre a execução do ajuste. O relatório deverá conter:

I - descrição circunstanciada da execução do contrato;

II - eventual descumprimento das cláusulas ajustadas;

III - as ocorrências que o Gestor julgar pertinente relatar, ante a possibilidade de interrupção ou suspensão da execução do contrato; e

IV - a necessidade de tomada de decisões que exorbitarem de suas funções.

Parágrafo único - A periodicidade estabelecida não impede a comunicação eventual de ocorrências consideradas urgentes pelo Gestor.

Art. 5º Determinar que a Superintendente de Gestão Integrada, ante a constatação de descumprimento desta Portaria, comunique, incontinenti, à autoridade competente, para adoção das medidas cabíveis.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 7º Determinar o encaminhamento desta Portaria à Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor/PROCON-Goiás e a Superintendência de Gestão Integrada/SSP, para conhecimento e demais providências.

#### **CUMRA-SE e PUBLIQUE-SE.**

Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Pública, Goiânia, 27 de janeiro de 2020.

Rodney Rocha Miranda

**SECRETÁRIO**

Protocolo 165934



Portaria nº 0082/2020/SSP

O Secretário da Segurança Pública do Estado de Goiás no uso de suas atribuições legais e usando da competência que lhe confere o Decreto de 02 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial do Estado nº 22.963, Suplemento, e tendo em vista o que consta do Processo/SEI n. 202000016000914; e Considerando o Despacho n. 318/2020 da Superintendência de Gestão Integrada/SSP.

**RESOLVE:**

Art. 1º **Revogar** os efeitos da Portaria n. 0039/2020, que designou a servidora PATRICIA RABELO SILVA, titular do CPF nº 003.706.841-50, ocupante do cargo de Perita Criminal, para, no período de 17 de janeiro de 2020 a 17 de março de 2020, sem prejuízo de suas atribuições normais, responder pelo expediente do Posto de Atendimento de Polícia Técnico-Científica de Morrinhos, em substituição a titular da referida Unidade Administrativa, a servidora MAYARA ALVES, inscrito no CPF nº 021.214.261-59, ocupante do cargo de Auxiliar de Autópsia.

Art. 2º Determinar o encaminhamento desta Portaria à Superintendência de Polícia Técnico-Científica, à Superintendência de Gestão Integrada e a Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas desta Secretaria para conhecimento e demais providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE e PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Secretário da Segurança Pública do Estado de Goiás, Goiânia, 27 de janeiro de 2020.

Rodney Rocha Miranda  
**SECRETÁRIO**

Protocolo 166013

**PORTARIA n.º 0081/2020/SSP**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE GOIÁS**, no uso de suas atribuições legais, considerando o teor do art. 343, parágrafo único, da Lei n.º 10.460/88, bem como a delegação de competência prevista no Decreto nº 9.382, de 08 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial/GO n.º 22.967, suplemento, de 08 de janeiro de 2019, c/c o Decreto n.º 9.430, de 17 de abril de 2019, publicado no Diário Oficial/GO n.º 23.037, de 22 de abril de 2019, e, ainda, tendo em vista o que consta do pedido revisional no Processo Administrativo Disciplinar n.º 201700016003997,

**RESOLVE:**

**I - REVOGAR, parcialmente**, a Portaria n.º 039/2018/SCGSP, publicada no Diário Oficial/GO n.º 22.934, de 19 de novembro de 2018, no que tange à aplicação da penalidade de 04 (quatro) dias de suspensão, convertida em multa, pela prática da infração disciplinar prevista no art. 304, inciso IX, c/c o art. 315, § 1º, da Lei estadual n.º 10.460/88, e seus efeitos, à servidora **GYZELE CRISTINA XAVIER SANTOS SOUZA**;

**II - ABSOLVER** a servidora **GYZELE CRISTINA XAVIER SANTOS SOUZA**, ocupante do cargo de Perito Criminal, da prática da transgressão disciplinar do art. 304, inciso IX, da Lei n.º 10.460/88, com base no art. 386, inciso III, do Código de Processo Penal, aqui aplicado por analogia;

**III - DETERMINAR**, ainda que, após a publicação desta Portaria, a Comissão Processante: **a)** adote as medidas complementares a sua execução, notificando a servidora, por escrito bem como seu defensor; **b)** envie cópia desta Portaria à Superintendência de Polícia Técnico-Científica do Estado de Goiás para conhecimento; **c)** dê ciência à Controladoria-Geral do Estado sobre o resultado deste processo administrativo disciplinar; **d)** encaminhe cópia desta à Superintendência Central de Gestão e Controle de Pessoal da Secretaria de Estado da Administração, para controle de nova investidura em cargo, função, mandato ou emprego público estadual; **e)** o envio de cópia desta Portaria à Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Secretaria da Segurança Pública para as providências complementares, naquilo que lhe couber;

f) ao fim, proceda ao arquivamento dos autos na Corregedoria Setorial da Segurança Pública.

**PUBLIQUE-SE.**

Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Pública, em Goiânia, aos 24 dias do mês de janeiro de 2019.

Rodney Rocha Miranda  
Secretário de Estado da Segurança Pública

Protocolo 166046

**AVISO DE ADIAMENTO - Pregão Eletrônico nº 004/2020**  
Processo: 201800007032218. Solicitante: PCGO. Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento de peças de informática para os serviços de manutenção de computadores e substituição de periféricos lotados nas Delegacias e Departamentos Administrativos da DGPC.

O pregoeiro responsável pelo procedimento em tela comunica aos interessados que a sessão pública definida para o dia 28/01/2020 foi adiada "sine die" para alterações no termo de referência.

Ricardo Salgado - Pregoeiro

Protocolo 165940

**Delegacia Geral Da Policia Civil – DGPC**

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 002/2020**

**Instaura PADO Nº 002/2020. Fato:** com base na Sindicância Preliminar nº. 105/2019, da Corregedoria da Polícia Civil, o servidor Acusado teria praticado crimes contra o patrimônio considerado infamante e incompatível com a função policial. **Infração:** artigo 304, XLI, punível com pena de **demissão**, de conformidade com o artigo 317 da Lei nº. 10.460/88. GCDPC, 1ª CPPADOS, Goiânia, 24.01.2020.

Breyner Vasconcelos Cursino  
Gerente Especial de Correções e Disciplina da Polícia Civil

Protocolo 165727

**Comando Geral Do Corpo De Bombeiros Militar**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2019 - CBMGO**

**Processo:** 201900011025695.

**Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 15/2019 - CBM/GO.

**Contratante:** Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás.

**Contratada:** RPC Importação e Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda., CNPJ nº 10.971.946/0001-59.

**Objeto:** AQUISIÇÃO DE UNIDADE ABASTECEDORA COM CAPACIDADE PARA 6000 LITROS, TANQUE ABASTECEDOR (CTA) PARA TRANSPORTE DE QUEROSENE DE AVIAÇÃO (QAV) E ABASTECIMENTO DE AERONAVES QUE UTILIZAM ESTE COMBUSTÍVEL, PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS.

**Fonte de Recurso:** Fundo Estadual de Saúde - FES

**Quantidade:** 01 (uma) unidade.

**Valor Total:** R\$ 193.000,00 (cento e noventa e três mil reais).

**Vigência do Contrato:** 15/01/2020 a 14/01/2021.

Esmeraldino Jacinto de Lemos - CEL QOC  
Comandante Geral do CBMGO

Protocolo 166028

**Secretaria da Saúde - SES**

**EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 140/2017-GEED/SES/GO.** Processo nº: 201700010013469. **Objeto:** segunda prorrogação de prazo da vigência do Contrato nº 140/2017 - GEED/SES/GO. **Contratada:** **ESCRITÓRIO ADMINISTRATIVO DA RENOVACÃO CARISMÁTICA CATÓLICA DA DIOCESE DE ANÁPOLIS.** Valor do Aditivo: R\$ 61.200,00. **Vigência:** 29/01/2020 a 28/01/2023. **Signatários:** Marcella Parpinelli Moliterno - Procura-





dora-Chefe da Procuradoria Setorial da SES-GO; Ismael Alexandrino Júnior - Secretário de Estado da Saúde. Klaus Newman da Luz - **Escritório Administrativo da Renovação Carismática Católica da Diocese de Anápolis.**

Protocolo 165942

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 46/2013/SES-GO. **Processo nº:** 201200005006898. **Objeto:** a terceira prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 46/2013-SES-GO, por mais 36 (trinta e seis) meses. **Contratada:** Maragato Indústria e Construções Ltda - ME. Dotação Orçamentária: 2850.10.122.4001.4 001.03.100.90. **Vigência:** 36 (trinta e seis) meses, com início em 21 de agosto de 2019 e término em 20 de agosto de 2022. **Signatários:** Marcella Parpinelli Moliterno - Procuradora-Chefe da Procuradoria Setorial da SES-GO; Ismael Alexandrino Júnior - Secretário de Estado da Saúde; Paulo Ricardo do Nascimento - Maragato Indústria e Construções Ltda - ME.

Protocolo 165943

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2017-GEED/SES-GO. **Processo nº:** 201600010027644. **Objeto:** a alteração da razão social da empresa contratada decorre da Vigésima Terceira Alteração e Consolidação do Contrato Social da Brasilcard Administradora de Cartões LTDA- M.E, agora denominada **Vólus Tecnologia e Gestão de Benefícios Ltda.** **Signatários:** Marcella Parpinelli Moliterno - Procuradora-Chefe da Procuradoria Setorial da SES-GO; Ismael Alexandrino Júnior - Secretário de Estado da Saúde. Dario da Costa Barbosa Júnior - **Vólus Tecnologia e Gestão de Benefícios Ltda.**

Protocolo 165944

#### Ratificação da Declaração de Dispensa de Licitação nº 174/2019

RATIFICO a Dispensa de Licitação nº 174/2019-SEI tudo em conformidade com os documentos que instruem o processo nº 201900010033594, de acordo com a Instrução Técnica nº 174/2019-SEI-SES-GO, aprovada pelo DESPACHO Nº 1187/2019 - PROCSET-05071 - SEI, de lavra da Procuradoria Setorial da SES-GO, onde fora declarada Dispensa de Licitação, com fundamento artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, e modificações posteriores, seja declarada DISPENSA DE LICITAÇÃO à empresa FREITAS NERES ELETRÔNICA E INFORMÁTICA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 04.551.904/0001-66, para a aquisição de equipamentos de eletrônica para assistir/acompanhar programas de telejornalismo de canal de TV aberta, para atender a demanda da Comunicação Setorial desta Secretaria de Estado da Saúde-GO. ao valor total de R\$ 207,43 (duzentos e sete reais e quarenta e três centavos). A entrega será total e imediata.

Publique-se.

**ISMAEL ALEXANDRINO JUNIOR**  
Secretário de Estado da Saúde

Protocolo 165947

#### Ratificação da Declaração de Dispensa de Licitação nº 178/2019

RATIFICO a Dispensa de Licitação nº 178/2019-SEI tudo em conformidade com os documentos que instruem o processo nº 201900010027058, de acordo com a Instrução Técnica nº 178/2019-SEI-SES-GO, aprovada pelo PARECER PROCSET- 05071 Nº 1090/2019 - SEI, de lavra da Procuradoria Setorial da SES-GO, onde fora declarada Dispensa de Licitação, com fundamento artigo 24, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93, e modificações posteriores, seja declarada DISPENSA DE LICITAÇÃO à empresa PHARMEDIC PHARMACEUTICALS, inscrito no CNPJ sob o nº 07.453.785/0003-69, para a aquisição de 24 (vinte e quatro) seringas do fármaco CANABIDIOL HEMP OIL 30% CBD - ENDOCA, ao valor unitário de R\$ 1.199,71 (um mil cento e noventa e nove reais e setenta e um centavos) e valor total de R\$ 28.793,04 (vinte oito mil setecentos e noventa e três reais e quatro centavos), acrescidos da Taxa de Utilização de SISCOMEX no valor de R\$ 214,50 (duzentos e quatorze reais e cinquenta centavos), Taxa de Fechamento de Câmbio Cobrada pela CEF no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), Desembaraço Aduaneiro no valor de R\$ 1.500,00

(Um mil e quinhentos reais), Perfazendo o valor total de R\$ 30.857,54 (trinta mil oitocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos). A entrega ocorrerá de forma total e imediata.

Publique-se. **ISMAEL ALEXANDRINO JUNIOR**  
Secretário de Estado da Saúde

Protocolo 165948

#### Ratificação da Declaração de Dispensa de Licitação nº 120/2019

RATIFICO a Dispensa de Licitação nº 120/2019-SEI tudo em conformidade com os documentos que instruem o processo nº 201900010020546, de acordo com a Instrução Técnica nº 120/2019-SEI-SES-GO, aprovada pelo DESPACHO Nº 904/2019 - PROCSET-05071 - SEI, de lavra da Procuradoria Setorial da SES-GO, onde fora declarada Dispensa de Licitação, com fundamento artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, e modificações posteriores, seja declarada DISPENSA DE LICITAÇÃO à empresa DIMENSÃO BRASIL INSTITUTO, CLÍNICA E LIVRARIA PSI, inscrito no CNPJ sob o nº 01.458.850/0001-09, para a aquisição de materiais para avaliação neuropsicológicas para atender ao Centro Estadual de Atenção Psicossocial e Infanto-Juvenil (CAPSI), ao valor total de R\$ 9.104,82 (nove mil cento e quatro reais e oitenta e dois centavos). A entrega ocorrerá de forma total e imediata.

Publique-se

**ISMAEL ALEXANDRINO JUNIOR**

Secretário de Estado da Saúde

Protocolo 165949

#### Ratificação da Declaração de Dispensa de Licitação nº 126/2019

RATIFICO a Dispensa de Licitação nº 126/2019-SEI tudo em conformidade com os documentos que instruem o processo nº 201800010038970, de acordo com a Instrução Técnica nº 126/2019-SEI-SES-GO, aprovada pelo DESPACHO Nº 924/2019 - PROCSET-05071 - SEI, de lavra da Procuradoria Setorial da SES-GO, onde fora declarada Dispensa de Licitação, com fundamento artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, e modificações posteriores, seja declarada DISPENSA DE LICITAÇÃO à empresa ESPIRITO SANTO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME, inscrita no CNPJ sob o Nº 28.911.309/00001-52, para o fornecimento de 540 (quinhentos e quarenta) unidades do medicamento CLORIDRATO DE ONDANSETRONA - 8MG COM REV CT BL AL/AL X 10, da marca CRISTALIA, ao valor unitário de R\$ 2,17 (dois reais e dezessete centavos) e o valor total de R\$ 1.171,80 (Hum mil cento e setenta e um reais e oitenta centavos). A entrega ocorrerá de forma total e imediata.

Publique-se.

**ISMAEL ALEXANDRINO JUNIOR**

Secretário de Estado da Saúde

Protocolo 165951

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 108/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 172/2019 - SES/GO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 172/2019

Processo: **201900010012593**

Tipo de Licitação: Menor Preço por Item

**Objeto: Registro de preço para eventuais aquisições de medicamentos aos pacientes contemplados em Mandados de Segurança, destinados à Central Estadual de Alto Custo Juarez Barbosa, destinado ao atendimento de Mandados de Segurança e Termo de Cooperação Técnica, e demais órgãos interessados Órgãos Contratantes e Quantidade s Iniciais**

01 - Secretaria da Saúde do Estado de Goiás e de mais órgãos interessados.

**Empresas Adjudicatárias:**

Empresa	CNPJ	Itens Adjudicados
Medcom Comércio De Medicamentos Hospitalares Ltda	25.211.499/0001-07	07,08,09,10,11,12
Elfa Medicamentos Ltda	09.053.134/0002-26	18

**Itens Adjudicados:**

t.	Especificação	Unid.	Valor		Valor Total (R\$)
			Quant.	Unitário (R\$)	
07	(55430)DABIGATRANA 150MG CAP DURA Nome Comercial: PRADAXA 150MG EMBALAGEM: CX C/30 COMP Marca: BOEHRINGER Nr. Registro MS: 1036701600108 Procedência: ALEMANHA	UN	22.500	2,58	58.050,00
08	(55430)DABIGATRANA 150MG CAP DURA Nome Comercial: PRADAXA 150MG EMBALAGEM: CX C/30 COMP Marca: BOEHRINGER Nr. Registro MS: 1036701600108 Procedência: ALEMANHA	UN	7.500	2,58	19.350,00
09	(78533)DIMALEATO DE AFATINIBE 40MG COMP REV Nome Comercial: GIOTRIF 40MG Marca: BOEHRINGER Nr. Registro MS: 1036701740031 Procedência: ALEMANHA	UN	2.000	119,05	238.100,00
10	(77074)EMPAGLIFLOZINA 10MG COMPRIMIDO Nome Comercial: JARDIANCE 10MG EMBALAGEM: CX C/30 COMP Marca: BOEHRINGER Nr. Registro MS: 1036701720049 Procedência: ALEMANHA	UN	3.000	4,19	12.570,00
11	(72923)EMPAGLIFLOZINA 25MG COMPRIMIDO Nome Comercial: JARDIANCE 25MG EMBALAGEM: CX C/30 COMP Marca: BOEHRINGER Nr. Registro MS: 1036701720022 Procedência: ALEMANHA	UN	13.000	4,19	54.470,00
12	(76035)ESILATO DE NINTEDANIBE 100MG CAP MOLE Nome Comercial: OFEV 100MG EMBALAGEM: CX C/60 COM Marca: BOEHRINGER Nr. Registro MS: 1036701730011 Procedência: ALEMANHA	UN	6.000	97,38	584.280,00
18	(59367)METILFENIDATO, CLORIDRATO 18 MG CX C/30 COMPR. CONCERTA 18MG C/30 CPR (A3) FABRICADO POR :JANSSEN CILAG	CP	4000	4,56	18.240,00
Valor Total			R\$ 985.060,00		

**Itens desertos: 01, 02,03,04,05,06,13,14,15,16,17, Item Fracassado: 19.**

**Vigência:** A Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses contados da publicação deste extrato no D.O.E/GO.

**Normas Regulamentares:** Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, decretos Federais nº 5.450/ 2005 e 7.892/13 e, subsidiariamente, pelo de creto Estadual

nº 7.437/2011 e de mais normas aplicáveis a matéria.

**Informações:** Avenida SC-1, nº 299, Parque Santa Cruz, Goiânia/GO, Fone: (62) 3201-3840/ 3201-3800.

Gerência de Compras Governamentais / GCG/ SGI-SES-GO

Protocolo 165945

**RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 081/2019**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 127/2019 - SES/GO**

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 127/2019

Processo: **201900010016364**

Tipo de Licitação: Menor Preço por Item

Objeto: **Registro de preço para eventuais aquisições de medicamentos contemplados pelo Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF e padronizados pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria GM/MS nº. 1.554/2013 e suas atualizações, destinados à Central de Medicamentos de Alto Custo Juarez Barbosa - CMAC, e demais órgãos interessados.**

**Órgãos Contratantes e Quantidade s Iniciais**

01 - Secretaria da Saúde do Estado de Goiás e de mais órgãos interessados.

**Empresas Adjudicatárias:**

Empresa	CNPJ	Itens Adjudicados
Medcom Comércio De Medicamentos Hospitalares Ltda	25.211.499/0001-07	01,02,06,07,14,15
Científica Médica Hospitalar Ltda	07.847.837/0001-10	03,12,13,22
Medcommerce Comercial De Medicamentos E Produtos Hospitalares Ltda	37.396.017/0001-10	05
Sulmedic Comércio De Medicamentos Eireli	09.944.371/0001-04	08
Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda	44.734.671/0001-51	09,17
L. A Vidal & Cia Ltda - EPP	00.097.489/0001-61	10,20,21
Costa Camargo Comércio De Produtos Hospitalares Ltda	36.325.157/0001-34	16,18,19
Janssen Cilag Farmacêutica Ltda	51.780.468/0002-68	23,24
Produtos Roche Químicos E Farmacêuticos Sa	33.009.945/0002-04	25

**Itens Adjudicados:**

It.	Especificação	Unid.		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
		Quant.			
01	(7054) aripiprazol comprimido 15 mg; nome comercial aripiprazol comprimido 15 mg; marca unichem; rms 1564900070051; proc Índia;	unid	603.000	0,56	337.680,00



02	(40813) bimatoprost 0,3mg/ml. solução oftálmica; nome comercial bimatoprost 0,3mg/ml; marca geolab; rms 1542302110030; proc Brasil;	fa	3.000	28,00	84.000,00				
03	(47867) brimonidina tartarato, 2 mg/ml, colírio; brimonidina 2,0 mg/ml - sol. oftálmica fr de 5 ml; nome comercial tartarato de brimonidina; marca brainfarma; fabricante brainfarma industria química e farmacêutica s/a; rms 1558403090015; proc nacional	unid	41.400	5,70	235.980,00				
05	(75847) brometo de glicopirronio 50 mcg blister caps com pó inalante + inalador; nome comercial seebri 50mcg; marca novartis; rms 1006811170025; proc Suíça;	unid	606.600	3,87	2.347.542,00				
06	(47967) tiotropio respimat, 2,5 mcg, solução inalatória. / dose sol inal - fr 04 ml com 60 doses + inalador; nome comercial spiriva respimat 2,5mcg; marca boehringer ingelheim; rms 1036701370072; proc Alemanha;	unid	75.000	186,81	14.010.750,00				
07	(57275) calcipotriol 50mcg/g - bisnaga 30g .; nome comercial daivonex 50mcg; marca lopharma; rms 1856900030013; proc Irlanda;	unid	18.900	48,44	915.516,00				
08	(51604) cinacalcete cloridrato comprimido rev. 30mg; nome comercial missort; detentor do registro ems s/a; marca e.m.s; fabricante ems s/a 57.507.378/0003-65 Brasil; rms 1023512430017;	unid	138.000	5,08	701.040,00				
09	(51605) cinacalcete cloridrato comprimido rev. 60mg; nome comercial calt 60 mg com. rev. - 1fr. x 30; rms 1029804750029; marca cristalia; proc nacional; fabricante cristália prod quim farm Ltda.;	unid	16.008	24,31	389.154,48				
10	(57279) clobetasol 0,5mg/g creme, bisnaga de 30 g; marca medley	unid	17.460	5,74	100.220,40				
12	(6797) clopidogrel comprimido 75mg; clopidogrel 75 mg - comp; nome comercial bissulfato de clopidogrel; marca sandoz; fabricante sandoz do brasil indústria farmacêutica ltda; rms 1004704240082; proc nacional	unid	1.974.300	0,37	730.491,00				
13	(17139) dorzolamida 20 mg/ml - sol. oftálmica fr de 5 ml; nome comercial ocupress; marca união química; fabricante união química farmacêutica nacional s/a; rms 1049712950018 ; proc nacional	unid	30.756	20,91	643.107,96				
14	(57280) lanreotida 120mg solução injetável; nome comercial somatuline 120mg; marca ipsen; rms 1697700020061; proc França;	unid	480	2.046,07	982.113,60				
15	(57282) lanreotida 90mg solução injetável; nome comercial somatuline 90 mg; marca ipsen; rms 1697700020051; proc França;	unid	276	2.046,07	564.715,32				
16	(47898) latanoprost, 50 mcg/ml, solução oftálmica. sol oft ct fr got plas transl x 2,5 ml; fabricante bl indústria; distribuidor valeant; marca aralutan; registro nvisa 1196100180015;	unid	2.700	23,35	63.045,00				
17	(57288) pilocarpina 20mg/ml solução oftálmica frasco 10ml; nome comercial pilocan 2,0% sol. oft. - 1fr. x 10ml; rms 1.0298.0478.001-7 marca cristalia; proc nacional; fabricante cristália prod quim farm ltda.;	unid	336	14,85	4.989,60				
18	(47828) salmeterol 25 mcg + fluticasona 125 mcg, spray. propionato de fluticasona/xinafoato de salmeterol 25 + 125 mcg sus aer inal or ct fr al x 120 acionamentos + valv; fabricante glaxo wellcome; marca seretide spray; registro anvisa 1010702300015; proc Espanha;	unid	11.340	80,00	907.200,00				



19	(47834) salmeterol 50 mcg + fluticasona 250 mcg; propionato de fluticasona/xinafoato de salmeterol 50 mcg + 250 mcg po inal ct str x60 doses; fabricante claxosmithkline; marca seretide diskus; registro anvisa 1010702300074; proc Estados Unidos; ;	unid	34.176	80,00	2.734.080,00
20	(69637) citrato de sildenafil 25 mg comprimido; marca neoquimica	unid	36.000	1,17	42.120,00
21	(47865) sildenafil, sal citrato 50mg; marca neoquimica	unid	27.000	0,45	12.150,00
22	(17908) travoprost 0,004% colírio c/ 2,5 ml.; travoprost 0,04 mg/ml sol. oftálmica - fr de 2,5 ml; nome comercial travoprost; marca geolab ; fabricante geolab indústria farmacêutica s/a ; rms 1542302090031; proc nacional	unid	7.296	15,16	110.607,36
23	(79095) ustequinumabe 45 mg sol. inj. ser. preech; nome comercial: stelara 45 mg/0,5ml; rms: 1.1236.3394.003-9; proc suíça; fabricante cilag ag - hochstrasse 201,8205 schaffhausen Suíça;	unid	3.000	9.923,61	29.770.830,00
24	(79096) ustequinumabe 90 mg sol. inj. ser. preech; nome comercial stelara 90 mg/1,0 ml; rms: 1.1236.3394.004-7; proc suíça; fabricante cilag ag - hochstrasse 201,8205 schaffhausen Suíça;	unid	600	19.847,20	11.908.320,00
25	(63898) cloridrato de valganciclovir comp. 450 mg ; produto valcyte®; marca roche; fabricante patheon inc; proc canadá; ncm: 30049069; princípio ativo cloridrato de valganciclovir; rms 1010005930017;	unid	60.840	143,55	8.733.582,00
Valor Total			R\$ 76.329.234,72		

**Item Deserto: 11.**

**Item Fracassado: 04.**

**Vigência:** A presente retificação não interfere na vigência da Ata de Registro de Preços nº 081/2019, que permanece inalterada pelo prazo 12 (doze) meses contados a partir da primeira publicação do extrato no DOE/GO, nº 23.162, pág. 28, em 21 de Outubro de 2019. A presente retificação, deve-se ao fato de negociação de preço dos

itens 07, 14, 15, 17.

Demais especificações permanecem inalteradas, conforme disposto no art. 16 da Lei Federal nº 8.666/93.

**Normas Regulamentares:** Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, decretos Federais nº 5.450/2005 e 7.892/13 e, subsidiariamente, pelo de creto Estadual nº 7.437/2011 e de mais normas aplicáveis a matéria.

**Informações:** Rua SC-1, nº 299, Parque Santa Cruz, Goiânia/GO, Fone: (62) 3201-3840/ 3201-3800.

Gerência de Licitações, Contratos e Convênios- GLCC/SGPF/ SES-GO

Protocolo 166057

## Secretaria de Estado da Economia

### EDITAL DE INTIMAÇÃO

Nos termos dos artigos 14, 15 e 34 da Lei 16.469/09, fica INTIMADO o Sujeito Passivos e/ou solidários abaixo identificados a comparecerem ao Núcleo de Preparo Processual- NUPRE (Rua 201, nº 430, esquina c/11ª Avenida, Vila Nova, Goiânia-GO, Fone: 0xx62 (40127250), no prazo a seguir, contados a partir do terceiro dia após a data de publicação deste, a fim de:

Pagar a quantia exigida nos processos adiante relacionados, OU;  
**EM 30 DIAS, APRESENTAR IMPUGNAÇÃO PARA PRIMEIRA INSTÂNCIA**

**RAPHAEL GOMES DA SILVA** CPF 075.992.081-86 - SOLIDÁRIO NO PAT Nº 4011902820491

**ADAILTON ALVES GONZAGA DE SOUSA** CPF 048.086.691-02 - SOLIDÁRIO NO PAT Nº 4011902478394

**WANESSA LIRIO PIRES** CPF 414.541.036-04 - SOLIDÁRIA NOS PAT Nº 4011902749258 E 4011902748952

**FABRICIO PAULA DA SILVA** CPF 025.932.471-00 - SOLIDÁRIO NOS PAT 4011902699056 E 4011902694682

**VILMAR MARTINS DOS SANTOS** CPF 015.167.801-40 - SOLIDÁRIO NO PAT Nº 4011902748103

**DANIEL REIS DOS SANTOS** CPF 700.794.431-09 - SOLIDÁRIO NO PAT Nº 4011902749410

**MARCIO JOSE DA SILVA** CPF 096.505.886-71 - SOLIDÁRIO NO PAT Nº 4011902748286

**GILSON NERES DA SILVA** CPF 702.526.481-45 - SOLIDÁRIO NO PAT 4011902893880

**ROGERIO DONISETE FERNANDES** CPF 249.980.998-17 - SOLIDÁRIO NO PAT Nº 4011902367304

**WANDERSON GOMIDE BARBOSA DE MELO** CPF 999.863.531-49 - SOLIDÁRIO NO PAT Nº 4011902356019

**JOSE JUNIOR PINHEIRO BARROSO** CPF 021.813.751-60 - SOLIDÁRIO NO PAT Nº 4011902504492

**SANDRO DIAS SALUSTIANO** CPF 424.962.501-00 E **RAFAEL DELMONDES SALUSTIANO** CPF 029.656.831-78 - SOLIDÁRIOS NO PAT 4011902539601

**ITALO NOGUEIRA ALVES DE MELO** CPF 693.025.881-49 - SOLIDÁRIO NO PAT Nº 4011902790053

**KATIA EMILIA DA SILVA DE SOUZA** CPF 553.219.921-34 - SOLIDÁRIA NO PAT Nº 4011902803643

**SILMA MARIA BORGES** CPF 280.835.711-72 - SOLIDÁRIA NO PAT Nº 4011902819647

**PABLO HENRIQUE ANDRADE DA MOTA** CPF 044.743.601-50 - SOLIDÁRIO NO PAT 4011902421520

**ROBSON DA SILVA VIEIRA** CPF 887.233.641-49 - SOLIDÁRIO NOS PAT Nº 4011902896390 E 4011902910482

Protocolo 165881

### EDITAL DE INTIMAÇÃO

Nos termos dos artigos 14, 15 e 34 da Lei 16.469/09, fica INTIMADO o Sujeito Passivos e/ou solidários abaixo identificados a comparecerem ao Núcleo de Preparo Processual- NUPRE (Rua 201, nº 430, esquina c/11ª Avenida, Vila Nova, Goiânia-GO, Fone: 0xx62 (40127250), no prazo a seguir, contados a partir do terceiro dia após a data de publicação deste, a fim de:

Pagar a quantia exigida nos processos adiante relacionados, OU;  
**EM 30 DIAS, APRESENTAR IMPUGNAÇÃO PARA PRIMEIRA INSTÂNCIA**

**JERONIMOA SANTOS FILHO** CPF 182.749.511-15 -



SOLIDÁRIO NO PAT N° 4011902754090  
**EVARISTO CASSIANO BARBOSA** CPF 033.910.591-76 -  
 SOLIDÁRIO NO PAT N° 4011902551067  
**JAIME PEREIRA CARDOSO** CPF 310.727.801-78 -  
 SOLIDÁRIO NO PAT N° 4011902487890  
**JOSE WILSON BARROSO BORGES FILHO** CPF 291.112.928-81 E **RAFAEL CAMPOS FERREIRA** CPF 021.180.391-07 -  
 SOLIDÁRIOS NO PAT 4011902723100  
**DANIELLY GOMES DA SILVA** CPF 005.220.051-52 E  
**SEBASTIAO SATURINO SILVA** CPF 900.808.071-00 -  
 SOLIDÁRIOS NO PAT N° 4011902961125

Protocolo 165882

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

Nos termos dos artigos 14, 15 e 34 da Lei 16.469/09, fica INTIMADO o Sujeito passivo abaixo identificado, para tomar conhecimento do despacho n° 887/2019 - JULP e revisão fiscal de folhas 26 dos autos e querendo manifestar-se no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados a partir do 3° dia após a publicação deste, junto ao Núcleo de Preparo Processual- NUPRE (Rua 201, n° 430, esquina c/11ª Avenida, Vila Nova, Goiânia-GO, Fone: 0xx62 (40127250)

RAZÃO SOCIAL: VICENTE CELESTINO RODRIGUES BARBOSA  
 CPF: 192.372.511-49  
 PROCESSO N° : 2128430900020

Protocolo 165883

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

Nos termos dos artigos 14, 15 e 34 da Lei 16.469/09, fica INTIMADO o Sujeito passivo abaixo identificado, para tomar conhecimento do despacho n° 891/2019 - JULP e revisão fiscal de folhas 166 dos autos e querendo manifestar-se no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados a partir do 3° dia após a publicação deste, junto ao Núcleo de Preparo Processual- NUPRE (Rua 201, n° 430, esquina c/11ª Avenida, Vila Nova, Goiânia-GO, Fone: 0xx62 (40127250)

RAZÃO SOCIAL: TIAGO DA SILVA ALVES  
 CPF: 021.656.321-17  
 PROCESSO N° : 2126999600096

Protocolo 165884

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

Nos termos dos artigos 14, 15 e 34 da Lei 16.469/09, fica INTIMADO o Sujeito passivo abaixo identificado, para tomar conhecimento do despacho n° 1164/2019 - JULP e revisão fiscal de folhas 61/62 dos autos e querendo manifestar-se no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados a partir do 3° dia após a publicação deste, junto ao Núcleo de Preparo Processual- NUPRE (Rua 201, n° 430, esquina c/11ª Avenida, Vila Nova, Goiânia-GO, Fone: 0xx62 (40127250)

RAZÃO SOCIAL: SODROGAS DIST DE MED E MAT MED HOSP LTDA  
 CCE: 10.431.978-0  
 CGC: 09.615.457/0001-85  
 PROCESSO N° : 4011600281792

Protocolo 165885

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

Nos termos dos artigos 14, 15 e 34 da Lei 16.469/09, fica INTIMADO o Sujeito passivo abaixo identificado, para tomar conhecimento do despacho n° 1341/2019 - JULP e revisão fiscal de folhas 39 dos autos e querendo manifestar-se no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados a partir do 3° dia após a publicação deste, junto ao Núcleo de Preparo Processual- NUPRE (Rua 201, n° 430, esquina c/11ª Avenida, Vila Nova, Goiânia-GO,

Fone: 0xx62 (40127250)

RAZÃO SOCIAL: R DE P SILVEIRA  
 CCE: 10.569.689-7  
 CGC: 18.347.635/0001-25  
 PROCESSO N° : 2145374900032

Protocolo 165887

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

Nos termos dos artigos 14, 15 e 34 da Lei 16.469/09, fica INTIMADO o Sujeito passivo abaixo identificado, para tomar conhecimento do despacho n° 1209/2019 - JULP e revisão fiscal de folhas 18 dos autos e querendo manifestar-se no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados a partir do 3° dia após a publicação deste, junto ao Núcleo de Preparo Processual- NUPRE (Rua 201, n° 430, esquina c/11ª Avenida, Vila Nova, Goiânia-GO, Fone: 0xx62 (40127250)

RAZÃO SOCIAL: MEGA GYN COMERCIO DE VEICULOS LTDA EPP  
 CCE: 10.415.578-7  
 CGC: 09.007.104/0001-00  
 PROCESSO N° : 2144343600004

Protocolo 165888

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

Nos termos dos artigos 14, 15 e 34 da Lei 16.469/09, fica INTIMADO o Sujeito passivo abaixo identificado, para tomar conhecimento do despacho n° 1060/2019 - JULP e revisão fiscal de folhas 33 dos autos e querendo manifestar-se no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados a partir do 3° dia após a publicação deste, junto ao Núcleo de Preparo Processual- NUPRE (Rua 201, n° 430, esquina c/11ª Avenida, Vila Nova, Goiânia-GO, Fone: 0xx62 (40127250)

RAZÃO SOCIAL: M S EMBALAGENS DE MADEIRA LTDA ME  
 CCE: 10.585.315-5  
 CGC: 19.108.619/0001-42  
 PROCESSO N° : 2100291400059

Protocolo 165889

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

Nos termos dos artigos 14, 15 e 34 da Lei 16.469/09, fica INTIMADO o Sujeito passivo abaixo identificado, para tomar conhecimento do despacho n° 673/2019 - JULP e revisão fiscal de folhas 30 dos autos e querendo manifestar-se no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados a partir do 3° dia após a publicação deste, junto ao Núcleo de Preparo Processual- NUPRE (Rua 201, n° 430, esquina c/11ª Avenida, Vila Nova, Goiânia-GO, Fone: 0xx62 (40127250)

RAZÃO SOCIAL: ROBSON MARCIO DE ABREU VALADARES  
 CPF: 809.381.081-15  
 PROCESSO N° : 2123366400017

Protocolo 165890

ESTADO DE GOIAS DATA: 28/01/2020  
 SECRETARIA DA FAZENDA HORA: 09:00:19  
 CONSELHO ADMINISTRATIVO TRIBUTARIO PAG.: 1  
 NUCLEO PREP. PROCESSUAL DE GOIANIA  
 DECISAO DE INSTANCIA UNICA

EDITAL DE INTIMACAO NRO:0000011/2020  
 Nos termos dos Art. 15, 16 e 34 da LEI 16.469/2009, fica(m) INTIMADO(S) o(s) Sujeito(s) Passivo(s) abaixo identificado(s), o(s) qual(is) devera(ao) comparecer pessoalmente ou por seu(s) Representante(s) Legal(is) a NUCLEO PREP. PROCESSUAL DE GOIANIA, no prazo improrrogavel de 30(TRINTA) DIAS contados a partir do terceiro dia apos a publicacao deste edital, a fim de:



-- PAGAR a quantia exigida provenientes dos Autos de Infra-coes abaixo relacionados;  
-- Apresentar IMPUGNACAO.  
O nao atendimento a este Edital de Intimacao, no PRAZO E LOCAL indicados, implicara na lavratura do TERMO DE PEREMPCAO, e encaminhamento do presente para INSCRICAO do debito na Divida  
Ativa, conforme disposto no Art. 24 inciso II, alinea 'A' e Art 25 da Lei 16.469/2009, tendo em vista ser sujeito a julgamento em INSTANCIA UNICA.  
O pagamento:  
Ate 30 dias tera beneficio de reducao de 80% da multa  
De 31 a 60 dias tera beneficio de reducao de 70% da multa  
De 61 ate o dia anteriores a insc. na D. Ativa 60% da multa  
Ate 90 dias apos a insc. em D. Ativa, reducao de 50% da multa  
ENDERECO DO REMETENTE - NUPRE DE GOIANIA  
RUA 201 NR. 430 , ESQ.11A AVE (CAT) VILA NOVA  
FONE (40)1272-50 GOIANIA - GO , CEP: 74643050  
SUJEITO PASSIVO:  
INSCRICAO: 106065742 CPF/CGC.: 20720982000101  
NOME.....: WL COMERCIO E LOGISTICA EIRELI ME  
ENDERECO.: AVE GOIAS 399 QD AREA LT 2.2 LO SETOR CENTRAL  
062039561293 GOIANIA GO 74005010  
PROCESSO NRO: 4011902749258  
SUJEITO PASSIVO:  
INSCRICAO: 106575465 CPF/CGC.: 24413325000164  
NOME.....: RODOVIA COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PECAS  
ENDERECO.: RUA CLAUDIO DA COSTA 162 QD 78A LT 05 CONJUNTO MORADA N  
0000000000000 GOIANIA GO 74423420  
PROCESSO NRO: 4011902820491  
SUJEITO PASSIVO:  
INSCRICAO: 107011190 CPF/CGC.: 28393641000172  
NOME.....: ADAILTON ALVES GONZAGA DE SOUSA 04808669102  
ENDERECO.: RUA 200-A 905 QD 42 A LT 3 SETOR LESTE VILA NOVA  
0000000000000 GOIANIA GO 74645110  
PROCESSO NRO: 4011902478394

HELRIKA POLLIANNY TAVEIRA DE OLIVEIRA

Protocolo 165891

ESTADO DE GOIAS DATA: 28/01/2020  
SECRETARIA DA FAZENDA HORA: 09:00:09  
CONSELHO ADMINISTRATIVO TRIBUTARIO PAG.: 1  
NUCLEO PREP. PROCESSUAL DE GOIANIA  
DECISAO SUJEITA AO DUPLO GRAU  
EDITAL DE INTIMACAO NRO:0000010/2020  
Nos termos dos Art. 15, 16 e 34 da LEI 16.469/2009,  
fica(m) INTIMADO(S) o(s) Sujeito(s) Passivo(s) abaixo  
identificado(s), o(s) qual(is) devera(ao) comparecer pessoalmente  
ou por seu(s) Representante(s) Legal(is) a NUCLEO PREP.  
PROCESSUAL DE GOIANIA , no prazo improrrogavel de  
30(TRINTA) DIAS  
contados a partir do terceiro dia apos a publicacao deste edital,  
a fim de:  
-- PAGAR a quantia exigida provenientes dos Autos de Infra-coes abaixo relacionados;  
-- Apresentar IMPUGNACAO a Primeira Instancia.  
O nao atendimento e este Edital de Intimacao, no PRAZO E LOCAL indicados, implicara na lavratura do TERMO DE REVELIA,  
conforme disposto no Art. 28 inciso I, Paragrafo Primeiro da LEI 16.469/2009, e o encaminhamento para preparo em SEGUNDA INSTANCIA.  
O pagamento:  
Ate 30 dias tera beneficio de reducao de 80% da multa  
De 31 a 60 dias tera beneficio de reducao de 70% da multa  
De 61 ate o dia anteriores a insc. na D. Ativa 60% da multa

Ate 90 dias apos a insc. em D. Ativa, reducao de 50% da multa  
ENDERECO DO REMETENTE - NUPRE DE GOIANIA  
RUA 201 NR. 430 , ESQ.11A AVE (CAT) VILA NOVA  
FONE (40)1272-50 GOIANIA - GO , CEP: 74643050  
SUJEITO PASSIVO:  
INSCRICAO: 0000000000 CPF/CGC.: 98018230110  
NOME.....: FLAVIA MODESTO TELES DE MELO  
ENDERECO.: AVE 136 S/N APTO.300 COND. ED SETOR MARISTA  
GOIANIA GO 74180040  
PROCESSO NRO: 4011902790053  
SUJEITO PASSIVO:  
INSCRICAO: 103880569 CPF/CGC.: 7363874000152  
NOME.....: COMPEX COMERCIAL LTDA ME  
ENDERECO.: AVE GENESIO DE LIMA BRITO 363 QD.07 LT. 04 JD.BALNEARIO  
000039410637 GOIANIA GO 74000001  
PROCESSO NRO: 4011902819647  
SUJEITO PASSIVO:  
INSCRICAO: 104932520 CPF/CGC.: 13237606000197  
NOME.....: RESTAURANTE E PIZZARIA FIORI LTDA  
ENDERECO.: AVE LEONARDO DA VINCI 945 QD 16 LT 13 JARDIM DA LUZ  
0000000000000 GOIANIA GO 74850490  
PROCESSO NRO: 4011902539601  
SUJEITO PASSIVO:  
INSCRICAO: 104940409 CPF/CGC.: 13189601000136  
NOME.....: NACIONAL MATERIAIS ELETRICOS EIRELI ME  
ENDERECO.: AVE 24 DE OUTUBRO 3034 QD 16 LT 04 AEROVIARIO  
062035767508 GOIANIA GO 74435090  
PROCESSO NRO: 4011902504492  
SUJEITO PASSIVO:  
INSCRICAO: 105134074 CPF/CGC.: 14322310000137  
NOME.....: BEIJO SENSUAL MODA INTIMA EIRELI ME  
ENDERECO.: RUA 69 89 QD 160 LT 10 SALA SETOR NORTE FERROVIARIO  
0000000000000 GOIANIA GO 74063340  
PROCESSO NRO: 4011902803643  
SUJEITO PASSIVO:  
INSCRICAO: 105954179 CPF/CGC.: 19902247000121  
NOME.....: O G PHARMA LOGISTICA E DISTRIBUICAO EIRELI - EPP  
ENDERECO.: AVE VILLE 1780 QD 29 LT 15 RESIDENCIAL CENTER VILLE  
0000000000000 GOIANIA GO 74369023  
PROCESSO NRO: 4011902367304  
SUJEITO PASSIVO:  
INSCRICAO: 106065742 CPF/CGC.: 20720982000101  
NOME.....: WL COMERCIO E LOGISTICA EIRELI ME  
ENDERECO.: AVE GOIAS 399 QD AREA LT 2.2 LO SETOR CENTRAL  
062039561293 GOIANIA GO 74005010  
PROCESSO NRO: 4011902748952  
SUJEITO PASSIVO:  
INSCRICAO: 106261460 CPF/CGC.: 21984712000162  
NOME.....: FPS COMERCIO ATACADISTA EIRELI - ME  
ENDERECO.: AVE CENTRAL 123 QD 70 LT 24 TERRE JARDIM NOVA ESPERANCA  
0000000000000 GOIANIA GO 74465100  
PROCESSO NRO: 4011902694682 4011902699056  
SUJEITO PASSIVO:  
INSCRICAO: 106344650 CPF/CGC.: 21477631000176  
NOME.....: YOING TRANSPORTE E COMERCIO - EIRELI - ME  
ENDERECO.: AVE ITALIA 940 QD 13 LT 01 SALA JARDIM EUROPA  
062035731007 GOIANIA GO 74325110  
PROCESSO NRO: 4011902749410  
SUJEITO PASSIVO:  
INSCRICAO: 106452509 CPF/CGC.: 23445173000119  
NOME.....: CHURRASCARIA FAVO DE MEL EIRELI-ME  
ENDERECO.: RUA 87 SN QD F-28 LT 11-E SETOR SUL  
0000000000000 GOIANIA GO 74093300  
PROCESSO NRO: 4011902896390 4011902910482



## SUJEITO PASSIVO:

INSCRIÇÃO: 106591140 CPF/CGC.: 5504353000142  
NOME.....: W&M SILVA COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA  
- ME

ENDEREÇO.: AVE 136 761 QD F44 LT 02E 11. SETOR SUL  
062035731007 GOIANIA GO 74093250

PROCESSO NRO: 4011902748286

## SUJEITO PASSIVO:

INSCRIÇÃO: 106596020 CPF/CGC.: 4043099000160  
NOME.....: VW COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PLÁSTICOS  
LTDA ME

ENDEREÇO.: AVE 136 761 QD F44 LT 2E ANDA SETOR SUL  
062035731007 GOIANIA GO 74093250

PROCESSO NRO: 4011902748103

## SUJEITO PASSIVO:

INSCRIÇÃO: 106617443 CPF/CGC.: 23673868000158  
NOME.....: CHEVEUX SALON EIRELI - ME

ENDEREÇO.: RUA C 244 227 QD 573 LT 20 NOVA SUICA  
062039450023 GOIANIA GO 74280145

PROCESSO NRO: 4011902421520

## SUJEITO PASSIVO:

INSCRIÇÃO: 106793357 CPF/CGC.: 26728330000191  
NOME.....: MANDA BRASA CARNES E CERVEJAS - EIRELI - ME

ENDEREÇO.: RUA C 137 SN QD 317 LT 19 CASA JARDIM  
AMERICA

000000000000 GOIANIA GO 74275060

PROCESSO NRO: 4011902356019

## SUJEITO PASSIVO:

INSCRIÇÃO: 107764369 CPF/CGC.: 34661711000129

NOME.....: J B ATACADISTA LTDA

ENDEREÇO.: AVE CONTORNO 1529 QD 160 LT 02/17 P SETOR  
NORTE FERROVI

000000000000 GOIANIA GO 74063350

PROCESSO NRO: 4011902893880

HELRIKA POLLIANNY TAVEIRA DE OLIVEIRA

Protocolo 165892

PORTARIA N° 0049/2019 - GIEF

## Pessoa Física

O GERENTE DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO- FISCAIS, no uso de suas atribuições legais, especialmente o que determina o artigo 61 da IN n° 946/09-GSF, de 7 de abril de 2009,

## RESOLVE:

Art. 1º. Dar publicidade aos atos de SUSPENSÕES das inscrições no Cadastro de Contribuintes do Estado, das pessoas físicas relacionadas no Anexo Único desta Portaria, tendo em vista sua situação irregular perante o fisco estadual, até a data da emissão dos referidos atos.

Art. 2º. O contribuinte do ICMS que tiver sua inscrição suspensa não pode transitar com mercadoria, sob pena de apreensão da mesma, nem receber autorização para impressão de documentos fiscais ou para autenticação destes e de livros fiscais, sendo que os documentos por ele emitido ou a ele destinados não terão efeito algum, salvo como prova a favor do fisco.

Art. 3º. Os sócios ou titulares de estabelecimento que possuam mais de uma inscrição estadual suspensa ficam impedidos de cadastrar novo estabelecimento ou integrar o quadro social de empresa já inscrita, exceto as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do Art. 9º da Lei Complementar 123/06, até a regularização cadastral das mesmas.

Art. 4º. Ficam os contribuintes com inscrição suspensa notificados a apresentar à Delegacia de sua circunscrição, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação desta Portaria, os documentos de que sejam usuários, dentre os relacionados abaixo:

- I - livros fiscais e contábeis;
- II - documentos fiscais utilizados ou não;
- III - inventários de mercadorias e bens do ativo fixo;
- IV - documentos relativos a despesas e receitas do estabelecimen-

to;

V - Declaração Periódica de Informações - DPI;

VI - comprovantes dos pagamentos do ICMS;

VII - cópias do instrumento constitutivo do estabelecimento e suas alterações;

VIII - relativamente ao estabelecimento autorizado a utilizar Equipamentos Emissores de Cupom Fiscal - ECF's, leitura X e leitura da Memória Fiscal referente a todo o período de utilização dos equipamentos, efetuados na mesma data da sua apresentação ou comunicado, acompanhadas, quando for o caso, do formulário Pedido de Cessação de Uso de Equipamento Emissor de Cupom Fiscal.

Art. 5º. Presumem-se desaparecidos, destruídos, extraviados, inutilizados ou perdidos, decorrente do não atendimento do disposto no artigo anterior, os livros, documentos fiscais e Equipamentos Emissores de Cupom Fiscal - ECF's autorizados para o estabelecimento.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir da data da homologação da suspensão da inscrição.

O Anexo Único contendo a relação dos contribuintes suspensos encontra-se disponível para consulta no site da Secretaria de Estado da Economia ([www.economia.go.gov.br](http://www.economia.go.gov.br)).

CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO GERENTE DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-  
-FISCAIS, em GOIÂNIA - GO, aos 26 dias do mês de dezembro de 2019.

Protocolo 166061

INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 001/2020 - SIF, 28 DE JANEIRO DE 2020.

Altera o Anexo I da Instrução Normativa n° 002/19-SIF que adota valores correntes de mercadorias e serviços para efeito de base de cálculo do ICMS, referente ao grupo que especifica.

O SUPERINTENDENTE DE INFORMAÇÕES FISCAIS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 18 do Decreto n° 4.852, de 29 de dezembro de 1997, Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás - RCTE - e na Portaria n° 126/19-GSE, de 14 de junho de 2019, resolve baixar a seguinte

## INSTRUÇÃO NORMATIVA:

Art. 1º Os grupos "MILHO" e "SORGO" da Pauta de Mercadorias do Anexo I da Instrução Normativa n° 002/19-SIF de 14 de junho de 2019, passaM a vigorar com a redação constante do Anexo Único desta instrução.

Art. 2º Esta instrução entra em vigor no primeiro dia útil subsequente à data de sua publicação.

GABINETE DO SUPERINTENDENTE DE INFORMAÇÕES  
FISCAIS, em Goiânia, aos 28 dias do mês de janeiro de 2020.

ALESSANDRO ALVES FERREIRA  
Superintendente de Informações Fiscais

ANEXO ÚNICO  
"ANEXO I"  
PAUTA DE MERCADORIAS

CÓDIGO	Descrição	Unid	PREÇO EM R\$ OP.INTERNA	PREÇO EM R\$ OP. INTEREST
	AGRICULTURA			
	MILHO			
01453	Milho debulhado - sc 60kg (produtor)	SC	43,20	43,20
00223	Milho debulhado - (produtor)	KG	0,72	0,72
00225	Milho empalhado - balaio (produtor)	UN	18,08	18,08

00224	Milho empalhado - carro (produtor)	UN	637,97	637,97
01141	Milho empalhado (produtor)	T	470,19	470,19
00222	Milho de pipoca (produtor)	KG	0,56	0,56
00226	Milho verde para indústria (produtor)	T	364,86	364,86
01143	Semente de milho (atacado)	KG	11,29	11,29
00227	Resíduo de milho (indústria)	KG	0,54	0,54
01474	Grão de milho oriundo do campo de sementes (produtor)	KG	0,78	0,78

CÓDIGO	Descrição	Unid	PREÇO EM R\$ OP.INTERNA	PREÇO EM R\$ OP. INTEREST
	AGRICULTURA			
	SORGO			
01475	Sorgo em grão (A GRANDEL) - sc 60kg (Preço Produtor)	SC	31,20	31,20
00241	Sorgo em grão (A GRANDEL) - KG (Preço Produtor)	KG	0,52	0,52
00239	Resíduo de sorgo - KG (Preço Indústria)	KG	0,19	0,19
01476	Grão de sorgo oriundo de campo de sementes (Preço Produtor)	KG	2,76	2,76

Protocolo 166066

## Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

### ESTADO DE GOIÁS SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Portaria 024/2020 - SEAPA

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**, no uso de suas atribuições legais, *considerando o disposto no Artigo 51 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que instituiu normas sobre Licitações e Contratos da Administração Pública*,

RESOLVE:

**Art. 1º. INSTITUIR a Comissão Permanente de Licitações - CPL** da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a qual será composta pelos seguintes servidores:

I. Presidente:

**Kleiber Ferreira Veiga**, inscrito no CPF nº 126.057.271-49

II. Membros:

- Viviane da Costa Limírio Cortez, inscrita no CPF nº 467.905.191-49;

- Cláudia Abrão Nogueira, inscrita no CPF nº 014.798.641-96;

- Fernanda Duarte Neiva, inscrita no CPF nº 008.898.701-95;

- Lila Rosa Figueira Soares, inscrita no CPF nº 000.509.901-36;

**Art. 2º.** Compete à Comissão Permanente de Licitações - CPL:

I. Conduzir as sessões públicas das licitações a serem processadas nas modalidades do artigo 22 da Lei nº 8.666/93, bem como receber, examinar e julgar objetivamente todas as propostas e documentações na forma preconizada pelo instrumento convocatório;

II. Analisar e manifestar acerca dos recursos interpostos,

podendo rever suas decisões de ofício ou mediante provocação, encaminhando o recurso devidamente informado à autoridade superior para julgamento;

III. Analisar e julgar impugnações, podendo submetê-las à unidade técnica responsável, para manifestação;

IV. Receber pedidos de esclarecimentos e prestar informações aos interessados, durante a fase externa das licitações;

V. Providenciar a publicação dos atos licitatórios em meio oficial;

VI. Promover a realização de diligências e solicitar pareceres técnicos ou jurídicos para subsídio dos trabalhos da Comissão, em qualquer fase do procedimento licitatório, nos termos dos Arts. 38, inc. VI, e 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93;

VII. Elaborar atos declaratórios de dispensa e inexigibilidade de licitação, conforme dispõe o Art. 33, X, da Lei Estadual nº 17.928/2012; e

VIII. Elaborar editais de licitação, nos termos do Art. 40, § 1º, da Lei nº 8.666/93;

IX. Outras atribuições definidas em legislação específica.

§ 1º - As atividades da Comissão findam com o encerramento da fase de julgamento das propostas, esgotamento da fase recursal, se existente, e remessa do processo à autoridade superior.

§ 2º - A elaboração de termos de referência, projetos básicos e demais projetos complementares, bem como a elaboração de orçamentos estimativos, são responsabilidades exclusivas das áreas requisitantes da contratação, não estando, portanto, entre as atribuições da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 3º. Nas ausências e impedimentos do Presidente da Comissão, o mesmo será substituído pela servidora Viviane da Costa Limírio Cortez, CPF nº 467.905.191-49.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogada a Portaria nº 155/2019-SEAPA, Processo Administrativo nº 201917647001325.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

**GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**, em Goiânia - GO, aos 28 dias do mês de janeiro de 2020.

**ANTONIO CARLOS DE SOUZA LIMA NETO**

Secretário de Estado

Protocolo 166104

### ESTADO DE GOIÁS SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Portaria 025/2019 - SEAPA

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**, no uso de suas atribuições legais,

considerando a necessidade de garantir a continuidade e operacionalidade do processo eletrônico de compras governamentais;

considerando a Lei Federal nº 10.520/2002, que instituiu, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

considerando o Decreto Federal nº 10.024/2019, de 20 de setembro de 2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;

considerando o Decreto Estadual nº 7.468, de 20 de outubro de 2011, que aprovou o regulamento da modalidade de licitação denominada pregão, para a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Estado de Goiás;

RESOLVE:

**Art. 1º - DESIGNAR** os servidores abaixo discriminado para exercerem as funções de Pregoeiros e respectiva Equipe de Apoio, visando a realização dos procedimentos licitatórios na modalidade PREGÃO no âmbito desta Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, observando e cumprindo a legislação





supracitada.

#### I - Pregoeiros:

- 1 - Claudia Abrão Nogueira - CPF n: 014.798.641-96
- 2- Fernanda Neiva Duarte - CPF nº 008.898.701-95
- 3- Kleiber Ferreira Veiga - CPF nº 126.057.271-49
- 4- Lila Rosa Figueira Soares - CPF nº 000.509.901-36

#### II - Equipe de Apoio:

- 1 - Genilse Rodrigues Barbosa - CPF nº 124.593.301-97
- 2 - Viviane da Costa Limirio Cortez - CPF nº 467.905.191-49

**Parágrafo único** - Nas ausências e impedimentos do Pregoeiro indicado no edital de licitação, será o mesmo substituído por outro servidor designado no Art. 1º desta Portaria, o qual terá as mesmas atribuições e prerrogativas do titular.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogada a Portaria nº 154/2019-SEAPA.

#### CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE.

**GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**, em Goiânia - GO, aos 28 dias do mês de janeiro de 2020.

**ANTONIO CARLOS DE SOUZA LIMA NETO**

Secretário de Estado

Protocolo 166109

## AUTARQUIAS

### Agência Goiana de Defesa Agropecuária – AGRODEFESA

#### PORTARIA Nº 28/2020

**O PRESIDENTE DA AGÊNCIA GOIANA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - AGRODEFESA**, no uso de suas atribuições legais e ainda, em face da **Decisão nº 006/2019 - PRES - 06221**, evento nº 9355965 constante do processo nº **201900066002020**.

#### RESOLVE:

**Art. 1º - APLICAR** a servidora **Neiva Alves Lima**, a penalidade administrativa disciplinar de **REPREENSÃO**, por entender que a mesma infringiu o artigo 303 inciso XVI da Lei nº 10.460/88.

**Art. 2º - Absolver** a servidora **Neiva Alves Lima**, por entender que a mesma não infringiu o artigo 303, inciso XXX, da Lei nº 10.460/88 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Goiás.

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

#### CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE.

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA AGENCIA GOIANA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - AGRODEFESA**, em Goiânia, aos 21 dias do mês de Janeiro de 2020.

José Essado Neto  
Presidente da Agrodefesa

Protocolo 165899

### Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes

Portaria 38/2020 - GOINFRA

**O PRESIDENTE DA AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a conclusão da sindicância instaurada para apurar responsabilidade referente à obra de construção do Hospital da Região Noroeste de Goiânia, por meio da Portaria nº 3275/2012 (Processo nº 9332/2005/ SEI 201311867000189) (6080632);

Considerando o Relatório final nº 1/2019 PR-GABIN-PAD-16380 (5981272), da Comissão Permanente Disciplinar nomeada pela Portaria nº 07/2018, em 1º de fevereiro de 2018, designada pela Portaria nº 024/2018 (Evento 1363114);

Considerando os apontamentos do DESPACHO Nº 67/2019 - PR-GABIN-PAD- 16380 (000010783895);

Considerando a necessidade de apuração pormenorizada em investigação preliminar instaurada para este fim, qual seja, uma sindicância, nos termos do art. 327, §2º, da Lei nº 10.460/88, onde

se esclarecerá acerca da individualização das condutas e dos servidores envolvidos, bem como poderá apontar as infrações administrativas supostamente praticadas.

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Convocar a Comissão Permanente de Sindicância criada pela Portaria 345/2019 e alterada composição pela Portaria 12/2020, para realizar as apurações devidas, apontadas no Despacho 67/19-PR-GABIN-PAD (000010783895);

**Art. 2º** Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cumpra-se e Publique-se

Pedro Henrique Ramos Sales

Presidente

Gabinete do <<Cargo do Titular>> do (a) AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES, aos 23 dias do mês de janeiro de 2020.

Protocolo 165932

Portaria 40/2020 - GOINFRA

**O PRESIDENTE DA AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a conclusão da sindicância instaurada para apurar possíveis transgressões disciplinares por servidores na construção do CREDEQ em Aparecida de Goiânia (201511867002499 (SEI) e 154275/15 (CPA));

Considerando o DESPACHO Nº 444/2019 - PR- 06101 (7571801), o qual retornou os autos à Comissão Permanente de Sindicância, com a composição alterada pela Portaria n. 138/2019-GOINFRA, para que fosse realizada nova apuração dos fatos com base nas premissas indicadas no referido Despacho;

Considerando os apontamentos do DESPACHO Nº 68/2019 - PR-GABIN-PAD- 16380 (000010788650);

Considerando a necessidade de aprofundar as apurações preliminares instaurada para este fim, apontando e individualizando condutas, infrações e servidores (celetistas, estatutários, comissionados já não integrantes dos quadros);

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Convocar a Comissão Permanente de Sindicância criada pela Portaria 345/2019 e alterada pela Portaria 12/2020, para realizar as apurações devidas, apontadas no DESPACHO Nº 68/2019 - PR-GABIN-PAD- 16380 (000010788650);

**Art. 2º** Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cumpra-se e Publique-se

Pedro Henrique Ramos Sales

Presidente

Gabinete do <<Cargo do Titular>> do (a) AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES, aos 23 dias do mês de janeiro de 2020.

Protocolo 165935

Portaria 43/2020 - GOINFRA

**O PRESIDENTE DA AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o contido nos autos do Processo SEI nº 201700036000353, DESPACHO Nº 167/2019 - PR-GABIN-CPS-13252 (9983041) e o DESPACHO Nº 18/2020 - PR-PROSET- 06108 (000010900716);

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Alterar a composição da Portaria 219/19 - GOINFRA (SEI 201700036000353), e convocar os seguintes servidores para compor a mesma: **Césio Antunes Dias Junior** (CPF n. 722.608.661-15), **Lazaro Roberto da Silva** (CPF n. 195.936.941-53) e **Emerson Moreira Borges** (CPF n. 624.419.301-68), cabendo ao primeiro a presidência da Comissão.

**Art. 2º** Compete à Comissão realizar o levantamento de elementos fáticos e jurídicos suficientes à:

I - comprovação da ocorrência de dano ao erário;

II - identificação das pessoas físicas ou jurídicas que deram causa



ou concorreram para a ocorrência do dano;  
III - caracterização do nexa causal entre a conduta dos agentes e a ocorrência do dano ao erário;  
IV - quantificação do dano ao erário;  
V - indicação das medidas administrativas para ressarcimento do dano, observados os princípios norteadores dos processos administrativos;  
VI - indicação da aplicação de sanções contratuais (art. 87 da Lei n. 8.666/93);  
VII - apresentação das medidas a serem adotadas para saneamento das irregularidades apontadas.

Art. 4º Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cumpra-se e Publique-se

Pedro Henrique Ramos Sales  
Presidente

Gabinete do <<Cargo do Titular>> do (a) AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES, aos 24 dias do mês de janeiro de 2020.

Protocolo 165946

Portaria 26/2020 - GOINFRA

O Presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores relacionados abaixo para comporem a Comissão do Núcleo Administrativo Estadual, exigida pelo BNDES, e devidamente publicada no Diário Oficial do Estado:

Andrezza Medeiros Teles - Coordenadora Geral  
Riumar dos Santos - Vice-coordenador Geral  
Aloísio Augusto de Almeida Pires - Coordenador Técnico  
Ana Maria Naves Rodovalho - Coordenadora Financeira  
Rafael Zelati Ribeiro - Consultor Técnico  
Gabriela de Val Borges - Consultor Ambiental

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, e revoga os efeitos das Portaria n.º 353/2019, 221/2019 e demais disposições em contrário.

CUMPRA-SE, CIENTIFIQUE-SE E PUBLIQUE-SE.

Pedro Henrique Ramos Sales  
Presidente

Gabinete do Presidente da AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES, aos 21 dias do mês de janeiro de 2020.

Protocolo 165950

Portaria 33/2020 - GOINFRA

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Parecer Técnico nº 026/2019/CGAS/DIETU de 1906/2019 do Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo, Departamento de Infraestrutura Turística; Considerando o Parecer Financeiro nº 1194/2018 da Secretaria Executiva, Diretoria de Administração, Coordenação Geral de Convênios, Coordenação de Análise de Prestação de Contas, do Ministério do Turismo;

Considerando o Processo de Prestação de Contas nº 72000.004814/2008-90, que inscreveu a Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA no CAUC - Serviço Auxiliar de Informações para Transferência Voluntária;

Considerando a Portaria 407/19 - GOINFRA (000010573167), que instaurou Comissão de Tomada de Contas Especial para apurar as irregularidades e dano ao erário na execução, fiscalização e supervisão do Convênio nº SIAF/SICONV nº 700359/2008 junto ao Ministério do Turismo;

Considerando a Ata de Instauração (000010575911), que constatou a inexistência de medidas administrativas prévias à determinação de instauração da Tomada de Contas Especial;

Considerando o requerimento PR-NEJUR-CAS-13263 (000010576437), para cancelamento da Portaria 407/19 - GOINFRA;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria 407/19 - GOINFRA.

Art. 2º Instaurar Comissão para apurar as irregularidades e dano

ao erário na execução, fiscalização e supervisão do Convênio nº SIAF/SICONV nº 700359/2008 junto ao Ministério do Turismo, antes da instauração de tomada de contas especial.

Art. 2º Convocar os seguintes servidores para compor a Comissão: **Luiz Augusto Pimenta Guedes** (CPF n. 283.573.026-53), **Emerson Moreira Borges** (CPF n. 624.419.301-68) e **Maria de Fátima Rosa** (CPF n. 253.181.791-34), cabendo ao primeiro a presidência da Comissão.

Art. 3º Compete à Comissão realizar o levantamento de elementos fáticos e jurídicos suficientes à:

I - comprovação da ocorrência de dano ao erário;

II - identificação das pessoas físicas ou jurídicas que deram causa ou concorreram para a ocorrência do dano;

III - caracterização do nexa causal entre a conduta dos agentes e a ocorrência do dano ao erário;

IV - quantificação do dano ao erário;

V - indicação das medidas administrativas para ressarcimento do dano, observados os princípios norteadores dos processos administrativos;

VI - indicação da aplicação de sanções contratuais (art. 87 da Lei n. 8.666/93);

VII - apresentação das medidas a serem adotadas para saneamento das irregularidades apontadas.

Art. 4º Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cumpra-se e Publique-se

Pedro Henrique Ramos Sales  
Presidente

Gabinete do <<Cargo do Titular>> do (a) AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES, aos 22 dias do mês de janeiro de 2020.

Protocolo 165955

Portaria 39/2020 - GOINFRA

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a conclusão da sindicância instaurada para apurar responsabilidade referente à obra de construção do Hospital da Região Noroeste de Goiânia, por meio da Portaria nº 3275/2012 (Processo nº 9332/2005/ SEI 201311867000189) (6080632);

Considerando o Relatório final nº 1/2019 PR-GABIN-PAD-16380 (5981272), da Comissão Permanente Disciplinar nomeada pela Portaria nº 07/2018, em 1º de fevereiro de 2018, designada pela Portaria nº 024/2018 (Evento 1363114);

Considerando os apontamentos do DESPACHO Nº 67/2019-PR-GABIN-PAD-16380 (000010783895);

Considerando a necessidade de apuração pormenorizada em investigação preliminar instaurada para este fim, onde se esclarecerá eventual ocorrência de dano ao erário.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Comissão para apurar as possíveis irregularidades e/ou dano ao erário apontados no Relatório Conclusivo de Fiscalização de Convênios nº 133/12- GEIN/SCI/CGE elaborado pela Comissão de Auditoria (Portaria nº 6/2012-CGE/GAB) em 08/10/2012, para realização do trabalho de Auditoria Especial, que selecionou por amostragem, o Convênio nº 35/2008-AJ/GAB/SES, firmado entre o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e a Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop), antes da instauração de tomada de contas especial.

Art. 2º Convocar os seguintes servidores para compor a Comissão: **Reginaldo Rosa da Paixão** (CPF n. 825.681.701-15), **Emerson Moreira Borges** (CPF n. 624.419.301-68) e **Maria de Fátima Rosa** (CPF n. 253.181.791-34), cabendo ao primeiro a presidência da Comissão.

Art. 3º Compete à Comissão realizar o levantamento de elementos fáticos e jurídicos suficientes à:

I - comprovação da ocorrência de dano ao erário;

II - identificação das pessoas físicas ou jurídicas que deram causa ou concorreram para a ocorrência do dano;

III - caracterização do nexa causal entre a conduta dos agentes e a ocorrência do dano ao erário;



IV - quantificação do dano ao erário;  
V - indicação das medidas administrativas para ressarcimento do dano, observados os princípios norteadores dos processos administrativos;

VI - indicação da aplicação de sanções contratuais (art. 87 da Lei n. 8.666/93);

VII - apresentação das medidas a serem adotadas para saneamento das irregularidades apontadas.

Art. 4º Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cumpra-se e Publique-se

Pedro Henrique Ramos Sales

Presidente

Gabinete do <<Cargo do Titular>> do (a) AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES, aos 23 dias do mês de janeiro de 2020.

Protocolo 165956

Portaria 41/2020 - GOINFRA

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o contido nos autos do Processo SEI nº 201511867002499, RELATÓRIO FINAL Nº 2 / 2019 PR-GABIN-PAD- 16380 (6264178) e o DESPACHO Nº 68/2019 - PR-GABIN-PAD- 16380 (000010788650) ambos da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar desta Autarquia que apontou a necessidade de apurar responsabilidade referente às irregularidade apontadas na licitação para complementação da obra de construção do Centro de Referência e Excelência em Dependência Química - CREDEQ, de Aparecida de Goiânia - Concorrência nº 138/2015-PR-NELIC;

Considerando a necessidade de apuração permenorizada em investigação preliminar instaurada para este fim, onde se esclarecerá eventual ocorrência de dano ao erário.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Comissão para apurar as possíveis irregularidades e/ou dano ao erário apontados na licitação para complementação da obra de construção do Centro de Referência e Excelência em Dependência Química - CREDEQ, de Aparecida de Goiânia - Concorrência nº 138/2015-PR-NELIC, antes da instauração de tomada de contas especial.

Art. 2º Convocar os seguintes servidores para compor a Comissão: **Reginaldo Rosa da Paixão** (CPF n. 825.681.701-15), **Emerson Moreira Borges** (CPF n. 624.419.301-68) e **Maria de Fátima Rosa** (CPF n. 253.181.791-34), cabendo ao primeiro a presidência da Comissão.

Art. 3º Compete à Comissão realizar o levantamento de elementos fáticos e jurídicos suficientes à:

I - comprovação da ocorrência de dano ao erário;

II - identificação das pessoas físicas ou jurídicas que deram causa ou concorreram para a ocorrência do dano;

III - caracterização do nexa causal entre a conduta dos agentes e a ocorrência do dano ao erário;

IV - quantificação do dano ao erário;

V - indicação das medidas administrativas para ressarcimento do dano, observados os princípios norteadores dos processos administrativos;

VI - indicação da aplicação de sanções contratuais (art. 87 da Lei n. 8.666/93);

VII - apresentação das medidas a serem adotadas para saneamento das irregularidades apontadas.

Art. 4º Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cumpra-se e Publique-se

Pedro Henrique Ramos Sales

Presidente

Gabinete do <<Cargo do Titular>> do (a) AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES, aos 23 dias do mês de janeiro de 2020.

Protocolo 165963

Portaria 55/2020 - GOINFRA

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o Despacho nº 165/2019 - PR-GABIN-CPS-13252 (9980213);

Considerando o Despacho nº 3/2020 - PR-GABIN-CPS-13252 (000011188646);

Considerando que, de fato, como exposto no citado Despacho da Comissão Permanente de Sindicância, não cabe àquela comissão atuar em processos administrativos para apurar sanções a empresas supostamente transgressoras;

Considerando que a Portaria 146/2019 - GOINFRA (8263452 - SEI 201800036011655) não determinou que o processamento se desse pela Comissão Permanente de Sindicância, mas por comissão específica ali composta que, por acaso, continha os mesmos servidores que formavam aquela Comissão Permanente.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a composição da Portaria 146/19 - GOINFRA, substituindo os membros que deverão compor a mesma por: Luiz Augusto Pimenta - CPF n. 283.573.026-53, Lázaro Roberto da Silva - CPF n. 195.936.941-53, e Maria de Fátima Rosa - CPF n. 253.181.791-34, cabendo ao primeiro a presidência da Comissão.

Art. 2º Alterar o prazo fixado no Art. 4º da Portaria 350/19 - GOINFRA (9821758), concedendo a prorrogação de prazo por mais 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

CUMpra-SE e PUBLIQUE-SE.

Pedro Henrique Ramos Sales

Presidente

Gabinete do do Presidente (a) AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES, aos 27 dias do mês de janeiro de 2020.

Protocolo 166101

Portaria 54/2020 - GOINFRA

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Ofício nº 2477 SERV-PUBLICA/19 (000010436956);

Considerando o Despacho nº 55/2020 - PR-PROSET-06108 (000011176939);

Considerando possíveis irregularidades no desaparecimento do processo de autos nº 001214/09 diante informação obtida pelo Sr. Jayme Eduardo Rincón, ex-Presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância para apuração da suposta irregularidade apontada, quanto ao desaparecimento do processo de autos nº 001214/09;

Art. 2º Convocar a Comissão Permanente de Sindicância para realizar as apurações devidas, por meio de seus membros, nos termos da Portaria nº 12/2020 - GOINFRA.

Art. 3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cumpra-se e Publique-se

Pedro Henrique Ramos Sales

Presidente

Gabinete do Presidente do (a) AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES, aos 27 dias do mês de janeiro de 2020.

Protocolo 166103

Portaria 53/2020 - GOINFRA

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Ofício nº 2477 SERV-PUBLICA/19 (000010436956);

Considerando o Despacho nº 55/2020 - PR-PROSET-06108

(000011176939);

Considerando o Despacho nº 2/2020 - DFI-06103, o qual relata não ter sido verificado o ressarcimento ao erário pela empresa CCL - Comércio Construtora e Locadora Ltda., no que diz respeito à devolução do valor de R\$ 551.448,83, recebido indevidamente pela empresa.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo para apurar o cumprimento do acordo rescisório por parte da empresa CCL - Comércio Construtora e Locadora Ltda., no que diz respeito à devolução do valor de R\$ 551.448,83, recebido indevidamente por aquela empresa.

Art. 2º Convocar os seguintes servidores para compor a Comissão: Emerson Moreira Borges (CPF n. 624.419.301-68); Césio Antunes Dias Júnior (CPF n. 722.608.661-15); e Maria de Fátima Rosa (CPF n. 253.181.791-34), cabendo ao primeiro a presidência da Comissão.

Art. 3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE.

Pedro Henrique Ramos Sales  
Presidente

Gabinete do Presidente do (a) AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES, aos 27 dias do mês de janeiro de 2020.

Protocolo 166106

Portaria 32/2020 - GOINFRA

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor do Despacho nº 368/2019 - OR-GEORO-06133 (7570099) com a informação de que a comissão designada pela Portaria n. 213/2018 (SEI 4226808) não tomou conhecimento do teor da referida portaria, a qual determinou a instauração de Tomada de Contas Especial para averiguar os motivos da paralisação de obras em rodovias estaduais;

Considerando o teor do Despacho nº 1138/2019 - PR-PROSET-06108 (000010606838) com orientação para indicação de membros para compor a comissão pela Presidência, e elaboração de portaria em decorrência do lapso temporal decorrido desde a primeira solicitação para instauração de Tomada de Contas Especial.

Considerando os fatos apontados no Relatório de Auditoria de Regularidade n. 01/2018 - SERV-INFRA do Tribunal de Contas do Estado (SEI 201800036003243), apurando irregularidades acerca das obras de construção de rodovias contratadas pela AGETOP, que não se encontravam em andamento e apontando indícios de responsabilidade das seguintes empresas contratadas:

- 1-GO-217, trecho: Maripotaba/Entr. BR-060 - **Terra Forte Ltda.**;
- 2-GO-336, trecho: Crixás/Nova Crixás (Estaca 950/Estaca 2050) - **Construtora Ingá**;
- 3-GO-132, trecho: Colinas do Sul/Minaçu - **Egesa S/A**;
- 4- GO-174, trecho: Diorama/Entr. GO-326 (Montes Claros de Goiás) - **Terra Forte Ltda.**;
- 5- GO-239, trecho: Entr. GO-164/ Divisa GO/MT (Bandeirantes) - **Unidas Engenharia Ltda.**

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o inciso I da Portaria 213/18 complementando-o com a determinação de que a presente Tomada de Contas Especial deverá apurar eventuais irregularidades e dano ao erário decorrentes das obras de construção de rodovias que ficaram paralisadas e/ou que não estão em andamento, e a responsabilidade das empresas contratadas: GO-217, trecho: Maripotaba/Entr. BR-060 - **Terra Forte Ltda.**; GO-336, trecho: Crixás/Nova Crixás (Estaca 950/Estaca 2050) - **Construtora Ingá**; GO-132, trecho: Colinas do Sul/Minaçu - **Egesa S/A**; GO-174, trecho: Diorama/Entr. GO-326 (Montes Claros de Goiás) - **Terra Forte Ltda.**; GO-239, trecho: Entr. GO-164/ Divisa GO/MT (Bandeirantes) - **Unidas Engenharia Ltda.**

Art. 2º Alterar a composição da Comissão, convocando os seguintes servidores: **Leonardo Petraglia (Presidente)**; **Raimundo Nonato Vidal Guimarães (Vice-Presidente)**; **Emerson Moreira Borges (Secretário)**.

Art. 3º Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos em observância à Resolução Normativa n. 16/2016-TCE/GO e dos procedimentos legais pertinentes.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE.

Pedro Henrique Ramos Sales  
Presidente

Gabinete do <<Cargo do Titular>> do (a) AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES, aos 22 dias do mês de janeiro de 2020.

Protocolo 166111

## Departamento Estadual de Transito – DETRAN

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020

O Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Goiás - DETRAN/GO torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, modalidade Pregão Eletrônico, cujo Edital poderá ser retirado através dos "sites" [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br) e [www.detran.go.gov.br](http://www.detran.go.gov.br), conforme abaixo, na forma da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520/2002, bem como, Leis Estaduais nº 17.928/2012 e 18.989/2015, Decreto Estadual nº 7.466/11 e Decreto Estadual nº 7.468/11.

PROCESSO	201900025060425
PREGÃO ELETRÔNICO	001/2020
OBJETO	fornecimento de gêneros alimentícios (café e açúcar), por um período de 12 (doze) meses, com entregas mensais, para atender o Detran/GO - Sede, Ciretrans e Vapt-Vupt's da Capital e do Interior.
DATA DE ABERTURA	11/02/2020
HORÁRIO	09:00 HORAS
VALOR	R\$ 192.978,00

Goiânia, 27 de janeiro de 2020. **Suzete Maire Caetano Pregoeira/DETRAN-GO**

Protocolo 165976

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO A CONVÊNIO

**PROCESSO:** 201900036011644; **ASSUNTO:** Termo Aditivo de alteração da Cláusula Segunda do Convênio nº 009/2015; **PARTES:** ESTADO DE GOIÁS, representado pela PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, com interveniência da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, via POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS-PM/GO, o DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE GOIÁS-DETRAN/GO e a AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES- GOINFRA.

Protocolo 166093

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA PENALIDADE

O Departamento Estadual de Trânsito de Goiás, em conformidade com as competências estabelecidas na Lei 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e demais regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, especialmente as Resoluções 299/2008 e 619/2016, com a redação vigente, tendo em vista que os autos de infração foram considerados regulares e consistentes, considerando que não foi interposta defesa da autuação dentro do prazo legal ou que estes foram indeferidos ou não conhecidos, tendo sido cumprido o estabelecido no inciso II, parágrafo único, artigo 281 do CTB, NOTIFICA DA PENALIDADE de Multa referente à infração de trânsito, os proprietários dos veículos ou condutores infratores constantes no(s) Edital(ais) da(s) publicação(ões) nº 39/2020. O pagamento da multa poderá ser efetuado até a data do vencimento expressa na notificação, por 80% (oitenta por cento) do seu valor total. Poderá ser interposto RECURSO perante a Junta Administrativa de Recursos de Infrações do DETRAN/GO (JARI), até a data limite prevista neste Edital, devendo, para tanto, apresentar requerimento devidamente preenchido de forma legível e assinado, acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos: a) cópia do



auto de infração, ou desta notificação, ou de documento que conste a placa do veículo e o número do auto de infração; b) cópia da CNH ou outro documento de identificação oficial que comprove a assinatura do requerente ou procurador, se pessoa jurídica, documento que comprove a representação; c) procuração quando for o caso; d) cópia do CRLV; e) original e/ou cópia de outros documentos que possam fazer prova ou colaborar para o esclarecimento dos fatos alegados. O recurso deverá constar somente um auto de infração como objeto.

**FORMULÁRIOS E ENDEREÇOS:** Os formulários poderão ser retirados em qualquer Unidade do Vapt Vupt ou pelo sítio [www.detran.go.gov.br](http://www.detran.go.gov.br) e poderão ser encaminhados, no prazo estabelecido, via remessa postal para o endereço do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás, sito à Av. Atílio Correia Lima, nº 1.875, Cidade Jardim, Goiânia-GO. CEP 74.425.901, ou entregues em qualquer de suas Unidades Vapt Vupt de Goiânia/Go ou de cidades do interior do Estado de Goiás.

**INFRAÇÕES:** A lista de autos de infração está disponível em [www.detran.go.gov.br](http://www.detran.go.gov.br). O padrão de sequência de identificação dos dados das infrações encontrados no sítio do DETRAN/GO é: placa, número do auto de infração, data da infração, código da infração/desdobramento, valor da multa e data de vencimento da notificação (data limite).

Goiânia, 28 de Janeiro de 2020  
Marcos Roberto Silva  
Presidente do DETRAN/GO

Protocolo 165874

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA AUTUAÇÃO

O Departamento Estadual de Trânsito de Goiás, em conformidade com as competências estabelecidas na Lei 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e demais regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, especialmente as Resoluções 299/2008 e 619/2016, com a redação vigente, tendo em vista que os autos de infração foram considerados regulares e consistentes, tendo sido cumprido o estabelecido no inciso II, parágrafo único, do artigo 281 do CTB, NOTIFICA DA AUTUAÇÃO, os proprietários e/ou infratores dos veículos relacionados no(s) Edital(ais) da(s) publicação(ões) nº 38/2020, podendo ser interposta a DEFESA DA AUTUAÇÃO até a data indicada no mesmo edital, em qualquer Unidade do Vapt Vupt de Goiânia/GO ou do interior do Estado de Goiás ou no DETRAN/GO sede e CIRETRANS devendo, para tanto, apresentar requerimento devidamente preenchido de forma legível e assinado, acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos: a) cópia do auto de infração, ou desta notificação, ou de documento que conste a placa do veículo e o número do auto de infração; b) cópia da CNH ou outro documento de identificação oficial que comprove a assinatura do requerente ou procurador, se pessoa jurídica documento que comprove a representação; c) procuração quando for o caso; d) cópia do CRLV; e) original e/ou cópia de outros documentos que possam fazer prova ou colaborar para o esclarecimento dos fatos alegados. A defesa deverá ter somente um auto de infração como objeto. IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR INFRATOR: 1) Caso o proprietário do veículo não seja o infrator, nos termos do art. 257 do CTB, poderá identificá-lo ao DETRAN/GO, até a data limite prevista neste Edital. Para tanto deverá preencher formulário próprio (disponível em [www.detran.go.gov.br](http://www.detran.go.gov.br)) acompanhado dos seguintes documentos: CONDUCTOR INFRATOR: a) cópia reprográfica legível do documento de habilitação quando habilitado e/ou documento de identificação oficial. b) para condutor estrangeiro, além dos documentos previstos no item anterior, anexar comprovante da data de entrada no Brasil. PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO: c) cópia reprográfica legível do documento de identificação oficial com fotografia e assinatura; d) cópia do CRLV; e) se o proprietário ou o condutor infrator possuir um representante legal, este deverá juntar o documento que comprove a representação (contrato social, procuração etc) e documento oficial de identificação com assinatura e foto; f) se o proprietário for pessoa jurídica e não tenha sido possível a coleta da assinatura do condutor infrator, além dos documentos previstos nos itens anteriores, deverá ser anexado ao formulário cópia de documento em que conste cláusula de responsabilidade por infrações cometidas pelo condutor e comprovante da posse do veículo no momento do cometimento da infração; g) se o proprietário é Órgão ou Entidade Pública, e não tenha sido possível a coleta da assinatura do condutor infrator, além dos documentos previstos nos itens anteriores, deverá ser anexado ao formulário, o Ofício do representante legal do Órgão ou Entidade identificando o condutor infrator, acompanhado de cópia de documento que

comprove a condução do veículo no momento da infração. 2) Tratando-se de veículo de propriedade de pessoa jurídica ou leasing, será obrigatória a identificação do condutor infrator, sob pena de, não o fazendo, incorrer nas consequências definidas nos §§ 7 e 8 do art. 257 do Código de Trânsito Brasileiro CTB. 3) A indicação do condutor infrator somente será acatada e produzirá efeitos legais se o formulário estiver corretamente preenchido, sem rasuras, com as assinaturas originais do condutor e proprietário do veículo, não estiver faltando os documentos solicitados, o requerente tiver legitimidade e não estiver fora do prazo. O requerente é responsável penal, cível e administrativamente pela veracidade das informações e dos documentos fornecidos.

**FORMULÁRIOS E ENDEREÇOS** - Os formulários poderão ser retirados em qualquer Unidade do Vapt-Vupt ou pelo sítio [www.detran.go.gov.br](http://www.detran.go.gov.br) e poderão ser encaminhados, dentro do prazo estabelecido pelo DETRAN/GO, via remessa postal para o endereço do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás, por meio do DETRAN da Unidade da Federação em que ocorreu a infração, ou entregue em qualquer de suas Unidades Administrativas existentes no território nacional (endereços e telefones podem ser obtidos no sítio [www.detran.go.gov.br](http://www.detran.go.gov.br)).

**INFRAÇÕES:** A lista de autos de infração está disponível em [www.detran.go.gov.br](http://www.detran.go.gov.br). O padrão de sequência de identificação dos dados das infrações encontrados no sítio do DETRAN/GO é: placa, número do auto de infração, data da infração, código da infração/desdobramento, data de vencimento da notificação(data limite).

Goiânia, 28 de Janeiro de 2020  
Marcos Roberto Silva  
Presidente do DETRAN/GO

Protocolo 165877

## Universidade Estadual de Goiás – UEG

#### EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO

**Processo nº:** 202000020000413. **Notificação nº** 6/2020 - GERCONT. **Notificado:** COMERCIAL MORIÁ EIRELI EIRELI - ME, CNPJ: 28.188.723/0001-85. **Objeto:** notificação para apresentação de defesa prévia. **Prazo:** 10 (dez) dias úteis, a contar desta publicação. Comissão Permanente de Processo Administrativo Sancionador. Anápolis - GO. 28 de janeiro de 2020. Leandro do Nascimento Rodrigues. Presidente da Comissão (Portaria nº 299/2019 - UEG).

Protocolo 165962

#### EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO

**Processo nº:** 201800020010642. **Notificação nº** 86/2020 - GERCONT. **Notificado:** Verplan Construtora LTDA - ME, CNPJ: 18.984.774/0001-60. **Objeto:** notificação para apresentação de defesa prévia. **Prazo:** 10 (dez) dias úteis, a contar desta publicação. Comissão Permanente de Processo Administrativo Sancionador. Anápolis - GO. 28 de janeiro de 2020. Leandro do Nascimento Rodrigues. Presidente da Comissão (Portaria nº 299/2019 - UEG).

Protocolo 165978

### UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 01/2019

**Espécie:** Convênio nº 001/2019. Processo SEI nº 201900020012706. **Participes:** Universidade Estadual de Goiás (UEG) e o Estado de Goiás por meio da Secretaria de Estado da Administração (SEAD). **Objeto:** propiciar aos(as) discentes de cursos de graduação da UEG, regularmente matriculados e com frequência efetiva, a realização de estágios no Estado de Goiás. **Data de assinatura/início da vigência:** 08/11/2019. **Encerramento da vigência:** 07/11/2024.

**Edilair Rosália Rezende**

Coordenadora de Convênios - Portaria nº 85/2020 - UEG.

Protocolo 166055

#### EXTRATO DE CONTRATO

**Processo nº:** 201900020010052. **Identificação do Instrumento:** Contrato nº 001/2020. **Partes:** Contratada - Universidade Estadual de Goiás, CNPJ nº 01.112.580/0001-71, Contratante - Instituto Brasil de Ciência & Tecnologia Ltda, CNPJ nº 03.512.190/0001-14. **Objeto do Contrato:** Prestação de serviços de registro, apostilamento e complementação de habilitação de Diplomas dos acadêmicos dos cursos

de Graduação expedidos pelo Instituto Brasil de Ciência & Tecnologia Ltda. **Data de Assinatura do Contrato:** 28/01/2020. **Vigência:** Início: 28/01/2020. **Fim:** 27/01/2025. **Anápolis, 28 de janeiro de 2020.** Setor de Contratos da Universidade Estadual de Goiás.

Protocolo 166029

#### AVISO DE LICITAÇÃO

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020 PROCESSO Nº: 201900020007242 ÓRGÃO:** UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG. **TIPO:** MAIOR OFERTA. **DATA DE ABERTURA:** 12/02/2020 às 13h30. **LOCAL DE ABERTURA:** UEG Unidade Universitária de Itaberaí, situado Avenida Eixo Norte Sul, Quadra 36-A, Setor Alto da Bela Vista, Itaberaí - GO, CEP 76630-000. **OBJETO:** Outorga de concessão onerosa de uso de espaço físico com área de 9,71 m<sup>2</sup>, destinado à instalação de uma Central de Cópias para a exploração dos serviços de fotocópias em geral, impressão, plastificação, digitação e encadernação, podendo ainda oferecer materiais de papelaria, revistaria e livraria, na UEG Unidade Universitária de Itaberaí. **VALOR MÍNIMO MENSAL: R\$ 150,35 (Cento e cinquenta reais e trinta e cinco centavos).** O Instrumento Convocatório e seus Anexos se encontram à disposição dos interessados nos sites [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br), [www.ueg.br](http://www.ueg.br), na UEG Unidade Universitária de Itaberaí e no Sistema Eletrônico de Informações [www.sei.goias.gov.br](http://www.sei.goias.gov.br) (para usuários cadastrados).

**COORDENAÇÃO GERAL DE AQUISIÇÕES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**, aos 28 dias de janeiro de 2020.

**César Walmor da Silva Leidens**  
Coordenador Geral

Protocolo 165977

## FUNDAÇÕES

### Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG

#### RETIFICAÇÃO I

O Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG, no uso de suas atribuições legais e conforme Despacho nº 94/2020 - DIRCIE- 09752, Processo nº 201910267000234, **retifica** a Chamada Pública 04/2019 - AUXÍLIO À PESQUISA COLABORATIVA FAPEG-FAPESP - no seguinte item: 8. CRONOGRAMA, Onde se lê: FAPEG

ATIVIDADES	DATAS
Anúncio da Chamada nas páginas da FAPESP e FAPEG	18/09/2019
Data limite para submissão das propostas à FAPESP e à FAPEG	01/11/2019, às 23:59
Resultado preliminar -apenas para FAPEG	A partir de 31/01/2020
Interposição de recurso administrativo do resultado preliminar -apenas para FAPEG	Prazo de 05 (cinco) dias úteis após a divulgação preliminar das propostas não aprovadas
Divulgação do resultado final	A partir de 06/04/2020

**Leia-se:**  
FAPEG

ATIVIDADES	DATAS
Anúncio da Chamada nas páginas da FAPESP e FAPEG	18/09/2019
Data limite para submissão das propostas à FAPESP e à FAPEG	01/11/2019 às 23:59
Divulgação do resultado final	06/04/2020
Interposição de recurso administrativo do resultado - apenas para FAPEG	Prazo de 05 (cinco) dias úteis após a divulgação preliminar das propostas não aprovadas

Goiânia, 24 de janeiro de 2020.

Protocolo 165879

## PARAESTATAIS - SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

### Agência Goiana de Habitação – AGEHAB

AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A - AGEHAB  
CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores Acionistas da Agência Goiana de Habitação S/A - AGEHAB convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a se realizar no dia 05 de fevereiro de 2020, quarta-feira, às 10:00 horas, na sala de reuniões da Presidência da AGEHAB, situada em sua sede localizada à Rua 18-A, nº 541, Setor Aeroporto, nesta Capital, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

I - Reforma do estatuto social da companhia, a fim realocar determinadas competências da Diretoria Executiva entre os seus membros e suas atribuições individuais.

II - Demais temas de interesse da sociedade.

Goiânia, 24 de janeiro de 2020.

Eurípedes José do Carmo  
Presidente da AGEHAB

Representante da Diretoria Executiva

Protocolo 165408

#### EXTRATO DO CONTRATO

Processo nº 2019.01031.001680-20

Modalidade de Licitação: Licitação Presencial nº 004/2019

Identificação do Termo: Contrato Nº 001/2020

Objeto: Prestação de serviços no desenvolvimento de projetos de engenharia civil, como: topografia, terraplenagem, patamarização, pavimentação, drenagem pluvial, incluindo bacia de retenção/detenção e ensaios (geotécnicos e hidrológicos) para o Setor Residencial Zilda Arns - Goiânia - Goiás.

Contratante: **AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A - AGEHAB**  
CNPJ nº: 01.274.240/0001-47

Contratada: **PIMENTEL ENGENHARIA E LOCAÇÕES EIRELI - ME**  
CNPJ nº: 26.760.068/0001-62

Valor do contrato: 71.571,50 (setenta e um mil quinhentos e setenta e um reais e cinquenta centavos).

Prazo de vigência: 12 (doze) meses.

Recursos Financeiros: Recursos do termo de repasse nº 0352781-82/2011/Ministério das Cidades/Caixa

Data da assinatura: 28 de janeiro de 2020.

Sujeição à Legislação vigente: § 2º da Lei federal Nº 13.303/16 e art. 134 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Agência Goiana de Habitação.

Protocolo 166045

### Centrais de Abastecimento de Goiás S/A – CEASA

#### EXTRATO

Processo nº: **201900057001544**

Contratante: **CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS S/A (CEASA-GO).**

Contratado: **PRTE TECNOLOGIA E SOLUÇÕES.**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVER UM SISTEMA DE SOFTWARE DE PLATAFORMA TECNOLÓGICA PARA O MAPA DO ABASTECIMENTO DA CEASA-GO.**

Prazo: **60 (sessenta) dias, contados a partir de 27 de dezembro de 2019.**

Valor total: **R\$ 36.800,00 (trinta e seis mil e oitocentos reais).**

Dotação Orçamentária: **Própria da CEASA-GO.**

Fundamentação Legal: **Lei Federal 13.303/16.**

Protocolo 165992

### Companhia De Desenvolvimento Econômico De Goiás – CODEGO

#### PORTARIA Nº 009 /2020 - PRES. - CODEGO

O PRESIDENTE DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS - CODEGO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei das Estatais nº 13.303/2016, Lei Federal



nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 5.450/2005, Decreto Estadual nº 7.468/2011, aplicando-se, no que couber, as Leis Estaduais nº 17.928/12, e nº 18.989/15, e Lei Federal nº 8.666/1993, e alterações posteriores.

#### RESOLVE:

**Art. 1º - Constituir** a Comissão Permanente de Licitação, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações, no âmbito desta empresa, de acordo com as normas estatuídas nas leis e nos dispositivos regulamentadores da matéria.

**Art. 2º- DESIGNAR** os funcionários abaixo mencionados para comporem a Comissão Permanente de Licitação, a saber:

- **ANALBERGA MORAIS DA SILVA** - Bacharel em Direito, Contabilista, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, regido pela CLT - matrícula nº 118 - CPF nº 547.958.181-34, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

- **JÉSSICA ARAÚJO BATISTA** - Estudante de Direito, ocupante do cargo de Coordenador (a) de área, regido pela CLT - matrícula nº - 1018 CPF 375.095.698.77 membro titular.

- **RENATA DE AMORIM BENEVIDES SANTOS** - Curso Bacharel Em Direito, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, regido pela CLT - matrícula nº 979 943.699.761-20 membros titular.

- **JÚLIO CÉSAR NÉRI** - Estudante de Direito - ocupante do cargo Assistente de gestão Administrativa, regido pela CLT- matrícula- nº1053 CPF 282.792.711-04 membro titular.

- **JANARA DE FIGUEIREDO TELES** - Ocupante do cargo de advogado regido pela CLT- matrícula- nº 856 CPF 043.089.511-94 membro titular.

- **LUIZ ANTONIO TOLEDO** - ocupante do cargo de Gerente de patrimônio matrícula- nº998 CPF 049.447.981.-72 membro suplente.

- **MARIA MÁRCIA DA SILVEIRA E SILVA** - Bacharel em gestão de departamento pessoal, matrícula- ocupante do cargo de gerente de recursos humanos matrícula- nº1040 membro suplente. CPF 278.306.081-72 membro suplente.

**Art. 3º - DESIGNAR** para atuarem como pregoeiras as funcionárias Analberga Moraes da Silva, Jéssica Araújo Batista, Renata de Amorim Benevides Santos

**Art. 4º - DETERMINAR** que os membros suplentes substituam os membros titulares sempre que convocados pela presidência da CPL.

**Art. 5º - DETERMINAR** que os membros da comissão Permanente de Licitação atuem como Equipe de Apoio nos processos licitatórios, na modalidade Pregão.

**Art. 6º - DETERMINAR** que em sua ausência e impedimento legal a presidente seja substituída por um dos membros titulares.

**Art. 7º - REVOGADAS** as disposições em contrário, considerar a presente Portaria em vigor a partir desta data.

#### PUBLICA-SE E CUMpra-SE.

GABINETE DO PRESIDENTE DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS - CODEGO, aos 23 dias do mês de janeiro de 2020.

Marcos Ferreira Cabral  
Presidente

Protocolo 166015

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS - CODEGO.

Contratada: BEDA & OLIVEIRA COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - CNPJ nº 33.872.928/0001-15.

Processo nº 021.01/2020 - SEI Nº 202010216000011.

Valor Dispensável n.º 008/2020 - CONTRATO Nº 010/2020.

Valor: R\$ 26.836,00 - Fonte de Recursos: Próprios.

Objeto: Contratação de empresa para confecção e instalação de Banners e Letras Caixas para identificação de fachadas dos prédios administrativos e estruturas de identificação do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) e prédio-sede, pertencentes à CODEGO. Vigência: 60 (sessenta) dias - Data da assinatura: 28/01/2020.

Forma de Pagamento: No prazo de até 30(trinta) dias corridos, após a data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

Goiânia, 28 de janeiro de 2020.

Protocolo 166112

#### EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL.

DISTRATANTES: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS - CODEGO e CONSTRUTORA GOLDMAN EIRELI - CNPJ nº 17.405.787/0001-74 - Processo nº 360.12/2019 - SEI Nº 201910216000210 - PE Nº 018/2019 - Contrato nº 004/2020. Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços comuns de engenharia de desassoreamento da Lagoa de Captação de Água Bruta e do Reservatório de Regularização de Vazão do Distrito Agroindustrial de Anápolis - DAIA.

Fundamentação Legal: artigo 116, inciso VII do Regulamento de Licitações e Contratos da CODEGO, bem como Cláusula Oitava do Contrato nº 004/2020, por razões de interesse público, devidamente justificadas, de modo que conferem, neste mesmo ato, ampla, geral e irrestrita quitação, nada mais havendo a reclamar em relação ao Contrato ora rescindido, ressalvado procedimento administrativo para averiguar responsabilidades. Data da assinatura: 24/01/2020.

Protocolo 165959

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Licitação destinada à Livre Concorrência

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás - CODEGO, com sede na Avenida 85, nº 1.593, esq. com Al. Ricardo Paranhos, Setor Marista - Goiânia-GO - CEP: 74.160-010, por meio da Pregoeira, torna público aos interessados que fará realizar, em sessão pública, através do site [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br), o procedimento licitatório, abaixo relacionado, com Recursos Próprios, conforme segue:

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2020

PROCESSO nº 020.01/2020 - SEI Nº 202010216000010

Tipo: MENOR PREÇO (POR ITEM) - VALOR R\$ 887.088,55

OBJETO: Contratação de empresa para serviços comuns de engenharia para fornecimento de materiais e mão de obra para execução dos serviços de construção de abrigos para parada de ônibus no Eixo Principal (GO-330) do Distrito Agroindustrial de Anápolis - DAIA.

DATA DE ABERTURA: 11/02/2020, às 09h00 (nove horas);

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados nas páginas: [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br) e [www.codego.com.br](http://www.codego.com.br) e as informações adicionais poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitação, Telefone: (62) 3604-3104.

Goiânia, 28 de janeiro de 2020.

RENATA DE AMORIM BENEVIDES SANTOS

Pregoeira

Protocolo 165894

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Licitação destinada à Participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás - CODEGO, com sede na Avenida 85, nº 1.593, esq. com Al. Ricardo Paranhos, Setor Marista - Goiânia-GO - CEP: 74.160-010, por meio da Pregoeira, torna público aos interessados que fará realizar, em sessão pública, através do site [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br), o procedimento licitatório, abaixo relacionado, com Recursos Próprios, conforme segue:

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2020

PROCESSO nº 011.01/2020 - SEI Nº 202010216000007

Tipo: MENOR PREÇO (POR ITEM) - VALOR R\$ 10.373,33

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de catracas eletrônicas para controle de acesso, com coletas de informações de entrada e saída promovendo monitoramento do ambiente, para o uso na sede desta Companhia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

DATA DE ABERTURA: 12/02/2020, às 09h00 (nove horas);

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados nas páginas: [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br) e [www.codego.com.br](http://www.codego.com.br) e as informações adicionais poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitação, Telefone: (62) 3604-3104.

Goiânia, 28 de janeiro de 2020.

RENATA DE AMORIM BENEVIDES SANTOS

Pregoeira

Protocolo 165895



## Metrobus Transporte Coletivo S/A

PROCESSO: 201900349  
ASSUNTO: 1º Termo de Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 062/19  
OBJETO: Fornecimento de Motor de Partida  
CONTRATANTE: Metrobus Transporte Coletivo S/A  
CONTRATADA: Total Partner Business Eireli  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente instrumento será até a conclusão do novo certame licitatório ou até o exaurimento do saldo financeiro, o que ocorrer primeiro.  
ASSINATURA: 23/01/20  
NORMA LEGAL: - Pregão Eletrônico nº 031/19 -Baseado na Lei nº 13.303/16  
SIGNATÁRIOS: Paulo César Reis, Miguel Elias Hanna - Metrobus e Rogerio Casemiro -Total Partner Business Eireli  
Paulo César Reis  
Diretor Presidente

Protocolo 166059

PROCESSO: 201900387  
ASSUNTO: 1º Termo de Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 056/19  
OBJETO: Fornecimento de Amortecedores (sistema de suspensão)  
CONTRATANTE: Metrobus Transporte Coletivo S/A  
CONTRATADA: Total Partner Business Eireli  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente instrumento será até a conclusão do novo certame licitatório ou até o exaurimento do saldo financeiro, o que ocorrer primeiro.  
ASSINATURA: 24/01/20  
NORMA LEGAL: - Pregão Eletrônico nº 026/19 -Baseado na Lei nº 13.303/16  
SIGNATÁRIOS: Paulo César Reis, Miguel Elias Hanna- Metrobus e Rogerio Casemiro-Total Partner Business Eireli  
Paulo César Reis  
Diretor Presidente

Protocolo 166060

PROCESSO: 201900377  
ASSUNTO: 1º Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 055/19  
OBJETO: Fornecimento de Peças Para o Sistema de Ar Comprimido  
CONTRATANTE: Metrobus Transporte Coletivo S/A  
CONTRATADA: Total Partner Business Eireli  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente instrumento será até a conclusão do novo certame licitatório ou até o exaurimento do saldo financeiro, o que ocorrer primeiro.  
ASSINATURA: 24/01/20  
NORMA LEGAL: - Pregão Eletrônico nº 029/19 -Baseado na Lei nº 13.303/16  
SIGNATÁRIOS: Paulo César Reis, Miguel Elias Hanna - Metrobus e Rogerio Casemiro-Total Partner Business Eireli  
Paulo César Reis  
Diretor Presidente

Protocolo 166062

PROCESSO: 201801177  
ASSUNTO: 1º Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 033/19  
OBJETO: Fornecimento de Peças Para Carrocerias (Componentes e Peças Elétricas)  
CONTRATANTE: Metrobus Transporte Coletivo S/A  
CONTRATADA: Total Partner Business Eireli  
VALOR: R\$ 762.216,00  
ASSINATURA: 27/01/2020  
NORMA LEGAL: - Pregão Eletrônico nº 018/19 -Baseado na Lei nº 13.303/16  
SIGNATÁRIOS: Paulo César Reis, Miguel Elias Hanna - Metrobus e Rogerio Casemiro-Total Partner Business Eireli

Paulo César Reis  
Diretor Presidente

Protocolo 166065

PROCESSO: 201900629  
ASSUNTO: Contrato de Fornecimento nº 013/20  
OBJETO: Fornecimento de Gases para Solda.  
CONTRATANTE: Metrobus Transporte Coletivo S/A  
CONTRATADA: Gasox Goiás Oxigênio Ltda  
VIGENCIA: 06 (seis) meses  
VALOR: R\$ 6.828,00  
ASSINATURA: 24/01/20  
NORMA LEGAL: - Dispensa de Licitação nº 001/20 -Baseado na Lei nº 13.303/16  
SIGNATÁRIOS: Paulo Cezar Reis, Miguel Elias Hanna- Metrobus e Hamilton Nogueira Júnior - Gasox Goias Oxigenio Ltda  
Paulo Cezar Reis  
Diretor Presidente

Protocolo 166068

## TRIBUNAIS DE CONTAS

### Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCM

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2019

**Objeto:** Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de fornecimento e instalação de persianas (incluindo a mão de obra e todos os materiais e acessórios necessários à instalação), sob demanda, conforme especificações estabelecidas no Edital de Licitação nº 19/2019, Modalidade Pregão Presencial para o Sistema de Registro de Preços, em seus Anexos, nos termos da Lei nº 8666/93, conforme processo nº 14304/2019:

#### LOTE II

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	UNITARIO R\$	TOTAL R\$
02	Fornecimento com instalação de Cortina Rolô com tecido em tela solar 1%, com tubo 38mm, com pintura eletrostática e acionamento manual.	150	M²	220,00	33.000,00
03	Persiana vertical, com acabamento blackout Brasília, lâminas em 7,5cm, pesos e base em polietileno.	50	M²	129,50	6.475,00
04	Persiana horizontal em alumínio 25mm, com pintura eletrostática, cor a definir.	50	M²	123,00	6.250,00
<b>TOTAL DO LOTE:</b>					<b>45.625,00</b>

**Prazo:** 12 (doze) meses: de 19 de dezembro de 2019 a 18 de dezembro de 2020.

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**, em Goiânia aos 19 de dezembro de 2019.  
**Cons. JOAQUIM ALVES DE CASTRO NETO**  
Presidente

Protocolo 165980





# PODER LEGISLATIVO

## Assembleia Legislativa

Estado de Goiás - Poder Legislativo  
Assembleia Legislativa do Estado de Goiás  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º Quadrimestre de 2019 - Janeiro/2019 a Dezembro/2019

1 de 2

RGF - Anexo I (LRF. art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas com Pessoal					
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos doze meses)					
	JAN/19	FEV/19	MAR/19	ABR/19	MAI/19	JUN/19
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL</b>	<b>33.996.202,20</b>	<b>37.101.101,92</b>	<b>35.606.928,30</b>	<b>35.461.487,94</b>	<b>35.823.601,00</b>	<b>40.790.326,45</b>
Pessoal Ativo (Subtotal)	23.046.365,14	26.227.566,33	21.686.229,04	21.940.909,78	22.312.314,28	28.789.273,29
Vencimentos, Vantagens E Outras Despesas Variáveis	19.386.949,69	22.704.912,51	18.092.373,06	18.245.069,92	18.551.289,44	24.873.175,52
Obrigações Patronais	3.659.415,45	3.522.653,82	3.593.855,98	3.695.839,86	3.761.024,84	3.916.097,77
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas (Subtotal)	10.949.837,06	10.873.535,59	13.920.699,26	13.520.578,16	13.511.286,72	12.001.053,16
Aposentadoria, Reserva e Reformas	9.333.083,05	9.179.420,14	11.731.637,27	11.662.663,41	11.658.346,91	10.303.772,98
Pensões	1.616.754,01	1.694.115,45	2.189.061,99	1.857.914,75	1.852.939,81	1.697.280,18
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Desp. de Pessoal de Contratos de Terceirização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	<b>5.874.303,75</b>	<b>6.387.129,23</b>	<b>8.305.221,83</b>	<b>8.338.959,39</b>	<b>8.385.838,57</b>	<b>6.300.478,52</b>
Indeniz.por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	168.172,67	833.667,70	23.128,00	45.891,00	106.690,86	42.982,76
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	3.200.000,00	3.200.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00	4.000.000,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.506.131,08	2.353.461,53	2.282.093,83	2.293.068,39	2.279.147,71	2.257.495,76
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL</b>	<b>28.121.898,45</b>	<b>30.713.972,69</b>	<b>27.301.706,47</b>	<b>27.122.528,55</b>	<b>27.437.762,43</b>	<b>34.489.847,93</b>

Fonte: SIOFINET/SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA e Seção de Contabilidade da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, em 28/01/2020.

DEPUTADO LISSAUER VIEIRA  
PRESIDENTE

LUIZ CARLOS DE MORAES  
SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

AROLD DE BRITO LEMOS  
SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO

Continua...

Estado de Goiás - Poder Legislativo  
Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

2 de 2

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º Quadrimestre de 2019 - Janeiro/2019 a Dezembro/2019

RGF - Anexo I (LRF. art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas com Pessoal					
	DESPEAS EXECUTADAS (Últimos doze meses)					
	JUL/19	AGO/19	SET/19	OUT/19	NOV/19	DEZ/19
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL</b>	<b>37.205.683,59</b>	<b>34.905.080,41</b>	<b>44.045.325,55</b>	<b>43.619.813,26</b>	<b>43.964.355,11</b>	<b>87.806.055,55</b>
Pessoal Ativo (Subtotal)	24.964.389,37	22.694.807,35	24.112.548,14	23.762.095,47	23.979.144,96	40.099.685,35
Vencimentos, Vantagens E Outras Despesas Variáveis	21.193.882,81	18.918.574,61	20.318.094,97	20.107.248,93	20.309.150,34	33.155.401,35
Obrigações Patronais	3.770.506,56	3.776.232,74	3.794.453,17	3.654.846,54	3.669.994,62	6.944.284,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas (Subtotal)	12.241.294,22	12.210.273,06	19.932.777,41	19.857.717,79	19.985.210,15	47.706.370,20
Aposentadoria, Reserva e Reformas	10.481.519,64	10.477.569,84	17.340.155,55	16.917.360,88	17.034.142,53	40.961.292,10
Pensões	1.759.774,58	1.732.703,22	2.592.621,86	2.940.356,91	2.951.067,62	6.745.078,10
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Desp. de Pessoal de Contratos de Terceirização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	<b>7.758.284,61</b>	<b>6.244.809,30</b>	<b>15.227.649,49</b>	<b>15.226.693,52</b>	<b>15.214.396,09</b>	<b>47.680.966,40</b>
Indeniz.por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	25.168,00	15.878,00	6.000,00	27.717,00	22.018,00	4.501,11
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	5.500.000,00	4.000.000,00	13.021.230,17	13.000.000,00	13.000.000,00	43.466.705,41
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.233.116,61	2.228.931,30	2.200.419,32	2.198.976,52	2.192.378,09	4.209.759,88
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL</b>	<b>29.447.398,98</b>	<b>28.660.271,11</b>	<b>28.817.676,06</b>	<b>28.393.119,74</b>	<b>28.749.959,02</b>	<b>40.125.089,15</b>

Fonte: SIOFINET/SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA e Seção de Contabilidade da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, em 28/01/2020.

**DEPUTADO LISSAUER VIEIRA**  
PRESIDENTE

**LUIZ CARLOS DE MORAES**  
SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

**AROLD DE BRITO LEMOS**  
SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO



Estado de Goiás - Poder Legislativo  
Assembleia Legislativa do Estado de Goiás  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º Quadrimestre de 2019 - Janeiro/2019 a Dezembro/2019

RGF - Anexo I (LRF. art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL</b>	<b>510.325.961,28</b>	<b>18.881,00</b>
Pessoal Ativo (Subtotal)	303.615.328,50	18.881,00
Vencimentos, Vantagens E Outras Despesas Variáveis	255.856.123,15	18.881,00
Obrigações Patronais	47.759.205,35	
Benefícios Previdenciários	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas (Subtotal)	206.710.632,78	
Aposentadoria, Reserva e Reformas	177.080.964,30	
Pensões	29.629.668,48	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	
Outras Desp. de Pessoal de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	<b>150.944.730,70</b>	
Indeniz.por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.321.815,10	
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	120.387.935,58	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	29.234.980,02	
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>359.381.230,58</b>	<b>18.881,00</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	24.538.621.316,63	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art 166 da CF)	10.420.774,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA- RCL (IV)	24.528.200.542,63	
<b>DESPESA TOTAL DE PESSOAL - DTP VII = (III a + III b)</b>	<b>359.400.111,58</b>	<b>1,47%</b>
LIMITE MÁXIMO (VIII) (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	367.923.008,14	1,50%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) - (0,95 X VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	349.526.857,73	1,43%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 X VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	331.130.707,33	1,35%

Fonte: SIOFINET/SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA e Seção de Contabilidade da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, em 28/01/2020.

1. A quantificação dos valores que compõe o Relatório de Gestão Fiscal - RGF - do 3º quadrimestre de 2019, considera a "essência sobre a forma", buscando a "representação fidedigna";
2. A metodologia utilizada para a elaboração do RGF do 3º quadrimestre do ano de 2019 considera o MDF, 9ª edição, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN;
3. Houve despesas empenhadas no mês seguinte à competência a que se referiam. Para fins de RGF, as mesmas foram consideradas nas respectivas competências;
4. Foi executado na GOIÁSPREV - Regime Proprio de Previdência Social - o valor de R\$103.359.776,43 referente às despesas com INATIVOS e PENSIONISTAS, de acordo com o Termo de Cooperação Técnica n.003/2016;
5. A RCL foi disponibilizada pela Secretaria de Economia do Estado de Goiás;
6. As transferências obrigatórias da União relativas às emendas constitucionais individuais (V) (§13, ART. 166 DA CF) foram obtidas no seguinte endereço de web: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt\\_pt/transferencias-constitucionais-e-legais#emendas\\_i](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_pt/transferencias-constitucionais-e-legais#emendas_i); e deduziu-se, da RCL, somente as transferências correntes, conforme orientação da STN;
7. Nos relatórios elaborados em quadrimestres anteriores, deduziu-se, da RCL, o TOTAL das transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais. Entretanto, a partir deste quadrimestre, seguindo orientação da STN, em resposta à consulta formulada por esta Casa, passou-se a deduzir somente as transferências classificadas em CORRENTE. Não houve republicação dos demonstrativos anteriores em razão da não alteração dos percentuais de comprometimento da RCL com Despesas de Pessoal.

DEPUTADO LISSAUER VIEIRA  
PRESIDENTE

LUIZ CARLOS DE MORAES  
SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

AROLD DE BRITO LEMOS  
SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO

Estado de Goiás - Poder Legislativo  
Assembleia Legislativa do Estado de Goiás  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º Quadrimestre de 2019 - Janeiro/2019 a Dezembro/2019

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA  (a)	OPERAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)  (f) = (a - (b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO  (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)  h = (f-g)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores  (d)	Demais Obrigações Financeiras Anteriores  (e)				
		Do Exercício Anterior  (b)	Do Exercício  (c)						
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS</b>	<b>30.464.427,70</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>19.568,00</b>	<b>30.444.859,70</b>	<b>51.792,64</b>	<b>0,00</b>	<b>30.393.067,06</b>
Receltas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação									
Outros Recursos Destinados à Educação									
Receltas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde									
Outros Recursos Destinados à Saúde									
Recursos Destinados à Assistência Social									
Recursos Destinados ao RPPS									
Recursos Destinados ao RGPS									
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)									
Recursos de Alienação de Bens/Ativos									
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	30.464.427,70	0,00	0,00	0,00	19.568,00	30.444.859,70	51.792,64	0,00	30.393.067,06
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>14.190.075,92</b>	<b>134.857,55</b>	<b>33.112.509,98</b>	<b>0,00</b>	<b>46.302.064,29</b>	<b>-65.359.355,90</b>	<b>6.787.350,62</b>	<b>0,00</b>	<b>-72.146.706,52</b>
Recursos Ordinários	14.190.075,92	134.857,55	33.112.509,98	0,00	46.302.064,29	-65.359.355,90	6.787.350,62	0,00	-72.146.706,52
Outros Recursos não Vinculados									
<b>TOTAL (III = (I + II))</b>	<b>44.654.503,62</b>	<b>134.857,55</b>	<b>33.112.509,98</b>	<b>0,00</b>	<b>46.321.632,29</b>	<b>-34.914.496,20</b>	<b>6.839.143,26</b>	<b>0,00</b>	<b>-41.753.639,46</b>

Fonte: SIOFINET/SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA e Seção de Contabilidade da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, em 28/01/2020.

1. Na Coluna "IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS", a linha "TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS" refere-se a Unidade Orçamentária 0101 – Gabinete do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás; e a linha "TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS" refere-se a Unidade Orçamentária 0150 - Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento Funcional da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás e ao Fundo Rotativo da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás;

2. Do total das DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS, o valor de R\$46.247.821,39 refere-se ao reconhecimento de Despesas de Exercícios Anteriores - DEA, relativas à conversão salarial da Unidade Real de Valor (URV) em Reais, na Unidade Orçamentária 0101.

3. A Insuficiência de Caixa apresentada, especialmente em relação aos RECURSOS NÃO VINCULADOS, decorre do não repasse integral dos duodécimos por parte do Tesouro Estadual.

**DEPUTADO LISSAUER VIEIRA**  
PRESIDENTE

**LUIZ CARLOS DE MORAES**  
SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

**AROLD DE BRITO LEMOS**  
SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO



Estado de Goiás - Poder Legislativo  
Assembleia Legislativa do Estado de Goiás  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º Quadrimestre de 2019 - Janeiro/2019 a Dezembro/2019

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		24.538.621.316,63	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) ( §13, art. 166 da CF)		10.420.774,00	
Receita Corrente Líquida Ajustada		24.528.200.542,63	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP		359.400.111,58	1,47%
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		367.923.008,14	1,50%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF)		349.526.857,73	1,43%
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		331.130.707,33	1,35%
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas			
Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
<b>Valor Total</b>		<b>6.839.143,26</b>	<b>-41.753.639,46</b>

Fonte: SIOFINET/SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA e Seção de Contabilidade da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, em 28/01/2020.

- Os quadros "Dívida Consolidada", "Garantias de Valores" e "Operações de Crédito", não se aplicam ao Poder Legislativo.
- A Insuficiência de Caixa apresentada decorre do não repasse integral dos duodécimos por parte do Tesouro Estadual.
- A Receita Corrente Líquida foi disponibilizada pela Secretaria de Economia do Estado de Goiás;
- As Transferências Obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§13, art. 166 da CF) foram obtidas no seguinte endereço de web: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt\\_PT/transferencias-constitucionais-e-legais#emendas\\_i](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/transferencias-constitucionais-e-legais#emendas_i); e foram deduzidas da RCL somente as transferências correntes, conforme orientação da STN;

DEPUTADO LISSAUER VIEIRA  
PRESIDENTE

LUIZ CARLOS DE MORAES  
SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

AROLDO DE BRITO LEMOS  
SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO



## MUNICÍPIOS

## PREFEITURAS

### Alto Horizonte

#### MUNICÍPIO DE ALTO HORIZONTE AVISO DE ADIAMENTO

O Fundo Municipal de Promoção e Assistência Social de Alto Horizonte - GO, através da Pregoeira, TORNA PÚBLICO que o Pregão Presencial n° 002/2020, com o objeto "os serviços de limpeza predial do FMPAS", que seria realizado no dia 30/01/2020, está sendo ADIADO por interesse Administrativo e sendo remarcada a abertura da Sessão Pública para o dia 10/02/2020 as 08hs00min., permanecendo horário o local inalterados. Maiores informações com a Comissão Permanente de Licitação, Fone (62) 3383-3100 e no site [www.altohorizonte.go.gov.br](http://www.altohorizonte.go.gov.br) ou ainda no e-mail: [licitação@altohorizonte.go.gov.br](mailto:licitação@altohorizonte.go.gov.br). Alto Horizonte, GO, 29 de janeiro de 2020. Karla Katiúscy T. Tavares - Presidente da CPL/Decreto 381/2019.

Protocolo 165991

### Anápolis

#### PREFEITURA DE ANÁPOLIS-GO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2020

O Município de Anápolis torna público, que realizará às **08h00min** do dia **12 DE FEVEREIRO DE 2020**, no site [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br), **PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2020, OFERTA DE COMPRA: 46.077**, do tipo MENOR PREÇO, objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO VETERINÁRIO, PARA PRESTAÇÃO DE TRATAMENTO MÉDICO VETERINÁRIO E AFINS SOB DEMANDA, AOS OS CÃES DO CANIL DO 3º BATALHÃO BOMBEIRO MILITAR**, conforme solicitação n° 000407/2019 do 3º Batalhão Corpo de Bombeiro Militar, constante no processo administrativo n° 000075727/2019. O Edital e seus anexos poderão ser examinados e/ou adquiridos no endereço: **Av. Brasil Sul, n° 200 - Centro**, das 08h00min às 18h00min ou pelos sites [www.anapolis.go.gov.br](http://www.anapolis.go.gov.br), [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br). Informações (62) 3902-2000. Anápolis-GO, 28 de janeiro de 2020.

Lauriane Cristine Alves de Souza Carvalho  
Pregoeira

Protocolo 166064

#### PREFEITURA DE ANÁPOLIS-GO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 119/2019

O Prefeito de Anápolis (GO), em face da realização do Pregão Eletrônico n° 119/2019 - Oferta de compra n° 46.006, que objetivou o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA LOCAÇÃO MENSAL DE VEÍCULOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS**, conforme solicitação n° 000920/2019 da Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Tecnologia e solicitação n° 001013/2019 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Habitação e Planejamento Urbano, constantes no processo administrativo n° 000078955/2019, ao disposto no art. 4º, inciso XXII da Lei Federal n° 10.520/02, decide **HOMOLOGAR** a adjudicação realizada pelo Pregoeiro, os respectivos itens pelos valores unitários: **LOCALIZA RENT A CAR SA - CNPJ n° 16.670.085/0001-55: item 001 - R\$ 3.650,00; AUTÓRIO ADMINISTRADORA E CONSTRUTORA LTDA - CNPJ n° 37.029.048/0001-32: item 002 - R\$ 3.622,00; item 003 - R\$ 3.580,00.** Anápolis-GO, 07 de janeiro de 2020.

Roberto Naves e Siqueira  
Prefeito de Anápolis

Protocolo 166036

#### PREFEITURA DE ANÁPOLIS TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 079/2019

O Prefeito de Anápolis-Goiás, em face da realização do Pregão Eletrônico n° 079/2019 - Oferta de compra n° 45.543, que objetivou a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU CONSÓRCIO DE EMPRESAS ESPECIALIZADA(S) PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA DE VELOCIDADE DE VEÍCULOS, NAS VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS**, conforme solicitação n° 000064/2019 da Companhia Municipal de Trânsito e Transportes, constante do processo administrativo n° 000052533/2019, ao disposto no art. 4º, inciso XXII da Lei Federal n° 10.520/2002, decide **HOMOLOGAR** os atos da Pregoeira e **ADJUDICAR** o objeto da presente licitação, pelo valor global mensal do lote, à licitante abaixo: **VELSIS SISTEMAS E TECNOLOGIA VIÁRIA S.A. - CNPJ n° 07.877.926/0001-09: LOTE 01 R\$ 1.703.040,00.** GABINETE DO PREFEITO, em 21 de janeiro de 2020.

ROBERTO NAVES E SIQUEIRA  
Prefeito de Anápolis

Protocolo 166037

### Anicuns

ESTADO DE GOIAS FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ANICUNS. EDITAL CHAMADA PUBLICA N° 001/2020. PROCESSO N° CHAMADA PUBLICA 001/2020. MODALIDADE: CHAMADA PUBLICA. NÚMERO: 001/2020. OBJETO: contratação para fornecimento de alimentos para agricultura familiar, o referido edital está disponível no site eletrônico [www.anicuns.go.gov.br](http://www.anicuns.go.gov.br). Período de chamamento: 29/01/2020 a 02/03/2020. Anicuns, 28 de janeiro de 2020. LEANDRA MARIA DE JESUS  
Sec. De Educação

Protocolo 165996

ESTADO DE GOIÁS PREFEITURA DE ANICUNS. EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2020. PREGÃO PRESENCIAL 008/2020. Modalidade: Pregão Presencial. Número: 008/2020. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de caminhão coletor compactador de lixo, edital disponível no site eletrônico [www.anicuns.go.gov.br](http://www.anicuns.go.gov.br). Abertura: 11/02/2020 as 09h00min. Anicuns, 28 de janeiro de 2020. JOSE ALCEU CAIXETA FILHO.  
Sec. De Administração

Protocolo 165997

ESTADO DE GOIÁS PREFEITURA DE ANICUNS RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2020. PREGÃO PRESENCIAL 004/2020. Modalidade: Pregão Presencial. Número: 004/2020. Protocolo 165001; n° 23.223, pag. 26. A Secretaria de Saúde do uso de suas atribuições vem por meio deste informar que houve um equívoco na publicação do Pregão 004 de 2020 cujo o objeto é a aquisição de dois veículos, onde lia-se que a abertura seria no dia 28/01/2020, a data correta da abertura do certame será no dia 05/02/2020 as 09:00 H. Edital disponível no site eletrônico [www.anicuns.go.gov.br](http://www.anicuns.go.gov.br). Anicuns, 27 de janeiro de 2020. CLEDIA LOPES - Sec. De Saúde

Protocolo 165871

### Aragarças

EXTRATO DE SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO N° 160/2019  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGARÇAS-GO  
Contratada: MAF CONSTRUTORA EIRELI ME  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO ESPORTIVO APOLINARIO BURJACK(AEROBAR) NO MUNICÍPIO DE ARAGARÇAS - GO. ADITIVO DE PRAZO Vigência: 02/01/2020 à 30/04/2020. Fundamentação Legal: Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. Miguel Moreira da Silva Junior, Presidente da CPL

Protocolo 166019



EXTRATO DE SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº 112/2019  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGARÇAS-GO  
Contratada: SOUSA & FREITAS CONSTRUTORA - LTDA Objeto: EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGENS, GALERIA E SINALIZAÇÃO DE VIAS URBANAS NO MUNICIPIO DE ARAGARÇAS - GO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE 0300.393-97, PROJETO BASICO E PLANILHAS EM ANEXO. ADITIVO DE PRAZO Vigência: 02/01/2020 à 30/06/2020. Fundamentação Legal: Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. Miguel Moreira da Silva Junior, Presidente da CPL

Protocolo 166021

EXTRATO DE SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº 113/2019  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGARÇAS-GO  
Contratada: SOUSA & FREITAS CONSTRUTORA - LTDA. Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS, SOB O REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, PARA OS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA (APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURISTICA - PROPOSTA SICONV Nº 032797/2010), NO MUNICIPIO DE ARAGARÇAS - GO ADITIVO DE PRAZO Vigência: 02/01/2020 à 30/06/2020. Fundamentação Legal: Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. Miguel Moreira da Silva Junior, Presidente da CPL

Protocolo 166022

EXTRATO DE PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 135/2019  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGARÇAS-GO  
Contratada: SOUSA & FREITAS CONSTRUTORA - LTDA Objeto: EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E MICRODRENAGEM NA ZONA URBANA DO MUNICIPIO DE ARAGARÇAS - GO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE 856586/2017 - OPERAÇÃO 1044930-02, PROJETO BASICO E PLANILHAS EM ANEXO. ADITIVO DE PRAZO Vigência: 02/01/2020 à 30/06/2020. Fundamentação Legal: Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. Miguel Moreira da Silva Junior, Presidente da CPL

Protocolo 166023

## Araguapaz

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAPAZ  
AVISO DE LICITAÇÃO - CHAMADA PUBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR Nº 001/2020

O MUNICÍPIO DE ARAGUAPAZ, Estado de Goiás, faz saber aos interessados que estará realizando no dia 03 de março de 2020, às 08h30min, em sua sede na Av. Goiás, nº 415, Centro, Araguapaz, Goiás, CHAMADA PÚBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural, para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Pública Municipal de Araguapaz/GO, para atender as necessidades do município, de acordo com o edital respectivo, que poderá ser retirado no endereço acima, das 8h00min às 10h30min e das 13h00min às 16h30min, no telefone (62) 3380-1355 - e-mail: dplcitatacaoraguapaz@gmail.com. Araguapaz - GO, 20 de janeiro de 2020. Wanderson Gomes de Queiroz - Pregoeiro Oficial do Município.

Protocolo 165986

## Bela Vista de Goiás

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS- Nº. 002/2020 O Município de Bela Vista de Goiás, através da Secretaria Municipal de Saúde, avisa a todos interessados que fará realizar licitação, na modalidade Tomada de Preços, visando à contratação de empresa especializada para execução de ampliação e reforma da UBS - 06 do Distrito de Roselândia, conforme especificações constantes do Edital, disponível no site da Prefeitura. Abertura: 14/02/2020 - às 13h00min. Local: Sala de Reuniões do Departamento de Licitação de Bela Vista de Goiás, situado na Praça José Lobo, nº 10, Centro, Bela Vista de Goiás-GO. Site: www.belavista.go.gov.br. - link: [Licitações](#), Fone Licitação: (62) 3551-7003. Bela Vista de Goiás aos 27 dias do mês de Janeiro 2020. Adryanna Crystina Kelly de Carvalho - Presidente da Comissão de Licitação.

Protocolo 165957

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 007/2020 O Município de Bela Vista de Goiás, através da Secretaria Municipal de Obras e Limpeza Pública, avisa a todos interessados que fará realizar licitação, na modalidade Pregão, na forma *presencial*, para aquisição de 01 (uma) varredeira mecânica, conforme especificações constantes do Edital, disponível no site da Prefeitura. Abertura: 12/02/2020 - às 13h30min. Local: Sala de Reuniões do Departamento de Licitação, situado na Praça José Lobo, nº 10, Centro, Bela Vista de Goiás-GO. Site: www.belavista.go.gov.br. - link: [Licitações](#), Fone Licitação: (62) 3551-7003, Bela Vista de Goiás aos 27 dias do mês de Janeiro de 2020, Adryanna Crystina Kelly de Carvalho - Pregoeira.

Protocolo 165958

## Bom Jesus de Goiás

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 004/2020 - OBJETO: Aquisição de 1 (um) trator agrícola, com potência mínima de 95 cv 4x4, contrato de repasse nº 878719-2018-MAPA-CAIXA, destinado ao Município de Bom Jesus-GO. LOCAL e DATA: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, no dia 11 de fevereiro de 2020 às 08h30min. O Edital encontra a disposição dos interessados das 07h30min às 11h00min, na sede da administração, sito a Praça Sebastião Antônio de Oliveira nº 33 e no site www.bomjesus.go.gov.br.

Bom Jesus-GO, 28 de janeiro de 2020  
DANILLO MIGUEL SILVA - GESTOR PÚBLICO - ELI ALVES - PREGOEIRO

Protocolo 165708

## Buriti Alegre

MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE  
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020.  
Processo: 0344/2020.

O Município de Buriti Alegre, Estado de Goiás, torna público a quem possa interessar, que se realizará, na sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal, sito Rua Goiás, nº 563, 1º andar, Centro, no dia 11/02/2020, às 08:00 hs, Pregão Presencial nº 005/2020, "TIPO: julgamento de menor preço por Item". Objeto: Contratação de empresa(s) para Locação de Palco Geospace/Concha, Sistema de Som PA, Iluminação para palco, Túnel modelo 02 aguas, Iluminação para interior do túnel, Gerador de energia 180 kva, Pannel de Led 4x2, Produção de Camarim, Decoração do Carnaval, Segurança Desarmada e Brigadistas de Incêndio, para as realizações das festividades do Carnaval/2020, neste Município, discriminação detalhada dos itens no Anexo I, do edital. O Edital encontra-se disponibilizado a partir de 30/01/2020, no site www.buritialegre.go.gov.br, no endereço acima mencionado, maiores informações pelo telefone: 0(xx) 64-3444-9908, das 07:00 as 11:00 hs e 13:00 as 17:00 hs. Buriti Alegre - GO, 28 de janeiro de 2020. João Alfredo Inácio de Mello - Pregoeiro Oficial; André de Sousa Chaves - Prefeito Municipal.

Protocolo 165993

## Caiapônia

AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 003/2020 - Data Abertura: 11/02/2020 às 09h00min. Objeto da Licitação: (Aquisição de roçadeiras costais). Tipo: MENOR PREÇO POR GLOBAL. Local da Sessão de Abertura: Auditório da Prefeitura Municipal - Av. Pedro Salazar, 475, Setor Nova Caiapônia, CEP: 75.850.000. Caiapônia/GO. Retire e acompanhe o edital no site: www.caiaponia.go.gov.br. Fone: (64) 3663-1025/1266, e-mail: [licitacaoescpa@gmail.com](mailto:licitacaoescpa@gmail.com).

Adriane de Sousa Carvalho  
Pregoeira

Protocolo 166012



## Campestre de Goiás

Aviso. Edital de Pregão Presencial SRP N° 003/2020. Município de Campestre de Goiás - GO, através de seu Presidente da CPL, torna público que fará realizar em sua sede, na Praça João Vitor, s/n, Centro, Campestre de Goiás - GO, às 08:00 h 30 min horas do dia 11 de Fevereiro de 2020, Licitação na Modalidade Pregão Presencial SRP n° 003/2020, do tipo menor preço por item, cujo objeto é Aquisição de Materiais de Construção. O Edital encontra à disposição dos interessados na sala de licitação das 8h00min às 11h00min, e das 13h00min às 17h00min, para as informações necessárias e no site oficial <http://www.campestre.go.gov.br>. Tudo de conformidade com a Lei federal 10520/2002 e subsidiariamente n° 8.666/93 e suas alterações. Campestre de Goiás-GO, 28 de janeiro de 2020. Lainon Ricardo Luna de Oliveira, Presidente.

Protocolo 166056

## Catalão

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO. Município de Catalão - CNPJ n° 01.505.643/0001-50, torna público, para conhecimento dos interessados que, em cumprimento aos preceitos contidos nas Leis n° 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações e atualizações posteriores e devido a necessidade de adequação do Termo de Referência, fica adiada para data a ser agendada a sessão Pregão Presencial n° 004/2020 - Processo n° 2019047960 que estava agendada para o dia 07/02/2020 às 13h:15min - Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços de tapa buracos nas vias públicas municipal (tapa buracos em fresagem descontínuo à frio; tapa buracos superficial em CBUQ e tapa buracos em recuperação profunda de pavimento danificado) em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura de Catalão. O aviso com a nova data será publicado nos mesmos meios oficiais da primeira publicação. Mais informações pelo e-mail [nucleodeeditaisadm@catalao.go.gov.br](mailto:nucleodeeditaisadm@catalao.go.gov.br) ou diretamente no Núcleo de Editais e Pregões do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Catalão, Estado de Goiás, nos dias normais de expediente, das 08:00 às 11:00hs e das 13:00 às 16:00hs, localizado na Rua Nassin Agel, n° 505, Centro, Catalão, Estado de Goiás, onde também serão prestadas maiores informações a respeito do certame. Catalão, 28 de janeiro de 2020. Marcel Augusto Marques. Núcleo de Editais e Pregões. Departamento de Licitações. Município de Catalão.

Protocolo 165964

AVISO DE LICITAÇÃO. Município de Catalão. Estado de Goiás. A Superintendência Municipal de Água e Esgoto de Catalão - SAE - CNPJ n° 04.750.108/0001-52, torna público, para conhecimento dos interessados que, em cumprimento aos preceitos contidos nas Leis n° 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações posteriores, publica a seguinte licitação: Pregão Presencial n° 001/2020 - Processo n° 2020000450 - dia 11/02/2020 às 09h:00min - Objeto: Registro de Preços para FUTURA e EVENTUAL aquisição de materiais hidráulicos em geral destinados para reparo, manutenção e ampliação da rede de água e esgoto, para o período de 12 (doze) meses. Edital poderá ser obtido no site [www.catalao.go.gov.br](http://www.catalao.go.gov.br) ou consultado no Departamento de Licitações da SAE, nos dias normais de expediente, das 07:30 às 11:30hs e das 13:30 às 17:30hs, localizado na Rua Kaveffs Abrão, n° 660, Bairro São Francisco, Catalão, Estado de Goiás, ou ainda pelo fone 64 - 3442-7306/7038, onde também serão prestadas maiores informações a respeito do certame. Catalão/GO, 27 de janeiro de 2020. MÁRCIO RONER GUIMARÃES. Departamento de Licitações. Superintendência Municipal de Água e Esgoto - SAE.

Protocolo 165965

EXTRATO DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS N° 020/2020.

ESPÉCIE: EXTRATO DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS N° 020/2020, FIRMADO EM 14/01/2020 ENTRE O MUNICÍPIO DE CATALÃO E A EMPRESA CATHALÃO ASFALTO PAVIMENTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA - EPP, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO

DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - CBUQ, TERRAPLANAGEM, MEIO FIO, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL NO BAIRRO JARDIM COLONIAL; AMPARO: TOMADA DE PREÇOS N° 014/2019; PROCESSO: 20190364 46; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.3019.15.782.4020.1619 - 449051; VALOR: R\$ 1.416.510,63 (UM MILHÃO, QUATROCENTOS E DEZESSEIS MIL, QUINHENTOS E DEZ REAIS E SESSENTA E TRÊS CENTAVOS); VIGÊNCIA: 14/01/2020 A 31/12/2020; SIGNATÁRIOS: PELO CONTRATANTE: LUÍS SEVERO BRAGA GOMIDES, PELO CONTRATADO: ANTÔNIO RAFAEL BENINCASA.

Protocolo 165994

## Cavalcante

### Aviso de Licitação - Pregão Presencial n. 01/2020

O Município de Cavalcante/GO junto ao FME tornam público, que fará realizar às 09h30min do dia 11 de fevereiro de 2020, em sua sede, sito a Rua Cristã, n° 11, Centro, neste Município, em sessão pública, na forma da Lei Federal 10.520/02 e subsidiariamente às normas da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, para contratação de empresas especializadas para prestação de serviço de Transporte Escolar de alunos da rede pública de ensino do município de Cavalcante/GO, conforme descrito no edital. A documentação completa e seus anexos poderão ser examinados no endereço acima mencionado no horário de 08:00 as 12:00h. Cavalcante/GO, 29 de janeiro de 2020. Natália Raquel Bispo dos Santos, Pregoeira.

Protocolo 166083

### Aviso de Licitação - Pregão Presencial n. 02/2020 - SRP

O Município de Cavalcante/GO torna público, que fará realizar às 09h30min do dia 13 de fevereiro de 2020, em sua sede, sito a Rua Cristã, n° 11, Centro, neste Município, em sessão pública, na forma da Lei Federal 10.520/02 e subsidiariamente às normas da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, visando o Registro de Preço para eventual aquisição de peças, lubrificantes e acessórios para atender as necessidades dos veículos, máquinas e equipamentos das diversas secretarias municipais, conforme descrito no edital. A documentação completa e seus anexos poderão ser examinados no endereço acima mencionado no horário de 08:00 as 12:00h. Cavalcante/GO, 29 de janeiro de 2020. Natália Raquel Bispo dos Santos, Pregoeira.

Protocolo 166084

### Aviso de Licitação - Pregão Presencial n. 03/2020

O Município de Cavalcante/GO junto ao FUMMA tornam público, que farão realizar às 09h30min do dia 18 de fevereiro de 2020, em sua sede, sito a Rua Cristã, n° 11, Centro, neste Município, em sessão pública, na forma da Lei Federal 10.520/02 e subsidiariamente às normas da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, visando a contratação de profissional com formação em ciências biológicas para prestação de serviços junto ao Fundo Municipal de Meio Ambiente - FUMMA. A documentação completa e seus anexos poderão ser examinados no endereço acima mencionado no horário de 08:00 as 12:00h. Cavalcante/GO, 29 de janeiro de 2020. Natália Raquel Bispo dos Santos, Pregoeira.

Protocolo 166086

### Aviso de Licitação - Pregão Presencial n. 04/2020 - SRP

O Município de Cavalcante/GO torna público, que fará realizar às 15h00min do dia 18 de fevereiro de 2020, em sua sede, sito a Rua Cristã, n° 11, Centro, neste Município, em sessão pública, na forma da Lei Federal 10.520/02 e subsidiariamente às normas da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, visando o Registro de preço para eventual e futura contratação de serviços de propaganda volante para divulgação das atividades das Secretarias Municipais, conforme descrito no edital. A documentação completa e seus





anexos poderão ser examinados no endereço acima mencionado no horário de 08:00 às 12:00h. Cavalcante/GO, 29 de janeiro de 2020. Natália Raquel Bispo dos Santos, Pregoeira.

Protocolo 166087

#### Aviso de Licitação - Pregão Presencial n. 05/2020 - SRP

O Município de Cavalcante/GO torna público, que fará realizar às 09h30min do dia 19 de fevereiro de 2020, em sua sede, sito a Rua Cristã, nº 11, Centro, neste Município, em sessão pública, na forma da Lei Federal 10.520/02 e subsidiariamente às normas da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, visando o Registro de preço para eventual aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza, materiais de copa e cozinha, descartáveis e gás GLP 13Kg para atender as secretarias municipais, conforme descrito no edital. A documentação completa e seus anexos poderão ser examinados no endereço acima mencionado no horário de 08:00 às 12:00h. Cavalcante/GO, 29 de janeiro de 2020. Natália Raquel Bispo dos Santos, Pregoeira.

Protocolo 166088

### Ceres

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2020 REGISTRO DE PREÇO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CERES, Estado de Goiás, leva ao conhecimento dos interessados, que realizará no dia 11/02/2020 às 09:00hs, na sala (Auditório) de reuniões da Comissão Permanente de Licitações, situada na sede da Prefeitura Municipal, a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO, tipo menor preço por item, para aquisição parcelada/fracionada de gêneros alimentícios, materiais de copa e cozinha, material de limpeza e de produção de higienização, para as Unidades de atendimento da Secretaria da Saúde de Ceres. Maiores informações e Edital contendo as normas, especificações e condições para participação poderão ser obtidas no site: [www.ceres.go.gov.br](http://www.ceres.go.gov.br) e na Secretaria Municipal da Administração/Gerência de Licitações e Contratos, situado na Praça Cívica, s/n.º, Setor Centro, Ceres - GO, (0xx62) 3307-7600, no horário de expediente. Publique-se. Ceres, 29 de janeiro de 2020. Anthonionny Silva dos Santos - Presidente da C.P.L.

Protocolo 166077

### Cezarina

#### AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA PREGÃO PRESENCIAL Nº002/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CEZARINA torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 11 de fevereiro de 2020 às 14:00 horas, na Sede da Prefeitura Municipal de Cezarina, em sessão pública, na forma da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, licitação na modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço global, regulado pelo edital e seus anexos. A presente licitação tem como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, conforme autorização do Prefeito Municipal e solicitações dos Secretários Municipais, nos termos dos Anexos constantes do Edital. O edital poderá ser retirado pelo site: <http://www.cezarina.go.gov.br/>, maiores informações poderão serem obtidas na sede da Prefeitura na Avenida Luiz Candido de Almeida, qd.01-A, It.01, Centro, Cezarina-GO, no horário das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo telefone (64)3543-1819 ramal 28. Cezarina, 28 de janeiro de 2020. OLDECI VIEIRA FRANCO JUNIOR - Presidente CPL / Dec. 266/2018- PREGOEIRO.

Protocolo 166027

### Colinas do Sul

#### MUNICIPIO DE COLINAS DO SUL EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS DO SUL, mediante ato do prefeito, torna público a Inexigibilidade de Licitação Proc's. Nº

144/2020, conforme abaixo: **EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 02/2020. Objeto:** fornecimento de combustível para o veículo da Secretaria de Assistência Social de Colinas do Sul, de acordo com as especificações contidas no termo de referência, no período de 12 (doze) meses, conforme quantidade descrita no pedido. Empresa: AUTO POSTO RODRIGUES MACHADO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º CNPJ 04.363.227/0001-52. Valor global estimado: R\$ 89.997,00 (oitenta e nove mil, novecentos e noventa e sete reais). Colinas do Sul/GO, em 28 de janeiro de 2020. Nilo Adriano Almeida Passos - Prefeito de Colinas do Sul

Protocolo 166026

### Cromínia

PREF. MUNICIPAL DE CROMINIA-GO. AVISO DE LICITACAO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020 O Município de Cromínia/Goiás torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, em sua sede, na Secretaria de Administração, na Praça Antônio Parreira Duarte, s/n, Setor Castelo Branco, em sessão pública, na forma da Lei nº 8.666/93, a seguinte licitação: Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL; Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM, Edital: 002/2020; Data e Horário: 07/02/2020, às 09:00min; Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de Pneus, no município de Cromínia/ Goiás, relacionados no Anexo I deste Edital e demais anexos. Cópia do Edital e informações no endereço acima ou pelo telefone (064) 3419-1487 ou no site <http://www.crominia.go.gov.br/>. Cromínia/GO, 28 de janeiro de 2020. Pâmella Christyten M. Nascimento Presidente da CPL

Protocolo 165961

### Cumari

#### AVISO DE EDITAL EXCLUSIVA PARA ME E EPP PROCESSO N.º 06/2020 Pregão Presencial N.º 004/2020

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura municipal de Cumari-GO; de acordo a Lei 10520/02 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e alterações, o aviso do Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço Por Item a saber: Constitui objeto da presente licitação a aquisição de MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, especificados no Termo de Referência. LOCAL, DATA E HORA DA REALIZAÇÃO DO CERTAME A sessão pública será realizada na sede da "CPL", situada na Prefeitura Municipal de Cumari, Praça São João Batista n.º 01 Centro, dia 12 de fevereiro de 2020, com início às 08h:00min. AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital poderá ser obtido na sede da CPL, ou a partir da data de publicação, ou pelo SITE: [www.cumari.go.gov.br](http://www.cumari.go.gov.br) Cumari, 29 de janeiro de 2020. JOSE MARTINS DE ARAÚJO- Pregoeiro Oficial

Protocolo 166006

### Doverlândia

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE DOVERLÂNDIA AVISO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2020

O Município de Doverlândia, Estado de Goiás, com base no art. 4º, I, da Lei Federal 10520/2002, torna público que realizará no dia 11/02/2020, às 13:30 horas, na Sala de Reuniões da CPL, PREGÃO PRESENCIAL 06/2020. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços como Casa de apoio em Goiânia. Os interessados poderão obter cópia do Edital no site [www.doverlandia.gog.ov.br](http://www.doverlandia.gog.ov.br), esclarecimentos pelo fone 64-3664/1242 ou email: [licitacaodover@hotmail.com](mailto:licitacaodover@hotmail.com). Doverlândia, 27/01/2020. Elaine Úrsula Mota Abreu - pregoeira.

Protocolo 165966

### Flores de Goiás

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES  
AVISO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020  
Termo de revogação de procedimento Carta Convite Processo nº 3756/2019. Despacho de revogação de Pregão Presencial, por



motivo de conveniência, tendo em vista a necessidade de readequação do objeto com vistas a uma aquisição satisfatória e para melhor atender ao interesse público e da administração. O Prefeito Municipal de Flores de Goiás, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO a necessidade de readequação do objeto do Termo de Referências com vistas a uma aquisição satisfatória e para melhor atender ao interesse público e da administração, de acordo com a Súmula 473 do STF, resolve: REVOGAR em todos os seus termos, por interesse público e da administração, o processo carta convite sob o nº 3756/2019, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLA. Flores de Goiás, 27 de janeiro de 2020. JADIEL FERREIRA DE OLIVEIRA - PREFEITO MUNICIPAL.

Protocolo 165967

**MUNICÍPIO DE FLORES DE GOIAS**

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 06/2020**

O Município de Flores de Goiás/GO, torna público que fará realizar as 08:00 horas do dia 10 de fevereiro de 2020, em sua sede, sito a Praça da Matriz, nº44, Centro, neste Município, em sessão pública, na forma da Lei Federal 10.520/02 e subsidiariamente às normas da Lei Federal 8666/93 e alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão Presencial SRP, do tipo menor preço por item, para registro de preços para AQUISIÇÃO DE PEÇAS, DESTINADO AO PODE EXECUTIVO NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) A documentação e seus anexos poderão ser examinados no endereço acima mencionado em horário comercial ou no site [www.floresdegoias.go.gov.br](http://www.floresdegoias.go.gov.br). Flores de Goiás, 28 de janeiro de 2020 LUZIA CICERO MARTINS - Pregoeira

Protocolo 165984

**Prefeitura Municipal de Flores de Goiás**

**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n.º: 01/2020- CPL. Contratado: TARLEY TALLES MOREIRA DE MELLO Objeto: Contratação de serviços de assessoria e suporte técnico de engenheiro agrônomo para a Secretaria Municipal de Agricultura Modalidade: Dispensa Prazo: 06/01/2020 a 31/12/2020 Valor: R\$30.000,00 Contrato n.º: 01/2020-CPL. 28/01/2020. LUZIA CICERO MARTINS Pregoeira.

Protocolo 165985

**Prefeitura Municipal de Flores de Goiás**

**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n.º: 04/2020- CPL. Contratado: EURICO PEREIRA DA COSTA Objeto: Locação do imóvel para continuidade dos atendimentos do CAPS, localizado a Rua 06 Qd 14 Lt 07 Bairro Nova Flores em Flores de Goiás, imóvel, este com matrícula 694, fls 22 do livro 2-C. Modalidade: Dispensa Prazo: 06/01/2020 a 31/12/2020 Valor: R\$10.800,00 Contrato n.º: 04/2020- CPL. 28/01/2020. LUZIA CICERO MARTINS Pregoeira.

Protocolo 165990

**Prefeitura Municipal de Flores de Goiás**

**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n.º: 012/2020- CPL. Contratado: ELIANE MARIA COLEONE LEMOS Objeto: Contratação de empresa ou profissional para assessorar nos trabalhos no que se referem a execução dos programas, projetos, benefícios e serviços próprios das políticas públicas, do Sistema Único de assistência social, bem como assessorar no planejamento, como também no acompanhamento nos Recursos orçamentários, benefícios e serviços sócios assistenciais. Modalidade: Dispensa Prazo: 09/01/2020 a 30/06/2020 Valor: R\$12.000,00 Contrato n.º: 012/2020- CPL. 28/01/2020. LUZIA CICERO MARTINS Pregoeira.

Protocolo 166007

**Prefeitura Municipal de Flores de Goiás**

**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n.º: 013/2020- CPL. Contratado: NAY HENNA SOARES Objeto: Contratação de Nutricionista para elaboração de cardápio e fichas técnicas, para atender as exigências do FNDE, na Secretaria Municipal de Educação. Modalidade: Dispensa Prazo: 06/01/2020 a 30/06/2020 Valor: R\$5.680,00 Contrato n.º: 013/2020- CPL. 28/01/2020. LUZIA CICERO MARTINS Pregoeira.

Protocolo 166008

**Prefeitura Municipal de Flores de Goiás**

**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n.º: 07/2020- CPL. Contratado: CASSIA DOS REIS Objeto: Contratação de profissional técnico para prestação de serviço de suporte administrativo, para acompanhamento técnico em gestão pública, com objetivo de otimizar os trabalhos da administração. Modalidade: Dispensa Prazo: 06/01/2020 a 31/12/2020 Valor: R\$17.600,00 Contrato n.º: 07/2020- CPL. 28/01/2020. LUZIA CICERO MARTINS Pregoeira.

Protocolo 166009

**Prefeitura Municipal de Flores de Goiás**

**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n.º: 08/2020- CPL. Contratado: SIMONE QUEVEDO PEREIRA Objeto: Contratação em prestação de serviços em assessoria e consultoria para folha de pagamento e recursos humanos, consistente na orientação técnica na confecção de folha de pagamento, buscando otimizar os trabalhos do departamento pessoal Modalidade: Dispensa Prazo: 06/01/2020 a 31/12/2020 Valor: R\$17.600,00 Contrato n.º: 08/2020- CPL. 28/01/2020. LUZIA CICERO MARTINS Pregoeira.

Protocolo 166010

**Prefeitura Municipal de Flores de Goiás**

**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n.º: 10/2020- CPL. Contratado: LÍDIA CAROLINE FERREIRA CRUZ Objeto: Contratação de serviços de assessoria e suporte veterinário. Modalidade: Dispensa Prazo: 06/01/2020 a 30/06/2020 Valor: R\$15.000,00 Contrato n.º: 10/2020- CPL. 28/01/2020. LUZIA CICERO MARTINS Pregoeira.

Protocolo 166016

**Prefeitura Municipal de Flores de Goiás**

**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n.º: 11/2020- CPL. Contratado: RETIMINAS TECNOLOGIA EM MOTORES Objeto: Contratação de prestação de serviços e mecânica para a frota de veículos da Secretaria de Finanças e administrativo. Modalidade: Dispensa Prazo: 06/01/2020 a 31/03/2020 Valor: R\$17.631,79 Contrato n.º: 11/2020 CPL. 28/01/2020. LUZIA CICERO MARTINS Pregoeira.

Protocolo 166018

**Formosa**

**PREFEITURA DE FORMOSA**

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2020 - SRP AVISO DE LICITAÇÃO**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FORMOSA-GO, Estado de Goiás, torna público que fará realizar na sede da Prefeitura situada na Praça Rui Barbosa, nº 208, Centro, Formosa - GO, às 08h30min do dia 13 de fevereiro de 2020, Licitação na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preço para eventual aquisição de material de consumo odontológico para atender as necessidades das equipes de saúde bucal do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações e quantitativos constantes do Edital e seus anexos. Os interessados poderão adquirir cópia do referido Edital na sede da Prefeitura Municipal, no horário de 08h as 11h e de 13h as 17h, ou pelo site eletrônico <http://www.formosa.go.gov.br>, tudo na forma das Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93, e modificações posteriores. Formosa - GO, 27 de janeiro de 2020. Natália Brito Mendanha - Pregoeira.

Protocolo 165968

ATA DE REGISTRO DE PREÇO - Proc. Nº 2019025348 - Pregão Presencial nº 003/2020. ÓRGÃO GESTOR: Poder Executivo (Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento)

OBJETO: Aquisição de material de consumo - gêneros alimentícios - café e açúcar destinado a atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Formosa. VALIDADE: 12 (doze) meses ATA Nº 016/2020 - JOSE PAULO RESENDE EPP, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº 01.496.413/0001-71, referente aos itens 01 e 02 no montante



total de R\$ 174.080,00 (cento e setenta e quatro mil e oitenta reais). Município de Formosa, aos 28 dias do mês de janeiro de 2020. Natália Brito Mendanha - Pregoeira.

Protocolo 165988

## Itajá

### PREGÃO PRESENCIAL nº 003/2020

Extrato de Publicação de Edital 003/2020 Data da Abertura dos Envelopes: 11/02/2020 - 09:00 Horas O MUNICÍPIO DE ITAJÁ/GO, com sede na Rua Antonio Nunes da Silva, nº 235, Centro, em Itajá/GO, por seu Pregoeiro, Sr. Marcelo Faria Santos torna público que fará realizar procedimento licitatório, modalidade Pregão Presencial nº 003/2020, Tipo Menor Preço Global, Objetivando a Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos, instalação, configuração, manutenção e suporte técnico para a Instalar o sistema de vídeo-monitoramento urbano de vias públicas no município de Itajá/GO. O Edital completo estará disponível aos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura de Itajá/GO, no endereço acima, e informações pelo telefone: 64-3648 7500 ou no site [www.itaja.go.gov.br](http://www.itaja.go.gov.br), Itajá/GO, 28 de janeiro de 2020. Marcelo Faria Santos - Pregoeiro

Protocolo 166032

## Montes Claros de Goiás

### AVISO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2020

O Fundo Municipal de Educação de Montes Claros de Goiás, CNPJ nº. 31.355.166/0001-54, com sede na Av. Santos Dumont nº 511, Setor Água Branca - Montes Claros de Goiás, faz saber aos interessados que no dia **12 de fevereiro de 2020, às 08:00**, realizará Pregão Presencial para registro de preço - menor preço por item, para aquisição de material de expediente e outros para atender a Fundo Municipal de Educação, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93, 10.520/02 e do Edital. Maiores informações através do telefone (62) 3370-1315 ou (62) 991183808 das 07:00 h às 11:00h e das 13:00h às 17:00. E no site [www.montesclarosdegoias.go.gov.br](http://www.montesclarosdegoias.go.gov.br). Montes Claros de Goiás, 28 de janeiro de 2020. Juliana D. B. Machado - Pregoeira

Protocolo 165897

### AVISO DE EDITAL - TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020

O município de Montes Claros de Goiás - GO, CNPJ 01.767.722/0001-39, com sede na Av. Santos Dumont 511, Setor Água Branca - Montes Claros de Goiás, faz saber aos interessados que no dia **14 de fevereiro de 2020, às 08:00**, realizará licitação na modalidade Tomada de Preços tipo menor preço global em contrato único, para execução de pequena reforma e reparos em 02 (duas) unidades escolares e 01 (uma) CEMEI, situadas na sede do município, nos termos da Lei Federal 8.666/93 e do Edital. Maiores informações através do telefone (62) 3370-1315 ou (62) 99118-3808 das 07:00 h às 11:00h e das 13:00h às 17:00. E no site [www.montesclarosdegoias.go.gov.br](http://www.montesclarosdegoias.go.gov.br). Montes Claros de Goiás, 28 de janeiro de 2020. Juliana D. B. Machado - Presidente da CPL

Protocolo 165907

## Niquelândia

### PREFEITURA MUNICIPAL DE NIQUELÂNDIA AVISO DE CANCELAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020

A Prefeitura Municipal de Niquelândia, através do Pregoeiro Municipal, instituída pelo Decreto n. 017/2020, de 17 de janeiro de 2020, torna público, para o conhecimento dos interessados, o CANCELAMENTO da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ACESSORIA TÉCNICA, FINANCEIRA E OPERACIONAL

NA AREA TRIBUTARIA para propositura e acompanhamento de ações, no âmbito administrativo e/ou judicial, objetivando a defesa dos interesses e direitos da municipalidade, com fim em recuperação de valores, derivados de compensação financeira e de ICMS, de IR e de IPI, devidos ao Município pelo Estado de Goiás e/ou pela União Federal. Niquelândia, 28 de janeiro de 2020. Luiz Fernando de Oliveira Filho - Pregoeiro.

Protocolo 165970

## Nova Veneza

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA - GO AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO Pregão Presencial Registro de preço nº 028/2019 A Prefeitura Municipal de Nova Veneza, Goiás, torna público, para o conhecimento de todos os interessados o resultado do Pregão Presencial Registro de preço nº 028/2019, que tem por objeto a contratação de empresa para realizar AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA PMF, MASSA ASFÁLTICA CBUQ FAIXA C E EMULSÃO ASFÁLTICA RR2C, afim de atender as necessidades do Hospital Municipal. Onde sagrou - se vencedoras as empresas: PEDREIRA HVB LTDA, inscrita no CNPJ N. 09.642.280/0001-06, com o valor total de R\$ 160.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais); SEMEAR COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ N. 19.191.702/0002-09 com o valor total de 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais); MAM CONSTRUÇÃO PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ: 33.747.196/0001-31 com o valor total de 100.250,00 (cem mil e duzentos e cinquenta reais). O processo encontra-se com vistas franqueadas aos interessados. Wendel Moreira Dos Santos - Pregoeiro.

Protocolo 166047

## Perolândia

Estado de Goiás. Fundo Municipal de Saúde. Aviso de Edital Licitação. Pregão Presencial Nº 006/2020. O Fundo Municipal de Saúde, por meio de seu pregoeiro e equipe de apoio, designados pelo Decreto Nº 004 de 10 de Janeiro de 2020, com sede na Rua José Alves Vilela, S/N, no Centro Administrativo Municipal, na cidade de Perolândia, Estado de Goiás, torna público que no dia 12 de Fevereiro de 2020, às 14h00min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, será realizada licitação na modalidade pregão presencial, do tipo "Menor Preço por Item", para a Aquisição de 01 (um) veículo 0 (zero) km tipo van, 15+1 lugares, para transporte eletivo de pacientes, com recursos oriundos da Secretária de Estado da Saúde de Goiás, proposta nº 201900010019787 e contrapartida municipal, para atender as necessidades da secretaria de saúde, através do fundo municipal de saúde de Perolândia/GO, processada nos autos 2844/2019. Todos os critérios e condições do Certame constam deste Edital e seus anexos, que se encontram afixados no Placard Oficial da Prefeitura e à disposição dos interessados no site [www.perolandia.go.gov.br](http://www.perolandia.go.gov.br), [www.diariomunicipal.com.br/agm/](http://www.diariomunicipal.com.br/agm/), e na Secretaria Municipal de Administração, das 08h00min às 11h00min, e das 13h00min às 17h00min, para as informações necessárias. Tudo de acordo com o que determina a Lei Federal nº 10.520/02, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Município de Perolândia, 28 de Janeiro de 2020. Rafael Freitas de Sousa, Pregoeiro.

Protocolo 165938

## Pilar de Goiás

### PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR DE GOIÁS EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº: 001/2020

A Secretaria Municipal de Saúde de Pilar de Goiás AVISA que, no período de 28 á 07 de fevereiro de 2020, estarão recebendo as inscrições para credenciamento de Medico para o PSF, Medico Plantonista e Enfermeira, conforme descrição no edital publicado no site:[www.pilar.go.gov.br](http://www.pilar.go.gov.br). Pilar de Goiás, 27 de janeiro de 2020. Neuza Rodrigues Soares Batista - Secretária de Saúde.

Protocolo 165971



MUNICÍPIO DE PILAR DE GOIÁS-ESTADO DE GOIÁS  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO  
PRESENCIAL 017/2019 - (SRP)

O FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PILAR DE GOIÁS torna público o Registro de Preços referente ao Processo nº 4754/2019, tipo menor preço por item, cujo objeto se trata de Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos e materiais hospitalar, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Edital e seus anexos. RESULTADO DO CERTAME: VENCEDOR: REALMED HOSPITALAR EIRELI - ME, inscrito no CNPJ nº 04.847.959/0001-18, com sede na RUA JASSITATA, CARDOSO, APARECIDA DE GOIANIA-GO. VALOR GLOBAL: R\$ 452.331,82 (quatrocentos e cinquenta e dois mil trezentos e trinta e um reais e oitenta e dois centavos). VENCEDOR: FARMAFACIL MEDICAMENTOS EIRELI, inscrito no CNPJ nº 27.083.042/0001-90, com sede na RUA 102, Lt. 37, Setor Sara Ribeiro, Ceres-Go. VALOR GLOBAL: R\$ 624.078,27 (seiscentos e vinte e quatro mil setenta e oito reais e vinte e sete centavos) valor global. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores c/c Instrução Normativa nº012/2014 TCM-GO. A Ata de Registro de Preço terá vigência de 12(doze)meses, contados da data da assinatura da mesma. Maiores Informações sobre o detalhamento da Ata: [www.pilar.go.gov.br](http://www.pilar.go.gov.br), e Sala de Licitações - situada na Av. Praça das Cavalhadas, nº401, centro, CEP:76.370-000, Pilar de Goiás. Fone: 33393292, em horário de expediente. Pilar de Goiás, 24 de janeiro de 2020. NEUZA RODRIGUES PEREIRA BATISTA - Gestora do FMS

Protocolo 165972

## Piracanjuba

### PREFEITURA DE PIRACANJUBA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2020  
O Fundo Municipal de Saúde de Piracanjuba/GO, através da Secretaria Municipal de Saúde no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 08/2020, do tipo Menor Preço por Item, no dia 19 de fevereiro de 2020 (19/02/2020), às 08 horas, na sala de Licitações da Prefeitura de Piracanjuba, objetivando a aquisição de Mobiliários Hospitalares, Equipamentos Hospitalares, Equipamentos Laboratoriais, Mobiliário Comum e Materiais de Informática, para uso nas Unidades de Saúde a serem pagos através de Emendas Parlamentares, atendendo assim as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Piracanjuba/GO, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I do Edital, o qual se encontra à disposição dos interessados, com seus respectivos anexos, no site Oficial do Município de Piracanjuba: <<http://www.piracanjuba.go.gov.br/site/index.html>>. Maiores informações pelo e-mail [licitacaopiracanjuba@hotmail.com](mailto:licitacaopiracanjuba@hotmail.com). Piracanjuba/GO, 28 de janeiro de 2020. Jacqueline Silva Campos - Pregoeira

Protocolo 165973

## Piranhas

RETIFICAÇÃO DO EDITAL PROCESSO Nº 086/2020 LEILÃO PRESENCIAL Nº 001/2020 Objeto: LEILÃO PARA ALIENAÇÃO DOS BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS A ADMINISTRAÇÃO. RETIFICAÇÃO DO EDITAL O município de Piranhas-Goiás, TORNA PÚBLICO, a retificação da data do edital do Leilão acima mencionado: *Onde se lê:* DATA DA ABERTURA DO CERTAME - 19 de fevereiro de 2020. *Passa se lê:* DATA DA ABERTURA DO CERTAME - 14 de fevereiro de 2020. Piranhas-GO, 28 de Janeiro de 2020. JOÃO COELHO FILHO PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Protocolo 166002

RETIFICAÇÃO DO EDITAL PROCESSO Nº 087/2020 LEILÃO PRESENCIAL Nº 002/2020 Objeto: LEILÃO PARA ALIENAÇÃO DE BENS IMOVEIS RETIFICAÇÃO DO EDITAL O município de Piranhas-Goiás, TORNA PÚBLICO, a retificação da data do edital do Leilão acima mencionado: *Onde se lê:* DATA DA ABERTURA DO CERTAME - 19 de fevereiro de 2020. *Passa se lê:* DATA DA ABERTURA DO CERTAME - 14 de fevereiro de 2020. Piranhas-GO, 28 de Janeiro de 2020. JOÃO COELHO FILHO PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Protocolo 166003

## Porteirão

### PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEIRÃO

#### AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020

A Prefeitura de Porteirão, Estado de Goiás, torna público que fará realizar no dia 12 de fevereiro de 2020, às 09 horas, na Sala de Reuniões da CPL, PREGÃO PRESENCIAL, tendo por objeto aquisição de combustíveis, óleos lubrificantes e filtros, para atender todas as Secretarias e órgãos desta municipalidade, na cidade de Porteirão-Goiás. Os interessados poderão obter cópia do Edital no site [www.porteirao.go.gov.br](http://www.porteirao.go.gov.br) e esclarecimentos pelo fone 64-36431144. Porteirão, 28 de janeiro de 2020. UELSON MACHADO MENDONÇA - Gestor Municipal

Protocolo 166025

## Rubiataba

### MUNICÍPIO DE RUBIATABA-GO

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020

O Município de Rubiataba, Goiás, torna público que realizará na sede do município, no dia 10 do mês de fevereiro de 2020, às 08:30, Licitação na Modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO, com aceitabilidade das propostas por PREÇO UNITÁRIO, forma de fornecimento e pagamento PARCELADO, visando a eventual e futura aquisição de Materiais Elétricos, APIS, Ferramentas e Equipamentos, para atender as necessidades do Município de Rubiataba, Estado de Goiás, conforme Termo de Referência - Anexo I, parte integrante do edital. Informações: [www.rubiataba.go.gov.br](http://www.rubiataba.go.gov.br) e (62) 3325-2437. Rubiataba/GO, aos 28 dias do mês de janeiro de 2020. Naiany Pires Salgado de Souza - Pregoeira

Protocolo 166048

## Santa Bárbara de Goiás

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DE GOIÁS, Estado de Goiás, CNPJ sob nº 02.264.166/0001-40, torna público que requereu junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, a Licença Ambiental de Instalação para o Loteamento Brasileira, localizado na Estrada Boiadeira, S/N, Fazenda Santa Bárbara de Baixo, no Município de Santa Bárbara de Goiás.

Santa Bárbara de Goiás, 28 de janeiro de 2020.

### WAGNER VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal de Santa Bárbara de Goiás

Protocolo 165929

### ERRATA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020

O MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DE GOIÁS-GO, através da Comissão Permanente de Licitação, **torna público a ERRATA 3, quanto a novas especificação dos itens constantes no termo de referência, devido a isto altera-se a data de abertura e julgamento do certame para dia 10 de fevereiro de 2020 às 13:00.** A errata completa estará disponível no placar da Prefeitura e no site [www.santabarbara.go.gov.br](http://www.santabarbara.go.gov.br). Publique-se.

Santa Bárbara de Goiás, 29 de janeiro de 2020.

### ANTÔNIO JOSÉ GOMES

Presidente Comissão

Protocolo 166072

## São Miguel do Araguaia

### PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA, Estado de Goiás, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 11.433.328/0001-



18, realizará licitação na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N.06/2020, Tipo : MENOR PREÇO POR ITEM, às 08:00 horas, no dia : 12/02/2020, visando à aquisição de 02 (dois) VEÍCULOS RENAULT KWID - ZEN - ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO 2020, TIPO: PASSEIO, CAPACIDADE - 05 PESSOAS, MÍNIMO 1.0, CONFORME EMENDA PARLAMENTAR NÚMERO:0449, CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO: 2019 2850 10 302 1028 3.164- FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES. Edital completo e outras informações estão à disposição dos interessados no endereço acima ou no site oficial: [www.saomigueldoaraguaia.go.gov.br](http://www.saomigueldoaraguaia.go.gov.br), em horário de expediente ou pelo telefone (62)3977-7111. São Miguel do Araguaia, 28 de janeiro de 2020. Paulo Alberto Dias Silva - Pregoeiro Oficial.

Protocolo 166078

PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA, Estado de Goiás, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 11.433.328/0001-18, realizará licitação na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N.06/2020, Tipo : MENOR PREÇO POR ITEM, às 08:00 horas, no dia : 12/02/2020, visando à aquisição de 02 (dois) VEÍCULOS RENAULT KWID - ZEN - ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO 2020, TIPO: PASSEIO, CAPACIDADE - 05 PESSOAS, MÍNIMO 1.0, CONFORME EMENDA PARLAMENTAR NÚMERO:0449, CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO: 2019 2850 10 302 1028 3.164- FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES. Edital completo e outras informações estão à disposição dos interessados no endereço acima ou no site oficial: [www.saomigueldoaraguaia.go.gov.br](http://www.saomigueldoaraguaia.go.gov.br), em horário de expediente ou pelo telefone (62)3977-7111. São Miguel do Araguaia, 28 de janeiro de 2020. Paulo Alberto Dias Silva - Pregoeiro Oficial

Protocolo 166078

### São Miguel do Passa-Quatro

ESTADO DE GOIÁS MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO PASSA QUATRO TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/ 2020 O município de SÃO MIGUEL DO PASSA QUATRO - GO torna publico aos interessados que fará realizar as 08:00 hs, do dia 14 de fevereiro de 2020, Licitação nos termos da Lei 8.666/93 e alterações, na modalidade TOMADA DE PREÇOS nº. 001/2020, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO, SOB O REGIME EMPREITADA GLOBAL, DA OBRA DE ARRUEAMENTO DO LAGO MUNICIPAL; O caderno de licitações, composto de EDITAL e ANEXOS, poderão ser requeridos, de segunda à sexta-feira, das 8h às 11h e das 13h às 17h, na Comissão Sala de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito à Praça Sebastião Gonçalves da Silva, nº 697, Centro, ou pelo portal da transparência do Município através do link: <http://acessoainformacao.saomigueldopassaquatro.go.gov.br> Maiores informações pelo Telefone: (62) 3407-1122. SÃO MIGUEL DO PASSA QUATRO/GO, 28 de janeiro de 2020. Elenilson Jose de Oliveira Presidente da Comissão de Licitação

Protocolo 166051

### Silvânia

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVÂNIA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2020

O Município de Silvânia, Estado de Goiás, no interesse da Administração Municipal, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM n° 007/2020, destinado à AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E REFRIGERAÇÃO PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE SILVÂNIA, LOCALIZADO À AV. DOM BOSCO, 978, QD. 15, LT. 430 - CENTRO, SILVÂNIA/GO, - LATITUDE: 16°40'3,22"S, LONGITUDE: 48°36'47,42"O, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA NO ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL. O certame acontecerá às 09 horas do dia 10 de fevereiro de 2020. Comunica, portanto que o edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Silvânia, sediada na Praça do Rosário, nº 440, Centro e através do site [www.silvania.go.gov.br](http://www.silvania.go.gov.br) ou e-mail [licitacaosilvaniago@](mailto:licitacaosilvaniago@)

hotmail.com. Silvânia, 28 de janeiro de 2020. Ruiteir Gomes de Souza - Presidente da Comissão de Licitações - CPL.

Protocolo 165975

### Valparaíso de Goiás

MUNICÍPIO DE VALPARAISO DE GOIÁS

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS nº 001/2020

O Município de Valparaíso de Goiás/GO, torna público que fará realizar às 09:00 HORAS DO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2020, em sua sede, sito a Rua Desembargador Dr. José Dilermando Meireles, Área Especial Norte, Cidade Jardins, neste Município, em sessão pública, na forma da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço global, objetivando a contratação de empresa especializada na execução de obra de urbanização e acessibilidade da Creche Proinfância Tipo II Valparaíso I - Etapa B conforme documentação enviada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Serviços Urbanos em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Valparaíso de Goiás/GO. A documentação completa e seus anexos poderão ser examinados no endereço acima mencionado no horário de 08:00 às 12:00 e de 14:00 às 17:00h ou no site [www.valparaisodegoias.go.gov.br](http://www.valparaisodegoias.go.gov.br). Valparaíso de Goiás/GO, 28 de janeiro de 2020. Carlos José dos Santos - Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Protocolo 165979

MUNICÍPIO DE VALPARAISO DE GOIÁS

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS nº 002/2020

O Município de Valparaíso de Goiás/GO, torna público que fará realizar às 14:00 HORAS DO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2020, em sua sede, sito a Rua Desembargador Dr. José Dilermando Meireles, Área Especial Norte, Cidade Jardins, neste Município, em sessão pública, na forma da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço global, objetivando a contratação de empresa especializada na execução de obra de urbanização e acessibilidade da Creche Proinfância Tipo II Valparaíso II conforme documentação enviada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Serviços Urbanos em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Valparaíso de Goiás/GO. A documentação completa e seus anexos poderão ser examinados no endereço acima mencionado no horário de 08:00 às 12:00 e de 14:00 às 17:00h ou no site [www.valparaisodegoias.go.gov.br](http://www.valparaisodegoias.go.gov.br). Valparaíso de Goiás/GO, 28 de janeiro de 2020. Carlos José dos Santos - Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Protocolo 165981

MUNICÍPIO DE VALPARAISO DE GOIÁS

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS nº 003/2020

O Município de Valparaíso de Goiás/GO, torna público que fará realizar às 09:00 HORAS DO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2020, em sua sede, sito a Rua Desembargador Dr. José Dilermando Meireles, Área Especial Norte, Cidade Jardins, neste Município, em sessão pública, na forma da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço global, objetivando a contratação de empresa especializada na execução de obra de urbanização e acessibilidade da Creche Proinfância Tipo II Ypiranga conforme documentação enviada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Serviços Urbanos em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Valparaíso de Goiás/GO. A documentação completa e seus anexos poderão ser examinados no endereço acima mencionado no horário de 08:00 às 12:00 e de 14:00 às 17:00h ou no site [www.valparaisodegoias.go.gov.br](http://www.valparaisodegoias.go.gov.br). Valparaíso de Goiás/GO, 28 de janeiro de 2020. Carlos José dos Santos - Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Protocolo 165982

MUNICÍPIO DE VALPARAISO DE GOIÁS

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS nº 004/2020

O Município de Valparaíso de Goiás/GO, torna público que fará realizar às 14:00 HORAS DO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2020, em sua sede, sito a Rua Desembargador Dr. José Dilermando Meireles, Área Especial Norte, Cidade Jardins, neste Município, em sessão



pública, na forma da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço global, objetivando a contratação de empresa especializada na execução de obra de urbanização e acessibilidade da Creche Proinfância Tipo II Pacaembu conforme documentação enviada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Serviços Urbanos em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Valparaíso de Goiás/GO. A documentação completa e seus anexos poderão ser examinados no endereço acima mencionado no horário de 08:00 às 12:00 e de 14:00 às 17:00h ou no site [www.valparaisodegoias.go.gov.br](http://www.valparaisodegoias.go.gov.br). Valparaíso de Goiás/GO, 28 de janeiro de 2020. Carlos José dos Santos - Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Protocolo 165983

## Varjão

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARJÃO-GO Aviso de Edital de Licitação Processo: Pregão Presencial n° 004/2020. É objeto desta licitação a seleção de sociedade empresária visando o registro de preços para contratação de empresa com classificação nacional de atividade econômica / CNAE adequado para prestação de serviços especializados de assessoria nos programas de atenção básica em saúde do Município Varjão-GO, torna público que no dia 10 de fevereiro de 2020, às 09hs 00min, na sala de licitações da Prefeitura de Varjão-GO, realizará o Pregão Presencial n° 004/2020, Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por item, nos termos do edital e legislação aplicável, que poderá ser retirado no site [www.varjao.go.gov.br](http://www.varjao.go.gov.br) ou pelo e-mail: [cplvarjao@gmail.com](mailto:cplvarjao@gmail.com), maiores informações (62) 3554-1457. Varjão 27/01/2020. Woshiton Carlos Antunes Vieira - Pregoeiro.

Protocolo 165999

## FUNDOS MUNICIPAIS

### Rio Verde

#### ESTADO DE GOIÁS PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS ATO EXTRATO DE CONTRATO OU ADITIVO

1º Termo de Aditivo do Contrato n° 536/2019; Ato de Inexigibilidade de n° 389/2017; Chamamento Público n° 004/2017; Processo n° 570299/2019; Contratante: Fundo Municipal de Saúde; Contratado: Liliane Candida de Paula Souza; Objeto: 1º Aditivo para prorrogação de prazo do credenciamento para prestação de serviços como Médica Clínico Geral, junto ao HMU (Hospital Municipal Universitário), bem como junto a UPA (Unidade de Pronto Atendimento), para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Rio Verde GO; Valor: R\$ 198.000,00 (Cento e Noventa e Oito Mil Reais); Data da Assinatura: 03/12/2019; Data de Vigência: 01/01/2020 até 31/12/2020; Fundamentação Legal: termos da lei n°. 8.666/93 e lei n° 10.520/2002.

Contrato n° 603/2019; Ato de Inexigibilidade n° 389/2017; Chamamento Público n° 004/2017; Processo n° 569481/2019; Contratante: Fundo Municipal de Saúde; Contratada: SOS Saúde Serviços Médicos Ltda; Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços Médicos como Clínico Geral, junto a UPA (Unidade de Pronto Atendimento) e UPA Sala Vermelha, bem como na prestação de serviços Médicos como Autorizador, junto a Unidade da Secretaria de Saúde (Regulação), sem vínculo empregatício, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde; Valor R\$ 350.400,00 (Trezentos e Cinquenta Mil e Quatrocentos Reais); Data da Assinatura: 26/11/2019; Data de Vigência: 01/01/2020 até 31/12/2020; Fundamentação Legal: termos da lei n° 8.666/93 e lei n° 10.520/2002.

Protocolo 166069

## Rubiataba

#### FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RUBIATABA-GO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2020

O Fundo Municipal de Educação de Rubiataba, Goiás, torna público que receberá do dia 30 de janeiro de 2020 ao dia 02 de março de 2020, a documentação de Habilitação e Projeto de Venda dos Credenciados e no dia 03 de março de 2020 haverá divulgação da relação dos Proponentes Classificados, no Chamamento Público n.º 001/2020, cujo objetivo será aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, ou de suas organizações, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme especificações constantes no Edital, cuja cópia completa estará disponível no site: <http://www.rubiataba.go.gov.br>. Informações: (62) 3325-2437. Rubiataba/GO, aos 28 dias do mês de janeiro de 2020. Naiany Pires Salgado de Souza - Presidente CPL.

Protocolo 165937

## Senador Canedo

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2020

A Pregoeira do Município de Senador Canedo, no uso de suas atribuições, torna público que a licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2020 do tipo menor preço por item, tendo por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de refrigeradores - câmaras refrigeradas para armazenamento científico de imunobiológicos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, constante do Processo Administrativo n°. 29085/2019, solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde, com abertura prevista para o dia 29 de janeiro de 2020, às 08h30min, SERÁ SUSPENSA, por tempo indeterminado para análise de questionamentos e possíveis adequações no edital. Demais informações poderão ser obtidas no site eletrônico [www.senadorcanedo.go.gov.br](http://www.senadorcanedo.go.gov.br) ou pelo telefone (62) 3275-3064. Comissão de Pregão da Prefeitura de Senador Canedo, Estado de Goiás, aos 28 dias do mês de janeiro de 2020. Flávia de Jesus Santos Vieira - Pregoeira.

Protocolo 165974

## Silvânia

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVÂNIA AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 003/2020

O Município de Silvânia, Estado de Goiás, no interesse da Administração Municipal, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO GLOBAL n° 003/2020, destinado a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE 02 (DUAS) ACADEMIA DE SAÚDE NO MUNICIPIO, CONFORME PROCESSO N° 201900010036584, ENTRE O MUNICÍPIO DE SILVÂNIA E A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I, NO EDITAL, o certame acontecerá às 09 horas do dia 13 de fevereiro de 2020. Comunica, portanto que o edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Silvânia, sediada na Praça do Rosário, n° 440, Centro e através do site [www.silvania.go.gov.br](http://www.silvania.go.gov.br) ou e-mail [licitacaosilvaniago@hotmail.com](mailto:licitacaosilvaniago@hotmail.com). Silvânia, 28 de janeiro de 2020. Ruitter Gomes de Souza - Presidente da Comissão de Licitações - CPL.

Protocolo 166071

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVÂNIA AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 004/2020

O Município de Silvânia, Estado de Goiás, no interesse da Administração Municipal, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO GLOBAL n° 004/2020, destinado a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRA DE ENGENHARIA PARA A REFORMA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF 01 DE SILVÂNIA/GO, LOCALIZADO



À AV. DOM BOSCO, 978, QD. 15, LT. 430 - CENTRO, SILVÂNIA/GO, - LATITUDE: 16°40'3,22"S, LONGITUDE: 48°36'47,42"O, PROCESSO Nº 201900010036583, ENTRE O MUNICÍPIO DE SILVÂNIA E A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I, NO EDITAL, o certame acontecerá às 09 horas do dia 14 de fevereiro de 2020. Comunica, portanto que o edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Silvânia, sediada na Praça do Rosário, nº 440, Centro e através do site [www.silvania.go.gov.br](http://www.silvania.go.gov.br) ou e-mail [licitacaosilvania-go@hotmail.com](mailto:licitacaosilvania-go@hotmail.com). Silvânia, 28 de janeiro de 2020. Ruitter Gomes de Souza - Presidente da Comissão de Licitações - CPL.

Protocolo 166073

## CÂMARAS MUNICIPAIS

### São Luís de Montes Belos

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL EDITAL PREGÃO nº. 001/2020

Processo Administrativo n.º 020/2020

Modalidade: Pregão Presencial. Objeto: Objetivando a aquisição de material de limpeza, material de Expediente, descartável, Utensílios e Eletrônicos, Gênero alimentício e gás GLP 13Kg. Tipo: Menor Preço POR ITEM (Maior Percentual de Desconto). Exclusivo ME/EPP. A Câmara Municipal de São Luís de Montes Belos - GO, através da CPL - Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, por delegação de poderes nos termos da Portaria 003/2020, de 02/01/2020, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço POR ITEM (Maior Percentual de Desconto)", no dia 10 de fevereiro de 2020, às 09:30 horas, na sede da Câmara Municipal, situada nesta cidade na Avenida Rio da Prata, n.º 662, Centro, São Luís de Montes Belos - GO, fones: (64) 3671-1622 e 3601-2450, email: [alexandre@saoluisdemontesbelos.go.leg.br](mailto:alexandre@saoluisdemontesbelos.go.leg.br), perante o Pregoeiro designado, que receberá documentação e propostas visando a contratação de empresa objetivando a aquisição de material de limpeza, material de Expediente, descartável, Utensílios e Eletrônicos, Gênero alimentício e gás GLP 13 Kg., conforme descrito no objeto do Edital, de acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/2006 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas posteriores alterações. Caso não haja expediente nesta data fica transferido para o primeiro dia útil, no mesmo local e horário. O Edital e respectivo anexos encontram-se a disposição dos interessados para consulta e estudo, durante o prazo de divulgação da Licitação até o recebimento dos envelopes, nos dias úteis e horário comercial, no endereço acima mencionado, ou ainda via internet no endereço eletrônico: [www.saoluisdemontesbelos.go.leg.br](http://www.saoluisdemontesbelos.go.leg.br) no link licitações. São Luís de Montes Belos, aos 27 de janeiro de 2020. Alexandre Giacomini Ventreschi - Pregoeiro.

Protocolo 166075

#### AVISO

#### PREGÃO PRESENCIAL EDITAL N.º 002/2020 PROCESSO N.º 021/2020

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a seleção da proposta para de contratação de empresa fornecedora de combustíveis (Etanol e Gasolina comum), óleo lubrificante, filtro e serviço de troca de óleo e filtros para a Câmara Municipal de São Luís de Montes Belos, para o exercício do ano de 2020, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Poderão participar da presente licitação empresas do ramo que atendam as exigências deste Edital e seus Anexos. LOCAL E DATA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Sede da Câmara Municipal, localizada à Avenida Rio da Prata, nº 662, Centro, CEP nº 76.100-00 - SÃO LUÍS DE MONTES BELOS-GO, às 9h30 min do dia de 11 de fevereiro de 2020. OBSERVAÇÃO: O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição dos interessados para consulta na sala da CPL, onde poderão ser retirados gratuitamente, localizados no endereço acima mencionado, maiores informações pelo Telefone (64) 3671-1622, no

horário de expediente ou solicitação através do email [alexandre@saoluisdemontesbelos.go.leg.br](mailto:alexandre@saoluisdemontesbelos.go.leg.br). Alexandre Giacomini Ventreschi - Pregoeiro.

Protocolo 166076

## PUBLICAÇÕES PARTICULARES

ADIRV-Associação dos Distribuidores de Produtos Agrícolas de Rio Verde, inscrita no CNPJ: 06.095.018/0002-81 localizada na Rod. GO 210 km 02, Santa Helena de Goiás, CEP 75920-000-GO. Atividade Posto de recebimento de embalagens de agrotóxicos e afins, vazias ou contendo resíduos pós consumo, regularmente fabricados e comercializados, torna público que requereu na SEMAD Secretaria estadual de Meio Ambiente em Goiânia a renovação da Licença de Funcionamento.

Protocolo 165783

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PROTESTO.** Encontram-se neste TABELIONATO DE PROTESTOS DA COMARCA DE TRINDADE-GO., sito à Rua Coronel Anacleto, nº 466, Centro - Trindade-GO., para serem protestados os seguintes títulos de dívida - Certidão de Dívida Ativa - a favor de: **DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DE GOIÁS - DETRAN-GO.**, a seguir relacionados: WENDER CAETANO DA MATA, (CPF/CNPJ: 69424691149); EDSON GUERRA DE ALMEIDA, (CPF/CNPJ: 50925075191); RODRIGO GONCALVES COSTA, (CPF/CNPJ: 02898290114); VALDEMIR PEREIRA DA SILVA, (CPF/CNPJ: 23569115100); EVANDERLEI SILVA VIANA, (CPF/CNPJ: 53657276149); CLAUDIANE SANTOS RIBEIRO, (CPF/CNPJ: 01440766169); JOAO PAULO GOMES DE AQUINO, (CPF/CNPJ: 95387854104); GIBSON RUFINO PEREIRA SANTOS, (CPF/CNPJ: 26523085805); MANOEL DOS SANTOS ROCHA, (CPF/CNPJ: 32877838315); VERA MARIA LOPES DE LIMA, (CPF/CNPJ: 42363560159); ALECIO HENRIQUE ALVES BIGATO, (CPF/CNPJ: 05138039121); REGISKELEN LOPES RIBEIRO, (CPF/CNPJ: 04184776124); CLEIBER PEREIRA DA SILVA, (CPF/CNPJ: 83126945104); LINDENBERG ALVES FREITAS, (CPF/CNPJ: 88189910272); WILIAN CAMILO DA SILVA, (CPF/CNPJ: 89938798187); WENDEL CHARLES DE FARIAS, (CPF/CNPJ: 04568484103); NILDO DE SOUZA BARROS, (CPF/CNPJ: 01480831107); VALDECI FLORAMBEL BARBOSA, (CPF/CNPJ: 76459187134); ANDREIA SILVA RIBEIRO, (CPF/CNPJ: 03374606121); MARILIA MARIA DE MELO, (CPF/CNPJ: 03393411144); LUCAS SANTOS DA SILVA, (CPF/CNPJ: 03262046108); WEBERT MAXLAY ALVES DOS SANTOS, (CPF/CNPJ: 75717913168); IVANILDA FERREIRA ROSA, (CPF/CNPJ: 85593710104); WELINGTON JOSE DOS SANTOS, (CPF/CNPJ: 40168549115); JOCIEL JOAQUIM DANTAS, (CPF/CNPJ: 00604657196); CARLOS AUGUSTO SANTOS MARIANO, (CPF/CNPJ: 03946866166); LUIZ MATIAS PEREIRA, (CPF/CNPJ: 52709280191); DANIEL ROSA DOS SANTOS, (CPF/CNPJ: 03532713144); KESIA ARAUJO DE OLIVEIRA, (CPF/CNPJ: 98620860178); JOHN LENNON ALVES, (CPF/CNPJ: 04769828128); CLEIDE JANE CAIXETA DA COSTA, (CPF/CNPJ: 87566737104); DANILO DE CARVALHO SOUSA, (CPF/CNPJ: 01733275169); LEANDRO RODRIGUES DE SOUSA, (CPF/CNPJ: 76076881100); CLEITON COUTINHO ALVARENGA, (CPF/CNPJ: 01262341167); WILSON ALVES TOLEDO, (CPF/CNPJ: 45408734153); ANDREIA OLIVEIRASALES, (CPF/CNPJ: 79592414149); ANGELA CUSTODIA MARQUES DO NASCIMENTO, (CPF/CNPJ: 34174950830); ELIANE BORBA DO CARMO, (CPF/CNPJ: 89733592153); WANDERSON MARIANO DA SILVA, (CPF/CNPJ: 03313701159); DIVINO ETERNO DE ARAUJO, (CPF/CNPJ: 28383478100); ANDRE LIMA DE FARIAS, (CPF/CNPJ: 02187408329); PEDRO ALVES DE SOUZA, (CPF/CNPJ: 00966568168); MEIRE DA SILVA, (CPF/CNPJ: 02145064109); ISAAC HERMINIO DE CARVALHO SB, (CPF/CNPJ: 78828120134); ANTONIO RODRIGUES GAMA, (CPF/CNPJ: 87738376104); MARIA APARECIDA VIANA, (CPF/CNPJ: 75435829100); CARLOS HENRIQUE DIAS DA SILVA, (CPF/CNPJ: 70226662101); MICHEL RODRIGUES DA MATA, (CPF/CNPJ: 70422329177); MARIA ALVES JORGE COSTA, (CPF/CNPJ: 00475187156); BEATRIZ DA COSTA APRIGIO SOUSA,



(CPF/CNPJ: 01171700113); CARLOS AUGUSTO MARTINS, (CPF/CNPJ: 00512868158); ORISMAR PEREIRA JESUS SOUSA, (CPF/CNPJ: 00015929124); OSGUINEI ALVES DE PAULO, (CPF/CNPJ: 00977383105); ALESSANDRO BARBOSA RODRIGUES, (CPF/CNPJ: 86865471172); JOAO BATISTA MACHADO, (CPF/CNPJ: 02066595128); WASHINGTON RAMOS MACHADO, (CPF/CNPJ: 28597311134); MARIA MADALENA B ARAUJO, (CPF/CNPJ: 26513986168); CFC PAIVA E MARTINS LTDA ME, (CPF/CNPJ: 23756628000117); Como não foi possível intimar os devedores por meio de carta entregue no endereço indicado, intimo-os para virem pagar, ou dar razão porque não o fazem, dentro do prazo de 24 horas, não o fazendo desde já ficam notificados do competente protesto dentro e na forma da Lei, e para que não aleguem ignorância do que vier a ocorrer, notifico-os através do presente edital que será publicado no jornal "Diário Oficial do Estado de Goiás" e terá uma via afixada no local de costume. Trindade-GO., 27 de Janeiro de 2020. O Tabelião: GERALDO SALDANHA PIMENTA JÚNIOR.14

Protocolo 165914

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PROTESTO.** Encontram-se neste **TABELIONATO DE PROTESTOS DA COMARCA DE TRINDADE-GO.**, sito à Rua Coronel Anacleto, nº 466, Centro - Trindade-GO., para serem protestados os seguintes títulos de dívida - Certidão de Dívida Ativa - a favor de: **DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DE GOIÁS - DETRAN-GO.**, a seguir relacionados: MARINO ROSA DA SILVA, (CPF/CNPJ: 78248353168); TIAGO BATISTA P DE OLIVEIRA, (CPF/CNPJ: 01485974160); JHONY GOMES RAMOS, (CPF/CNPJ: 02717033181); VALTER ROBERTO CAPELLE ME, (CPF/CNPJ: 07318865000140); ROBSON LUIZ DA C OLIVEIRA, (CPF/CNPJ: 01381420176); DIVINO FLAVIO DE ALCANTARA ALMEIDA, (CPF/CNPJ: 99812320172); ITAMAR FERNANDES DE SOUSA, (CPF/CNPJ: 59810270100); JOSIMAR DA MOTA GONCALVES, (CPF/CNPJ: 01296643166); LEONE GUSTAVO SOUSA LOPES, (CPF/CNPJ: 91465850104); HEMILIA CAROLINA FERREIRA REBOUCAS, (CPF/CNPJ: 98764993191); ROMES BATISTA DE MOURA, (CPF/CNPJ: 52025950187); REGINALDO R DA SILVA, (CPF/CNPJ: 01322659150); POLIANA SANTOS DA CRUZ, (CPF/CNPJ: 02320520180); GEOVAILDA MARTINS DOS SANTOS, (CPF/CNPJ: 41219791172); ISABEL CRISTINA PEREIRA, (CPF/CNPJ: 86312502104); JOAO CARDOSO DOS SANTOS, (CPF/CNPJ: 39468372120); EURIPEDES DE OLIVEIRA, (CPF/CNPJ: 24617350187); VALMIR ROSA MANGILE, (CPF/CNPJ: 37020676120); UBIRATAN ALVES DOS SANTOS, (CPF/CNPJ: 43837859134); CARLOS ROBERTO DE LIMA, (CPF/CNPJ: 40171000153); OSIRES CARDOSO DE MACEDO, (CPF/CNPJ: 18912079115); LUZIANO DE SOUZA LIMA, (CPF/CNPJ: 76220818172); ELVIS CLISTON SANTANA BARBOSA, (CPF/CNPJ: 70061558192); ANTONIO FERREIRA AVELAR, (CPF/CNPJ: 12603694120); WESLEI DA SILVA PINTO, (CPF/CNPJ: 02889694135); BIANOR APARECIDO COSTA, (CPF/CNPJ: 56520735191); LINDOMAR FERNANDES DE SOUSA, (CPF/CNPJ: 86102222172); ANDRELUIZ ZACARIAS SILVA, (CPF/CNPJ: 09548700182); ARMANDO PEREIRA DA SILVA, (CPF/CNPJ: 37597213891); JONES GOMES CAPISTRANO, (CPF/CNPJ: 70074324179); RIBAMAR LEITE DE AMORIM, (CPF/CNPJ: 78409500191); MANOEL RODRIGUES DA COSTA, (CPF/CNPJ: 21674027168); CELIO PAULO ALVES RIBEIRO, (CPF/CNPJ: 23771941768); APOLO ALVES SILVA, (CPF/CNPJ: 03572330181); REGIO FERNANDES DE OLIVEIRA, (CPF/CNPJ: 02436436169); AMADO VIEIRA GUIMARAES, (CPF/CNPJ: 16526198287); LUCIANO JOSE DA COSTA, (CPF/CNPJ: 68882459187); CCJ IND E COMERCIO PALETES, (CPF/CNPJ: 06355282000126); GRACIELLE DA SILVA SANTOS, (CPF/CNPJ: 04392323170); ANDRE ALVES DA SILVA, (CPF/CNPJ: 84904585100); WESLEY RODRIGUES LOPES, (CPF/CNPJ: 73434795120); CLEUZA EUNICE SOARES DA COSTA, (CPF/CNPJ: 00057677174); VALDIVINO GONCALVES DE JESUS, (CPF/CNPJ: 98803581120); JAMES BEZERRA DE SOUZA, (CPF/CNPJ: 96995165187); CELIO AMARAL DA SILVA, (CPF/CNPJ: 76984591104); EBERSON CLER CARDOSO DE ARAUJO, (CPF/CNPJ: 02520934107); CLENON MENDONCA VIEIRA, (CPF/CNPJ: 21681406187); PAULO CESAR BULHER, (CPF/CNPJ: 42525160134); KAIQUE DE CASTRO, (CPF/CNPJ: 70038353121); LEANDRO FERREIRA AMARAL,

(CPF/CNPJ: 03481471122); ISAIAS APARECIDO DE OLIVEIRA, (CPF/CNPJ: 91995370100); ALICE QUIRINO DE SOUSA, (CPF/CNPJ: 46785981115); DANIEL MARTINS MIGUEL DE ARAUJO, (CPF/CNPJ: 70155989146); BRUNO JADERSON FABIANO, (CPF/CNPJ: 01821232194); LILIAN APARECIDA SIQUEIRA DOS SANTOS, (CPF/CNPJ: 73600008153); EDMAR APARECIDO SATURNINO, (CPF/CNPJ: 01363803107); MARCIO LEANDRO RIBEIRO, (CPF/CNPJ: 82293082172); FABIO ALVES RODRIGUES, (CPF/CNPJ: 03974494103); GIL CARLOS BARBOZA DE MOURA, (CPF/CNPJ: 00828023190); EUSIMAR LEMES CARDOSO, (CPF/CNPJ: 91930278187); CLEICIANO RODRIGUES DA SILVA, (CPF/CNPJ: 02971098125); MARLENE BATISTA FERREIRA, (CPF/CNPJ: 41351827120); CARLOS ALVES DA SILVA, (CPF/CNPJ: 50921290187); LEANDRO SOARES MENDES, (CPF/CNPJ: 03740252154); JOSEMAR JOSE DE SOUSA, (CPF/CNPJ: 83673490168); JOSEFA CORDEIRO DOS SANTOS, (CPF/CNPJ: 94255210187); VALDINEIDE MENDES SANTOS, (CPF/CNPJ: 21394366876); JUREMAR ALVES FERNANDES, (CPF/CNPJ: 00392889196); WILSON BENTO PARREIRA, (CPF/CNPJ: 24715638134); EDSON FERREIRA MAGALHAES, (CPF/CNPJ: 25351990253); CARLOS ROBERTO DE SOUZA, (CPF/CNPJ: 35195525668); ANTONIO GILSON DANTAS DOS SANTOS, (CPF/CNPJ: 00136341195); PAULO DONIZETE DE FREITAS, (CPF/CNPJ: 14909510168); ELPIDIO TAVARES DOS SANTOS, (CPF/CNPJ: 23162074134); GILMAR FRANCISCO JOSE, (CPF/CNPJ: 97558605172); DIOGO MENDES DA ROCHA, (CPF/CNPJ: 02081794101); WESLEY LOPES RESENDE, (CPF/CNPJ: 01252673124); MARIOECE EVANGELISTA NOGUEIRA, (CPF/CNPJ: 31588980120); AGNALDO DIVINO ARRUDA JUNIOR, (CPF/CNPJ: 02904811125); PEDRO DOS REIS FREITAS, (CPF/CNPJ: 19787057191); ANTONIO JOSE SOARES, (CPF/CNPJ: 30276721187); MAYARA CRISTINA DA SILVA CALIL, (CPF/CNPJ: 02421422140); PAULO RENATO CAMPOS DOS SANTOS, (CPF/CNPJ: 11461136091); SEBASTIAO SALVIANO NOGUEIRA, (CPF/CNPJ: 00330578189); MIGUEL MENDONCA DE FARIA, (CPF/CNPJ: 42344956115); JOEL DE SIQUEIRA JUNIOR, (CPF/CNPJ: 82601496134); THIAGO RODRIGO DE SIQUEIRA, (CPF/CNPJ: 99903040172); RISOMAR TAVARES, (CPF/CNPJ: 82715793120); ORLANDO FRANCISCO DE MOURA, (CPF/CNPJ: 43786294100); IZABEL DANTAS COELHO, (CPF/CNPJ: 19002564104); RODOLFO ALVES ROSA, (CPF/CNPJ: 99798107187); DARLAN DIVINO PEDROSO DA COSTA, (CPF/CNPJ: 01726607186); Como não foi possível intimar os devedores por meio de carta entregue no endereço indicado, intimo-os para virem pagar, ou dar razão porque não o fazem, dentro do prazo de 24 horas, não o fazendo desde já ficam notificados do competente protesto dentro e na forma da Lei, e para que não aleguem ignorância do que vier a ocorrer, notifico-os através do presente edital que será publicado no jornal "Diário Oficial do Estado de Goiás" e terá uma via afixada no local de costume. Trindade-GO., 27 de Janeiro de 2020. O Tabelião: GERALDO SALDANHA PIMENTA JÚNIOR.15

Protocolo 165915

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PROTESTO.** Encontram-se neste **TABELIONATO DE PROTESTOS DA COMARCA DE TRINDADE-GO.**, sito à Rua Moisés Batista nº 75, Centro - Trindade-GO., para serem protestados os seguintes títulos de dívida - Certidão de Dívida Ativa - a favor de: **PROCURADORIA GERAL FEDERAL**, a seguir relacionados: FABIO E FILHO BORDADOS LTDA FE BORDADOS, (CPF/CNPJ: 01795960000158); Como não foi possível intimar os devedores por meio de carta entregue no endereço indicado, intimo-os para virem pagar, ou dar razão porque não o fazem, dentro do prazo de 24 horas, não o fazendo desde já ficam notificados do competente protesto dentro e na forma da Lei, e para que não aleguem ignorância do que vier a ocorrer, notifico-os através do presente edital que será publicado no jornal "Diário Oficial do Estado de Goiás" e terá uma via afixada no local de costume. Trindade-GO., 27 de Janeiro de 2020. O Tabelião: GERALDO SALDANHA PIMENTA JÚNIOR.15

Protocolo 165916

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PROTESTO.** Encontram-se neste **TABELIONATO DE PROTESTOS DA COMARCA DE TRINDADE-GO.**, sito à Rua Coronel Anacleto, nº 466, Centro - Trindade-GO., para serem protestados os seguintes títulos de dívida - Certidão de Dívida





Ativa - a favor de: **PREFEITURA MUNICIPAL DE TRINDADE-GO**, a seguir relacionados: PAULO HENRIQUE DE SOUZA - ME, (CPF/CNPJ: 21220196000108); SABOR & LUXO LTDA - EPP, (CPF/CNPJ: 12285681000160); SUPERMERCADO FABIANA II LTDA - EPP, (CPF/CNPJ: 16824847000120); MOURA AGROAVES LTDA - EPP, (CPF/CNPJ: 20443136000183); TAM TAM TRANSPORTES - EIRELI-ME, (CPF/CNPJ: 20326216000159); SILVA NETO E BARBOSA LTDA - ME, (CPF/CNPJ: 13669376000135); MARCELON EMIDIO VAZ - ME, (CPF/CNPJ: 19333451000179); AS E XAVIER LTDAME, (CPF/CNPJ: 19423547000128); JORNAL DE TRINDADE LTDA ME, (CPF/CNPJ: 16598505000130); SEBASTIAO CARLOS DOS SANTOS ME, (CPF/CNPJ: 18578027000121); SUPERMERCADO PALMARES EIRELI ME, (CPF/CNPJ: 18319409000130); REDE BRINQUEDOS E UTILIDADES LTDA ME, (CPF/CNPJ: 12439257000123); POCHE INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDAME, (CPF/CNPJ: 14401802000118); M. I. R DOS SANTOS TROIA CAMISARIA EIRELI, (CPF/CNPJ: 16834773000103); SHERLEY SIMONE GONCALVES PEREIRA ME, (CPF/CNPJ: 17763114000196); PPF CONSTRUÇÃO LTDA ME, (CPF/CNPJ: 17536752000174); JUNIO ALVES BARBOSA ME, (CPF/CNPJ: 17518022000140); JOAO DA FONSECA DOS SANTOS, (CPF/CNPJ: 12007247000119); MARGARIDA JOSE PEREIRA ME, (CPF/CNPJ: 17411043000162); LYK MODA INFANTO JUVENIL LTDA ME, (CPF/CNPJ: 17010251000150); MADESHOPP COMERCIO DE MADEIRAS LTDA ME, (CPF/CNPJ: 26746016000131); L R FRANTZ COMERCIO DE TINTAS E SERVICOS EM G, (CPF/CNPJ: 14550729000146); JOCELINO NUNES DE CARVALHO SOUZA, (CPF/CNPJ: 14934329000134); L C A DE ABREU, (CPF/CNPJ: 07659431000103); SOUZA MEDICAMENTOS LTDA - ME, (CPF/CNPJ: 11236944000189); MY GIRLS INDUSTRIA COMERCIO DE ROUPAS FEMININ, (CPF/CNPJ: 14692509000157); POUSADA AMERICA LTDA ME, (CPF/CNPJ: 14359082000170); O & M PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, (CPF/CNPJ: 14585795000151); STELLA NEVES BERNARDES SENA ME, (CPF/CNPJ: 14515058000182); M A LUCIO VAZ CERRADO GOIANO RESTAURANTE ME, (CPF/CNPJ: 37843513000255); SIGNAL ENGENHARIA DE TRANSITO LTDA ME, (CPF/CNPJ: 13659807000182); MARIA DE FATIMA SILVA CAMPOS ME, (CPF/CNPJ: 13005280000172); DI PAIVA ENGENHARIA LTDA, (CPF/CNPJ: 02592806000141); JOSE MARCOS DE JESUS SANTOS, (CPF/CNPJ: 12158429000190); OLIVEIRA & RIBEIRO COMERCIO DE PRODUTOS DE LI, (CPF/CNPJ: 08388926000108); NATANAEL DOS REIS E SILVA, (CPF/CNPJ: 01644990000163); MOTO JA ACESSORIOS E REPRESENTAÇÕES LTDA, (CPF/CNPJ: 05107330000102); PAULO ANTONIO ALVES O GOIANO, (CPF/CNPJ: 26918532000104); MILHOMEM E OLIVEIRA LTDA, (CPF/CNPJ: 05358177000188); SHAMBELLE CONFECÇÕES LTDA, (CPF/CNPJ: 26617621000102); SONIA DA PENHA FERREIRA, (CPF/CNPJ: 00209967000188); R M DE LOURDES FARMACIA, (CPF/CNPJ: 02706037000165); REAL DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA, (CPF/CNPJ: 10759187000165); OLIVEIRA & BENEDITA LTDA, (CPF/CNPJ: 01903361000100); PADRAO MATERIAS PCONSTRUÇÕES LTDA, (CPF/CNPJ: 37592482000126); MED HER IND COM EXP CONFECÇÕES LTDA, (CPF/CNPJ: 00745747000179); KAMAE REPRESENTAÇÕES LTDA, (CPF/CNPJ: 03215770000140); MARLI VITORINA DE QUEIROZ, (CPF/CNPJ: 33615832000171); RAIMUNDO ROSA DA SILVA, (CPF/CNPJ: 06938343000188); M A LUCIO VAZ CERRADO GOIANO RESTAURANTE ME, (CPF/CNPJ: 37843513000174); T G C DISTRIB ARTESPORTIVOS MAT FOTOGRAFICO L, (CPF/CNPJ: 01825179000189); LIGUE BATERIAS LTDA ME, (CPF/CNPJ: 09453344000120); RIBEIRO E ZAMATARO ASSESSORIA ADM E COBRANCA, (CPF/CNPJ: 08026008000139); RICHARD MARQUES DOS SANTOS, (CPF/CNPJ: 04904407000102); RIBAMAR PEREIRA FEITOSA, (CPF/CNPJ: 37589967000241); SCHUBERT DIAS DE FREITAS, (CPF/CNPJ: 01700145000168); ARTCOM INOX E DECORAÇÕES EIRELI-ME, (CPF/CNPJ: 20807986000113); HOSANNA COLCHOES LTDA, (CPF/CNPJ: 16935675000162); HEGAI CENTRO DE ESTETICA E BE, ESTAR LTDA ME, (CPF/CNPJ: 15499011000135); HIDRELET SERVIÇOS TÉCNICOS ASSESSORIA E TREIN, (CPF/CNPJ: 04145791000107); ENXOVAIS UNIVERSAL LTDA, (CPF/CNPJ: 02137610000167); HOTEL LAGOA AZUL LTDA, (CPF/CNPJ: 33338047000119); GOTINJO TRANSPORTES E TURISMO LTDA

ME, (CPF/CNPJ: 05680999000180); Como não foi possível intimar os devedores por meio de carta entregue no endereço indicado, intimo-os para virem pagar, ou dar razão porque não o fazem, dentro do prazo de 24 horas, não o fazendo desde já ficam notificados do competente protesto dentro e na forma da Lei, e para que não aleguem ignorância do que vier a ocorrer, notifico-os através do presente edital que será publicado no jornal "Diário Oficial do Estado de Goiás" e terá uma via afixada no local de costume. Trindade-GO., 27 de Janeiro de 2020. O Tabelião: GERALDO SALDANHA PIMENTA JÚNIOR.17

Protocolo 165917

**EDITAL DE INTIMAÇÃO - RUBIATABA/GOIÁS**  
PROTESTO DE TÍTULOS E OUTROS DOCUMENTOS DE DÍVIDA ANA CRISTINA FÉLIX ARANTES, Titular do Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos de Rubiataba, Comarca de Rubiataba, Estado de Goiás, faz saber a todos quantos este edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foram protocolizados neste Tabelionato, situado à Avenida Caraíba, n.º 385, Setor Bela Vista, Rubiataba, Goiás, telefone (62) 3325 1012, e-mail: tabelionatorubiataba@gmail.com, para serem protestadas as seguintes CERTIDÕES DE DÍVIDA ATIVA (CDA), com os respectivos números (nº), valores em Reais (R\$), emitentes, com vencimento à vista e apresentantes a seguir:

**APRESENTANTE/CREADOR: DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DE GOIAS**

CDA nº	Valor a Protestar	Devedor / Corresponsável / Emitente / Sacado
639729	R\$ 597,41	JOAQUIM DOURADO
639730	R\$ 1.194,82	NUBIA PATRICIA NEVES DE OLIVEIRA
640178	R\$ 765,38	ROSILDA CANDIDA DE FREITAS

Como os devedores não foram encontrados ou localizados nos endereços fornecidos ou se recusaram ou não se dispuseram a receber o aviso de protesto, intimo-os por este edital, a virem pagar neste Tabelionato, seus respectivos títulos e ou documentos de dívida ou dar as razões porque não o fazem, no prazo de 3 dias, a contar do primeiro dia útil de circulação desta publicação, sob pena de protesto. E para que ninguém alegue ignorância, expediu-se este edital que será publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás, afixando-se cópia no placar deste Tabelionato, ficando os devedores intimados do competente protesto, caso ocorra.

Rubiataba, Goiás, 28 de janeiro de 2020.  
ANA CRISTINA FÉLIX ARANTES - Titular do Tabelionato de Notas, de Protesto de Títulos, Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos.

Protocolo 166011

**TABELIONATO DE PROTESTO DE TITULOS DE LUZIÂNIA-GO**

RUA FLORENTINO CHAVES, 197, QUADRA 73, LOTE 28  
JOAO BATISTA PERIGOLO - TABELIAO  
EDITAL LUZIÂNIA GO 29-jan-20

JOAO BATISTA PERIGOLO, Tabelião de Protestos de Títulos desta Comarca de Luziania / GO, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foram protocolizados para PROTESTO nesta serventia extrajudicial, situada na Rua Florentino Chaves, 197, quadra 73, lote 28, centro, títulos ou documentos em desfavor das pessoas abaixo identificadas:

DEVEDOR: GERALDO PEREIRA DE SOUZA ME Documento: CNPJ 11802484000109

DEVEDOR: EURIPEDES DA ROCHA RAMOS Documento: CPF 10262253100



DEVEDOR: ANTONIO ALVES DE FREITAS Documento: CPF 52415597104

DEVEDOR: VALDIR DA SILVA OLIVEIRA Documento: CPF 03107348350

DEVEDOR: MAICON TULIO DE J LIMA Documento: CPF 01948876183

DEVEDOR: LUANA DIAS DA SILVA Documento: CPF 75655551187

DEVEDOR: WILSON JOAQUIM PEREIRA Documento: CPF 87338700125

DEVEDOR: RUBIA OLIVEIRA DA ROSA Documento: CPF 64948374172

DEVEDOR: CLELTON DOS REIS DA SILVA Documento: CPF 69661979120

DEVEDOR: RENATA RAQUEL DE SOUZA Documento: CPF 79541771149

DEVEDOR: ANTONIO BENICIO GOMES Documento: CPF 3232259187

DEVEDOR: JOSE ALVES SIQUEIRA Documento: CPF 02551977134

DEVEDOR: CLEOMAR ABUD VELOSO Documento: CPF 21007926104

DEVEDOR: CARMEN MOREIRA GONCALVES RIBEIRO Documento: CPF 34169849191

DEVEDOR: TIAGO GOMES DE SOUSA FILHO Documento: CPF 76553019134

#### NOTA DO TABELIÃO

**INTIMO-OS** a virem pagar em cartório os títulos acima, ou apresentarem as razões pelas quais não o fazem, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, que termina no primeiro dia útil após esta publicação, sob de pena de protesto, sob de pena de protesto. Quaisquer outras informações sobre os títulos acima identificados **SOMENTE** serão fornecidas pessoalmente, para a segurança dos atos praticados e dos próprios envolvidos. Qualquer dúvida, não hesite: entre em contato com esta serventia, **ATÉ O PRAZO MÁXIMO ACIMA ASSINALADO**. E para que ninguém alegue ignorância, expediu-se este edital, com base nos artigos 13 c/c 15 da Lei nº. 9.492, de 10/09/97, e no Provimento CNJ n. 87/2019, que será afixado nesta serventia e publicado no jornal "DIÁRIO OFICIAL", que se edita em Goiânia-GO, ficando os devedores intimados do protesto caso ocorra. **NÃO FAÇA DEPÓSITO NA CONTA DE TERCEIROS. ESTE CARTÓRIO NÃO ENTRA EM CONTATO VIA TELEFONE!**

Protocolo 166034

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE PROTESTO: Encontram-se no 2º Tabelionato de Notas e Protestos para serem protestados os seguintes títulos:

JRR REPRESENTACOES COMERCIAIS DE PRODUTOS ALI - CNPJ nº 08.233.758/0001-81. JRR REPRESENTACOES COMERCIAIS DE PRODUTOS ALI - CNPJ nº 08.233.758/0001-81. JRR REPRESENTACOES COMERCIAIS DE PRODUTOS ALI - CNPJ nº 08.233.758/0001-81. ANTONIO MARTINS BORGES O GOIANO - CNPJ nº 37.227.543/0001-56. ANTONIO MARTINS BORGES O GOIANO - CNPJ nº 37.227.543/0001-56. ANTONIO MARTINS BORGES O GOIANO - CNPJ nº 37.227.543/0001-56. DEUSDEDIT ALVES DA SILVA JUNIOR - CNPJ nº 01.448.946/0001-88. DEUSDEDIT ALVES DA SILVA JUNIOR - CNPJ nº 01.448.946/0001-88. CIRLLANIA CHAGAS MOTA JACINTO - ME - CNPJ nº 07.193.715/0001-57. CIRLLANIA CHAGAS MOTA JACINTO - ME - CNPJ nº 07.193.715/0001-57. CIRLLANIA CHAGAS MOTA JACINTO - ME - CNPJ nº 07.193.715/0001-57.

D. D. S. CONSTRUCOES LTDA. - CNPJ nº 05.162.170/0001-96. MWM COMERCIAL LTDA - CNPJ nº 05.989.977/0001-05. GENI WANDER DE OLIVEIRA - CNPJ nº 19.687.153/0001-87. ILDA PEREIRA MACHADO - CNPJ nº 24.102.970/0001-66. SOUSA REIS CONSTRUCOES LTDA - CNPJ nº 13.843.518/0001-39. L. CASTRO DE SOUZA BARBOSA - COM. E REPRESENT - CNPJ nº 22.304.054/0001-83. GENILTO DA SILVA SOARES - CNPJ nº 08.713.921/0001-03. REMIDIO PEDRO JUNGES CONSTRUTORA - CNPJ nº 02.464.279/0001-90. W.E.DA ROCHA - CNPJ nº 18.027.553/0001-01. CAPITAL LOGISTICA E DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS - CNPJ nº 28.071.237/0001-82. ANTONIO DENIS LIMA ALVES CARDOSO - CPF nº 706.227.901-37. CAPITAL LOGISTICA E DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS - CNPJ nº 28.071.237/0001-82. ANTONIO DENIS LIMA ALVES CARDOSO - CPF nº 706.227.901-37. JUDSON PEREIRA DE MOURA - CNPJ nº 07.126.302/0001-50. JUDSON PEREIRA DE MOURA - CNPJ nº 07.126.302/0001-50. ADE A CHAVES - CNPJ nº 12.551.052/0001-35. ADE A CHAVES - CNPJ nº 12.551.052/0001-35. ADE A CHAVES - CNPJ nº 12.551.052/0001-35. GERLAINE ROSA DA SILVA - CNPJ nº 21.785.272/0001-14. THIAGO HENRIQUE DO COUTO REPRESENTACOES - CNPJ nº 17.930.191/0001-93. THIAGO HENRIQUE DO COUTO REPRESENTACOES - CNPJ nº 17.930.191/0001-93. THIAGO HENRIQUE DO COUTO REPRESENTACOES - CNPJ nº 17.930.191/0001-93. THIAGO HENRIQUE DO COUTO REPRESENTACOES - CNPJ nº 17.930.191/0001-93. THIAGO HENRIQUE DO COUTO REPRESENTACOES - CNPJ nº 17.930.191/0001-93. FRG COMERCIO DE MOVEIS LTDA - CNPJ nº 02.949.619/0001-72. ROGERIO RODRIGUES OLIVEIRA - CNPJ nº 20.791.859/0001-73. FRG COMERCIO DE MOVEIS LTDA - CNPJ nº 02.949.619/0001-72. FRG COMERCIO DE MOVEIS LTDA - CNPJ nº 02.949.619/0001-72. ROGERIO RODRIGUES OLIVEIRA - CNPJ nº 20.791.859/0001-73. ROGERIO RODRIGUES OLIVEIRA - CNPJ nº 20.791.859/0001-73. ROGERIO RODRIGUES OLIVEIRA - CNPJ nº 20.791.859/0001-73. Y A ALVES COSMETICOS E ESTETICA - CNPJ nº 15.425.392/0001-08. DIRCE DE OLIVEIRA E SILVA DAL SANTOS - CNPJ nº 12.563.688/0001-05. REGINA DOS SANTOS ALVES - CNPJ nº 11.019.588/0001-41. MEGA BATERIAS - EIRELI - CNPJ nº 24.575.549/0001-72. REGINA DOS SANTOS ALVES - CNPJ nº 11.019.588/0001-41. REGINA DOS SANTOS ALVES - CNPJ nº 11.019.588/0001-41. SAULO ARAUJO VIEIRA - CNPJ nº 17.897.092/0001-57. SAULO ARAUJO VIEIRA - CNPJ nº 17.897.092/0001-57. MEGA BATERIAS - EIRELI - CNPJ nº 24.575.549/0001-72. MEGA BATERIAS - EIRELI - CNPJ nº 24.575.549/0001-72. FERNANDA SILVEIRA GONCALVES - CNPJ nº 14.233.569/0001-01. FERNANDA SILVEIRA GONCALVES - CNPJ nº 14.233.569/0001-01. FERNANDA SILVEIRA GONCALVES - CNPJ nº 14.233.569/0001-01. IMC BORGES - CNPJ nº 00.246.611/0001-14.

Certifico, reportando-me aos dados, acima, que não tendo sido possível intimar os devedores no endereço indicado pelo apresentante, intimo-os, na forma do art. 15 da lei 9.492/97 e provimento 07/2015 art.4, através do presente edital publicado no DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO e afixado neste Tabelionato, para virem pagar os títulos dentro do prazo de 1 dia útil, ficando já intimados dos respectivos protestos. Aparecida de Goiânia, 29 de Janeiro de 2020. - BERNARDO CRUZ SANTOS, Tabelião do REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS E PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS DA COMARCA DE APARECIDA DE GOIÂNIA-GO Sítio a Av. Independência, Qd. Área Lt. 01 Sala 01 Serra Dourada 4ª etapa (Aparecida Shopping). Fone:(62) 3283-1105 ou 3283-1180.

Protocolo 166038

Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (Cremego)  
EDITAL N. 001/2020

O Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (Cremego), no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no inciso I do art. 24 da Lei n. 3.268/57, convoca todos os médicos inscritos nesta jurisdição, e que se achem em pleno gozo de seus direitos, para se fazerem presentes à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 27 de fevereiro de 2020, nas dependências do Cremego, sito à Rua T-28, n. 245 - Setor Bueno - Goiânia/GO, em primeira convocação às 19 horas, com a maioria absoluta de seus membros e, em segunda convocação às 19h30, com qualquer número de profissionais, para deliberarem sobre os seguintes assuntos:

Relatório de Gestão (Contas da Diretoria) - Exercício de 2019;  
Diversos  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA, aos 29 dias do mês de janeiro de 2020.  
DR. LEONARDO MARIANO REIS  
Presidente do CREMEGO

Protocolo 165905



TRAMONTINA PLANALTO S.A.  
Goiânia - GO - CNPJ nº 00.142.240/0001-20  
AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede social da Companhia sita na Avenida Transbrasiliana, Qd. Gleba, Lt. 3A, Rodovia BR-153, Chácara Nossa Senhora da Piedade, Goiânia, GO, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Goiânia, em 27 de janeiro de 2020.  
Clovis Tramontina - Presidente do Conselho de Administração

Protocolo 165319

**RADIOGRAPH - RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA S/S LTDA, CNPJ: 06.540.091/0001-34**, torna público que requereu da Agência Municipal do Meio Ambiente - AMMA, Processo nº50376195, a Renovação da Licença Ambiental- LICENCIAMENTO AMBIENTAL POLUIÇÃO para **Serviços de tomografia. Endereço Rua 9 QD H-20 LT 27 nº 2038 CEP 74.150-130 SETOR MARISTA GOIÂNIA - GO.**

Protocolo 165702

J N B - COMERCIO DE SECOS E MOLHADOS LTDA-ME torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Aparecida de Goiânia, a LICENÇA AMBIENTAL, para ATIVIDADE DE SUPERMERCADO. O empreendimento não se enquadra na Resolução CONAMA 001/86.

Protocolo 165746

LUCIANO ROSA CANDIDO - LAVA JATO DO LU II - ME - CNPJ 07.052.070/0002-13 - FILIAL. Torna público que requereu na Prefeitura Municipal de Anápolis - GO, a Licença Ambiental de Funcionamento, para a atividade de CNAE 45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores para o endereço sito a AV JK ESQUINA COM AVENIDA B nº 1945, COMPLEMENTO (QD.11 LT.01); CEP 75.115-900, JK NOVA CAPITAL em Anápolis - GO. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

Protocolo 165754

LUCIANO ROSA CANDIDO - LAVA JATO DO LU IV - ME - CNPJ 07.052.070/0004-85 - FILIAL. Torna público que requereu na Prefeitura Municipal de Anápolis - GO, a Licença Ambiental de Funcionamento, para a atividade de CNAE 45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores para o endereço sito a AV ANA JACINTA nº 75, COMPLEMENTO (ESQ. COM RUA ELIAS GOMES); CEP 75.113-355, VILA SANTA MARIA DE NAZARETH em Anápolis - GO. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

Protocolo 165758

LUCIANO ROSA CANDIDO - LAVA JATO DO LU - ME - CNPJ 07.052.070/0001-32 - MATRIZ. Torna público que requereu na Prefeitura Municipal de Anápolis - GO, a Licença Ambiental de Funcionamento, para a atividade de CNAE 45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores para o endereço sito a AV TIRADENTES ESQ. /COUTO MAGALHAES nº 101, CEP 75040-010, CENTRO em Anápolis - GO. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

Protocolo 165759

A empresa Vale do Rio Grande Reflorestamento LTDA, inscrita no CNPJ nº 25.447.244/0022-72, situada na Rodovia Br 050, km 247, S/N, Fazenda Larga São Bento, Zona Rural, Distrito Stº Antônio do Rio Verde, Catalão - GO, torna público que requereu da SEMAD-Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a Autorização para Manejo de Fauna - Levantamento de Fauna, para monitoramento da Ictiofauna na CGH São Bento.

Protocolo 165880

**A CELL SITE SOLUTIONS - CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S/A** inscrita no CNPJ nº 15.811.119/0001-11, torna público que recebeu da SEMARH - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e

Recursos Hídricos de Luziânia, GO, a Licença Ambiental de Prévía nº 001/2020 com validade até 15/01/2021, para a atividade de ERB Estação Rádio Base de Telefonia Móvel Celular do Site 61010005\_GO2708, localizada Rua Formosa, S/Nº, QD. 110, LT. 32, Jardim Ingá, Luziânia, GO.

Protocolo 165906

**A CELL SITE SOLUTIONS - CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S/A** inscrita no CNPJ nº 15.811.119/0001-11, torna público que recebeu da SEMARH - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Luziânia, GO, a Licença Ambiental de Instalação nº 002/2020 com validade até 16/01/2023, para a atividade de ERB Estação Rádio Base de Telefonia Móvel Celular do Site 61010005\_GO2708, localizada Rua Formosa, S/Nº, QD. 110, LT. 32, Jardim Ingá, Luziânia, GO.

Protocolo 165908

**A CELL SITE SOLUTIONS - CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S/A** inscrita no CNPJ nº 15.811.119/0001-11, torna público que recebeu da SEMARH - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Luziânia, GO, a Licença Ambiental de Instalação nº 003/2020 com validade até 16/01/2023, para a atividade de ERB Estação Rádio Base de Telefonia Móvel Celular do Site 61060005\_GOLZA15, localizada Rua Raimundo Bernardo dos Santos (Rua 20), S/Nº, QD. 157, LT. 37, Parque Alvorada, Luziânia, GO.

Protocolo 165910

**A CELL SITE SOLUTIONS - CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S/A** inscrita no CNPJ nº 15.811.119/0001-11, torna público que recebeu da SEMARH - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Luziânia, GO, a Licença Ambiental de Prévía nº 002/2020 com validade até 15/01/2021, para a atividade de ERB Estação Rádio Base de Telefonia Móvel Celular do Site 61060005\_GOLZA15, localizada Rua Raimundo Bernardo dos Santos (Rua 20), S/Nº, QD. 157, LT. 37, Parque Alvorada, Luziânia, GO.

Protocolo 165911

Edital de Comunicação MINERADORA DE CALCÁRIO SERRA DOURADA, CNPJ: 03.880.604/0001-04, torna público que requereu à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável- SEMAD, a Licença Prévía para a atividade de apoio e extração de minerais não-metálicos localizado em zona rural, Latitude: 16°36'07.477"S, Longitude: 49°37'08.955"O, Santa Bárbara - Go.

Protocolo 165913

**CLARO S/A** inscrita no CNPJ nº 40.432.544/0001-47, torna público que recebeu da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Ipameri, GO, a Licença Ambiental de Operação nº 228/2019, com validade até 31/12/2021, para a atividade de telefonia móvel celular (ERB) do Site GOREP08, localizada na ROD. GO-330, KM 02, Morro do Brito, Zona Rural, Ipameri, GO, CEP: 75780-000.

Protocolo 165918

**AMERICEL S/A** inscrita no CNPJ nº 01.685.903/0001-16, torna público que requereu à SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Aparecida de Goiânia, GO, a Licença Ambiental de Operação, para a atividade de telefonia móvel celular (ERB) do Site GOGNA76, localizada na Alameda Wilton Pinheiro, QD. 15, LT. 31 e 32, Parque Trindade II, Aparecida de Goiânia, GO. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

Protocolo 165919

**AMERICEL S/A** inscrita no CNPJ nº 01.685.903/0001-16, torna público que requereu à SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Aparecida de Goiânia, GO, a Licença Ambiental de Operação, para a atividade de telefonia móvel celular (ERB) do Site GOACG15, localizada na Av. São João, QD. 03, LT. 09, Residencial Candido Queiroz, Aparecida de Goiânia, GO. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

Protocolo 165920



**AMERICEL S/A** inscrita no CNPJ nº 01.685.903/0006-20, torna público que requereu à SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Aparecida de Goiânia, GO, a Licença Ambiental de Operação, para a atividade de telefonia móvel celular (ERB) do Site GOACG39, localizada na Rua Transversal Sul, QD. 12, LT. 18, Parque Rio das Pedras, Aparecida de Goiânia, GO. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

Protocolo 165921

**AMERICEL S/A** inscrita no CNPJ nº 01.685.903/0001-16, torna público que requereu à SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Aparecida de Goiânia, GO, a Licença Ambiental de Operação, para a atividade de telefonia móvel celular (ERB) do Site GOACG30, localizada na Rua Realgar, QD. 53, LT. 24, Vila Oliveira, Aparecida de Goiânia, GO. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

Protocolo 165922

**AMERICEL S/A** inscrita no CNPJ nº 01.685.903/0001-16, torna público que requereu à SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Aparecida de Goiânia, GO, a Licença Ambiental de Operação, para a atividade de telefonia móvel celular (ERB) do Site GOGNA11, localizada na Avenida D, QD. 62, LT. 01, Setor Conjunto Liberdade, Aparecida de Goiânia, GO. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

Protocolo 165923

**BRUNO FELIPE DE OLIVEIRA**, CPF 881.257.421-15, torna público que recebeu da SEMMA ANAPOLIS-GO, a LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO para instalação de viveiro escavado para atividade de criação de peixes em água doce; outras atividades de recreação e lazer não especificado anteriormente. Rodovia GO 330, Gleba na Fazenda Lagoa Formosa, Zona Rural, Anápolis-GO, com vencimento 24/01/2025. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

Protocolo 165969

O **SAMUEL ANTONIO DA SILVA- ME** torna público que requereu da Agencia Municipal de Meio Ambiente - AMMA de Goiânia, a Licença Ambiental Simplificada (LAS), para Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP), localizado, AV VIRGILIO JOAQUIM FERREIRA nº 324 Qd. 44 Lt. 11, PRQ FLAMBOYANT, Goiânia - Goiás, O empreendimento não se enquadra na Resolução CONAMA 006/86. Protocolo 20200010003

Protocolo 165998

**José Idemar Ribeiro**, CPF 055.081.181-87, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - SEMMA de Santo Antônio do Descoberto - GO, a Licença Ambiental Prévia para Condomínio Agroindustrial, na fazenda Engenho das Lages, BR 060, Km 31/01, Cep: 72908-899, Santo Antônio do Descoberto -GO.

Protocolo 166000

A empresa **GOLDEN INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA-ME** inscrita no CNPJ: 22.762.092/0001-80 torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Firminópolis/GO, A Licença Ambiental de Instalação (LI) para Parcelamento do Solo- Loteamento Urbano nº001/2020 processo nº 027/2019 denominado Residencial Graciosa no município de Firminópolis - Go com validade:28/01/2024.

Protocolo 166017

**D.L. DO PRADO - M. CONTRUÇÃO**, torna publico que **REQUEREU À SEMAD - Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**, A **RENOVAÇÃO da Licença de FUNCIONAMENTO** p/extração de **AREIA**, na Fazenda Matrinchã, ZR - Israelândia - GO.

Protocolo 166041

**AREIAL JR LTDA ME**, torna publico que **REQUEREU À SEMAD - Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento**

**Sustentável**, A Licença de **INSTALAÇÃO** p/extração de **AREIA**, no Assentamento P.A Canudos - Lotes 316 e 317, ZR - Palmeiras de Goiás e Campestre de Goiás - GO.

Protocolo 166042

**AREIAL JR LTDA ME**, torna publico que **REQUEREU À SEMAD - Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**, A Licença de **FUNCIONAMENTO** p/extração de **AREIA**, no Assentamento P.A Canudos - Lotes 316 e 317, ZR - Palmeiras de Goiás e Campestre de Goiás - GO.

Protocolo 166044

**LUCIANDRO BARBOSA**, CPF: 529.621.991-00, torna público que recebeu junto à Secretaria de Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos de Cristalina a Licença de Instalação-LI n.º 070/2020 e Licença de Funcionamento-LF n.º 071/2020 referente ao processo nº 3072/2016 para irrigação tipo pivô central numa área irrigada de 200 ha, sito a Fazenda Montes Claros, Zona Rural, município de Cristalina-GO

Protocolo 166049

**LUCIANDRO BARBOSA**, CPF: 529.621.991-00, torna público que recebeu junto à Secretaria de Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos de Cristalina a Licença de Instalação-LI n.º 068/2020 e Licença de Funcionamento-LF n.º 069/2020 referente ao processo nº 3074/2016 para irrigação tipo pivô central numa área irrigada de 200 ha, sito a Fazenda Montes Claros, denominada Vereda Bonita, Zona Rural, município de Cristalina-GO

Protocolo 166050

#### Aviso de Edital

O Instituto de Gestão e Humanização - IGH torna público que instaurou o processo seletivo 001/2020 - HMI, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de reforma para o Hospital Materno Infantil - HMI. O edital estará disponível no website [www.igh.org.br](http://www.igh.org.br), link referente a Processos Seletivos da respectiva unidade.

Adriano Muricy  
Advogado

Protocolo 166043

**TRISOLO COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA**, CNPJ 37.043.130/0006-26, torna público que requereu à Secretaria da Agricultura, do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Piracanjuba - SAMARH, Licença Prévia e Licença de Instalação, para a atividade "comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo", localizada na Rod. GO-217, 1700, Galpão 02, Residencial Piracanjuba, CEP 75.640-000, Piracanjuba, Goiás.

Protocolo 165872

Eldenário Nazareno Pires, CPF 664.148.901 - 97, e **FABÍOLA TOSTA GONÇALVES**, CPF 162.255.108 - 77, tornam público que quiseram junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Silvania, Goiás a Licença de Funcionamento para Armazenagem e Beneficiamento de Grãos, nas Fazendas Rio dos Bois, e Santa Rosa, Município de Silvania - GO.

Protocolo 165936

**GEO INFORMA: CARLOS EDUARDO TUNES, CPF: 776.346.088-15**, torna público que requereu da SMMA-Alexânia, a Licença Ambiental de Instalação (Ampliação/Reforma) para **IMPLANTAÇÃO DE SILO**, na Fazenda São Luiz, Zona Rural, Alexânia-GO.

Protocolo 165987

#### UniRV - Universidade de Rio Verde Extrato de Contrato n. 006/2020

Objeto: Prestação de serviços de publicações de editais, extratos de contratos, convocações e assemelhados, visando atender às necessidades da UniRV - Universidade de Rio Verde. Inexigibilidade

n. 001/2019. **Contrato n. 006/2020**. Valor: R\$ 131.250,00 (cento e trinta e um mil, duzentos e cinquenta centavos). Contratada: **ABC - AGÊNCIA BRASIL CENTRAL**; CNPJ n.03.520.902/0001-47. **Vigência: 10/01/2020 a 31/12/2020**. Dotação Orçamentária: 05.0525.12.364.6025.2129.339039. Maiores informações: Contrato publicado na íntegra no site da UniRV.

Protocolo 166030

UniRV - Universidade de Rio Verde

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Pregão Presencial n. 001/2020 - Tipo: Menor Preço Por Item**  
**Processo de licitação n. 001/2020**

A UniRV - Universidade de Rio Verde, Estado de Goiás, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no **dia 10 de fevereiro de 2020, às 14h00min**, Licitação Pública, de **ampla concorrência**, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Por Item, tendo por objeto: **Aquisição de materiais de ajardinamento a serem utilizados em paisagismo, atendendo às necessidades do Departamento de Obras da UniRV-Universidade de Rio Verde**, conforme especificações do Edital. Os interessados obterão o Edital e maiores informações pelo site: <http://unirv.edu.br/licitacoes.php> ou no Departamento de Licitações situado na Fazenda Fontes do Saber, Campus Universitário, Prédio Administrativo, fone (64) 3611-2200, ramal 3018, em horário de expediente: 07h00 às 10h30min e das 13h00 às 16h30min.

Rio Verde/GO, 29 de janeiro de 2020.

Iria Daniela Pereira Freitas  
Pregoeira

Protocolo 166031

**MINERAÇÃO SERRA GRANDE (MSG)**, torna público que requereu à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD do estado de Goiás, a Licença para Coleta, Captura e Transporte de Fauna na área objeto da licença de operação da unidade, a se localizar na Rodovia GO 336, KM 97 - S/N - Zona Urbana, município de Crixás/GO.

Protocolo 166033

**G H Agrícola** torna público que requereu a **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recurso Hídrico - SEMMARH** a Licença de Instalação (LI) e Licença de Funcionamento (LF) para a atividade de Comércio Atacadista de Defensivos Agrícolas, Adubos, Fertilizantes e Corretivos de solo, sito a Av. Rui Barbosa, n. 1460, Centro - Firminópolis/GO. O empreendimento não se enquadra na Resolução do CONAMA 001/86.

Protocolo 166063

**AUTO POSTO GRÃO DOURADO LTDA**, torna público que requereu da **Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SAMARH** a Licença de Instalação e a Licença de Funcionamento para atividade de comércio varejista de comércio para veículos automotores sito à Avenida Antonio Batista Arantes nº 339 - Centro - Piracanjuba/GO. O empreendimento não se enquadra na Resolução do CONAMA 001/86.

Protocolo 166080

**CERAMICA MATUTINA DE EDEIA LTDA-ME**, torna público que recebeu da **Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD** a Licença de funcionamento nº1313/2017 válida até 10/10/2025 do processo 8725/2014 para atividade de fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro sito à Rua 13, S/N, quadra 08, lote 05 - Povoada Matutina - Edéia/GO.

Protocolo 166081

**KADÃO ALIMENTOS LTDA**, torna público que requereu da **Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD** a renovação da Licença de Funcionamento nº1.011/2015 do processo 18.767/2012 para atividade de abate, preparação de produtos e subprodutos de carne e de pescado sito à Rodovia GO 206, S/N, Km 01, Zona Rural, Caçu /GO. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

Protocolo 166082

**Venha se encantar  
com a Cidade de Goiás.**

*“As noites goianas  
São claras, são lindas  
Não temem rivais  
Goianos, traduzem  
Doçuras infindas  
As noites que amais”*  
(Joaquim Bonifácio /  
Joaquim Santana)

ABC  
AGÊNCIA BRASIL CENTRAL